

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

2014

FICHA TÉCNICA

**Relatório de Execução 2014 do COMPETE
(POFC - Programa Operacional Fatores de Competitividade)**

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC
a 24 de junho de 2015

Aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020
a 30 de setembro de 2015

Aceite pela Comissão Europeia
a 15 de outubro de 2015

APRESENTAÇÃO

Depois da crise económica e financeira internacional de 2008/2009 e da ainda mais acentuada recessão verificada em Portugal, em 2012 e 2013, em pleno período de implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira, em 2014 assistiu-se a um ligeiro crescimento da atividade económica, impulsionado pela melhoria das expectativas e pela recuperação da procura interna, num ambiente mais favorável ao financiamento, fatores que permitem encarar com algum otimismo esta fase final de encerramento do COMPETE.

Apesar de operacionalizado num dos contextos mais adversos dos últimos anos, que exigiu o desenvolvimento de soluções que minimizassem as dificuldades dos promotores e potenciassem a procura qualificada, sempre em linha com os objetivos estratégicos de mudança estrutural inerentes ao Programa, os atuais níveis de compromisso e de execução apontam para que o mesmo venha a ser plenamente concretizado.

Quanto aos resultados, as Avaliações externas realizadas, até ao momento, atestam um contributo positivo para a melhoria do perfil de especialização produtiva e para a promoção de uma economia baseada no conhecimento e inovação. Os dados relativos aos projetos já encerrados no SI Inovação revelam a melhoria dos indicadores económico-financeiros das empresas apoiadas, com um aumento de 39% no volume de negócios (entre os anos pré e pós projeto), essencialmente na componente internacional, e efeitos positivos sobre o emprego, em especial na vertente mais qualificada.

Em 2014 foram aprovados os últimos projetos, encontrando-se em execução mais de metade do incentivo comprometido. Este é o ano com o maior volume de execução e pagamentos realizados desde o início do Programa, o que constitui um estímulo económico muito relevante, em particular para as empresas apoiadas.

Com o COMPETE a encerrar, a atenção volta-se para o seu sucessor – o COMPETE 2020, que conta já com os primeiros projetos aprovados. Com um foco mais incisivo sobre a especialização do território em torno da I&D e da Inovação, uma atenção especial sobre a transferência e valorização de tecnologia e de conhecimento, uma aposta efetiva sobre a sofisticação dos negócios, dos produtos e das cadeias de valor e com objetivos de consecução de vantagens

competitivas sustentadas na exportação de bens e serviços de forte conteúdo de valor agregado, em contextos competitivos cada vez mais exigentes, o COMPETE 2020 constitui um importante instrumento de política pública para os próximos anos.

Importa, assim, prosseguir a nossa missão, enquanto Autoridade de Gestão, em colaboração com os Organismos Intermédios e demais entidades com intervenção no Programa, com as empresas, com as entidades de investigação e produção de conhecimento, com as associações empresariais e com os cidadãos em geral, de utilizar os Fundos Estruturais de forma eficaz e eficiente, para construir uma economia mais produtiva, mais sofisticada, mais internacionalizada, mais competitiva, mais coesa e, acima de tudo, mais desenvolvida.

O Presidente da Comissão Diretiva do COMPETE 2020

Rui Vinhas da Silva.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de outubro de 2007, no âmbito do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN). Abrangendo as três regiões do objetivo Convergência do Continente – Norte, Centro e Alentejo. Estrutura-se em torno de seis Eixos Estratégicos, dispondo de **cinco tipos de instrumentos**: Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; mecanismos de Engenharia Financeira; apoios a Ações Coletivas, apoios a Ações Públicas de modernização da Administração Pública e apoio a projetos de capacitação e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

REALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Com os concursos encerrados em 2013, o COMPETE contabiliza 20.351 **candidaturas**, envolvendo um investimento proposto de 23,9 mil milhões de euros.

Do total de candidaturas rececionadas desde o início do Programa, verifica-se que, à exceção de situações residuais, todos os projetos se encontravam analisados, sendo que cerca de 44% do montante de investimento em sede de candidatura foi aprovado, 36% foi objeto de desistência ou anulação e 20% não foi aprovado.

Com os projetos praticamente todos analisados, verificou-se um nível reduzido de **desistências** em 2014, face aos anos anteriores. Já no que se refere às **anulações**, 2014 representa o segundo ano em termos de incentivo anulado, depois de 2012, com 219 anulações, envolvendo um incentivo de 224,8 milhões de euros. No total, o Programa regista uma taxa de anulação de 19%, sendo esta tem especial incidência entre a contratação e o arranque financeiro dos projetos. A taxa de anulação no encerramento do COMPETE deverá ser superior à registada no PRIME (2000-2006), reflexo da difícil conjuntura macroeconómica.

Em 2014 foram aprovados 336 projetos (ano com o menor nível de compromisso assumido), provenientes das últimas fases dos concursos de 2013, que acrescem às aprovações dos anos anteriores, perfazendo um total de 6.695 **projetos aprovados**, com um investimento elegível de 8,6 mil milhões de euros e um incentivo de 4,1 mil milhões de euros.

Encontram-se **concluídos ou em fase de conclusão** 2.856 projetos com um investimento elegível de 4,6 mil milhões de euros e um incentivo associado de 1,9 mil milhões de euros, representando cerca de metade do incentivo total aprovado.

Considerando apenas os 1.323 projetos encerrados, registou-se uma **taxa média**

de quebra de 11% (permitindo uma descativação de incentivo de 118,4 milhões de euros), sendo a mesma mais elevada no SAMA.

Relativamente aos projetos decididos, atingiu-se uma taxa de seleção de 40% (representando 74% do investimento proposto), salientando-se a forte seletividade verificada nos projetos do SAESCTN.

As razões de não elegibilidade variam em função da tipologia dos projetos, sendo que no SAMA, a não elegibilidade se prende principalmente com a falta de mérito dos projetos apresentados, enquanto no SI Qualificação PME e no SIAC, os projetos são não elegíveis essencialmente devido a questões de admissibilidade do promotor ou do projeto.

A região Norte é a que regista maior nível de apoio em termos de número de projetos, investimento elegível e de incentivo, atingindo perto de metade do total das aprovações. O Alentejo é a região onde o investimento médio por projeto é superior.

Quanto à afetação das aprovações por Tema Prioritário, 91% do montante de Fundo Comunitário aprovado concentra-se no tema “Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo”, verificando-se uma forte concentração dos apoios concedidos a projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, que absorvem 99% do incentivo.

Analisando o estágio de execução do compromisso aprovado, constata-se que 48% do incentivo se refere a projetos encerrados ou em vias de encerramento, cerca de 50% a projetos que se encontram na sua fase normal de execução, permanecendo apenas 2%, sem qualquer execução financeira.

No final de 2014, estava contratada a quase totalidade dos projetos aprovados. Durante o ano foram contratados 749 projetos, com um investimento elegível de 1,1 mil milhões de euros e um incentivo de 482,1 milhões de euros.

Analisando a tipologia de promotores, verifica-se que cerca de $\frac{3}{4}$ do investimento elegível se enquadra em projetos empresariais, 15% em projetos de entidades públicas e os restantes 10% em projetos de entidades privadas sem fins lucrativos (destacando-se a componente referente aos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME).

Relativamente ao cumprimento das metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento, no final de 2014, regista-se uma elevada realização, ou seja, cerca de 76% dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível aferir o grau de realização) ultrapassaram a respetiva meta para 2015, sendo expectável que, para muitos dos indicadores com níveis de realização atualmente abaixo da meta estabelecida para 2015, que a mesma seja atingida até final do Programa.

No que concerne à **realização financeira**, o ano de 2014 constituiu-se como o ano com maior volume de execução financeira realizada, bem como, dado o elevado nível de pagamentos realizados, o de maior volume de financiamento aos promotores.

Face à dotação total 2007-2013, o COMPETE atingiu um nível geral de **compromissos** de cerca de 128%, destacando-se os Eixos II e IV (143% e 119% respetivamente).

Em 2014 foram realizados 604 milhões de euros de FEDER de **pagamentos**. Em termos acumulados, o montante total de pagamentos realizados era de 2,8 mil milhões de euros de FEDER, o qual se traduziu numa taxa de pagamento do Programa, face à dotação, de 88%.

Cerca de 54% do incentivo pago assume a natureza de **incentivo reembolsável**, podendo, parte deste ser convertida em não reembolsável em função da atribuição do prémio de realização, tendo em conta o cumprimento dos objetivos fixados para cada projeto. Prevê-se que o montante previsional de **reembolsos** atinja os 568 milhões de euros, num calendário de reembolso que se estende por mais de uma década. A 31 de dezembro de 2014, o Programa registava um montante acumulado de reembolsos realizados (recebidos pelos Organismos Intermédios respetivos) na ordem dos 137,4 milhões de euros.

A taxa de **execução** (Fundo) fixou-se nos 82%, com destaque para o Eixo II já com

um montante executado muito próximo da sua dotação FEDER (98%). Com esta execução acumulada, o Programa cumpriu a **meta n+2** (106%), apesar de todas as dificuldades e constrangimentos sentidos nos últimos anos, com especial impacto na execução do Programa.

O mecanismo de apoio ("**regra spill-over effects**") a regiões fora da Convergência continua a assumir um carácter de exceção, representando apenas 3% do investimento elegível apoiado no total do Programa.

Em conjunto com os PO Regionais, verificou-se, no final do ano, um nível de 70% de **apoios a PME** na Agenda da Competitividade, sendo cumprido o limite mínimo de 60% de apoios diretos a estas empresas.

CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Durante o ano em análise foi assegurado o cumprimento dos dispositivos comunitários em termos de **Regras da Concorrência, Contratação Pública, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Oportunidades**.

MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO COMPETE

No ano de 2014, a **economia mundial** manteve o ritmo de crescimento verificado no ano anterior, em especial graças a uma performance mais positiva das economias avançadas. Na **Área do Euro**, o aumento da procura interna, a descida dos preços da energia, a depreciação do

euro, e a política expansionista do Banco Central Europeu contribuíram para uma taxa de crescimento moderada, mas positiva do PIB.

Em Portugal, a economia recupera ligeiramente em 2014, em linha com o verificado na Área do Euro e após a queda profunda dos últimos anos. A melhoria das expectativas dos agentes económicos e o aumento da procura interna, que substitui as exportações como motor do PIB, justificam boa parte desta dinâmica. No mercado de trabalho, o ajustamento está a ser lento, com a taxa de desemprego a situar-se a níveis ainda elevados (taxa anual de 13,9%).

O investimento recuperou em 2014, estando ainda a níveis inferiores aos registados em 2011. Se a evolução dos mercados financeiros, agora mais sólidos e com maior liquidez, favorece esta tendência de recuperação, a permanência de restrições no acesso ao crédito (em particular para algumas empresas) e a necessidade de desalavancagem dos agentes económicos condicionam a mesma.

Com o abrandamento das exportações e o aumento significativo das importações, o saldo da balança de bens e serviços diminuiu em 2014, mantendo, no entanto, a situação superavitária que tinha sido alcançada no ano anterior.

O ano de 2014 é marcado pela saída do país do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Nas

contas públicas, manteve-se a tendência de consolidação orçamental, embora a menor ritmo e estimulada pela melhoria da atividade económica. Em sentido inverso, a dívida pública manteve a escalada, superando os 130% do PIB em 2014.

PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

Durante o período de implementação do COMPETE, a conjuntura socioeconómica assumiu-se como um dos principais constrangimentos externos à boa execução do Programa, com especial impacte sobre a execução dos projetos e, em particular, das entidades públicas.

Em 2014, apesar dos constrangimentos que ainda subsistem, nomeadamente em termos de acesso ao crédito, e da fragilidade do crescimento, a conjuntura mais favorável permite enfrentar com maior otimismo a atual fase de encerramento dos projetos.

Desta forma, para além das medidas reportadas nos últimos relatórios, visando aumentar a capacidade de execução dos promotores, destaca-se, em 2014, a definição de novas condições de acesso ao Empréstimo Quadro do BEI (QREN EQ 2), bem como o financiamento da totalidade dos projetos com pontuação elegível nas últimas fases dos Avisos de Abertura de Concursos (AAC) dos Sistemas de Incentivos.

Sendo o desemprego um dos pontos críticos da economia portuguesa, é de

salientar que está prevista, nos projetos aprovados, uma **criação líquida de emprego** que ronda os 20 mil postos de trabalho, mais de metade dos quais qualificados.

Ao nível do investimento, tendo em conta a quebra acentuada verificada ao longo dos últimos anos a nível nacional, é de relevar os mais de 8,4 mil milhões de euros de investimento empresarial alavancados pelos apoios do COMPETE, em contraciclo com a tendência negativa da economia nacional e europeia.

Por outro lado, constata-se que as opções estratégicas seguidas pelo Programa ao longo deste ciclo económico pouco favorável, estiveram em linha com as necessárias mudanças estruturais da economia portuguesa, designadamente no que se refere a uma maior orientação para a produção transacionável, à aposta em setores mais intensivos em tecnologia e conhecimento e, consequentemente, em bens e serviços com maior incorporação de valor acrescentado. Esta correlação verifica-se em particular no que respeita à orientação para mercados internacionais, tendo em conta os efeitos do COMPETE sobre o aumento da intensidade exportadora das empresas apoiadas, sobre a sua capacitação e alargamento a novos mercados.

Muito embora não sejam conhecidos ainda os resultados da maioria dos projetos aprovados (encontram-se agora em fase de encerramento), os primeiros números do SI Inovação (79 projetos),

apontam, entre o pré e o pós-projeto, para acréscimos da intensidade exportadora em cerca de 12 p.p., aumentos de produtividade na ordem dos 33% e para a criação efetiva de 1.481 postos de trabalho, com um nível de qualificação superior ao verificado nas empresas aquando da candidatura.

Importa ainda referir que o perfil das empresas apoiadas pelo COMPETE é, em média, mais qualificado que o dos potenciais beneficiários (as médias e grandes empresas das regiões de convergência dos setores enquadráveis), o que significa que o Programa está a selecionar as empresas com melhores desempenhos, mais intensivas em tecnologia ou conhecimento, mais produtivas, mais exportadoras, e com maior robustez financeira, o que constitui, à partida uma garantia de melhores resultados para este instrumento de política pública.

A nível interno, os principais **constrangimentos** com impacto na execução do Programa são de natureza orçamental, resultantes da procura elevada dos últimos concursos dos Sistemas de Incentivos. Neste sentido, a Autoridade de Gestão (AG COMPETE) tem vindo a desenvolver um trabalho de reorçamentação e de acompanhamento regular da execução dos projetos, procurando minimizar os atrasos, intensificar os processos de descativação de incentivo e acelerar o encerramento dos projetos.

COMPLEMENTARIDADE INSTRUMENTOS

COM

OUTROS

Para além da articulação com o PRODER e com o POPH, é de salientar o trabalho da AG COMPETE na coordenação da rede de incentivos do QREN, designadamente assegurando a assessoria técnica à realização das Comissões de Seleção, na circulação da informação e na comunicação ao IFDR dos apoios *de minimis*, entre outros.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 2014, a AG COMPETE manteve as suas funções de **monitorização** no âmbito do Programa e enquanto coordenadora da Rede de Sistemas de Incentivos, produzindo informação diversa para o efeito. A atividade da AG foi, no entanto, muito condicionada pelas exigências de **preparação do novo ciclo de Programação**.

A **Descrição do Sistema de Gestão e Controlo** do COMPETE foi objeto de atualização, em setembro de 2014, visando incorporar as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, tendo a mesma sido aprovada pela Comissão Directiva, em novembro.

Relativamente ao **Controlo Interno**, no ano de 2014, foi definido um novo plano de auditorias internas a efetuar pela Autoridade de Gestão, tendo-se optado, face ao atraso verificado na execução das ações de controlo interno dos anos anteriores, por um acompanhamento mais estreito das auditorias realizadas no

âmbito dos Planos de Controlo Interno de 2010, 2011 e 2012/2013 e 2014/2015.

Foi, igualmente, elaborado o **Plano Anual de Verificações no Local de 2014**, que envolve 47 projetos com verificações calendarizadas para o primeiro semestre de 2015, aprovado pela Comissão Directiva em fevereiro de 2015. Quanto às Verificações no Local realizadas e concluídas em 2014 a taxa de erro global detetada foi de 0,132%. Em matéria de **controlo externo**, a IGF estima, com base nos resultados obtidos das auditorias realizadas e considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, uma taxa de erro de 1,34%, que não ultrapassa o limiar da materialidade definido nos 2%.

No âmbito do **Sistema de Informação**, manteve-se o trabalho de consolidação e aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados, com especial enfoque nas ferramentas de encerramento, bem como de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura. De salientar, no ano em análise, a preparação do Sistema de Informação para o novo ciclo de Programação, designadamente a articulação da PAS - Plataforma de Acesso Simplificado com o Balcão Portugal 2020 e o desenvolvimento de novas funcionalidades como o pré-preenchimento dos formulários ou o *download* de documentos.

Em junho, teve lugar a 8.^a reunião da **Comissão de Acompanhamento**, na qual foi apreciado e aprovado o Relatório de

Execução de 2013 e apresentados os principais aspetos da evolução do Programa, nos primeiros cinco meses de 2014.

Durante o ano de 2014, não foram efetuados ajustes ao [Plano de Avaliação](#), estando concluídos os principais exercícios de avaliação nele previstos. Neste âmbito, realça-se o contributo do COMPETE para os exercícios de [avaliação ex-post do QREN](#), em curso.

GRANDES PROJETOS

Durante 2014, foi aprovado o grande projeto da ATLANTIKFUROR, pelo que se contabilizam, no final do ano em análise, 13 [Grandes Projetos](#), envolvendo um investimento elegível de 1,7 mil milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 340,1 milhões de euros.

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Em matéria de informação e comunicação, no ano de 2014 reforçou-se a estratégia de divulgação de resultados e de boas práticas decorrentes dos apoios do COMPETE, numa dinâmica de interação com os promotores. Manteve-se a aposta nos meios digitais, com o *site*, as *newsletters* e as redes sociais a assumirem-se como ferramentas privilegiadas.

Dos eventos realizados, destaca-se a [Campanha de lançamento da nova linha de financiamento a Business Angels](#), em fevereiro, que incluiu o desenvolvimento da marca, a realização de sessões de

divulgação e esclarecimento e a divulgação na internet e redes sociais, entre atividades.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2015 E 2016

Os próximos dois anos serão marcados pelo encerramento dos projetos e do Programa e pela apresentação de resultados.

Face às atuais [perspetivas económicas](#), mais favoráveis nesta fase final do ciclo de programação, e às medidas tomadas pela AG no sentido de gerar um [overbooking adequado](#), que compense as normais anulações de projetos e descativação de incentivo, bem como ao nível do [planeamento e monitorização do ritmo de encerramentos](#), considera-se que o COMPETE está em condições de absorver a totalidade da sua dotação até final de 2015 e de cumprir os requisitos necessários ao encerramento até março de 2017. Para tal, e visando acomodar as diferenças de execução registadas por Eixo, em 2015 poderá ainda haver lugar a um exercício de [reprogramação financeira](#).

Estes são também os primeiros anos do novo ciclo de programação – Portugal 2020 e do novo Programa dedicado à competitividade e internacionalização da economia portuguesa – [COMPETE 2020](#), cuja operacionalização estará no centro das atenções, quer do público e dos potenciais beneficiários, quer no âmbito da atividade da Autoridade de Gestão e

das demais entidades envolvidas na gestão do Programa.

Considerando alguma continuidade entre os dois programas, poderão vir a realizar-se alguns **estudos e avaliações**, que incidam sobre a experiência do QREN e que, desta forma, e dada a fase de execução dos projetos, permitam perceber melhor os impactos do

COMPETE e o grau de cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

Essas e outras conclusões poderão ser apresentadas na **sessão pública de encerramento do Programa**, que se prevê vir a realizar-se aquando da entrega do Relatório Final de Execução e que marcará o encerramento efetivo deste Programa Operacional.

ÍNDICE GERAL

	Página
APRESENTAÇÃO	i
SUMÁRIO EXECUTIVO	iii
ÍNDICE GERAL	xi
ÍNDICE DE TABELAS:	xiv
ÍNDICE DE FIGURAS	xvii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xvii
ÍNDICE DE CAIXAS	xxi
INTRODUÇÃO	1
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	3
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	13
2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS	13
2.1.1. Realização Física do Programa Operacional	13
2.1.2. Realização Financeira do Programa Operacional	16
2.1.3. Informação sobre a Repartição da Utilização dos Fundos	28
2.1.4. Informação sobre o Apoio Comunitário por Grupos-Alvo	34
2.1.5. Apoio Restituído ou Reutilizado	35
2.1.6. Análise Qualitativa	38
2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO	50
2.2.1. Regras da Concorrência	50
2.2.2. Regras de Contratação Pública	54
2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	55
2.2.4. Igualdade de Oportunidades	62
2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional	66
2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	67
2.3.1. Constrangimentos Internos	67
2.3.2. Constrangimentos Externos	68
2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	76
2.4.1. Contexto Socioeconómico	76
2.4.2. Regulamentos Publicados em 2014	96
2.4.3. Manuais de Procedimentos	97
2.4.4. Orientações Técnicas e de Gestão	99

2.4.5.	<i>Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas</i>	100
2.5	ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006	102
2.6	COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS	102
2.6.1.	<i>Complementaridade com outros Programas</i>	102
2.6.2.	<i>Instrumentos de Engenharia Financeira</i>	108
2.7	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	108
2.7.1.	<i>Acompanhamento</i>	108
2.7.2.	<i>Avaliação</i>	137
2.7.3.	<i>Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)</i>	139
3.	EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	145
3.1	EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	145
3.1.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	146
3.1.2.	<i>Análise qualitativa</i>	147
3.1.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	175
3.2	EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO	175
3.2.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	176
3.2.2.	<i>Análise qualitativa</i>	179
3.2.1.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	195
3.3	EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO	196
3.3.1.	<i>Cumprimento de Metas e Análise de Progressos</i>	197
3.3.2.	<i>Análise qualitativa</i>	198
3.3.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	209
3.4	EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE	210
3.4.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	210
3.4.1.	<i>Análise qualitativa</i>	212
3.4.2.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	216
3.5	EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	216
3.5.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	217
3.5.2.	<i>Análise qualitativa</i>	219
3.5.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	233
4.	GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS	235
4.1	GRANDES PROJETOS	235
4.2	PROJETOS AMBIENTAIS	237
5.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	239
5.1.1.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	241

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	243
6.1 COMUNICAÇÃO WEB 2.0	245
6.2 COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA	252
6.3 EVENTOS & RELAÇÕES PÚBLICAS.....	253
6.4 MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO.....	257
6.5 CONTACTO COM O PÚBLICO	258
6.6 A REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO QREN	259
6.7 A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO REDE INFORM.....	261
6.8 COMUNICAÇÃO INTERNA	261
6.9 MONITORIZAÇÃO	262
6.10 ORÇAMENTO	263
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2015-2016.....	265
7.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2014.....	265
7.2 PREVISÕES PARA 2015-2016	272
Glossário de siglas.....	275
Bibliografia	278
Anexos	279

ÍNDICE DE TABELAS:

	Página
TABELA 1.1: DOTAÇÃO ORÇAMENTAL DO COMPETE	4
TABELA 1.2: SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE	5
TABELA 2.1: INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO, 2007-2014	15
TABELA 2.2: INDICADORES COMUNS NACIONAIS DA AGENDA FATORES DE COMPETITIVIDADE, 2007-2014 ..	16
TABELA 2.3: PAGAMENTOS REALIZADOS, 2007-2014	19
TABELA 2.4: REEMBOLSOS NOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, 2007-2014	20
TABELA 2.5: REEMBOLSOS DO PROGRAMA (INCENTIVO REEMBOLSÁVEL), 2007-2014	21
TABELA 2.6: REALIZAÇÃO FINANCEIRA, 2007-2014	22
TABELA 2.7: REALIZAÇÃO FINANCEIRA – VALORES CERTIFICADOS À COMISSÃO EUROPEIA, 2007-2014	24
TABELA 2.8: META COMUNITÁRIA N+2, 2014.....	25
TABELA 2.9: PEDIDOS DE CERTIFICAÇÃO DE DESPESAS APRESENTADOS PELO COMPETE À AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO, 2014 (VALORES ACUMULADOS)	26
TABELA 2.10: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) APRESENTADOS PELA AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO À CE, 2014 (VALORES ACUMULADOS)	26
TABELA 2.11: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) APRESENTADOS PELA AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO À CE, 2014 (VALORES POR CDDPP)	26
TABELA 2.12: PAGAMENTOS EFETUADOS PELA CE, 2007-2014.....	27
TABELA 2.13: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR FORMA DE FINANCIAMENTO, 2007-2014	28
TABELA 2.14: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR EIXO E FORMA DE FINANCIAMENTO, 2007-2014	29
TABELA 2.15: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR ATIVIDADE ECONÓMICA, 2007-2014	29
TABELA 2.16: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR REGULAMENTO ESPECÍFICO, 2007-2014	30
TABELA 2.17: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II, 2007-2014	30
TABELA 2.18: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II E NUTS III, 2007-2014	31
TABELA 2.19: APLICAÇÃO REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2014	32
TABELA 2.20: PROJETOS DE I&D EM CO-PROMOÇÃO APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2014.....	33
TABELA 2.21: PROJETOS APROVADOS NO SAMA AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2014..	34
TABELA 2.22: AÇÕES DE CONTROLO EXTERNO - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2014 ..	35
TABELA 2.23: VERIFICAÇÕES NO LOCAL - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2014.....	36
TABELA 2.24: CONTROLO INTERNO - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2014	37
TABELA 2.25: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2014	37
TABELA 2.26: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014	38
TABELA 2.27: PROJETOS COM VARIAÇÃO DOS VALORES DE APROVAÇÃO EM 2014.....	41
TABELA 2.28: PROJETOS APROVADOS (INCLUINDO SALDO DE 2014 DE NOVAS APROVAÇÕES E DESCATIVAÇÕES) POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014	42
TABELA 2.29: PROJETOS CONCLUÍDOS E EM FASE DE CONCLUSÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014.....	43
TABELA 2.30: PROJETOS APROVADOS POR FASE DE CANDIDATURA, 2007-2014	45
TABELA 2.31: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2014	45
TABELA 2.32: PROJETOS CONTRATADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014.....	47

TABELA 2.33: APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO (CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA), 2007-2014	47
TABELA 2.34: PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR, 2007-2014.....	49
TABELA 2.35: NÍVEL DE APOIO A PME NO COMPETE E PO REGIONAIS, 2007-2014	49
TABELA 2.36: REGIMES DE AUXÍLIO UTILIZADOS NO COMPETE POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO	51
TABELA 2.37: APOIOS CONCEDIDOS EM TERMOS DE AUXÍLIOS DE ESTADO NO COMPETE POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO, 2007-2014.....	52
TABELA 2.38: PROJETOS OBJETO DE ENVIO EX-POST À DG CONCORRÊNCIA, 2007-2014	53
TABELA 2.39: PROJETOS OBJETO DE NOTIFICAÇÃO À DG CONCORRÊNCIA, 2007-2014.....	54
TABELA 2.40: PROJETOS APROVADOS COM COMPONENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014	66
TABELA 2.41: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – ÁREA DO EURO, 2010-2015	81
TABELA 2.42: EVOLUÇÃO DO VAB POR SETORES – PORTUGAL, 2007-2014	88
TABELA 2.43: INDICADORES SETORIAIS – PORTUGAL, 2011-2014	88
TABELA 2.44: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – PORTUGAL, 2006-2014	95
TABELA 2.45: ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPETE E OS PO REGIONAIS.....	103
TABELA 2.46: ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPETE E O POPH.....	106
TABELA 2.47: EMPRESAS COM PROJETOS APROVADOS NO COMPETE E NO POPH POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014.....	107
TABELA 2.48: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS APURADAS NAS OPERAÇÕES COM RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA, PLANO CONTROLO INTERNO 2010	115
TABELA 2.49: PONTO DE SITUAÇÃO VERIFICAÇÕES NO LOCAL, 2007-2014.....	119
TABELA 2.50: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DAS VERIFICAÇÕES NO LOCAL COM RTV DEFINITIVO, 2007-2014.....	120
TABELA 2.51: AUDITORIAS EXTERNAS, 2007-2014	121
TABELA 2.52: FOLLOW-UP DAS RECOMENDAÇÕES APLICÁVEIS AO COMPETE.....	123
TABELA 2.53: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DA AUDITORIA DAS OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA ESTRUTURA DE AUDITORIA SEGREGADA SOBRE DESPESA CERTIFICADA PELO COMPETE, 2007-2014	125
TABELA 2.54: PEQUENA ESTATÍSTICA RELATIVA AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	132
TABELA 2.55: ORGANISMOS INTERMÉDIOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DO COMPETE	133
TABELA 3.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO I, 2007-2014.....	146
TABELA 3.2: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO I, 2007-2014.....	147
TABELA 3.3: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO EIXO I POR INSTRUMENTO, 2007-2014	147
TABELA 3.4: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRAMENTOS NO SAESCTN POR NATUREZA DOS CONCURSOS, 2007-2014.....	149
TABELA 3.5: PROJETOS SAESCTN APROVADOS POR NUTS II, 2007-2014	150
TABELA 3.6: CONCURSOS DE IC&DT ENQUADRADOS AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 2007-2014	150
TABELA 3.7: CONCURSOS PARA PROJETOS DE IC&DT EM TODOS OS DOMÍNIOS, 2007-2014.....	151
TABELA 3.8: CONCURSOS ESPECÍFICOS COM PROJETOS DE IC&DT APROVADOS, 2007-2013.....	152
TABELA 3.9: CONCURSOS PARA PROJETOS DE IC&DT ESTRATÉGICOS E DE INTERESSE PÚBLICO, 2007-2014	152
TABELA 3.10: PRINCIPAIS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS DOS PROJETOS DE IC&DT SAESCTN POR REGIÃO (MAIS DE 50% DO INCENTIVO APROVADO), 2007-2013.....	154
TABELA 3.11: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRAMENTOS NO SI I&DT POR INSTRUMENTO, 2007-2014	163

TABELA 3.12: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2014.....	164
TABELA 3.13: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS, 2007-2014	165
TABELA 3.14: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR AGRUPAMENTO SETORIAL, 2007-2014.....	166
TABELA 3.15: PRINCIPAIS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS DOS PROJETOS DO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2014	168
TABELA 3.16: INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO DO EIXO II, 2007-2014.....	177
TABELA 3.17: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO II, 2007-2014.....	178
TABELA 3.18: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO EIXO II POR INSTRUMENTO, 2007-2014.....	179
TABELA 3.19: PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR REGIÃO, 2007-2014.....	180
TABELA 3.20: PROJETOS APROVADOS DO EIXO II COM APOIOS À FORMAÇÃO, 2007-2014.....	180
TABELA 3.21: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2014	181
TABELA 3.22: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014	182
TABELA 3.23: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR DIMENSÃO, 2007-2014	183
TABELA 3.24: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO PME POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2014	188
TABELA 3.25: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO III, 2007-2014.....	198
TABELA 3.26: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO III, 2007-2014.....	198
TABELA 3.27: CANDIDATURAS APROVADAS DO EIXO III, 2007-2014	199
TABELA 3.28: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS LINHAS DE CRÉDITO, 2007-2014	200
TABELA 3.29: RESULTADOS DAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I E II, 2007-2014	200
TABELA 3.30: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR REGIÃO DAS PME, 2007-2014.....	201
TABELA 3.31: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR DIMENSÃO DAS PME, 2007-2014.....	202
TABELA 3.32: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, 2007-2014.....	202
TABELA 3.33: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR CLASSE DE RISCO, 2007-2014.....	202
TABELA 3.34: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014.....	203
TABELA 3.35: APLICAÇÕES EM PME POR INSTRUMENTO FINANCEIRO, 2007-2014	206
TABELA 3.36: APLICAÇÕES DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL DE RISCO EM PME, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014.....	207
TABELA 3.37: EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS IMPLEMENTADOS ATRAVÉS DO HOLDING FUND FINOVA.....	207
TABELA 3.38: EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO FINANCEIRO LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN.....	208
TABELA 3.39: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO IV, 2007-2014	211
TABELA 3.40: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO IV, 2007-2014	212
TABELA 3.41: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO SAMA POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2014	212
TABELA 3.42: PROJETOS APROVADOS NO EIXO IV POR REGIÃO, 2007-2014	213
TABELA 3.43: PROJETOS APROVADOS NO EIXO IV COM APOIOS À FORMAÇÃO, 2007-2014	214
TABELA 3.44: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO V, 2007-2014	218
TABELA 3.45: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO V, 2007-2014	218
TABELA 3.46: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO EIXO V POR CONCURSO, 2007- 2014.....	219

TABELA 3.47: PROJETOS APROVADOS DE EEC POR INSTRUMENTO, 2007-2014	229
TABELA 3.48: PROJETOS APROVADOS DE EEC POR TIPO DE ESTRATÉGIA, 2007-2014	231
TABELA 4.1: GRANDES PROJETOS APROVADOS, 2007-2014	235
TABELA 4.2: ALTERAÇÕES À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS, 2014	236
TABELA 4.3: GRANDES PROJETOS CONCLUÍDOS, 2007-2014	237
TABELA 5.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO VI, 2007-2014	240
TABELA 5.2: CANDIDATURAS, PROJETOS APROVADOS E ENCERRADOS NO EIXO VI POR BENEFICIÁRIO, 2007-2014	240
TABELA 5.3: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO EIXO VI POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2014	241
TABELA 6.1: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO RIC QREN EM 2014*	260
TABELA 6.2: INDICADORES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2014	262
TABELA 6.3: ORÇAMENTO E EXECUÇÃO (DESPESA ELEGÍVEL) - INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2014	263
TABELA 7.1: CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS FIXADOS PARA 2014	272

ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
FIGURA 1.1: ORGANIGRAMA DO SECRETARIADO TÉCNICO	10
FIGURA 2.1: PLATAFORMA DE ACESSO SIMPLIFICADO (PAS)	130
FIGURA 2.2: QUADRO DE RESPONSABILIDADE NA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	140

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Página
GRÁFICO 2.1: CUMPRIMENTO DAS METAS DOS INDICADORES FÍSICOS DE REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014	14
GRÁFICO 2.2: TAXAS DE COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2014	17
GRÁFICO 2.3: COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO) POR ESTÁDIO DE EXECUÇÃO, 2007-2014	18
GRÁFICO 2.4: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO), POR ANO, 2007-2014	19
GRÁFICO 2.5: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO) POR TIPOLOGIA DE INCENTIVO, 2007- 2014	19
GRÁFICO 2.6: EXECUÇÃO REALIZADA - DISTRIBUIÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007- 2014	22
GRÁFICO 2.7: TAXAS DE EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2014	23
GRÁFICO 2.8: EXECUÇÃO ANUAL REALIZADA (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2014	23
GRÁFICO 2.9: EXECUÇÃO ACUMULADA (FUNDO COMUNITÁRIO) POR ANO, FACE ÀS METAS N+3/N+2, 2007- 2014	25

GRÁFICO 2.10: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2014	27
GRÁFICO 2.11: INVESTIMENTO RECECIONADO POR SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS, 2007-2014	38
GRÁFICO 2.12: INVESTIMENTO RECECIONADO OBJETO DE DESISTÊNCIA POR MEDIDA, 2007-2014	39
GRÁFICO 2.13: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO POR ANO DE ANULAÇÃO, 2007-2014	39
GRÁFICO 2.14: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ANO DE APROVAÇÃO, 2007-2014.....	40
GRÁFICO 2.15: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ANO, EM COMPARAÇÃO COM O POE/PRIME, 2000-2006 E 2007-2014.....	40
GRÁFICO 2.16: PROJETOS OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ESTÁDIO, 2007-2014.....	41
GRÁFICO 2.17: INCENTIVO BRUTO APROVADO POR SITUAÇÃO ATUAL, 2007-2014	42
GRÁFICO 2.18: APROVAÇÕES BRUTAS POR SITUAÇÃO ATUAL E ANO DE APROVAÇÃO, 2007-2014	42
GRÁFICO 2.19: QUEBRA DE ENCERRAMENTO DOS PROJETOS ENCERRADOS POR INSTRUMENTO, 2007-2014	43
GRÁFICO 2.20: TAXAS DE APROVAÇÃO (INVESTIMENTO PROPOSTO), 2007-2014.....	44
GRÁFICO 2.21: PROJETOS POR RAZÕES DE NÃO APROVAÇÃO, 2007-2014	44
GRÁFICO 2.22: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2014.....	46
GRÁFICO 2.23: INCENTIVO APROVADO POR ESTÁDIO DE EXECUÇÃO, POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2014... 46	46
GRÁFICO 2.24: INCENTIVO APROVADO (M€) NO COMPETE E PO REGIONAIS DE CONVERGÊNCIA POR SISTEMA DE INCENTIVOS E DIMENSÃO DA EMPRESA, 2007-2014	48
GRÁFICO 2.25: PROJETOS APROVADOS NO COMPETE E PO REGIONAIS DA CONVERGÊNCIA POR SISTEMA DE INCENTIVOS E DIMENSÃO DA EMPRESA, 2007-2014.....	48
GRÁFICO 2.26: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POR PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE, 2007-2014.....	57
GRÁFICO 2.27: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE, POR PRINCIPAIS CAE, 2007-2014.....	58
GRÁFICO 2.28: GAP REMUNERATÓRIO ENTRE MULHERES E HOMENS NA EU, 2012.....	63
GRÁFICO 2.29: REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DAS EMPRESAS, OUTUBRO DE 2014	63
GRÁFICO 2.30: GENDER GAP INDEX PORTUGAL – DIFERENÇAS DE GÉNERO POR DOMÍNIO, 2007 E 2014.....	64
GRÁFICO 2.31: GENDER GAP INDEX PORTUGAL – DOMÍNIO ECONOMIA E TRABALHO, 2007 E 2014	64
GRÁFICO 2.32: APOIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR SETOR, 2007-2014	67
GRÁFICO 2.33: ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS EMPRESAS APOIADAS, POR SETOR, 2007-2014	70
GRÁFICO 2.34: ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS EMPRESAS APOIADAS, POR REGIÃO, 2007-2014	70
GRÁFICO 2.35: CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR INSTRUMENTO, 2007-2014.....	71
GRÁFICO 2.36: PROJETOS QUE PASSARAM PELA BDI POR MOTIVO, 2007-2014.....	76
GRÁFICO 2.37: RITMO DE ENTRADA DE PROJETOS NA BDI, 2007-2014.....	76
GRÁFICO 2.38: PROJETOS APROVADOS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, INCLUÍDOS NA BDI NO FINAL DE 2014, POR MOTIVO, 2007-2014.....	76
GRÁFICO 2.39: PIB, 2010-2015	78
GRÁFICO 2.40: EXPORTAÇÕES, 2010-2015	78
GRÁFICO 2.41: CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB, 2009-2016.....	78
GRÁFICO 2.42: EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EMPRESARIAL, 1990-2014 (TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL).....	83
GRÁFICO 2.43: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR GRUPOS DE PRODUTOS MERCADORIAS, 2007-2014.....	84

GRÁFICO 2.44: INTENSIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES (INDÚSTRIA TRANSFORMADORA), 2007-2014	85
GRÁFICO 2.45: PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL (MERCADORIAS), 2008 E 2014.....	85
GRÁFICO 2.46: PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL (MERCADORIAS), 2008 E 2014.....	85
GRÁFICO 2.47: EXPORTAÇÕES DE BENS NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA, 2007-2014.....	86
GRÁFICO 2.48: PESO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DO PAÍS, 2007-2014.....	86
GRÁFICO 2.49: PESO DAS EXPORTAÇÕES NO PIB, 2001-2014.....	86
GRÁFICO 2.50: EVOLUÇÃO DA BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL NO PIB, 2001-2014	86
GRÁFICO 2.51: INDICADORES DE CONFIANÇA, 2007-2014	87
GRÁFICO 2.52: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA TAXA DE EMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2014	89
GRÁFICO 2.53: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2014	89
GRÁFICO 2.54: EVOLUÇÃO DA TAXA ANUAL DE EMPREGO POR NUTS II, 2011-2014	90
GRÁFICO 2.55: EVOLUÇÃO DA TAXA ANUAL DE DESEMPREGO POR NUTS II, 2011-2014	90
GRÁFICO 2.56: EVOLUÇÃO DO SALDO NATURAL POR NUTS II, 2004-2013	90
GRÁFICO 2.57: EVOLUÇÃO DO SALDO MIGRATÓRIO POR NUTS II, 2004-2013	91
GRÁFICO 2.58: ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2004-2011	94
GRÁFICO 2.59: EVOLUÇÃO DO VAB A PREÇOS BASE POR NUTS III, 2007-2011	94
GRÁFICO 2.60: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR AAC E POR CONVITE OU REGIMES ESPECIAIS, 2007-2014	100
GRÁFICO 2.61: INCENTIVO BRUTO APROVADO NOS AAC, POR FASE DE LANÇAMENTO (SEMESTRE), 2007-2014	101
GRÁFICO 2.62: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR POR FASE DE CONCURSO, 2007-2014	101
GRÁFICO 2.63: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR DOS PROJETOS POR INSTRUMENTO, 2007-2014	102
GRÁFICO 2.64: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR ORGANISMO INTERMÉDIO, 2007-2014	133
GRÁFICO 3.1: EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS, 2007-2014.....	148
GRÁFICO 3.2: EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES, 2007-2014.....	148
GRÁFICO 3.3: INCENTIVO APROVADO POR REGIÃO, 2007-2014	148
GRÁFICO 3.4: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL, 2007-2014	153
GRÁFICO 3.5: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO, 2007-2013.....	153
GRÁFICO 3.6: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL E REGIÃO, 2007-2014	154
GRÁFICO 3.7: INCENTIVO APROVADO PARA PROJETOS DE IC&DT - SAESCTN POR TIPO DE PROMOTOR E CO-PROMOTOR, 2007-2014.....	154
GRÁFICO 3.8: INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN, POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2014.....	155
GRÁFICO 3.9: PRINCIPAIS OUTPUTS ESPERADOS DOS PROJETOS APROVADOS DO IC&DT - SAESCTN, 2007-2014	155
GRÁFICO 3.10: PROJETOS DE CIÊNCIA VIVA APROVADOS NO SAESCTN, POR TIPOLOGIA DE DESPESA APROVADA, 2007-2014.....	161
GRÁFICO 3.11: INV. ELEGÍVEL APROVADO NO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2014	164
GRÁFICO 3.12: INCENTIVO EMPRESARIAL APROV. SI I&DT POR DIMENSÃO, 2007-2014	165
GRÁFICO 3.13: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI I&DT EM CO-PROMOÇÃO POR TIPO DE COPROMOTOR, 2007-2014	165

GRÁFICO 3.14: INVESTIMENTO ELEGÍVEL EMPRESARIAL APROVADO NO SI I&DT EM CO-PROMOÇÃO POR DIMENSÃO DE EMPRESA, 2007-2014	165
GRÁFICO 3.15: INCENTIVO APROVADO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014	166
GRÁFICO 3.16: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR GRAU DE INTENSIDADE, 2007-2014	167
GRÁFICO 3.17: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR TIPO DE SETOR, 2007-2014	167
GRÁFICO 3.18: ESTIMATIVA DE INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR DOMÍNIO CIENTÍFICO, 2007-2014 ..	167
GRÁFICO 3.19: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL E REGIÃO, 2007-2014	168
GRÁFICO 3.20: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT (VALE I&DT) POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2014 ..	169
GRÁFICO 3.21: PROJETOS ENCERRADOS NO SI I&DT POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2014	170
GRÁFICO 3.22: INCENTIVO APROVADO NO EIXO II POR INSTRUMENTO E POR REGIÃO, 2007-2014	180
GRÁFICO 3.23: INCENTIVO BRUTO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR ANO, 2007-2014	182
GRÁFICO 3.24: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SETOR, 2007-2014	182
GRÁFICO 3.25: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014	183
GRÁFICO 3.26: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014	183
GRÁFICO 3.27: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR DIMENSÃO, 2007-2014	183
GRÁFICO 3.28: INVESTIMENTO REALIZADO E PROJETOS ENCERRADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA, 2007-2014	184
GRÁFICO 3.29: AUMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS, PROJETOS ENCERRADOS DOSI INOVAÇÃO, 2007-2014	184
GRÁFICO 3.30: AUMENTO DE POSTOS DE TRABALHO, PROJETOS ENCERRADOS DOSI INOVAÇÃO, 2007-2014	184
GRÁFICO 3.31: AUMENTO DO VAB E DA PRODUTIVIDADE, PROJETOS ENCERRADOS DOSI INOVAÇÃO, 2007-2014	185
GRÁFICO 3.32: INCENTIVO BRUTO APROVADO NO SI QUALIFICAÇÃO PME POR ANO, 2007-2014	188
GRÁFICO 3.33: PROJETOS APROVADOS DA TIPOLOGIA INTERNACIONALIZAÇÃO NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), 2007-2014	189
GRÁFICO 3.34: PROJETOS APROVADOS NOUTRAS TIPOLOGIAS (EXCETO INTERNACIONALIZAÇÃO) NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), 2007-2014	189
GRÁFICO 3.35: PROJETOS APROVADOS NOS PROJETOS CONJUNTOS DO SI QUALIFICAÇÃO PME POR FILEIRA, 2007-2014	190
GRÁFICO 3.36: EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2014	190
GRÁFICO 3.37: MERCADOS INTERNACIONAIS ALVO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, 2007-2014	190
GRÁFICO 3.38: EMPRESAS PARTICIPANTES EM PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, POR OBJETIVO, 2007-2014	191
GRÁFICO 3.39: RESULTADOS DOS PROJETOS CONJUNTOS DO SI QUALIFICAÇÃO PME ENCERRADOS, 2007-2014	191
GRÁFICO 3.40: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJETOS SIMPLIFICADOS) POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2014	191
GRÁFICO 3.41: APROVAÇÕES NO EIXO IV POR ANO, 2007-2014	213
GRÁFICO 3.42: PROJETOS APROVADOS NO SIAC POR ANO, 2007-2014	220
GRÁFICO 3.43: PROJETOS APROVADOS NO SIAC, POR ÁREA PRINCIPAL DE INTERVENÇÃO, 2007-2014	220
GRÁFICO 3.44: PROMOTORES E COPROMOTORES NO SIAC, 2007-2014	220

GRÁFICO 3.45: INVESTIMENTO ELEGÍVEL NO SIAC POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2014	221
GRÁFICO 3.46: OUTPUTS PREVISTOS NOS PROJETOS ENCERRADOS, 2007-2014	221
GRÁFICO 3.47: PROJETOS APROVADOS DE EEC POR TIPOLOGIA, 2007-2014.....	230
GRÁFICO 3.48: INCENTIVO APROVADO EM EEC-CLUSTERS, POR MEDIDA, 2008-2014.....	230
GRÁFICO 3.49: INCENTIVO APROVADO EM EEC-CLUSTERS, POR REGIÃO, 2008-2014.....	230
GRÁFICO 6.1: VISITANTES DO SITE DO COMPETE, 2014	246
GRÁFICO 6.2: VISITANTES DO SITE DO COMPETE, 2014	246
GRÁFICO 6.3: VISITANTES DO SITE DO COMPETE, 2014	247
GRÁFICO 6.4: POSTS E SEGUIDORES NO FACEBOOK DO COMPETE, 2012-2013	250
GRÁFICO 6.5: MEIOS QUE VEICULARAM NOTÍCIAS SOBRE O COMPETE, 2014.....	252
GRÁFICO 6.6: MEIOS QUE VEICULARAM NOTÍCIAS SOBRE O COMPETE, 2014.....	259
GRÁFICO 7.1: REALIZAÇÃO, PELAS EMPRESAS APOIADAS PELOS SI QREN, DAS PREVISÕES NO PÓS- PROJETO, 2010-2012	266
GRÁFICO 7.2: EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EMPRESARIAL APROVADO NO COMPETE FACE À FBCF NACIONAL, 2006-2015	267
GRÁFICO 7.3: COMPARAÇÃO DO PERFIL DAS EMPRESAS COM PROJETOS APROVADOS NO COMPETE FACE ÀS POTENCIAIS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA.....	270
GRÁFICO 7.4: PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS DO COMPETE, 2007-2014	271

ÍNDICE DE CAIXAS

	Página
CAIXA 1: AÇÕES COLETIVAS: CERÂMICA + SUSTENTÁVEL – APICER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA.....	59
CAIXA 2: CONTRIBUTO DO COMPETE E SISTEMAS DE INCENTIVOS DO QREN PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO E EMPREGO JOVEM	69
CAIXA 3: PROGRAMA OPERACIONAL COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	109
CAIXA 4: OBJETIVOS DA ÁREA DE GESTÃO E CONTROLO INTERNO.....	113
CAIXA 5: CIÊNCIA E CONHECIMENTO (PROJETO INDIVIDUAL): PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS POR TRANSESTERIFICAÇÃO E HIDROGENAÇÃO DE RESÍDUOS COM ELEVADO TEOR DE ÁCIDOS GORDOS LIVRES – BIOFFA - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P. (LNEG).....	156
CAIXA 6: CIÊNCIA E CONHECIMENTO (PROJETO EM CO-PROMOÇÃO): HINT - IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NOS ECOSISTEMAS INTERTIDAIS EUROPEUS: ANÁLISE ECOLÓGICA, FISIOLÓGICA E GENÉTICA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES – PORTO (ISCETA-PORTO/UP)	158
CAIXA 7: CIÊNCIA VIVA: ISTO É MATEMÁTICA - SOCIEDADE PORTUGUESA DE MATEMÁTICA	162
CAIXA 8: PROJETO DE I&DT EMPRESARIAL EM COPROMOÇÃO: CONCEÇÃO DE SISTEMAS ADESIVOS TAYLOR-MADE PARA O FABRICO DE PAINÉIS DE MADEIRA DE BAIXA EMISSÃO DE FORMALDEÍDO - EURORESINAS - INDUSTRIAS QUÍMICAS SA (PROMOTOR-LÍDER)	170
CAIXA 9: PROJETO DE I&DT EMPRESARIAL EM COPROMOÇÃO: INTELLAB - INTELIGÊNCIA EM LABORATÓRIOS - LABORIAL – SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIO, S.A. (PROMOTOR-LÍDER)	173
CAIXA 10: INOVAÇÃO PRODUTIVA – DESENVOLVIMENTO DE NOVA GAMA DE PRODUTOS – VIEIRA DE CASTRO – PRODUTOS ALIMENTARES, SA	185

CAIXA 11: INOVAÇÃO PRODUTIVA - BAR DO GELO, POLAR & BRINCAR, PISTA DE BOWLING – MOVIDA - EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	186
CAIXA 12: PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME (INDIVIDUAL): TEMPEROS DO MUNDO - MENDES GONÇALVES, S.A.	192
CAIXA 13: PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME (CONJUNTO): CHOOSE PORTUGAL 2013 - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LEIRIA	194
CAIXA 14: FIN-EN – SHARING METHODOLOGIES ON FINANCIAL ENGINEERING FOR ENTERPRISES	208
CAIXA 15: MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - INOVTECH ADC – INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA A MODERNIZAÇÃO DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA (ADC).....	214
CAIXA 16: AÇÕES COLETIVAS: PORTUGAL FASHION 2010-2012 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOVENS EMPRESÁRIOS (ANJE).....	222
CAIXA 17: AÇÕES COLETIVAS - PROMWOOD: OUSAR NOVOS MERCADOS INOVANDO NA COMUNICAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA E MOBILIÁRIO DE PORTUGAL (AIMMP)	224
CAIXA 18: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÃO INTERCALAR SOBRE O EFEITO DO CONTEXTO SOCIOECONÓMICO SOBRE O COMPETE	265

INTRODUÇÃO

A apresentação de relatórios anuais é uma das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE e tem como objetivo a prestação de contas à Comissão Europeia, aos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa e ao público em geral, sendo alvo de publicitação após a respetiva aprovação. Este é o [último relatório anual de execução do COMPETE](#), tendo sido elaborado em conformidade com as orientações do artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de junho, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de abril de 2009, bem como com as orientações emanadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C).

Com uma estrutura semelhante à dos anos anteriores, ao longo de [sete capítulos](#), apresenta as principais realizações do Programa em 2014, as alterações efetuadas nos seus procedimentos e medidas e os constrangimentos que afetaram a execução e resultados, apontando-se também as perspetivas para os anos de 2015 e 2016.

No [Capítulo 1](#) procede-se, assim, a uma apresentação genérica do COMPETE, identificando os seus objetivos, eixos, instrumentos e respetivo modelo de governação.

Segue-se o [Capítulo 2](#), centrado na execução global do Programa, onde se analisa, com detalhe, a sua realização física

e financeira. São abordadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, os principais constrangimentos internos e externos verificados e as mudanças no contexto de implementação, incluindo as ações desenvolvidas ao longo do ano, em termos de acompanhamento e avaliação.

Depois da análise global, o [Capítulo 3](#) aprofunda a realização por cada um dos Eixos Prioritários, incidindo sobre a procura (candidaturas) e aprovações (apoios concedidos) e, tendo em conta a fase final do ciclo de vida do Programa, de uma forma particular, sobre os encerramentos e resultados dos projetos. Em cada Eixo é ainda aferido o grau de cumprimento dos indicadores de realização.

O [Capítulo 4](#) está reservado à análise dos projetos com investimento superior a 50 milhões de euros, denominados “grandes projetos”, na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

As medidas adotadas pela Autoridade de Gestão, financiadas através do Eixo da Assistência Técnica, com vista ao suporte à gestão e implementação do Programa são identificadas no [Capítulo 5](#), seguindo-se o [Capítulo 6](#), com informação sobre a implementação do Plano de Comunicação Programa e as ações de divulgação, informação e publicidade realizadas ao

longo do ano e que, nesta fase, têm um grande enfoque na disseminação de resultados.

Por fim, o [Capítulo 7](#) é dedicado às conclusões, apresentando também as perspetivas de evolução para os próximos dois anos, numa fase de grande pressão para o encerramento de projetos e também de preparação para o fecho do Programa

que deverá acontecer até 31 de março de 2017, data em que será apresentado o relatório final de execução.

Seguem-se os [Anexos](#), onde a informação é detalhada e onde se pode encontrar, por exemplo, a lista de todos os projetos apoiados pelo COMPETE até 2014.

[Boa leitura!](#)



APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Neste capítulo procede-se à apresentação do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), tendo em conta os seus objetivos, Eixos e Medidas, incluindo a síntese do modelo de governação, com os diferentes intervenientes, bem como a dotação orçamental disponível.

| 3

Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE)	Objetivo Convergência
	Norte, Centro e Alentejo
	2007-2013
	CCI n.º 2007PT161PO001
Relatório Anual de Execução	Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE)
	2014
	Aprovado pela Comissão de Acompanhamento a 24 de junho de 2015

Inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE), aprovado a 5 de outubro de 2007¹, visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

Assume como **principais objetivos**:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a ação do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;

¹ Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de outubro. O Texto do PO foi ainda objeto de revisão em 2010, 2011 e 2012, de acordo com o reportado nos respetivos Relatórios de Execução.

- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

Para concretizar os objetivos a que se propõe, o COMPETE dispõe de cinco tipos de **instrumentos**, dispostos em torno de seis Eixos Prioritários (**Tabela 1.2**):

- Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas;
- Instrumentos de Engenharia Financeira;
- Ações Coletivas;
- Ações Públicas dinamizadoras da modernização da administração pública;
- Capacitação e consolidação do sistema científico e tecnológico nacional.

O seu **âmbito territorial** está circunscrito às regiões de Portugal continental do Objetivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

Os objetivos, estrutura, instrumentos, âmbito e dotações do COMPETE, entre outros elementos que o caracterizam, estão contidos no **Texto do Programa**, documento que não sofreu alterações durante o ano de 2014.

Após a **reprogramação financeira** do COMPETE, aprovada pela Comissão Europeia a 19 de dezembro de 2012 (na qual foi reforçada a dotação do Programa em 70 milhões de euros e feitos ajustes às dotações dos diferentes Eixos), não houve qualquer alteração ao plano financeiro total (público e privado). O **orçamento do Programa** apresenta, assim, um financiamento total próximo dos 5,6 mil milhões de euros, dos quais 3,2 mil milhões de euros provenientes do FEDER e 2,4 mil milhões de euros de financiamento nacional público e privado.

Tabela 1.1: Dotação Orçamental do COMPETE

Unid: Mil Euros

Eixo	Financiamento total	Financiamento comunitário	Financiamento Nacional	
			<i>Público</i>	<i>Privado</i>
Eixo Prioritário 1	894.999	641.528	91.425	162.046
Eixo Prioritário 2	3.578.938	1.652.522	0	1.926.416
Eixo Prioritário 3	502.816	377.112	66.549	59.155
Eixo Prioritário 4	276.471	235.000	41.471	0
Eixo Prioritário 5	246.048	196.838	23.832	25.377
Eixo Prioritário 6	83.281	70.789	12.492	0
Total	5.582.552	3.173.789	235.769	2.172.994

Fonte: Programa do COMPETE (dezembro de 2012)

Nas tabelas seguintes apresenta-se, por Eixo Prioritário, uma síntese dos objetivos específicos, instrumentos e tipologias de projetos inerentes ao Programa.

Tabela 1.2: Síntese Programática do COMPETE

Eixo I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

[642 milhões de euros Fundo = 20,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) coordenados por entidades do SCTN inseridos nas seguintes modalidades: - Projetos em todos os domínios científicos; - Projetos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia; - Projetos de criação e operação de consórcios de I&D; - Projetos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização dos resultados da investigação científica; - Projetos de cooperação internacional. Projetos de estímulo à participação no Prog. Quadro de IC&DT; Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica; Projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público.
Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	Projetos de I&DT individuais; Projetos de I&DT em co-promoção; Projetos mobilizadores; Vale I&DT; I&DT coletiva; Núcleos de I&DT; Centros de I&DT; Projetos demonstradores.

Destinatários: Empresas; Entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SAESCTN.

Regulamento do SI I&DT (Portaria n.º 1462/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 711/2008 de 31 de julho, 353-B/2009 de 3 de abril, 1102/2010 de 25 de outubro e 274/2012 de 6 de setembro).

Eixo II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

[1.653 milhões de euros Fundo = 52,1% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	Projetos individuais; Projetos conjuntos; Projetos simplificados de inovação (Vale Inovação, Vale Empreendedorismo, Vale Energia ou Ambiente e Vale Internacionalização).
Incentivar o empreendedorismo qualificado, feminino e jovem Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial de crescimento	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	Projetos de produção de novos bens e serviços ou de melhorias significativas da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento; Projetos de adoção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de <i>marketing</i>; Projetos de expansão de capacidades de produção em atividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas; Criação de empresas e atividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou jovem.

Destinatários: Empresas e entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, as Associações que com elas tenham estabelecido parcerias, as Associações Empresariais e outras entidades do SCTN.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento do SI Inovação (Portaria n.º 1464/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 353-C/2009 de 3 de abril, n.º 1103/2010 de 25 de outubro, n.º 274/2012 de 6 de setembro e n.º 262/2014 de 16 de dezembro).

Regulamento do SI Qualificação PME (Portaria n.º 1463/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 250/2008 de 4 de abril, n.º 353-A/2009 de 3 de abril e 1101/2010 de 25 de outubro, 47-A/2012 de 24 de fevereiro, 233-A/2012 de 6 de agosto, e 369/2012 de 6 de novembro).

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

[377 milhões de euros Fundo = 11,9% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às PME, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	Instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos Especiais de Investimento e Financiamento para investidores em capital de risco (<i>Business Angels</i>);
Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA)	Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – constituição de linhas de crédito especiais, nomeadamente com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos.
Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento pelas PME	Fundo de Contra-Garantia Mútua (FCGM)	
Apoiar o financiamento das PME e da inovação numa perspetiva integrada das componentes de capital e dívida		
Incentivar o empreendedorismo, assegurando o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco		
Incrementar o empreendedorismo jovem e o empreendedorismo feminino, enquanto processo de mobilização dos jovens e das mulheres para a vida económica ativa, bem como apoiar as iniciativas empresariais particularmente propícias à promoção dos fatores da igualdade entre homens e mulheres		

Destinatários: Sociedade gestora do FINOVA (PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.) e sociedades gestoras de fundos ou outros instrumentos de financiamento (e.g.: Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua – Sociedade de Investimento, S.A.).

Destinatários Finais: PME.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SAFPRI.

Eixo IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

[235 milhões de euros Fundo = 7,4% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	Operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas;
Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade		Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;
Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede		Operações no domínio da administração em rede;
Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam		Operações globais.

Destinatários: Entidades da Administração Pública Central, Entidades da Administração Local do Estado, Autarquias Locais e respetivas Associações de Municípios, Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais de direito público, Agências de Desenvolvimento Regional, Entidades Públicas Empresariais prestadoras de serviços de saúde, de apoio à atividade empresarial e de serviços partilhados da Administração Pública e as entidades privadas no quadro de parcerias público-privadas lideradas por entidades municipais.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SAMA.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo V. Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial

[197 milhões de euros Fundo = 6,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infraestruturas e orientando as suas atividades para as necessidades das PME Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração Promover o desenvolvimento de ações inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação	Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos setores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional; Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas; Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores; Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial; Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação; Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.
Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos polos de crescimento²		Polos de competitividade e tecnologia; Outros <i>clusters</i>.

Destinatários: Entidades públicas e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Associações Empresariais e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico).

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SIAC.

Eixo VI. Assistência Técnica

[71 milhões de euros Fundo = 2,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa	Regulamento de Execução da Assistência Técnica	Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respetivo apoio logístico; Informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos; Análise de projetos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projetos aprovados; Auditoria e controlo interno; Desenvolvimento, atualização e manutenção de sistemas de informação; Estudos de avaliação globais e específicos; Estudos de análise da implementação do Programa; Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.

Destinatários: Órgãos de Gestão do Programa.

² A concretização da política associada às Estratégias de Eficiência Coletiva é efetuada através dos instrumentos disponíveis no âmbito do QREN, PROMAR e PRODER. No âmbito do COMPETE, são utilizados os instrumentos previstos neste Eixo (SIAC), bem como nos restantes Eixos Prioritários.

O **modelo de governação** do COMPETE obedece ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, que define os modelos de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais.

Compreende três órgãos:

- Órgão de direção política: a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia, que coordena, o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, a Ministra da Justiça e o Ministro da Educação e Ciência;
- Órgão de gestão: a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e pelo Secretariado Técnico;
- Órgão de acompanhamento: a Comissão de Acompanhamento.

O **Órgão de Direção Política**, a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE, tem como função a coordenação global da execução do Programa, onde se inclui, designadamente, a promoção da participação económica, global e institucional no acompanhamento, a aprovação dos regulamentos, o estabelecimento de orientações específicas, a confirmação da decisão de financiamento para algumas tipologias de investimento, a aprovação de contratos de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios, a apreciação dos relatórios de execução e de avaliação e a apreciação de propostas de revisão e reprogramação.

O **Órgão de Gestão** integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. A Comissão Directiva foi inicialmente nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de outubro, sendo constituída por três elementos: um gestor, que preside (Nelson de Souza foi nomeado inicialmente) e duas vogais (Isabel Matalonga e Piedade Valente). Em 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012 de 9 de fevereiro, foi nomeado um novo Gestor – Franquelim Alves. Após a saída de Franquelim Alves em janeiro de 2014, a Comissão Directiva foi assegurada pelas suas vogais até à publicação do Despacho n.º 5579/2015, de 27 de maio, o qual determina a extinção da Autoridade de Gestão do COMPETE, sendo a respetivas competências, direitos e obrigações assumidas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), cuja Comissão Directiva é composta por três elementos: Rui Vinhas da Silva, que preside e pelas vogais Francisco Sousa Soares e Jaime Serrão Andrez (Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro).

Este órgão assume, como principais funções, a definição das tipologias de investimentos e ações, a apreciação do mérito e tomada de decisão de financiamento sobre projetos, a

garantia do cumprimento dos normativos legais aplicáveis, a promoção de uma boa gestão financeira, a criação de um sistema de informação que permita o adequado acompanhamento, avaliação e controlo do Programa e a elaboração e submissão às entidades responsáveis dos relatórios de execução, entre outras.

O Modelo de Governação definido estabelece, ainda, que a Comissão Directiva do COMPETE tem como funções assegurar a articulação com as Comissões Diretivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, visando a eficácia e uma gestão coordenada, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos, à promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e ao funcionamento da Comissão de Seleção dos Sistemas de Incentivos.

Refira-se que, no âmbito da [transição entre o QCA III e o QREN](#), a Autoridade de Gestão do COMPETE assumiu as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) - a partir de 1 de outubro de 2008, por despacho do Ministro Coordenador da CMC/POFC n.º 25290/2008, de 10 de outubro, e das Autoridades de Gestão do PO Sociedade do Conhecimento (POSC) e do PO Ciência e Inovação (POCI) - a partir de 1 de julho de 2009, na sequência dos Despachos n.º 15280/2009 e n.º 15281/2009, ambos de 19 de junho, absorvendo pessoal da estrutura de apoio técnico daqueles Programas.

O [Secretariado Técnico do COMPETE](#) tem por missão apoiar tecnicamente o Gestor e a Comissão Directiva no exercício das suas competências. A sua configuração inicial foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro e pelo Despacho n.º 25291/2008, de 10 de outubro, que nomeou os secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo a esta estrutura orgânica. Em 2012, registou-se uma alteração da configuração do Secretariado Técnico, de acordo com a Deliberação de 15 de outubro de 2012 da Comissão Directiva, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2012, de 6 de setembro (que altera a configuração dos secretariados técnicos e das estruturas de missão do QREN), do Despacho n.º 13084/2012, de 4 de outubro (que nomeia os secretários técnicos) e no âmbito das orientações do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, numa lógica de racionalização e eficiência dos recursos.

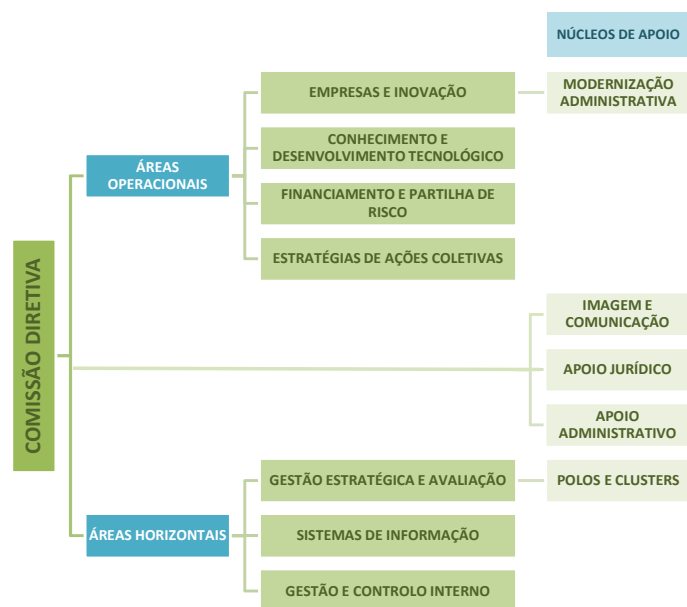
O Secretariado Técnico do COMPETE é composto por:

- Quatro áreas de natureza operacional – “Empresas e Inovação”; “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Financiamento e Partilha de Risco” e “Estratégias de Ações Coletivas”;

- Três áreas de natureza horizontal e de suporte – “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação” e “Gestão e Controlo Interno”;
- Cinco núcleos de apoio: “Modernização Administrativa”, “Imagem e Comunicação”, “Apoio Jurídico”, “Apoio Administrativo” e “Polos e Clusters”.

Apresenta-se, na figura seguinte, o respetivo organigrama:

Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico



Fonte: COMPETE.

A Comissão de Acompanhamento é o **Órgão de Acompanhamento** do Programa, que assegura a eficácia e a qualidade da respetiva execução e que tem como competências, entre outras, analisar e aprovar os critérios de seleção a que os projetos vão ser sujeitos, analisar o cumprimento dos objetivos e metas fixadas para os vários eixos de intervenção, analisar e aprovar os relatórios de execução e os resultados das avaliações estratégicas realizadas e, caso necessário, propor novas avaliações, receber informação e analisar as conclusões do relatório anual de controlo e apresentar propostas que contribuam para a melhoria dos resultados do PO.

A Comissão de Acompanhamento reúne-se, a título ordinário, pelo menos uma vez por ano (ver Comissão de Acompanhamento, no ponto 2.7.1) e é composta pelo Gestor do COMPETE, que a preside e pelos seguintes membros:

- Representantes dos Ministros que integram a Comissão Ministerial de Coordenação do Programa;

- Vogais da Comissão Diretiva do Programa;
- Representantes de cada um dos Organismos Intermédios do Programa;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não-governamentais da área do ambiente;
- Um representante da área da igualdade de género.

As comissões de acompanhamento integram também, a título consultivo, representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e do FSE, podendo também, mediante proposta do Presidente, incluir outros representantes de entidades públicas, personalidades ou especialistas com competências específicas em áreas abrangidas pelo Programa.

Integram ainda a Comissão de Acompanhamento, na qualidade de observadores, representantes do Observatório do QREN, da Autoridade de Auditoria e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como das Autoridades de Gestão dos outros PO temáticos e regionais.

Na sequência de protocolos celebrados em 2008, parte das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento das operações, foram delegadas nos [Organismos Intermédios](#). Constituem organismos intermédios do COMPETE:

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP);
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA);
- Agência Nacional de Inovação, S.A. (ANI);
- Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT);
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT);
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Turismo de Portugal, I.P. (TP).



EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Neste capítulo, procede-se à análise dos níveis gerais de execução do COMPETE, em termos da sua realização física e financeira, e identificam-se os problemas significativos que influenciaram a execução do Programa em 2014.

| 13

São ainda apontadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, bem como relevadas as complementaridades com outros instrumentos e eventuais alterações substanciais ao Programa realizadas ao longo do ano.

2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS

Esta secção centra-se na realização física e financeira do COMPETE, seguindo-se uma análise mais qualitativa, abordando as dinâmicas da procura e dos apoios concedidos.

2.1.1. Realização Física do Programa Operacional

No âmbito do QREN, com vista a aferir o cumprimento dos objetivos dos Programas Operacionais foi estabelecida uma bateria de **indicadores** por Eixo Prioritário, complementada por um conjunto de indicadores comuns comunitários de realização e de resultado e por um sistema de indicadores comuns nacionais para a Agenda Fatores da Competitividade.

Os indicadores de realização, apurados anualmente, têm presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/execução dos vários instrumentos do PO. Os indicadores de resultado, face à sua natureza, são apenas apurados em sede de encerramento dos projetos.

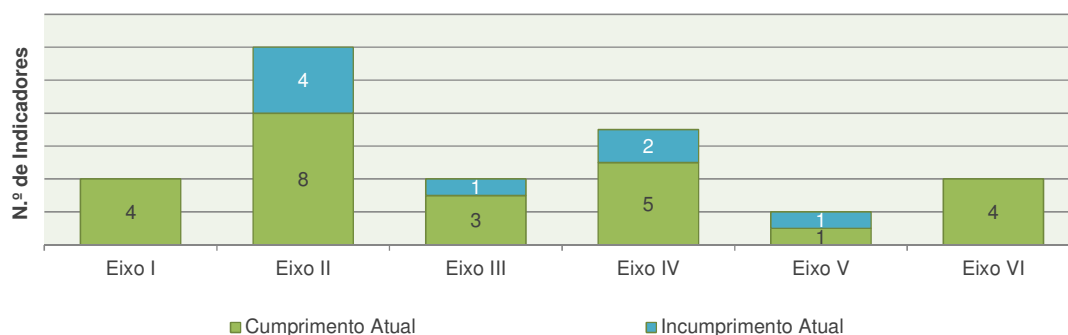
Apresenta-se de seguida um resumo de alguns indicadores apurados a 31 de dezembro de 2014, podendo ser analisada a tabela completa dos Indicadores de Realização Física (Comuns Nacionais, por Eixo Prioritário e Comuns Comunitários) nos Anexos I, VIII e IX.

Relativamente ao **cumprimento das metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento** fixadas por Eixo Prioritário, verifica-se, no final de 2014, uma elevada realização, ou seja, cerca de 76% dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível aferir o grau de realização³) ultrapassaram a respetiva meta para 2015.

O elevado grau de cumprimento dos indicadores é transversal às temáticas e aos Eixos Prioritários, sendo expectável, em muitos dos indicadores com níveis de realização atualmente abaixo da meta estabelecida para 2015, que a mesma seja atingida até final do Programa.

| 14

Gráfico 2.1: Cumprimento das Metas dos Indicadores Físicos de Realização por Eixo Prioritário, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

A **Tabela 2.1** apresenta a realização a 31 de dezembro de 2014 dos **Indicadores Comuns de Realização** definidos para o Programa, destacando-se a atual previsão de 19.187 postos de trabalho criados⁴, o elevado nível de projetos de I&D apoiados (mais de 3.400 projetos), dos quais mais de 12% referentes a projetos de cooperação entre empresas e instituições de investigação, bem como a importância das ajudas às empresas de menor dimensão (mais de 6.100 PME apoiadas).

Tendo em conta que a contabilização da criação de postos de trabalho, nesta fase do Programa, se refere essencialmente, à sua previsão contratualizada, não existem ainda dados que permitam analisar a ocupação destes postos de trabalho em termos de género.

³ Há Indicadores de Acompanhamento que apenas são contabilizados após o encerramento dos projetos (aquando da aferição do cumprimento das respetivas metas de execução). Face ao atual estágio de realização do Programa, o número de projetos encerrados é ainda pouco relevante, pelo que se apresentam as estimativas apresentadas pelos promotores que constituem as respetivas metas de execução.

⁴ A criação de postos de trabalho apresentada consiste nas metas previsionais contratualizadas no âmbito dos projetos do SI Inovação e nos postos de trabalho efetivamente apoiados (em projetos encerrados) no âmbito do SI I&DT e SI Qualificação PME (constituindo como despesas elegíveis) e na criação efetiva de postos de trabalho em PME apoiadas através de FCR e BA.

Tabela 2.1: Indicadores Comuns de Realização, 2007-2014

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Proj. Contrat.	Proj. Enc.
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	18.979	1.077
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	3.402	233
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	419	97
	6. Empregos na investigação criados (nas empresas)	Eixo I	n.d.	265
	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	6.117	4.490
Ajudas diretas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	556	389
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	10.587	982
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	2.457	1.572
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	809	336
	23. N.º de projetos	Total do PO	27	3
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(*)	
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	323	251
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	2.103	15
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	34	4

Nota: (*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

Com vista a aferir e transmitir uma imagem dos progressos ao nível das realizações e resultados das intervenções do FEDER, foi criado um [Sistema de Indicadores Comuns Nacionais](#) para a Agenda Fatores de Competitividade ([Tabela 2.2](#)).

Conforme se poderá constatar ao longo deste Relatório de Execução, quer pela aferição do atual nível de cumprimento dos indicadores quer pela caracterização das empresas promotoras e dos projetos apoiados, o Programa tem demonstrado forte coerência entre os objetivos estabelecidos inicialmente e o atual nível de execução, designadamente no fomento da internacionalização da economia portuguesa, através da focalização dos apoios nos setores transacionáveis e internacionalizáveis, bem como na importância conferida à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, com vista à qualificação e alteração do modelo competitivo nacional.

Tabela 2.2: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Fatores de Competitividade, 2007-2014

Ref.º Indicador	Indicador	Eixos Relevantes	Realização Acumulada	
ICN-Tri-001	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos)	I e II	5.440	
ICN-Anual-002	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos em Setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	1.057	
ICN-Tri-002	Projetos de apoio a empresas no âmbito dos Sistemas de Incentivos	I e II	Investimento total (mil €)	7.813.774
			Investim. elegível (mil €)	6.808.346
ICN-Tri-003	N.º de novas empresas/start-up apoiadas (não tinha iniciado atividade um ano antes do projeto ser apresentado) no âmbito dos Sistemas de Incentivos	I e II	206	
ICN-Tri-004	N.º de novas empresas/start-up apoiadas em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	75	
ICN-Anual-003	VAB gerado por empresas apoiadas classificadas em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	II	Dados pré-projeto (m€)	1.392.528
			Estimativa pós-proj.(m€)	2.712.293
ICN-Anual-004	N.º de empresas apoiadas em setores de prod. transac.e internacionalizável	I e II	4.010	
ICN-Anual-005	VAB gerado por empresas apoiadas	II	Dados pré-projeto (m€)	4.331.498
			Estimativa pós-proj. (m€)	7.895.626
ICN-Anual-006	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investim.	II	Dados pré-projeto (m€)	10.652.364
			Estimativa pós-proj. (m€)	17.800.404
ICN-Anual-007	Valor das exportações (empresas beneficiárias ajudas diretas ao inv.), em setores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia	II	Dados pré-projeto (m€)	4.576.014
			Estimativa pós-proj. (m€)	7.350.365
ICN-Anual-008	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento	II	Dados pré-projeto (m€)	16.153.215
			Estimativa pós-proj. (m€)	25.050.234
ICN-Anual-009	Garantias prestadas a PME	III	3.371	
ICN-Tri-005	N.º de empresas apoiadas através de Instrumentos de Engenharia Financeira	III	3.458	
ICN-Anual-010	Investimento realizado em capital de risco (mil €)	III	163.208	
ICN-Tri-006	Proj. I&DT	I	Investimento total (mil €)	1.361.483
			Investim. elegível (mil €)	1.220.535
ICN-Anual-012	Projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	I	Investimento total (mil €)	615.197
			Investim. elegível (mil €)	553.334
ICN-Tri-007	N.º de Ações Coletivas com contrato celebrado	V	409	
ICN-Anual-014	Ações Coletivas	V	Investimento total (mil €)	357.290
			Investim. elegível (mil €)	309.474
ICN-Tri-008	N.º de lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	IV	1.785	

Fonte: SI POFC.

2.1.2. Realização Financeira do Programa Operacional

Encerrada a receção de candidaturas e tendo a respetiva análise e aprovação sido efetuada, na sua quase totalidade, em 2013, o ano de 2014 foi marcado pelas últimas aprovações de projetos.

Decorrente da atual fase do ciclo de programação do QREN, 2014 constitui-se como o ano com maior volume de execução financeira realizada, bem como, dado o elevado nível de pagamentos realizados, de maior volume de financiamento aos promotores.

Nos Anexos II, III, IV e V disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto. No Anexo X é apresentada a lista completa dos projetos aprovados pelo COMPETE.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

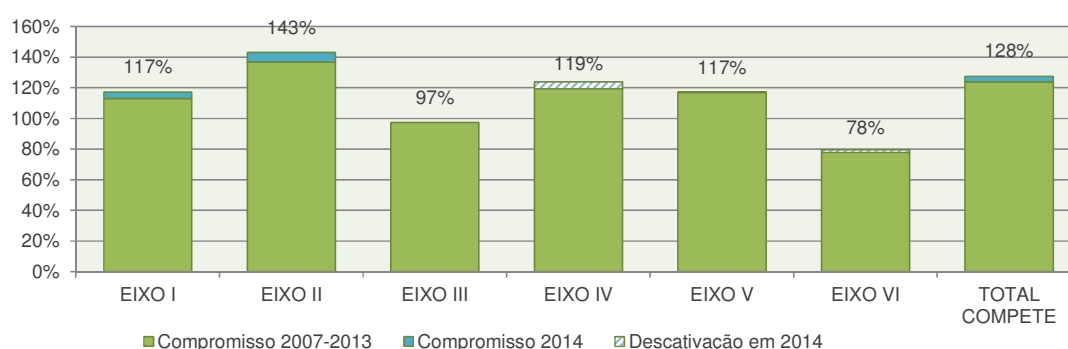
Em 2014, não se registou qualquer alteração ao plano de financiamento do Programa, mantendo-se em vigor o plano de financiamento aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2012) 9892, de 19 de dezembro (conforme **ponto 1**).

A este nível, com vista a garantir um bom encerramento do Programa e visando ajustar as dotações às necessidades de execução de cada eixo (analisada no ponto seguinte), a AG poderá vir a propor em 2015, uma proposta de revisão do Plano de Financiamento do COMPETE.

FINANCIAMENTO APROVADO

O financiamento aprovado, no final de 2014, ascendeu a um montante de custo total elegível de 8,6 mil milhões de euros, o qual tem associada uma comparticipação do fundo comunitário FEDER de 4,1 mil milhões de euros. Atinge-se, assim, um **nível de aprovação de 128%** da dotação total do Programa, com destaque especial para os Eixo II (143%), Eixo IV (119%), Eixo V (117%) e Eixo I (117%), nos quais o compromisso supera a respetiva dotação.

Gráfico 2.2: Taxas de Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2014



Fonte: SI POFC.

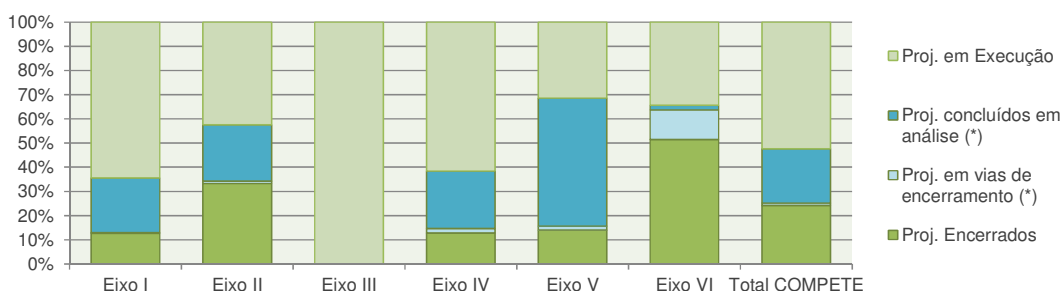
Em linha com o **ponto Análise Qualitativa**, verifica-se que em 2014 se registou o menor nível de incentivo aprovado, existindo mesmo redução em 2014 do compromisso aprovado nos Eixos IV, V e VI.

Esta tendência deverá manter-se até ao encerramento do Programa, como resultado da existência, como é normal, de descativações (decorrentes de encerramento de projetos que não realizaram a totalidade dos investimentos ou da anulação de projetos que não atingiram os objetivos previstos na aprovação), numa fase em que não haverá novo compromisso.

Analisando o incentivo aprovado, constata-se que cerca de metade se refere a projetos encerrados, em vias de encerramento (com ordem de pagamento final paga ou em vias de pagamento) ou concluídos em análise (com pedido final entregue pelo promotor ainda em análise).

Por Eixo Prioritário, e não considerando a Assistência Técnica (Eixo VI), constata-se que é no Eixo II que se regista uma maior número de projetos encerrados, muito embora seja no Eixo V que mais projetos se encontram na sua fase final. No Eixo III, pelas características dos seus instrumentos, cujo encerramento ocorre, em regra, na fase final de execução do Programa, encontram-se em execução todos os projetos.

Gráfico 2.3: Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário) por estágio de execução, 2007-2014



Nota: (*)Consideram-se: "projetos concluídos em análise" os projetos com pedido final entregue pelo promotor ainda em fase de análise; "projetos em vias de encerramento" os projetos com pedido final analisado em fase de pagamento (ordem de pagamento emitida) ou em ordem final paga mas ainda sem encerramento efetuado. Fonte: SI POFC.

No ponto **Análise Qualitativa** e no capítulo 3 – **Execução por Eixo Prioritário** é analisado, com mais profundidade, o compromisso assumido.

PAGAMENTOS REALIZADOS

Os pagamentos realizados em 2014 ascenderam a 604 milhões de euros de fundo comunitário FEDER. Em termos acumulados a 31 de dezembro, o montante total de pagamentos realizados era de 2,8 mil milhões de euros de FEDER, o qual se traduziu numa taxa de pagamento do Programa, face à dotação, de 88%.

Tabela 2.3: Pagamentos Realizados, 2007-2014

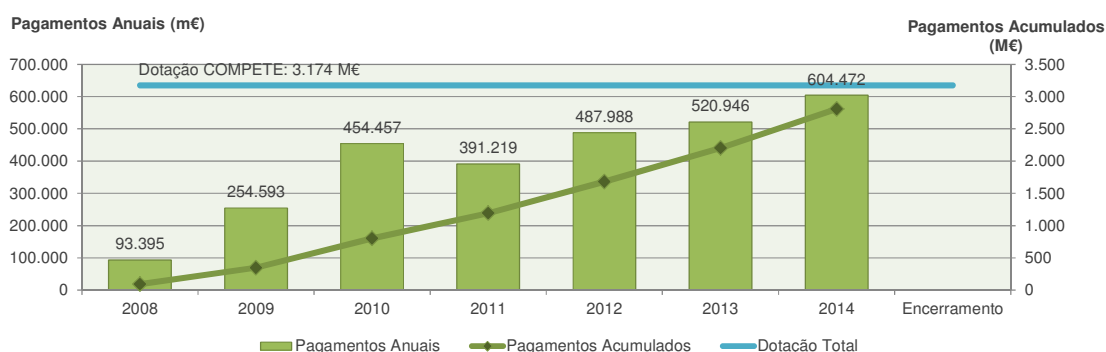
Eixo Prioritário	Unid.: Mil Euros	
	2014	2007-2014
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	101.962	514.225
EIXO II – Inov. e Renov. do Modelo Empresarial e do Padrão de Especializ.	383.878	1.703.842
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	41.987	236.589
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	46.351	152.263
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	31.038	157.548
EIXO VI - Assistência Técnica	-745	42.604
TOTAL COMPETE	604.472	2.807.070

Fonte: SI POFC.

| 19

Mantendo a tendência crescente de aumento face ao ano anterior, 2014 constitui o ano com o maior volume de pagamentos realizados desde o início do COMPETE. Tal como vem sendo reportado nos relatórios anuais do COMPETE, este ritmo crescente de pagamentos permite encarar com otimismo o encerramento do Programa.

Gráfico 2.4: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário), por Ano, 2007-2014

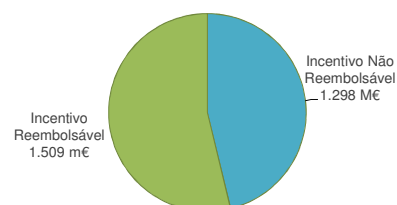


Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de incentivo, constata-se que 54% do incentivo pago até final do ano de 2014 assumia a natureza de incentivo reembolsável.

Deste incentivo, parte poderá ser convertida em não reembolsável em função da atribuição do Prémio de Realização, tendo em conta o cumprimento dos objetivos fixados para cada projeto.

Gráfico 2.5: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário) por Tipologia de Incentivo, 2007-2014



Nota: Este valor inclui os pagamentos realizados a projetos anulados que ainda não foram recuperados. Fonte: SI POFC.

REEMBOLSOS DO PROGRAMA

Resultante do **incentivo de natureza reembolsável pago** aos beneficiários (cerca de 1.466,7 milhões de euros, excluindo os projetos anulados) e tendo por base os pressupostos legalmente definidos para o respetivo reembolso ao Programa, é expectável um **montante previsional de reembolsos** na ordem dos 568 milhões de euros, cujo calendário de reembolso se estende por mais de uma década.

O diferencial entre o incentivo reembolsável pago e o montante previsional de reembolsos decorre essencialmente do **montante do prémio de realização** a atribuir, ou seja, incentivo reembolsável convertível em incentivo não reembolsável, mediante o cumprimento das metas contratualmente fixadas. A estimativa apresentada assume, por parte da gestão, por uma questão de prudência, a posição mais conservadora, ou seja, parte do princípio que será atribuída a totalidade do prémio de realização aprovado em sede de decisão de financiamento do projeto.

Tabela 2.4: Reembolsos nos Sistemas de Incentivos, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Sistemas de Incentivos	Incentivo Reembolsável		Reembolso	
	Pago	Previsto (para reembolso)	Efetuido	Taxa Efet./Prev.
SI I&DT	14.472	14.472	704	5%
SI Inovação	1.451.869	553.229	138.391	25%
SI Qualificação PME	374	374	139	37%
TOTAL COMPETE	1.466.715	568.075	139.234	25%

Fonte: SIPOFC (dados reportados 23 janeiro 2015).

No que respeita ao ano de 2014, o montante de **reembolsos previsionais** ascendeu a cerca de 74 milhões de euros.

Em termos efetivos, os **beneficiários reembolsaram ao Programa**, durante o ano de 2014, um montante de 77 milhões de euros de incentivo reembolsável. Este desvio positivo entre o montante previsional e o efetivo, decorre da receção em 2014 de reembolsos cujo recebimento estava previsto para anos anteriores.

Para o período de 2007-2014, o montante de reembolsos previstos foi de 143,3 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2014, o Programa registou um montante acumulado de **reembolsos realizados** (recebidos pelos Organismos Intermédios respetivos) na ordem dos 137,4 milhões de euros (taxa de reembolso de 95,9%).

Tabela 2.5: Reembolsos do Programa (incentivo reembolsável), 2007-2014

Unid: Mil Euros		
Reembolsos	2014	2007-2014
Reembolsos Previsionais	73.635	143.312
Reembolsos Realizados	77.636	137.374

Fonte: SI POFC.

De referir que estes montantes estão a ser alocados ao financiamento dos projetos, em particular nos Sistemas de Incentivos, cujo compromisso ultrapassa a dotação do Programa (*overbooking*).

| 21

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A **metodologia utilizada** pelo COMPETE para apuramento da execução financeira do Programa assenta nas disposições previstas no artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, e na sua nova redação dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 8 de abril.

Deste modo, a execução financeira reportada em sede de Relatório Anual traduz-se na despesa que, a 31 de dezembro de 2014, reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão, ou seja, inclui:

- As despesas pagas pelos beneficiários finais aquando da execução das operações, incluídas em pedidos de pagamento e validadas pela AG. No caso dos Sistemas de Incentivos, as referidas despesas têm adicionalmente que ser objeto de pagamento aos beneficiários;
- Os adiantamentos certificáveis e suscetíveis de reembolso pela Comissão Europeia;
- A contribuição pública indicada corresponde à despesa pública (comunitária e nacional) executada nos termos do conceito de execução explicitado.

No final do ano de 2014 a **realização financeira** do Programa atingiu um montante de 5,6 mil milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma despesa pública acumulada de 2,8 mil milhões de euros, dos quais 2,6 mil milhões de euros provêm da participação comunitária do Fundo FEDER.

O custo total elegível apurado no final de 2014 representa uma **taxa de execução global de cerca de 100%**, face ao financiamento total do Programa (dotação prevista).

O esforço realizado por toda a gestão do COMPETE, no sentido de atingir um elevado nível de execução, assegurou já a realização da totalidade do financiamento total (Custo Total) aprovado.

Numa análise por Eixo Prioritário, o Eixo II, que no final de 2013 revelava já uma elevada taxa de execução, apresentou em 2014 um *overbooking* de execução face ao financiamento total previsto para este Eixo (112%).

É igualmente de sublinhar o acréscimo de execução registado em outros Eixos Prioritários do Programa, com particular destaque para os Eixos I e IV, cujo acréscimo face à taxa de 2013 foi de 21 e 13 pontos percentuais, respetivamente.

O Eixo Prioritário III, correspondente aos instrumentos de engenharia financeira, apresentou uma taxa de execução de 56% do seu financiamento total. Esta taxa é ligeiramente inferior à verificada em 2013 (58%), facto que se justifica pela implementação das recomendações da Comissão Europeia e da IGF, com implicações ao nível da despesa validada anteriormente.

Tabela 2.6: Realização Financeira, 2007-2014

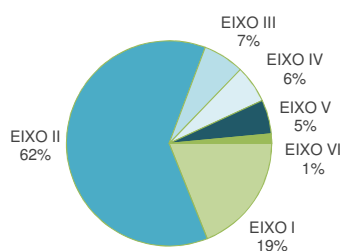
Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Financiamento total do COMPETE	Base de cálculo da contribuição da UE	Despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário I		Custo Total			
Fundo FEDER	894.999		808.391	546.795	90,32%
Eixo Prioritário II		Custo Total			
Fundo FEDER	3.578.938		4.010.334	1.616.707	112,05%
Eixo Prioritário III		Custo Total			
Fundo FEDER	502.816		281.223	198.333	55,93%
Eixo Prioritário IV		Custo Total			
Fundo FEDER	276.471		239.630	239.630	86,67%
Eixo Prioritário V		Custo Total			
Fundo FEDER	246.048		192.070	149.141	78,063%
Eixo Prioritário VI		Custo Total			
Fundo FEDER	83.281		46.467	46.467	55,80%
TOTAL COMPETE	5.582.552		5.578.114	2.797.073	99,92%
Fundo FEDER	5.582.552		5.578.114	2.797.073	99,92%

Fonte: SI POFC.

No que respeita à repartição da execução financeira acumulada por Eixo Prioritário, à semelhança do reportado nos Relatórios anteriores, verifica-se uma predominância dos apoios atribuídos no Eixo II, que concentra 62% da execução total do Programa.

Gráfico 2.6: Execução Realizada - Distribuição por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2014



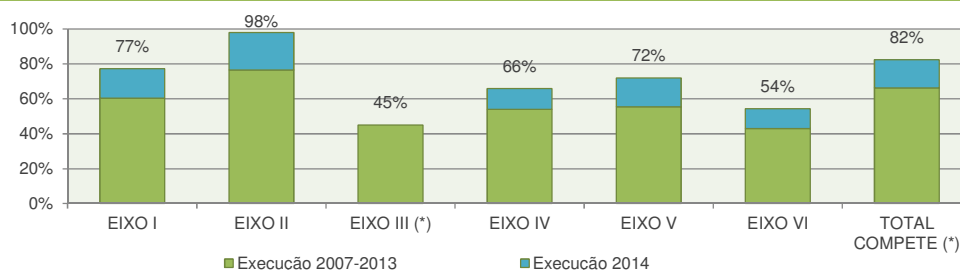
Fonte: SI POFC.

Centrando a análise na ótica do **fundo comunitário**, o COMPETE executou até final de 2014, 82% do fundo comunitário FEDER, registando um aumento em 2014 de 16% da dotação do programa. A diferença entre o valor de execução reportado em termos de custo total elegível (100%) e em termos de fundo comunitário (82%) resulta, essencialmente, do facto da execução realizada estar a alavancar mais investimento privado do que o previsto, ou seja, da taxa de comparticipação comunitária real estar a ser inferior à taxa de comparticipação orçamentada.

| 23

Quanto à execução por Eixo Prioritário, destaca-se o Eixo II que já executou um montante muito próximo da sua dotação FEDER (98%).

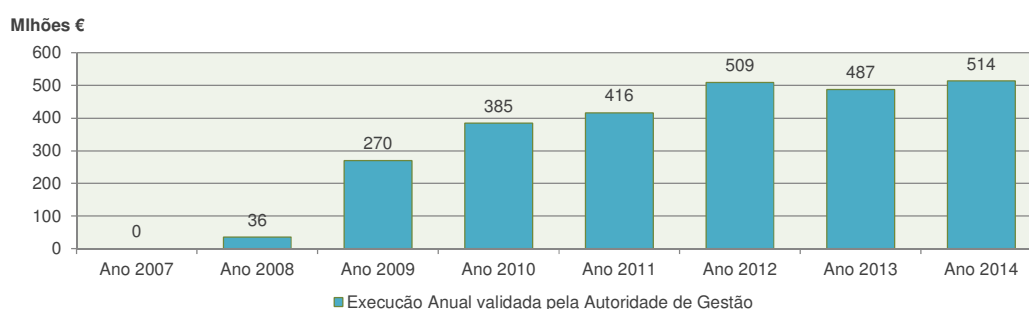
Gráfico 2.7: Taxas de Execução por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2014



Nota: (*) A execução do Eixo III sofreu uma redução decorrente da implementação das recomendações da CE e IGF com impacto ao nível da despesa já validada anteriormente. Fonte: SI POFC.

Relativamente à **execução anual** e à semelhança dos pagamentos, 2014 foi o ano com maior nível de execução registada desde o início do Programa.

Gráfico 2.8: Execução Anual Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Na tabela seguinte apresentam-se os valores acumulados de despesa certificada e objeto de pedidos de pagamento enviados à Comissão Europeia até final de 2014, cuja data de corte no Sistema de Informação da Autoridade de Gestão é 29 de outubro de 2014.

Tabela 2.7: Realização Financeira – Valores Certificados à Comissão Europeia, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Financiamento total do COMPETE	Base de cálculo da contribuição da UE	Despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário I		Custo Total			
Fundo FEDER	894.999		728.013	496.971	81,34%
Eixo Prioritário II		Custo Total			
Fundo FEDER	3.578.938		3.766.143	1.490.751	105,23%
Eixo Prioritário III		Custo Total			
Fundo FEDER	502.816		255.607	185.275	50,84%
Eixo Prioritário IV		Custo Total			
Fundo FEDER	276.471		219.364	219.364	79,34%
Eixo Prioritário V		Custo Total			
Fundo FEDER	246.048		183.399	142.437	74,54%
Eixo Prioritário VI		Custo Total			
Fundo FEDER	83.281		43.928	43.927	52,75%
TOTAL COMPETE	5.582.552		5.196.452	2.578.725	93,08%
Fundo FEDER	5.582.552		5.196.452	2.578.725	93,08%

Fonte: SI POFC.

META COMUNITÁRIA N+2

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de julho, determina no n.º 1 do seu artigo 93.º que é automaticamente anulada pela Comissão qualquer parte de uma autorização orçamental relativa a um PO que não tenha sido utilizada para o pagamento do pré-financiamento ou para a realização de pagamentos intermédios, ou em relação à qual não tenha sido apresentado à Comissão, até 31 de dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental, qualquer pedido de pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 86.º.

Todavia, conforme exceção prevista no referido n.º 1, no caso de Portugal, por este ter um PIB *per capita* entre 2001 e 2003 inferior a 85% da média da EU-25, o prazo previsto vai até 31 de dezembro do terceiro ano seguinte ao da autorização orçamental anual de 2007 a 2010.

O Regulamento (EU) n.º 539/2010, de 16 de junho, vem alterar a redação do n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento (CE) n.º 1083, estipulando que, para efeitos de anulação automática de autorizações, a Comissão deve calcular o montante a anular somando um sexto da autorização orçamental anual relativa à participação anual total para 2007, a cada uma das autorizações orçamentais para os exercícios de 2008 a 2013.

Neste contexto, a **Meta n+2** a aferir em 2014 consiste no somatório da autorização orçamental relativa aos anos de 2008 a 2012, acrescido de cinco sextos da autorização orçamental de 2007, conforme evidenciado na **Tabela 2.6**.

O cumprimento desta meta comunitária é aferido pelo montante de Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) apresentados à CE pela

Autoridade de Certificação, acrescido do montante de pré-financiamento realizado ao Programa pela Comissão Europeia.

Deste modo, tendo em conta a metodologia definida para efeitos de aferição do cumprimento da Meta n+2, verifica-se que a execução acumulada realizada e apresentada à CE até ao final do ano de 2014 permitiu um **cumprimento da meta em 106%**.

Tabela 2.8: Meta Comunitária n+2, 2014

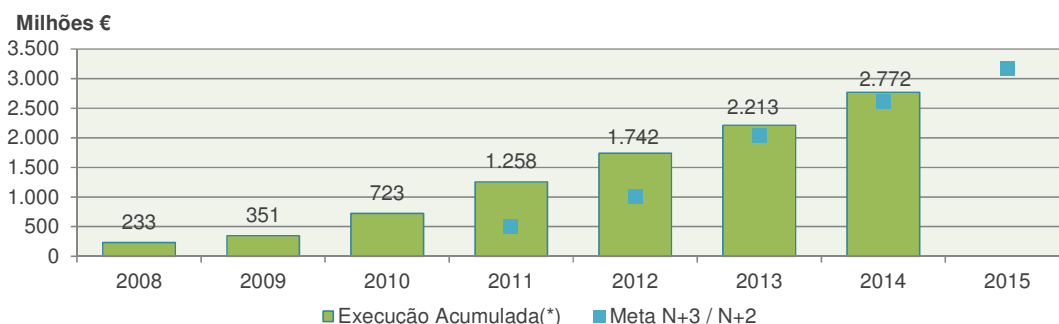
Unid: Mil Euros

Meta a aferir em 2014				Despesa certificada em 31-Dez-2014			
Ano N (2012)	Autorização Orçamental 2008-2012 (Ano N)	5/6 da autorização orçamental de 2007	Meta Comunitária N+2 (total)	Pedidos de Certificação Reportados à CE	Montante de Pré- Financiamento	Total de Execução	Cumprimento da Meta (%)
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(6)/(3)
Fundo Comunitário FEDER	2.266.123	347.914	2.614.037	2.539.231	232.784	2.772.015	106%

Fonte: SI POFC

Apesar das dificuldades e constrangimentos vividos ao longo dos últimos anos, com significativo impacte na execução do Programa, o COMPETE tem cumprido todas as metas comunitárias de execução definidas, sendo expectável uma realização total da sua dotação.

Gráfico 2.9: Execução Acumulada (Fundo Comunitário) por Ano, face às Metas n+3/n+2, 2007-2014



Nota: (*) Para o cumprimento da regra n+2, contabiliza-se como execução o montante de fundo comunitário reembolsado pela Comissão Europeia até 2014, acrescido do pagamento por conta realizado recebido no início do Programa (232,8 M€). Fonte: AD&C.

FLUXOS FINANCEIROS COM A CE

Durante o ano de 2014, o COMPETE apresentou à Autoridade de Certificação seis Pedidos de Certificação de Despesa, (em fevereiro, março, maio, julho, setembro e novembro), envolvendo uma despesa total acumulada na ordem dos 5,3 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de 2,5 mil milhões de euros.

Os correspondentes Certificados e Declarações de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDDPP) foram remetidos pela Autoridade de Certificação (AC) à Comissão Europeia também durante o ano de 2014.

O montante de **despesa total acumulada certificada** pela Autoridade de Certificação à Comissão ascendeu a cerca de 5,2 mil milhões de euros, com um correspondente reembolso pela CE de fundo FEDER na ordem dos 2,5 mil milhões de euros.

Tabela 2.9: Pedidos de Certificação de Despesas Apresentados pelo COMPETE à Autoridade de Certificação, 2014 (valores acumulados)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio à AC	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2014	11-02-2014	15-01-2014	4.600.480	2.259.622	2.085.189
2.º/2014	14-03-2014	27-02-2014	4.725.317	2.324.445	2.148.239
3.º/2014	20-05-2014	01-05-2014	4.879.137	2.418.804	2.240.178
4.º/2014	10-07-2014	26-06-2014	4.988.972	2.489.428	2.307.436
5.º/2014	22-09-2014	31-08-2014	5.095.664	2.525.828	2.358.646
6.º/2014	13-11-2014	29-10-2014	5.273.051	2.624.928	2.455.077
TOTAL COMPETE			5.273.051	2.624.928	2.455.077

Fonte: SI POF

Tabela 2.10: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2014 (valores acumulados)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2014	19-02-2014	15-01-2014	4.529.611	2.207.117	2.162.914
2.º/2014	25-03-2014	27-02-2014	4.652.836	2.271.056	2.226.735
3.º/2014	24-06-2014	01-05-2014	4.807.418	2.366.310	2.321.646
4.º/2014	29-07-2014	26-06-2014	4.916.119	2.436.239	2.390.601
5.º/2014	13-10-2014	31-08-2014	5.040.134	2.492.384	2.453.864
6.º/2014	15-12-2014	29-10-2014	5.196.452	2.578.725	2.539.231
TOTAL COMPETE			5.196.452	2.578.725	2.539.231

Fonte: AD&C

Tabela 2.11: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2014 (valores por CDDPP)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2014	19-02-2014	15-01-2014	343.339	180.816	182.999
2.º/2014	25-03-2014	27-02-2014	123.225	63.939	63.821
3.º/2014	24-06-2014	01-05-2014	154.582	95.254	94.911
4.º/2014	29-07-2014	26-06-2014	108.701	69.929	68.955
5.º/2014	13-10-2014	31-08-2014	124.015	56.145	63.263
6.º/2014	15-12-2014	29-10-2014	156.318	86.341	85.367
TOTAL COMPETE			1.010.180	552.424	559.316

Fonte: AD&C

Todos os CDDPP remetidos em 2014 pela Autoridade de Certificação foram reembolsados pela Comissão Europeia no próprio ano, perfazendo um montante de reembolso de 559,3 milhões de euros.

Assim, o total reembolsado pela CE durante 2014 foi de 582,6 milhões de euros, perfazendo um **total acumulado reembolsado** pela CE ao COMPETE de 2.539,2 milhões de euros.

Neste contexto, o ponto de situação dos fluxos financeiros a 31 de dezembro de 2014 traduz um montante acumulado pago pela CE ao COMPETE de cerca de **2.772,0 milhões de euros**, dos quais 232,8 milhões de euros a título de pré-financiamento.

| 27

Tabela 2.12: Pagamentos Efetuados pela CE, 2007-2014

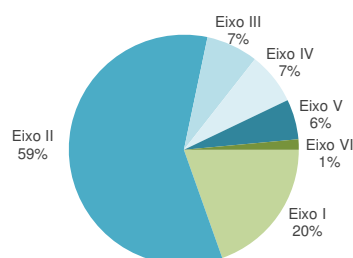
Unid.: Mil Euros

Tipo Pagamento	N.º	Data	Montante
Pré-Financiamento	1.ª Fração (2%)	Nov-07	62.076
Pré-Financiamento	2.ª Fração (3%)	Abr-08	93.114
Pré-Financiamento	3.ª Fração (2,5%)	Abr-09	77.595
Subtotal Pré-financiamento			232.784
Total Reembolsos – Ano de 2009			117.883
Total Reembolsos – Ano de 2010			371.948
Total Reembolsos – Ano de 2011			444.146
Total Reembolsos – Ano de 2012			546.654
Total Reembolsos – Ano de 2013			476.023
Total Reembolsos – Ano de 2014			582.576
Reembolso	7.º/2013	Fev-14	23.260
Reembolso	1.º/2014	Abr-14	182.999
Reembolso	2.º/2014	Mai-14	63.821
Reembolso	3.º/2014	Jul-14	94.911
Reembolso	4.º/2014	Ago-14	68.955
Reembolso	5.º/2014	Out-14	63.263
Reembolso	6.º/2014	Dez-14	85.367
Subtotal Reembolsos			2.539.231
TOTAL COMPETE			2.772.015

Fonte: AD&C

Quanto à repartição da despesa constante dos Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamentos (CDDPP) por Eixo Prioritário, 59% da mesma concentra-se no Eixo II, seguindo-se o Eixo I, com cerca de 20% da despesa certificada e reembolsada pela Comissão.

Gráfico 2.10: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2014



Fonte: AD&C

PREVISÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO À CE

Determina o n.º 3 do artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que, até 30 de abril de cada ano, o Estado-Membro envia à Comissão uma primeira previsão dos respetivos pedidos de pagamento esperados para o exercício financeiro em curso e para o exercício seguinte.

Em cumprimento do disposto, foram atempadamente realizadas as previsões de Pedidos de Pagamento à CE para o ano de 2014, tendo sido comunicado à CE e definido como meta um montante de 512,2 milhões de euros de Fundo Comunitário FEDER.

Face aos dados apresentados nas tabelas anteriores, podemos verificar que o montante dos pedidos de pagamento submetidos durante o ano de 2014 à CE ascende a 559,3 milhões de euros, o que se traduz no **cumprimento de 109% das previsões realizadas**.

2.1.3. Informação sobre a Repartição da Utilização dos Fundos

A informação sobre a repartição da utilização dos fundos comunitários, abordada neste ponto, incide sobre a repartição regional – NUTS II e sobre as dimensões Formas de Financiamento, Atividade Económica e Tema Prioritário.

Relativamente à **repartição da contribuição comunitária por formas de financiamento**, verifica-se uma predominância dos apoios, em termos de número de projetos, através de instrumentos cuja tipologia principal de apoio é não reembolsável (86% das aprovações). Já em termos de valor, cerca de metade do incentivo aprovado enquadra-se em projetos essencialmente com natureza reembolsável, o que resulta sobretudo da importância do instrumento SI Inovação (que utiliza predominantemente este tipo de incentivo).

Tabela 2.13: Contribuição Comunitária por Forma de Financiamento, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx. EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	5.738	1.656.479	1.016.832	61%
2	Ajuda reembolsável	930	2.026.724	1.430.079	71%
3	Fundos de Capital de Risco	23	194.755	87.232	45%
3	Linhas de Crédito (pagamento de garantias e bonificações de comissões de garantia e de taxa de juro)	1	100.028	56.480	56%
3	Linhas de Crédito (pagamento de garantias e bonificações de comissões de garantia)	1	37.500	11.825	32%
3	Linhas de financiamento a Business Angels	2	34.828	14.042	40%
4	Outras formas de financiamento	0	0	0	
TOTAL COMPETE		6.695	4.050.314	2.616.490	65%

Fonte: SI POFC.

Em complemento à tabela anterior, apresenta-se também a repartição do montante FEDER aprovado por Eixo e forma de financiamento.

Tabela 2.14: Contribuição Comunitária por Eixo e Forma de Financiamento, 2007-2014

Unid:: Mil Euros

Eixo	Forma de Financiamento (Aprovações)							
	01 - Ajuda não reembolsável		02 – Ajuda Reembolsável		03 – Capital de risco, linhas de crédito e BA		Total	
	Nº Proj.	Incentivo (m€)	Nº Proj.	Incentivo (m€)	Nº Proj.	Incentivo (m€)	Nº Proj.	Incentivo (m€)
Eixo 1	3.403	752.575					3.403	752.575
Eixo 2	1.627	338.000	930	2.026.724			2.557	2.364.724
Eixo 3					27	367.111	27	367.111
Eixo 4	253	280.588					253	280.588
Eixo 5	409	230.245					409	230.245
Eixo 6	46	55.071					46	55.071
TOTAL COMPETE	5.738	1.656.479	930	2.026.724	27	367.111	6.695	4.050.314

Fonte: SI POFC.

A tabela seguinte refere-se à **repartição da contribuição comunitária** aprovada e executada **por atividade económica**, destacando-se o peso da Indústria Transformadora (39% do incentivo total atribuído), bem como a importância dos projetos aprovados do setor “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (46% do número total de projetos aprovados), essencialmente devido ao número considerável de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) inseridos no SAESCTN que, pela sua tipologia, são considerados neste setor de atividade segundo esta tabela.

Tabela 2.15: Contribuição Comunitária por Atividade Económica, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	11	3.687	2.781	75%
02	Pesca	0	0	0	0%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	243	175.626	106.980	61%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	347	207.009	128.227	62%
05	Construção de material de transporte	163	183.231	130.349	71%
06	Indústrias transformadoras diversas	1.853	1.620.131	1.127.290	70%
07	Extração de produtos energéticos	1	12.433	0	0%
08	Produção e dist. de eletríc., gás, vapor e água quente	2	616	163	26%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	0%
10	Correios e telecomunicações	1	1.496	861	58%
11	Transportes	30	11.405	10.407	91%
12	Construção	82	7.511	3.686	49%
13	Comércio por grosso e a retalho	162	60.233	37.528	62%
14	Hotéis e restaurantes	77	161.971	103.981	64%
15	Atividades financeiras	26	244.253	108.538	44%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (inclui atividades de I&D)	3.073	626.493	401.505	64%
17	Administração pública	242	408.312	221.422	54%
18	Educação	63	40.134	25.576	64%
19	Atividades de saúde humana	9	12.306	4.452	36%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	251	170.498	124.352	73%
21	Atividades associadas ao ambiente	29	31.136	20.550	66%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	0%
00	Não aplicável	30	71.833	57.842	81%
TOTAL COMPETE		6.695	4.050.314	2.616.490	65%

Fonte: SI POFC.

A próxima Tabela apresenta a [distribuição da contribuição comunitária por regulamento específico](#), sendo de destacar, com maior número de projetos aprovados, o SAESCTN (38%), e com maior volume de incentivo atribuído, o SI Inovação (50% do total).

Tabela 2.16: Contribuição Comunitária por Regulamento Específico, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Eixo Prioritário / Regulamento Específico	Fundo FEDER			
	Aprovação		Execução	
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Eixo Prioritário 1 - Total	3.403	752.575	495.300	66%
Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)	2.575	327.784	232.673	71%
Regulamento Específico - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	828	424.790	262.627	62%
Eixo Prioritário 2 - Total	2.557	2.364.724	1.616.707	68%
Regulamento Específico - Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	930	2.027.256	1.429.896	71%
Regulamento Específico - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI PME)	1.627	337.468	186.812	55%
Eixo Prioritário 3 - Total	27	367.111	169.578	46%
Regulamento Específico - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	27	367.111	169.578	46%
Eixo Prioritário 4 - Total	253	280.588	154.832	55%
Regulamento Específico - Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	253	280.588	154.832	55%
Eixo Prioritário 5 - Total	409	230.245	141.571	61%
Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	409	230.245	141.571	61%
Eixo Prioritário 6 - Total	46	55.071	38.501	70%
Regulamento Específico - Assistência Técnica	46	55.071	38.501	70%
TOTAL COMPETE	6.695	4.050.314	2.616.490	65%

Fonte: SI POFC.

As Tabelas seguintes distribuem os valores aprovados e executados por NUTS II e NUTS III.

Em termos de NUTS II, verifica-se que a Região Norte concentra 34% do incentivo aprovado e 36% da execução. Destaque-se ainda a parcela das aprovações imputada à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 3,3% do total aprovado (mais detalhado no ponto **Regra Spill-Over Effects**)

Tabela 2.17: Contribuição Comunitária por NUTS II, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Região (NUTS II)	Fundo FEDER			
	Aprovação		Execução	
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	3.025	1.385.740	942.434	68%
Centro	2.044	1.125.971	771.432	69%
Alentejo	283	387.185	267.903	69%
Lisboa	120	120.718	77.943	65%
Multirregiões (*)	1.223	1.030.701	556.778	54%
TOTAL COMPETE	6.695	4.050.314	2.616.490	65%

Nota: (*) No ponto 2.1.6 encontra-se repartido o investimento elegível e incentivo aprovado dos projetos multirregiões. Fonte: SI POFC.

Tabela 2.18: Contribuição Comunitária por NUTS II e NUTS III, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Região (NUTS II / NUTS III)		Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	Alto Trás-os-Montes	29	31.421	17.269	55%
	Ave	244	144.965	89.426	62%
	Cávado	506	131.000	81.715	62%
	Douro	59	52.645	36.572	69%
	Entre Douro e Vouga	254	131.449	98.600	75%
	Grande Porto	1.478	632.740	444.127	70%
	Minho-Lima	70	67.584	44.544	66%
	Tâmega	216	100.061	67.552	68%
	Multirregiões	169	93.875	62.630	67%
Total Norte		3.025	1.385.740	942.434	68%
Centro	Baixo Mondego	668	276.069	206.508	75%
	Baixo Vouga	598	311.219	215.674	69%
	Beira Interior Norte	14	14.772	12.313	83%
	Beira Interior Sul	14	32.028	24.285	76%
	Cova da Beira	64	30.509	11.224	37%
	Dão-Lafões	78	84.868	50.148	59%
	Médio Tejo	77	45.629	31.461	69%
	Oeste	118	72.575	54.147	75%
	Pinhal Interior Norte	33	42.179	25.846	61%
	Pinhal Interior Sul	5	10.605	8.891	84%
	Pinhal Litoral	224	140.402	85.407	61%
	Serra da Estrela	6	4.811	3.090	64%
	Multirregiões	145	60.305	42.436	70%
Total Centro		2.044	1.125.971	771.432	69%
Alentejo	Alentejo Central	146	119.443	96.327	81%
	Alentejo Litoral	20	90.253	45.649	51%
	Alto Alentejo	19	34.841	22.039	63%
	Baixo Alentejo	21	76.201	56.908	75%
	Lezíria do Tejo	74	64.000	44.812	70%
	Multirregiões	3	2.447	2.168	89%
Total Alentejo		283	387.185	267.903	69%
Lisboa	Grande Lisboa	119	119.433	76.658	64%
	Península de Setúbal	1	1.285	1.285	100%
Total Lisboa		120	120.718	77.943	65%
Multirregiões	Total Multirregiões	1.223	1.030.701	556.778	54%
TOTAL COMPETE		6.695	4.050.314	2.616.490	65%

Fonte: SI POFC

Para mais informação sobre a repartição regional dos montantes aprovados e executados até ao final de 2014, sugere-se a consulta ao Anexo IV deste Relatório.

Refira-se ainda que não foi reproduzida a tabela relativa à repartição da contribuição da União por tipo de território, dado que a mesma não se aplica ao Programa.

REGRA SPILL-OVER EFFECTS

O COMPETE prevê a possibilidade de serem apoiadas despesas realizadas em Lisboa e no Algarve (na chamada regra *spill-over effects*), de forma excecional e devidamente justificada, em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que provoca nas Regiões de Convergência. Deste modo, considera-se que o investimento realizado é meramente instrumental tendo em conta os benefícios esperados nas regiões de convergência (em conformidade com a abrangência regional do Programa).

Neste sentido, está prevista a possibilidade de recurso a esta regra de exceção no âmbito dos projetos de I&D em co-promoção, dos projetos do Eixo III (flexibilização que não foi implementada no COMPETE) e dos projetos de modernização da Administração Pública.

Foram instituídos vários mecanismos cruzados de controlo da sua aplicação, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projeto e, posteriormente, pela validação por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

Conforme se pode constatar pela Tabela seguinte, a utilização deste mecanismo permanece limitada e com um carácter de excecionalidade, representando, no final de 2014, apenas 3% do investimento elegível total do Programa.

Tabela 2.19: Aplicação Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Instrumento	N.º Proj. (<i>spill-over</i>)	Investimento Elegível (<i>spill-over</i>)	Incentivo (<i>spill-over</i>)	% Investim. Elegível no Total (<i>spill-over/Total</i>)
SI I&DT em Co-Prom.	120	29.024	19.775	8%
SAMA	152	192.692	163.590	44%
Total Spill-Over Effects	272	221.716	183.365	28%
Outros Instrumentos	0	0	0	0%
TOTAL COMPETE	272	221.716	183.365	3%

Fonte: SI POFC.

Em anexo encontra-se a lista dos apoios concedidos ao abrigo desta regra (Anexo XIV), onde se poderá constatar, projeto a projeto, o cumprimento dos limites estabelecidos.

EIXO I – SI I&DT: PROJETOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO

Os projetos em co-promoção do SI I&DT visam o reforço da competitividade empresarial, através da agregação de um conjunto de competências complementares detidas por várias entidades (empresas e entidades do SCT) que se associam para a prossecução de objetivos partilhados de I&D, potenciando a geração de sinergias e partilha de riscos, custos e resultados.

Neste sentido, estes projetos são sempre liderados por uma empresa, localizada numa Região da Convergência, podendo os consórcios promotores integrar outras empresas (igualmente localizadas numa Região da Convergência) e/ou entidades do SCT, assumindo estas um papel de reforço da articulação entre as diferentes entidades participantes, sendo que os resultados económicos da I&D apoiada devem ser maioritariamente internalizados pelo setor empresarial.

De forma a não limitar a possibilidade das empresas, e tendo em conta o carácter essencialmente instrumental do investimento das entidades do SCT, a regra de exceção “*Spill-over Effects*”, devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT, permite que empresas localizadas nas Regiões de Convergência possam agregar ao projeto as entidades de SCT que considerem mais relevantes, independentemente de se localizarem fora das Regiões de Convergência.

Os apoios concedidos ao abrigo desta regra são excecionais e objeto de um escrutínio apertado fundamentado em condições objetivas que confirmem que a não admissibilidade dessas parcerias tecnológicas inviabilizaria ou condicionaria o sucesso dos projetos, além de se assegurar que os benefícios económicos deles decorrentes são apropriados pelos promotores (empresas e/ou entidades do SCT) localizados nas Regiões de Convergência.

No final de 2014, encontravam-se aprovados 120 projetos do SI I&DT em co-promoção, nas tipologias SI I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores de I&DT (a lista dos projetos, com indicação dos co-promotores, encontra-se no Anexo XIV), com recurso à referida exceção, representando as referidas despesas 21% no âmbito dos projetos com *spill-over effects* e de 7% do investimento elegível total apoiado no âmbito desta tipologia de projetos.

Deste modo, conclui-se que a aplicação deste mecanismo tem assumido um carácter essencialmente de exceção e marginal no quadro dos apoios concedidos nos projetos em co-promoção do SI I&DT.

Tabela 2.20: Projetos de I&D em Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível – Regiões Convergência	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>	Inv. <i>Spill-Over</i> /Inv. Total
Projetos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	300	262.168	0	0%
Projetos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	120	110.045	29.024	21%
TOTAL SI I&DT – Projetos em Co-Promoção	420	372.213	29.024	7%

Fonte: SI POFC.

EIXO IV – SAMA

No SAMA, com base na exceção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “*Spill-over Effects*”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que estes têm impactes muito relevantes para o desenvolvimento das regiões “Objetivo Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactes visam, exatamente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Central a todos os cidadãos e às empresas, a sua reorganização global e o funcionamento e acesso em rede.

Tabela 2.21: Projetos Aprovados no SAMA ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível Inicial	Corte Elegibilid	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>
Proj. totalmente localizados em Lisboa	120	207.671	68,50%	142.254
Proj. parcialmente localizados em Lisboa e Algarve	32	111.597		50.437
<i>Valores relativos às Regiões de Convergência</i>		37.966		
<i>Valores relativos à Região de Lisboa e Algarve</i>		73.631	68,50%	50.437
Proj. com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	152	319.267		192.692
Proj. sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	101	100.853	0	
TOTAL SAMA	253	420.121		192.692

Fonte: SI POFC.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN (e no Anexo II do texto do Programa), os **efeitos de difusão dos investimentos** realizados na NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram quantificados em 68,5%⁵, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUTS II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa. Como se verifica pela anterior, foram apoiados 152 projetos onde se recorreu à referida exceção.

2.1.4. Informação sobre o Apoio Comunitário por Grupos-Alvo

A análise por grupos-alvo é desenvolvida no ponto 3.

⁵ Valor calculado a partir da concentração da população residente nas Regiões Norte, Centro e Alentejo no quadro da população residente do Continente (Eurostat, 2004).

2.1.5. Apoio Restituído ou Reutilizado

Com base no disposto n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as situações reportadas neste ponto decorrem de **ações de controlo externo** realizadas ao Programa, de **verificações no local** realizadas pelos Organismos Intermédios, do **controlo interno** promovido pela Autoridade de Gestão e da própria **gestão e acompanhamento da execução** das operações realizada pelos Organismos Intermédios e pela Autoridade de Gestão.

| 35

Assinala-se como nota à leitura do quadro seguinte, que a despesa irregular reportada corresponde à despesa final irregular apurada em sede de *follow-up* das ações de controlo, a qual poderá ter sido ajustada face à despesa irregular identificada no relatório final.

Tabela 2.22: Ações de Controlo Externo - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Tipo de Ação de controlo	Entidade Responsável	Nº Ações Controlo que envolveram operações	Nº Operações Auditadas	Nº Operações com despesa irregular	Despesa FEDER irregular	Correções financeiras efetuadas - FEDER	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C) (1)	5	217	32	5.201,6	5.063,2	138,3	5.063,2
	Tribunal de Contas Europeu	2	8	1	242,8	242,8	0	242,8
Total Operações		7	225	33	5.444,4	5.306,0	138,3	5.306,0
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	12	77	6	8.604,0	762,2	7.748,5	762,2
	Autoridade de Certificação (AD&C)	3	35	3	4,2	3,9	0,3	3,9
	Comissão Europeia	4	26	1	19.013,6	19.013,6	0,0	19.013,6
	Tribunal de Contas	1	8	0	0	0	0	0
	Tribunal de Contas Europeu	1	2	1	1,4	1,4	0	1,4
Total Sistema		21	148	11	27.623,2	19.781,1	7.748,8	19.781,1
Total Controlo Externo		28	373	44	33.067,5	25.087,2	7.887,1	25.087,2

Nota: (1) Inclui a despesa irregular identificada pela IGF no âmbito da sua supervisão à Auditoria de Operações realizada pela Estrutura de Auditoria Segregada da Ad&c. Fonte: SI POFC.

No que respeita às situações irregulares decorrentes do controlo externo, verificamos que, no âmbito das ações de controlo realizadas e com relatório definitivo remetido à Autoridade de Gestão até final do ano de 2014 (foi tido em conta um relatório rececionado pela AG no início de janeiro de 2015), foi detetada despesa irregular em 44 operações, num montante de fundo comunitário FEDER na ordem dos 33,1 milhões de euros. Deste montante a Autoridade de Gestão procedeu já à correção financeira de cerca de 25,1 milhões de euros.

O montante ainda não regularizado de despesa irregular FEDER, cerca de 7,9 milhões de euros, foi retirado da certificação de despesa à Comissão Europeia pela Autoridade de Certificação (AC), como medida preventiva.

A quase totalidade do montante retirado preventivamente é relativo a uma situação reportada à AG COMPETE próximo do final do ano, sendo que, como tal, a sua regularização será efetivada pela AG durante 2015.

Deste modo, no final de 2014, no âmbito do controlo externo, o **montante de fundo restituído ou reutilizado** corresponde ao montante das correções financeiras realizadas, ou seja, aos 25,1 milhões de euros de fundo comunitário FEDER referidos anteriormente.

No que respeita às **ações de verificação no local**, as quais são realizadas pelos Organismos Intermédios (OI) e pela AG, das 140 operações verificadas e com relatório definitivo elaborado até ao final de 2014 e enviado à Autoridade de Gestão, verificou-se existir despesa irregular em 23 delas, num montante de fundo comunitário FEDER de 0,8 milhões de euros.

Das 140 ações de verificação no local, 109 delas inscrevem-se nos **Planos Anuais de Verificação no Local** e 31 ações resultam de **Ações de Acompanhamento da Execução de Projetos**.

A correção financeira realizada foi de 0,3 milhões de euros, tendo sido retirado preventivamente da certificação à CE pela AC o montante de 0,5 milhões de euros.

No final de 2014, no âmbito das verificações no local, o montante de fundo restituído ou reutilizado corresponde ao montante das correções financeiras realizadas, ou seja, a 0,3 milhões de euros.

Tabela 2.23: Verificações no Local - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Organismo Intermédio	N.º Operações com VL (1)	Despesa Elegível verificada	N.º Operações com despesa irregular	Despesa Elegível Irregular	FEDER Elegível Irregular	Correção financeira realizada	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
ANI	4	1.972,0	3	5,8	3,5	3,4	0,1	3,4
AICEP	32	967.896,4	5	33,4	12,5	12,5	0,0	12,5
AMA	7	4.210,4	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FCT	22	602,4	5	4,6	3,9	3,9	0,0	3,9
IAPMEI	30	11.047,6	8	1.104,3	495,2	2,9	492,3	2,9
POFC	39	165.896,4	9	376,9	263,8	263,2	0,6	263,2
TP	6	2.055,1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Verificações no Local	140	1.153.680,4	23	1.524,9	778,8	285,9	492,9	285,9

Nota: (1) Duas operações tiveram 2 verificações no local. Fonte: SI POFC.

As ações de **Controlo Interno** realizadas pela Autoridade de Gestão correspondiam, no final de 2014, a 30 processos concluídos e com relatório final aprovado. Estas ações completam o plano anual de Controlo Interno relativo ao ano de 2010, o qual se encontra concluído.

Às 30 ações de Controlo Interno realizadas e concluídas corresponde uma despesa total controlada de 16,7 milhões de euros, tendo-se detetado despesa irregular em 13 operações, num montante de 0,3 milhões de euros, a que corresponde um fundo comunitário FEDER de cerca de 0,2 milhões de euros. Com exceção de uma operação, toda a despesa irregular se encontra corrigida.

| 37

Tabela 2.24: Controlo Interno - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Organismo Intermédio	N.º Operações com CI	Despesa Elegível verificada	N.º Operações com despesa irregular	Despesa Elegível Irregular	FEDER Elegível Irregular	Correção financeira realizada	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
ANI	2	222,7	1	0,2	0,2	0,07	0,0	0,07
AICEP	4	6.897,7	2	4,8	1,7	1,7	0,0	1,7
AMA	1	381,8	1	138,1	66,2	66,2	0,0	66,2
FCT	5	191,6	4	5,8	4,7	4,7	0,0	4,7
IAPMEI	8	4.089,0	2	87,9	57,0	57,0	0,0	57,0
POFC	8	4.291,91	2	18,2	12,7	4,8		4,8
TP	2	587,6	1	17,7	8,0	8,0	0,0	8,0
Total Controlo Interno	30	16.662,4	13	272,7	150,4	142,5	0,0	142,5

Fonte: SI POFC.

No âmbito da gestão e acompanhamento das operações pelos OI e AG, foram identificadas, até final de 2014, algumas situações que deram origem à **anulação total ou parcial da operação**.

Neste contexto, foram identificadas 92 anulações totais de operações, cuja natureza da situação foi considerada como irregular, as quais libertaram um montante de FEDER na ordem dos 54,8 milhões de euros. Parte deste montante não se encontrava ainda certificado e reembolsado pela CE.

Às situações irregulares identificadas pela gestão que provocaram a anulação parcial de 73 operações, corresponde um FEDER reutilizado de 2,1 milhões de euros.

Tabela 2.25: Gestão e Acompanhamento das Operações - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Tipo de Anulação	Organismo intermédio	Nº de Operações	Montante FEDER reutilizado
Parcial	ANI	2	1,4
	AICEP	23	1.073,4
	FCT	15	11,2
	IAPMEI	31	1.048,0
	POFC	2	6,0
	Subtotal	73	2.140,8
Total	AICEP	15	18.927,5
	AMA	2	519,2
	FCT	2	51,0
	IAPMEI	65	29.861,9
	POFC	3	143,0
	TP	5	5.295,6
	Subtotal	92	54.798,0
Total		165	56.938,8

Fonte: SI POFC.

Até final de 2014 não foram identificadas situações enquadráveis no artigo 57.^º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, conforme **ponto 2.5.**

2.1.6. Análise Qualitativa

| 38

Desde o início do Programa foram recebidas 20.351 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 23,9 mil milhões de euros⁶. Em 2014, já em fase final do ciclo de programação, não foi rececionada qualquer candidatura.

Tabela 2.26: Candidaturas Rececionadas por Eixo Prioritário, 2007-2014

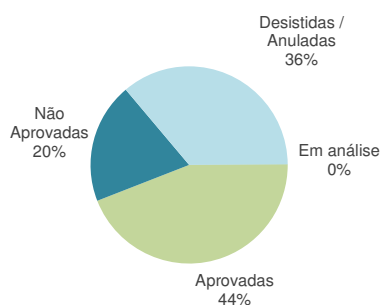
Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Candidaturas (2014)		Candidaturas (2007-2014)	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	0	0	13.858	3.762.147
EIXO II – Inov. e Renov. Modelo Empr. e do Padrão de Esp.	0	0	4.884	17.422.389
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	0	0	36	737.643
EIXO IV - Uma Admin. Pública Eficiente e de Qualidade	0	0	597	1.099.131
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenv. Empresarial	0	0	920	722.480
EIXO VI - Assistência Técnica	0	0	56	114.546
TOTAL COMPETE	0	0	20.351	23.858.335

Fonte: SI POFC.

Do total de candidaturas rececionadas desde o início do Programa (medidas em valor de investimento), verifica-se que, no final de 2014, cerca de 44% foi considerado aprovado, 36% foi objeto de desistência ou anulação e 20% não foi aprovado (por falta de mérito ou por não cumprir critérios de admissibilidade).

Gráfico 2.11: Investimento Rececionado por Situação das Candidaturas, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

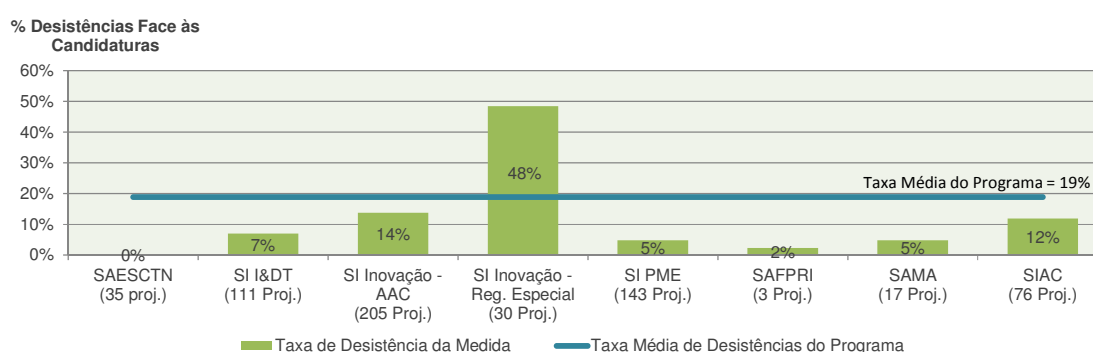
⁶ A ligeira diferença do número de candidaturas rececionado, face ao valor reportado no ano passado, deve-se à passagem de candidaturas dos PO Regionais para o COMPETE acordada em sede de Comissão de Seleção.

Quanto a **desistências**⁷, verifica-se que foram objeto de desistência 620 candidaturas com um investimento associado de 4,5 mil milhões de euros. Uma vez que não se registaram novas candidaturas em 2014 e, por outro lado, que as análises estavam praticamente concluídas no início do ano, verificou-se um nível significativamente inferior de desistências em 2014 face aos anos anteriores (4 desistências com um investimento associado de 7,2 milhões de euros).

Analisando o investimento objeto de desistência em percentagem face ao volume de investimento rececionado por medida, verifica-se que o maior nível de desistência incidu sobre os projetos do SI Inovação de Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional.

| 39

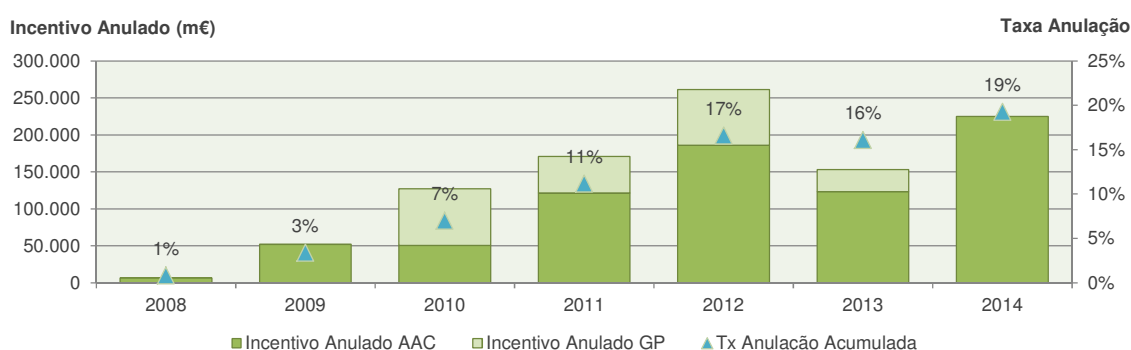
Gráfico 2.12: Investimento Rececionado Objeto de Desistência por Medida, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Durante 2014 foram registadas 219 **anulações**⁸, envolvendo um incentivo de 224,8 milhões de euros, o que torna este ano no segundo em termos de incentivo anulado, depois de 2012.

Gráfico 2.13: Incentivo Objeto de Anulação por Ano de Anulação, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Nota: AAC: Projetos aprovados no âmbito de concursos e convites; GP: Grandes Projetos, ou seja, os projetos inseridos no Regime Especial e Interesse Estratégico Nacional.

⁷ Por desistência entende-se a opção de desistir da candidatura manifestada pelo promotor durante o processo de decisão do projeto.

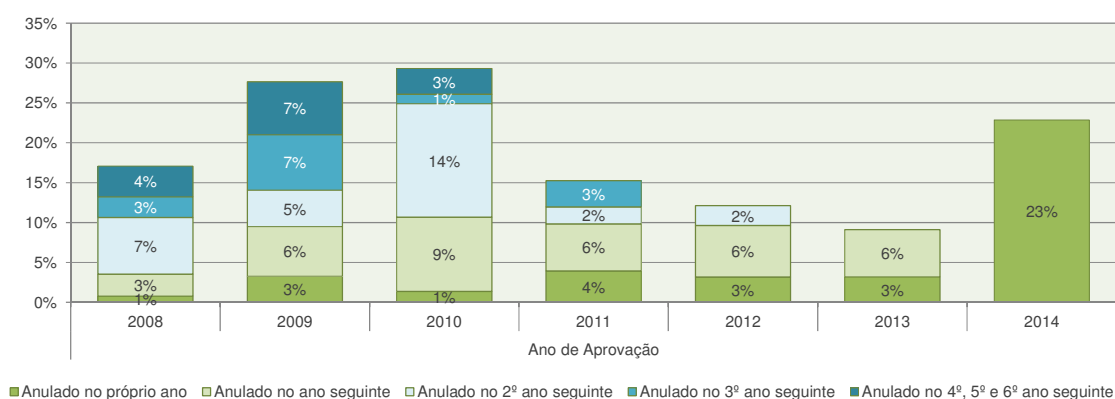
⁸ As anulações traduzem as revogações formalizadas após decisão elegível de financiamento dos projetos.

Em termos acumulados até final do ano, encontravam-se anulados 1.115 projetos que permitiram uma descativação de incentivo de 995,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de anulação de 19%.

Conforme se pode verificar no Gráfico 2.14, o aumento do volume de incentivo anulado em 2014 deve-se, essencialmente, ao elevado nível de anulação verificado no compromisso assumido nesse ano. 2014 constitui-se, assim, no ano, cujo incentivo aprovado sofreu uma maior quebra pelas anulações (23%).

| 40

Gráfico 2.14: Incentivo Objeto de Anulação, por ano de aprovação, 2007-2014

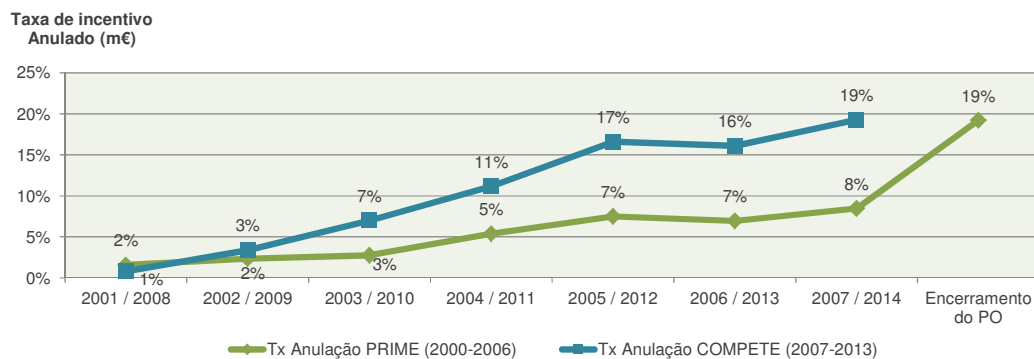


Fonte: SI POFC.

Devido a uma melhor gestão e monitorização do Programa, conforme reportado ao longo dos relatórios (sendo um instrumento essencial a BDI – Bolsa de Descativação de Incentivo), as anulações no COMPETE foram sendo efetivadas ao longo do Programa, não sendo esperado, como ocorrido no PRIME, uma forte concentração no encerramento do Programa (mais de metade do incentivo anulado ocorreu em 2008-2009).

No entanto, é esperado que o nível de incentivo anulado no COMPETE (2007-2013) ultrapasse o valor registado no POR/PRIME (2000-2006), refletindo a difícil conjuntura macroeconómica.

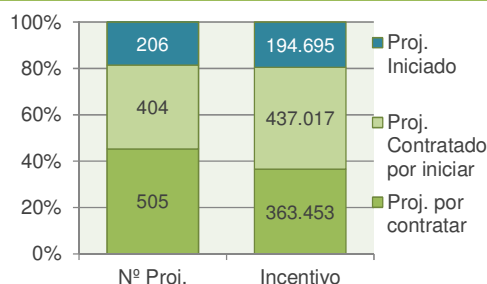
Gráfico 2.15: Incentivo Objeto de Anulação, por ano, em comparação com o POE/PRIME, 2000-2006 e 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Quanto ao **momento da descativação do apoio**, conclui-se que este sucede principalmente entre a contratação e o arranque financeiro dos projetos (82% do número de projetos anulados, correspondendo a 80% do incentivo anulado), sendo portanto menor o nível de anulação de projetos já iniciados, ou seja, com pagamentos realizados.

Gráfico 2.16: Projetos Objeto de Anulação, por Estádio, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Em 2014 foram aprovados 336 projetos, envolvendo um investimento elegível de 821 milhões de euros e um incentivo de 311,2 milhões de euros.

Por outro lado, foram anulados 177 projetos aprovados em anos anteriores com um investimento elegível de 249 milhões de euros e um incentivo de 138,5 milhões de euros. Em 2014, foram ainda encerrados 477 projetos, aos quais se adicionam 85 projetos que tiveram uma variação do incentivo (positiva ou negativa), originando uma descativação de incentivo de 55,5 milhões de euros.

Tabela 2.27: Projetos com Variação dos Valores de Aprovação em 2014

Unid: Mil Euros

EIXO	Proj. com 1.ª decisão de aprovação em 2014 (*)			Proj. Anulados em 2014			Proj. Encerrados ou com alteração do Incentivo atribuído em 2014		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	107	75.829	42.696	15	-13.253	-4.480	206	-20.906	-11.696
EIXO II	221	741.472	266.032	155	-217.126	-122.930	269	-82.832	-39.723
EIXO III							0	0	0
EIXO IV	5	2.459	1.737	5	-18.323	-10.880	25	-1.896	-1.590
EIXO V	3	901	721	2	-288	-204	56	-1.687	-1.225
EIXO VI							6	-1.541	-1.291
TOTAL	336	820.661	311.185	177	-248.989	-138.494	562	-108.862	-55.525

Nota: (*) Não inclui projetos que tenham sido objeto de anulação no próprio ano. Fonte: SI POFC

Tendo em conta as **variações ocorridas em 2014** (novas aprovações, anulações e descativação decorrente do encerramento de projetos) acima identificadas, verifica-se que se registou um aumento do investimento elegível em 462,8 milhões de euros e um aumento do incentivo aprovado de 117,2 milhões de euros.

Em termos acumulados, no final de 2014, encontravam-se **aprovados 6.695 projetos** com um investimento elegível de 8,6 mil milhões de euros e um incentivo de 4,1 mil milhões de euros.

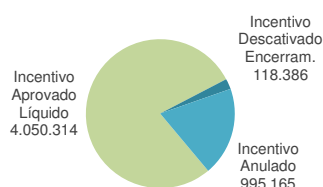
Tabela 2.28: Projetos Aprovados (incluindo Saldo de 2014 de Novas Aprovações e Descativações) por Eixo Prioritário, 2007-2014

Unid: Mil Euros

EIXO	Variações de 2014		2007-2014		
	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	41.670	26.519	3.403	1.220.741	752.575
EIXO II	441.515	103.379	2.557	5.978.976	2.364.724
EIXO III	0	0	27	599.042	367.111
EIXO IV	-17.760	-10.734	253	420.121	280.588
EIXO V	-1.073	-708	409	309.474	230.245
EIXO VI	-1.541	-1.291	46	65.961	55.071
TOTAL COMPETE	462.811	117.166	6.695	8.594.314	4.050.314

Fonte: SI POFC.

Gráfico 2.17: Incentivo Bruto Aprovado por Situação Atual, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Tal como se pode constatar pelo gráfico, desde o início do COMPETE foi aprovado um incentivo bruto total de 5,2 mil milhões de euros, dos quais 19% foi objeto de anulação, 2% objeto de descativação em sede de encerramento, permanecendo 79% como compromisso do Programa.

Analisando as **aprovações brutas por ano**, conclui-se que 2014 constituiu o ano com o menor nível de compromisso assumido desde 2008. Tal resulta do facto das suas aprovações se referirem, essencialmente, às últimas fases dos concursos lançados em 2013, decididos no início do ano de 2014. Por sua vez, 2013 representou o ano com o maior nível de compromisso assumido desde o início do Programa.

Gráfico 2.18: Aprovações Brutas por Situação Atual e Ano de Aprovação, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Encontram-se concluídos ou em fase de conclusão 2.856 projetos com um investimento elegível de 4,6 mil milhões de euros e com um incentivo associado de 1,9 mil milhões de euros, representando cerca de metade do incentivo total aprovado.

Tabela 2.29: Projetos concluídos e em fase de conclusão por eixo prioritário, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

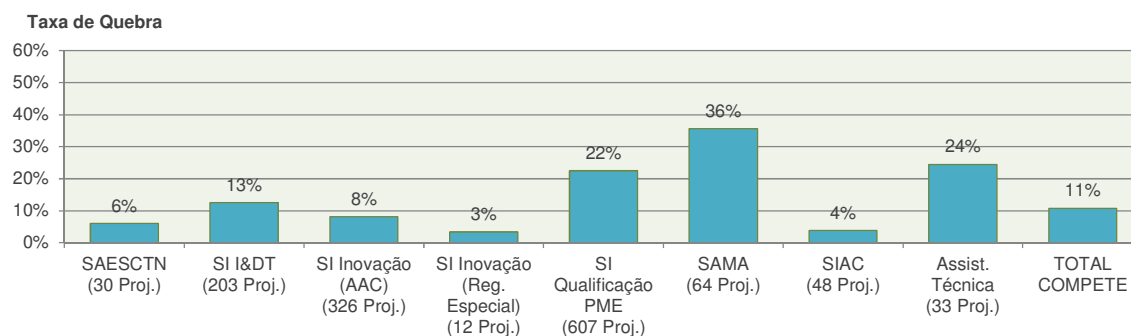
Eixo Prioritário	N.º Proj.	Valores de Aprovação		Valores de Encerramento	
		Custo Total Elegível	Incentivo	Custo Total Elegível	Incentivo
EIXO I	859	518.584	267.809	230.554	95.687
Proj. Encerrados	233	230.554	95.687	230.554	95.687
Proj. em vias de Encerramento	22	2.545	1.878		
Proj. concluídos em análise	604	285.485	170.244		
EIXO II	1.584	3.639.273	1.360.137	2.107.250	786.620
Proj. Encerrados	945	2.107.250	786.620	2.107.250	786.620
Proj. em vias de Encerramento	14	44.706	23.422		
Proj. concluídos em análise	625	1.487.317	550.096		
EIXO III	0	0	0	0	0
Proj. Encerrados	0	0	0	0	0
Proj. em vias de Encerramento	0	0	0		
Proj. concluídos em análise	0	0	0		
EIXO IV	107	168.192	107.741	54.157	35.881
Proj. Encerrados	64	54.157	35.881	54.157	35.881
Proj. em vias de Encerramento	5	9.187	5.349		
Proj. concluídos em análise	38	104.848	66.511		
EIXO V	269	214.546	157.862	42.879	32.086
Proj. Encerrados	48	42.879	32.086	42.879	32.086
Proj. em vias de Encerramento	8	5.563	3.995		
Proj. concluídos em análise	213	166.105	121.781		
EIXO VI	37	43.661	36.116	34.487	28.318
Proj. Encerrados	33	34.487	28.318	34.487	28.318
Proj. em vias de Encerramento	1	7.929	6.740		
Proj. concluídos em análise	3	1.244	1.058		
TOTAL COMPETE	2.856	4.584.256	1.929.665	2.469.328	978.593

Nota: Consideram-se: "projetos concluídos em análise" os projetos com pedido final entregue pelo promotor ainda em fase de análise; "projetos em vias de encerramento" os projetos com pedido final analisado em fase de pagamento (ordem de pagamento emitida) ou em ordem final paga mas ainda sem encerramento registado no SI do Programa.

Analisando o nível de **descativação em sede de encerramento**, verifica-se que, nos 1.323 projetos encerrados, se registou uma taxa média de quebra de 11% (permitindo uma descativação de incentivo de 118,4 milhões de euros).

Durante o ano de 2014 foram encerrados 659 projetos, registando-se uma taxa de quebra média do incentivo aprovado de 14%.

Gráfico 2.19: Quebra de Encerramento dos Projetos Encerrados por Instrumento, 2007-2014



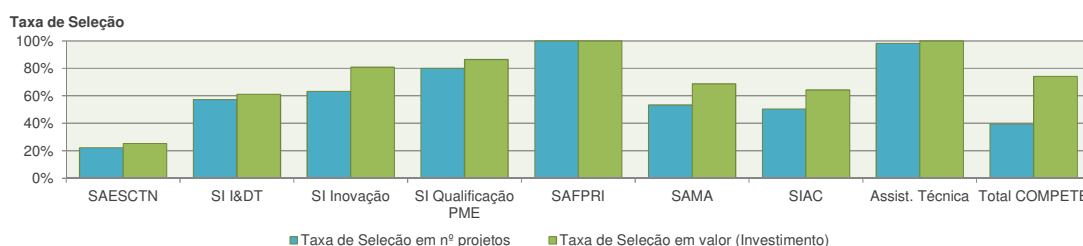
Fonte: SI POFC.

Em termos de instrumento, verificam-se maiores taxas de quebra no SAMA (com uma diminuição média, em sede de encerramento, de mais de um terço do incentivo aprovado). No extremo oposto, regista-se a elevada realização financeira dos projetos do Regime Especial do SI Inovação, do SIAC e SAESCTN.

Relativamente aos **projetos com decisão**, constata-se que 40% foram selecionados para financiamento (representando 74% do investimento proposto).

Saliente-se ainda que, tendo em conta a prática introduzida no atual período de programação de publicitar a metodologia de aferição do mérito do projeto, há um **efeito de seletividade inicial** que não está refletido no valor acima referido (há muitos promotores que, por não cumprirem todas as condições de acesso ou por na simulação verificarem que não têm hipótese de ter o seu projeto aprovado, não chegam a apresentar candidatura).

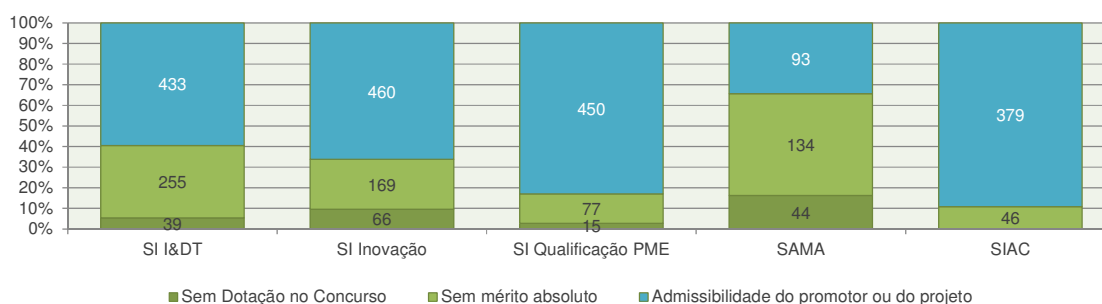
Gráfico 2.20: Taxas de Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Quanto às **razões de não elegibilidade**, verificam-se realidades distintas em função da tipologia dos projetos. Assim, em especial no âmbito do SAMA, a não elegibilidade prende-se principalmente com a falta de mérito dos projetos apresentados, enquanto no SI Qualificação PME e SIAC, os projetos são não elegíveis essencialmente devido a questões de admissibilidade do promotor ou do projeto

Gráfico 2.21: Projetos por Razões de Não Aprovação, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Analisando o incentivo atualmente aprovado (líquido de anulações), constata-se que foi na fase em contínuo, lançada em 2012 e 2013, que se atribuiu o maior nível de apoio, confirmando os dados apresentados no relatório do ano passado.

Por fim, destaque-se a importância dos projetos não enquadráveis em Concursos, correspondendo, essencialmente, a grandes projetos de investimento do SI Inovação, concentrando 40% do investimento elegível total aprovado.

Tabela 2.30: Projetos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Dotação Prevista em Concurso	Projetos Aprovados		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1.ª Fase de 2007	212.500	235	468.708	205.258
1.ª Fase de 2008	297.500	227	345.885	170.367
2.ª Fase de 2008	256.750	985	344.350	212.676
1.ª Fase de 2009	415.950	402	412.204	234.276
2.ª Fase de 2009	342.416	712	520.687	300.891
1.ª Fase de 2010	50.880	144	69.124	35.735
2.ª Fase de 2010	410.796	540	461.458	264.406
1.ª Fase de 2011	364.980	347	313.102	194.989
2.ª Fase de 2011	135.300	276	118.777	71.936
1.ª Fase de 2012	108.200	572	448.443	256.302
Fase 2012-2013 (AAC em contínuo)	(*) 650.934	1.305	1.592.931	903.841
1ª Fase de 2013	34.300	157	43.832	37.073
Não Enquadráveis em Concursos		793	3.454.814	1.162.565
TOTAL COMPETE	3.280.506	6.695	8.594.314	4.050.314

Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. Os projetos não enquadráveis em Concursos correspondem a Convites, Projetos do Regime Especial e Projetos de Interesse Estratégico. (*) Este valor inclui o reforço de dotação dos Sistemas de Incentivos decidido em 2013. Fonte: SI POFC.

Tabela 2.31: Projetos Aprovados por Região, 2007-2014

Unid: Mil Euros

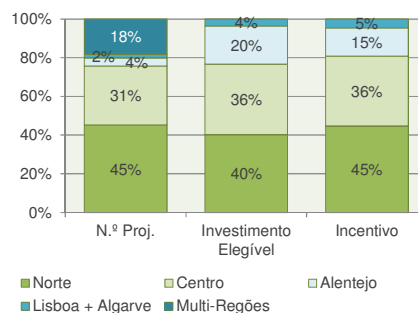
Região (NUTS II)	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	3.025	2.786.598	1.385.740
Centro	2.044	2.592.579	1.125.971
Alentejo	283	1.373.064	387.185
Lisboa	120	207.671	120.718
Multirregiões Convergência	1.071	1.383.737	863.090
Valores referentes à Região Norte		599.376	369.532
Valores referentes à Região Centro		475.437	298.159
Valores referentes à Região Alentejo		308.924	195.400
Multirregiões Convergência + Lisboa / Algarve	152	250.666	167.611
Valores referentes à Região Norte		72.290	52.432
Valores referentes à Região Centro		62.115	43.375
Valores referentes à Região Alentejo		13.606	9.156
Valores referentes à Região Lisboa		102.580	62.592
Valores referentes à Região Algarve		76	55
TOTAL COMPETE	6.695	8.594.314	4.050.314

Fonte: SI POFC.

A **região** Norte é a que regista maior nível de apoio em termos de número de projetos, investimento elegível e de incentivo, atingindo perto de metade do total das aprovações.

O **investimento médio por projeto** é substancialmente maior no Alentejo (4,9 milhões de euros por projeto), face à média total de 1,3 milhões de euros.

Gráfico 2.22: Projetos Aprovados por Região, 2007-2014

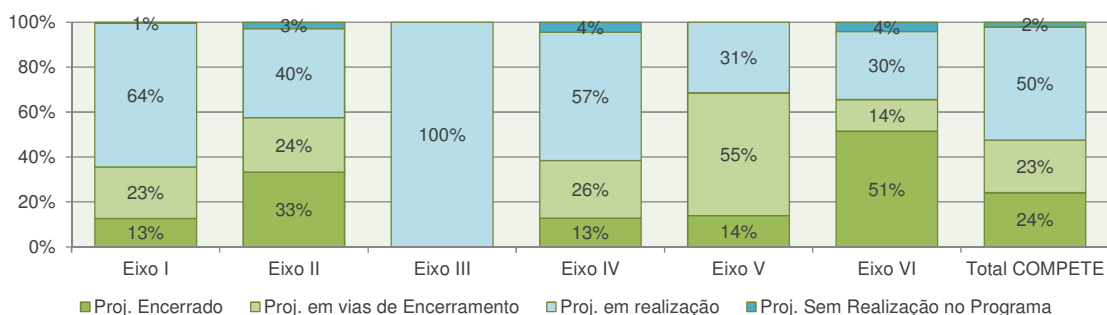


Fonte: SI POFC

Analisando o **estádio de execução do compromisso aprovado**, constata-se que 48% do incentivo se refere a projetos encerrados ou em vias de encerramento (com pedido de reembolso final pago ou em análise), cerca de 50% diz respeito a projetos que se encontram na sua fase normal de execução, permanecendo apenas 2% do incentivo sem qualquer execução financeira no Programa, ou seja, sem apresentação de qualquer pedido de pagamento.

Conclui-se, assim, que a diferença entre o compromisso assumido e a execução se deve, essencialmente, ao ciclo de vida normal dos projetos, no qual já se incluem as recalendarizações e reprogramações aprovadas

Gráfico 2.23: Incentivo Aprovado por Estádio de Execução, por Eixo Prioritário, 2007-2014



Fonte: SI POFC

Em 2014 foram **contratados** 749 projetos, com um investimento elegível de 1,1 mil milhões de euros e um incentivo de 482,1 milhões de euros. Em termos acumulados, encontravam-se contratados 6.692 projetos com um incentivo associado de 4 mil milhões de euros, o que representa praticamente a totalidade dos projetos aprovados.

Tabela 2.32: Projetos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projetos Contratados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	3.402	1.220.535	752.422
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	2.556	5.973.996	2.361.487
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	27	599.042	367.111
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	252	417.760	279.214
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	409	309.474	230.245
EIXO VI - Assistência Técnica	46	65.961	55.071
TOTAL COMPETE	6.692	8.586.768	4.045.550

Fonte: SI POFC.

Quanto à **afetação das aprovações por Tema Prioritário**, estas concentram-se essencialmente no Tema Prioritário: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo, com cerca de 91% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

Tabela 2.33: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária), 2007-2014

Unid: Mil Euros

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		6.315	3.690.167	2.407.251	65%
01*	Atividades de I&DT em centros de investigação	1.608	229.295	165.751	72%
03*	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	1.389	359.246	214.081	60%
04*	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços ...	385	161.370	113.865	71%
05*	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	414	232.773	141.889	61%
06*	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos ...	13	2.555	2.118	83%
07*	Investimento em empresas diretamente relacionadas com investigação	945	1.866.066	1.273.467	68%
08*	Outros investimentos nas empresas	1.534	471.752	326.502	69%
09*	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	27	367.111	169.578	46%
Sociedade da informação		309	301.706	168.518	56%
11*	Tecnologias da informação e comunicação	71	77.732	44.018	57%
13*	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	80	82.991	31.347	38%
15*	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	158	140.983	93.154	66%
Energia		25	3.370	2.220	66%
43*	Eficiência energética, cogeração, gestão da energia	25	3.370	2.220	66%
Assistência Técnica		46	55.071	38.501	70%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	46	55.071	38.501	70%
TOTAL Temas Prioritários		6.695	4.050.314	2.616.490	65%
TOTAL Earmarking		6.649	3.995.243	2.577.989	65%

Nota: * Categorias de *earmarking*. Fonte: SI POFC.

Verifica-se uma forte concentração dos apoios concedidos a projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, que absorvem 99% do incentivo. Conclui-se assim

que se encontra cumprida a disposição prevista no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que prevê que, no mínimo, 60% das despesas apoiadas devam estar afetas às prioridades da UE de promoção da competitividade e criação de empregos (“*Earmarking*”).

Para além destes temas prioritários, apresenta-se, no capítulo 0, uma análise do contributo do COMPETE para a temática da igualdade de género.

A informação detalhada relativa aos reembolsos ocorridos, decorrentes destes apoios, pode ser consultada no ponto 2.1.2.

Nos Anexos II, III, IV, V, X e XI disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto.

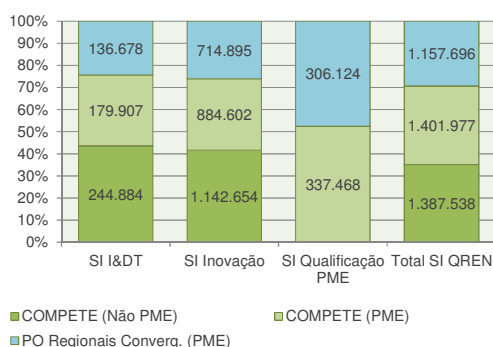
LIMITE MÁXIMO DE APOIO A NÃO-PME

Como referido no Capítulo 2.6.1, no âmbito da Agenda da Competitividade, o COMPETE apoia sobretudo as médias e grandes empresas (das Regiões de Convergência), cabendo aos respetivos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas.

Deste modo, nos Sistemas de Incentivos, a análise da dimensão das empresas promotoras dos projetos aprovados deverá ser lida em conjugação com os dados dos PO Regionais (Norte, Centro e Alentejo).

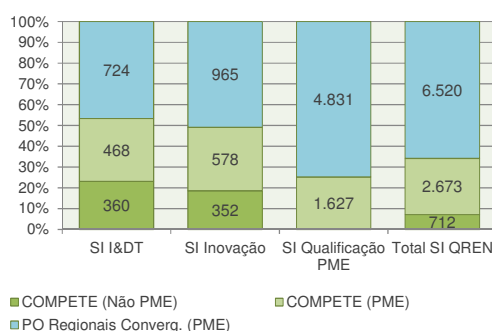
Considerando a referida distribuição, constata-se que os PO Regionais da Convergência aprovaram um maior número de projetos (66% do total de aprovações no COMPETE e PO Regionais), essencialmente no âmbito do SI Qualificação PME sendo que, por outro lado, dada a maior dimensão média dos projetos, o COMPETE concentrou 71% do incentivo aprovado.

Gráfico 2.24: Incentivo Aprovado (m€) no COMPETE e PO Regionais de Convergência por Sistema de Incentivos e Dimensão da Empresa, 2007-2014



Nota: Estão contabilizados os apoios destinados às PME, embora os projetos sejam promovidos por associações empresariais. Fonte: SI QREN.

Gráfico 2.25: Projetos Aprovados no COMPETE e PO Regionais da Convergência por Sistema de Incentivos e Dimensão da Empresa, 2007-2014



Nota: Estão contabilizados os apoios destinados às PME, embora os projetos sejam promovidos por associações empresariais. Fonte: SI QREN.

Analisando a **tipologia de promotores** no âmbito do COMPETE, verifica-se que cerca de $\frac{3}{4}$ do investimento elegível se enquadra em projetos empresariais, 15% em projetos de entidades públicas (sendo a principal parcela referente ao SAFPRI e SAMA) e os restantes 10% em projetos de entidades privadas sem fins lucrativos (destacando-se a componente referente aos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME).

Tabela 2.34: Projetos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Tipo de Promotor	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	95	197.411	120.835
Pequena empresa	118	243.175	152.348
Média empresa	2.256	1.729.627	921.410
Não PME	713	4.282.340	1.387.814
TOTAL Empresas	3.182	6.452.554	2.582.408
Entidades públicas	1.447	1.318.486	893.015
Entidades privadas sem fins lucrativos	2.066	823.274	574.892
TOTAL Outros Promotores	3.513	2.141.761	1.467.907
TOTAL COMPETE	6.695	8.594.314	4.050.314

Fonte: SI POFC.

Constitui compromisso comum da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos **60% dos apoios diretos totais a empresas são concedidos a PME** (excluindo os apoios diretos à I&DT e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação). A aferição desta meta e o respetivo controlo são efetuados ao nível do COMPETE e dos PO Regionais do Continente, sendo objeto de monitorização permanente em sede da Rede dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Tabela 2.35: Nível de Apoio a PME no COMPETE e PO Regionais, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Programa Operacional	Projetos Aprovados a PME			Total de Projetos Aprovados	
	N.º Proj.	Incentivo	(% PME / Total)	N.º Proj.	Incentivo
COMPETE	2.232	1.589.181	58%	2.584	2.731.835
PO Norte	3.159	532.617	100%	3.159	532.617
PO Centro	1.927	321.854	100%	1.927	321.854
PO Lisboa	229	47.817	79%	244	60.490
PO Alentejo	710	166.548	100%	710	166.548
PO Algarve	338	67.907	92%	343	73.977
TOTAL	8.595	2.725.923	70%	8.967	3.887.320

Fonte: SI QREN

Conforme se pode constatar, o referido **limite mínimo estabelecido está a ser cumprido**, uma vez que, no final do ano, se verifica um nível de 70% de apoios a PME no total dos apoios concedidos no SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAFPRI.

APOIO À I&D EMPRESARIAL

No texto do Programa foi igualmente assumido o compromisso de incidir o apoio à Investigação e Desenvolvimento na sua vertente empresarial. Neste sentido, este objetivo é monitorizado através de um indicador específico previsto no Eixo I (“Relevância das atividades de I&D em consórcio”, conforme ponto 3.1.1) cuja meta inicial estava fixada em 40% e que, em sede de ajustamento da meta, passou para 50%.

Conforme se pode verificar pela análise do referido indicador, o I&D empresarial assume um peso de 68%, indiciando uma correta orientação do Programa para este tipo de investimento.

2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Neste capítulo são identificadas as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão para garantir o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as que se referem às regras da concorrência, aos mercados públicos, ao ambiente e à promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação. Durante 2014 não se verificou qualquer dificuldade no cumprimento da legislação comunitária.

2.2.1. Regras da Concorrência

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer Auxílio de Estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência, quer através de um processo de notificação visando a aprovação explícita por parte da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, quer através do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT⁹.

Neste sentido, é assegurado o cumprimento das regras da concorrência para a totalidade dos Auxílios de Estado concedidos no âmbito do COMPETE com a estrita aplicação dos regimes nacionais, nomeadamente tendo em conta que:

- Os sistemas de incentivos do QREN foram objeto, de acordo com o Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos, de um parecer emitido por uma Comissão Técnica sobre a sua compatibilidade com os regulamentos comunitários da concorrência;

⁹ Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar este regime ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 800/2008.

- Em sede de análise, foi efetuado para todos os projetos um parecer dos Organismos Intermédios, assente numa ferramenta de análise comum a todos os PO e OI, com uma *checklist* das condições a verificar, de modo a garantir a compatibilidade com as regras comunitárias.

Tabela 2.36: Regimes de Auxílio Utilizados no COMPETE por Enquadramento Comunitário

N.º Auxílio	Enquadramento Comunitário	Regulamento Nacional	Situação Atual	Datas
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de outubro relativo aos Auxílios Regionais	SI Inovação	Regimes substituídos pelo X 404/2009 (SA.32240)	Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de janeiro relativo aos auxílios às PME	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	SI Inovação; SI Qualificação PME		Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de dezembro de 2006)	SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Dez-2007 Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009 (SA.32240)	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Mar-2009
X 316/09	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SAFPRI		Envio para CE: Fev-2009
AE N 13/2009 e SA.32122 (2010/N)	Regime Notificado e Aprovado pela CE (Alargamento do Plafond <i>de minimis</i> para 500 mil euros) ao abrigo do Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Jan-2009 Aprov. pela CE: Jan-2009 (Carta CE D(2009) 252) e Jan-2011 (Carta CE C(2011) 63 final)

Fonte: COMPETE.

No final do ano de 2013, em conformidade com as regras comunitárias, foi prorrogada a aplicação do mapa de auxílios regionais até 30 de junho de 2014, permitindo assim a aplicação no primeiro semestre dos regimes de auxílios que recorrem ao referido enquadramento (essencialmente o SI Inovação).

Relativamente aos restantes instrumentos, sendo enquadrados ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria, a sua aplicação encontrava-se prevista regulamentarmente até final do ano de 2014.

Em 2014, sendo o último ano de aplicação destes regimes (entenda-se, concessão de novos apoios) **não se registaram alterações ao nível dos enquadramentos comunitários dos Auxílios de Estado concedidos pelo COMPETE**, sendo que a totalidade das despesas apoiadas através dos Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação PME) e do SAFPRI é compatível com o Regulamento de Isenção por Categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de agosto) ou, em alternativa, com a Regra *de Minimis* (Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro).

Nos restantes instrumentos, apesar de não estar previsto qualquer apoio direto a empresas, os eventuais apoios que possam existir serão, à partida, enquadrados ao abrigo da Regra *De Minimis*.

Tabela 2.37: Apoios Concedidos em Termos de Auxílios de Estado no COMPETE por Enquadramento Comunitário, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Regulamento Nacional	Enquadramento Comunitário (Regulamento de Isenção por Categoria/ <i>Minimis</i>)	Apoios Concedidos	
		Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	<i>De Minimis</i> (c)	188	140
SI Inovação	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	5.919.563	2.017.413
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	72.075	40.523
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	24.786	14.126
	<i>De Minimis</i> (c)	51.976	21.578
SI Qualificação e Internacionalização das PME (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	90.161	37.886
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	115.762	50.792
	Auxílios ao Ambiente (Art.º 19º)	146	65
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	3.697	2.620
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	12.008	8.977
	<i>De Minimis</i> (c)	131.023	62.622
SI I&DT (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	6.544	2.664
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	0	0
	Auxílios à I&D&I (Art.º 31º)	818.603	416.359
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	1.728	1.294
	<i>De Minimis</i> (c)	6.994	3.993
SAFPRI (b)	<i>De Minimis</i> (c)	1.029.528	127.395
TOTAL		8.284.782	2.808.444

Notas: (a) – Há apoios a entidades não empresariais que não são considerados como auxílios de estado; (b) – Os valores apresentados referem-se às operações financiadas nas Linhas de Crédito; (c) – Inclui os auxílios atribuídos ao abrigo do AE N 13/2009, durante o seu período de vigência. No caso dos apoios atribuídos no âmbito do SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos, foram contabilizados apenas os projetos encerrados. Fonte: SI POFC.

Os apoios concedidos ao abrigo da Regra *de Minimis* não carecem de qualquer autorização prévia por parte da Comissão Europeia, cabendo ao Estado-Membro o controlo do cumprimento das respetivas regras, nomeadamente no que se refere ao limite de apoio por empresa durante três exercícios financeiros. Neste sentido, foi criada uma base de dados nacional, cuja gestão é da responsabilidade da AD&C (ex-IFDR), na qual se registam e congregam todos os apoios, independentemente do organismo público financiador e da forma de apoio, desde que concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro.

Conforme se refere no **ponto 3.3**, encontram-se ainda criados, ao abrigo do artigo 29.º do Regulamento (CE) 800/2008 (X316/09), de 6 de agosto, 23 Fundos de Capital de Risco, tendo sido efetuadas aplicações em 123 PME com um valor de 135 milhões de euros.

A DG Concorrência define ainda a necessidade de *comunicação ex-post* ou mesmo notificação (com a necessidade de aprovação explícita por parte da Comissão Europeia) para projetos que ultrapassem determinados níveis de apoio.

Desde o início do Programa, foram aprovados, no COMPETE, 23 projetos com valores superiores ao limiar de envio de informação Ex-post à DG Concorrência.

No ano em análise, foram enviados 4 projetos de I&D para controlo *Ex-post*, a realizar pela BIAL-PORTELA & Cª SA (3 projetos) e pela BOSCH CAR MULTIMEDIA PORTUGAL, SA (correspondendo à respetiva componente do projeto a realizar em co-promoção com a Universidade do Minho).

| 53

Tabela 2.38: Projetos Objeto de Envio *Ex-post* à DG Concorrência, 2007-2014

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Envio Ex-Post	Observações
001411	I	IBERFER – Equipamentos e Construções Técnicas, S.A	I&D&I	Enviado em Ago-08
003484	I	MARTIFER Energia - Equipamentos para Energia, S.A.	I&D&I	Enviado em Dez-08
000027	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
000037	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
004584	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004859	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004920	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
017282	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-12
017284	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-12
030026	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Mai-14
030027	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Mai-14
030028	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Mai-14
036265	I	BOSCH CAR MULTIMEDIA PORTUGAL, SA	I&D&I	Enviado em Mai-14
001945	II	CUF - Químicos Industriais, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001948	II	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda ("IKEA")	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001942	II	Soc. Portuguesa do Arlúquido 'Arlúquido', Lda	Aux. Regionais	Enviado em Jul-08
003519	II	EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA	Aux. Regionais	Enviado em Out-08
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS COMPOSITOS, SA (*)	Aux. Regionais	Enviado em Jan-11
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Dez-09
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-10
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jun-11
023305	II	PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA	Aux. Regionais	Enviado em Set-12
022791	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Enviado em Dez-12

(*) Nota: Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no âmbito do COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento. Fonte: SI POFC.

Em 2014, foi ainda aprovado o grande projeto da ATLANTIKFUROR UNIPESOAAL, LDA (ver **ponto 4.1** e Anexo XII dos Grandes Projetos) que, apesar de não ultrapassar os limiares de notificação, tendo em conta as questões levantadas pela DG Concorrência (na sequência do envio de informação *ex-post*), será objeto de notificação à DG Concorrência.

Tabela 2.39: Projetos Objeto de Notificação à DG Concorrência, 2007-2014

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Notificação	Auxílio de Estado	Observações
001943	II	Artenius Sines Pta, SA	Aux. Regionais	N 899/2006	Auxílio aprovado pela CE em 10-Jul-07
001944	II	Celulose Beira Industrial (Celbi), SA	Aux. Regionais	N 900/2006	Auxílio aprovado pela CE em 27-Jun-07
036549	II	ATLANTIKFUROR UNIPessoal, LDA	Verificação preventiva da compatibilidade do apoio com as regras comunitárias		O <i>dossier</i> de notificação foi enviado já em 2015

Fonte: SI POFC.

Não se registaram alterações adicionais nos apoios notificados à DG Concorrência.

Ao contrário dos projetos notificados (que carecem de aprovação explícita por parte da DG Concorrência), no caso de envio de informação, não está prevista qualquer ação subsequente pela Autoridade de Gestão (a obrigação esgota-se na comunicação). Ainda assim, a Autoridade de Gestão tem em boa conta todas as questões que possam vir a ser colocadas por parte da DG Concorrência sobre os projetos alvo deste tipo de controlo.

No âmbito dos restantes instrumentos do Programa (SAESCTN, SAMA, SIAC e Assistência Técnica), os apoios atribuídos não contêm, regra geral, qualquer elemento de Auxílio de Estado.

2.2.2. Regras de Contratação Pública

Atento o regime legal da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, a Autoridade de Gestão do COMPETE, elaborou uma Orientação de Gestão (OG n.º 04/POFC/2008) que corporizou as várias alterações legais introduzidas nesta matéria, e mediante a qual Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios com funções delegadas operacionalizam a aferição da aplicação do regime legal em causa pelas entidades beneficiárias do COMPETE.

Em 2014, a referida Orientação de Gestão foi revista em 21 de janeiro de 2014 (n.º 04.REV2/POFC/2014), tendo sido alterados os seguintes aspetos:

- Eliminação das exceções à aplicação integral do regime da contratação pública a determinadas tipologias de entidades adjudicantes;
- Inclusão, na Ficha de Verificação do Beneficiário, dos contratos subsidiados por extensão do artigo 275.º do Código dos Contratos Públicos;

- Identificação dos procedimentos assim como os limiares a que as entidades adjudicantes estão sujeitas;
- Inclusão na Ficha de Verificação do Beneficiário e na *checklist* da AG/OI da necessidade de evidenciar e validar a publicitação da adjudicação nos termos do artigo 78.º do Código dos Contratos Públicos.

Refere-se ainda que esta Orientação sofreu um novo ajustamento (Orientação de Gestão N.º 04.REV3/POFC/2014), em 18 de julho de 2014, por forma a acolher o anexo relativo às novas orientações para a determinação das correções financeiras a introduzir nas despesas financiadas pela União, em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos.

As novas orientações foram aprovadas através da Decisão da Comissão Europeia de 19 de dezembro de 2013, sendo aplicáveis, nos termos do seu artigo 2º às irregularidades detetadas após 19 de dezembro de 2013 (data de adoção da decisão da Comissão C(2013) 9527).

Estas orientações substituem assim as orientações da Comissão Europeia com a referência COCOF 07/0037/03-PT existentes para o período de programação de 2000-2006 e de 2007-2013 e que constavam na Orientação de Gestão N.º 04.REV2/POFC/2014.

2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE NAS ATIVIDADES DE GESTÃO E DE AFERIÇÃO DOS EFEITOS NO AMBIENTE, DECORRENTE DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPETE

As ações cofinanciadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável e da proteção e melhoria do ambiente referidos no Tratado, bem como a legislação comunitária em matéria de ambiente (incluindo a obrigatoriedade, num conjunto relevante de situações, da realização de estudos de impacte ambiental).

Neste sentido, face ao défice de atuação das empresas portuguesas neste domínio, os Fundos Estruturais constituem uma importante alavanca para a concretização dos objetivos nacionais e comunitários em matéria de desenvolvimento sustentável e de proteção e melhoria do ambiente.

A atuação do COMPETE situa-se numa lógica preventiva, intervindo ao nível da admissibilidade dos projetos e dos promotores, e numa lógica pró-ativa, com apoio a medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas dimensões Ambiente, Qualidade, Eficiência Energética e Responsabilidade Social.

Deste modo, os apoios às empresas ficam subordinados à comprovação do cumprimento de todas as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente no que se refere à legislação em matéria de ambiente.

Quanto aos **Grandes Projetos** apoiados (analisados no **ponto 4.1**), é ainda efetuada uma análise aprofundada em termos de impacte ambiental que incide sobre a sua sustentabilidade ambiental, a eventual necessidade de ações preventivas e a respetiva correção e o respeito pelo princípio do poluidor-pagador. Esta análise é determinante para a pertinência do apoio.

Neste âmbito, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade nacional responsável, é consultada sobre o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias, cabendo ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a emissão da Declaração de Impacte Ambiental relativa à Avaliação de Impacte Ambiental dos Grandes Projetos.

Saliente-se ainda que os Grandes Projetos são igualmente avaliados em termos de efeitos nos sítios da Rede Natura 2000.

Visando o fomento do desenvolvimento sustentável, destacam-se os seguintes **instrumentos** do COMPETE, nos quais estão previstos diferentes tipos de apoio:

- **Apoios à I&D:** apoio a projetos nos referidos domínios, quer numa lógica de investimento empresarial (SI I&DT), quer numa lógica de reforço das competências de investigação científica e tecnológica (SAESCTN);
- **Apoios do SI Inovação:** apoio a projetos empresariais, com introdução de tecnologia inovadora com impacte ao nível da eficiência energética e ambiental. Podem ainda ser financiadas despesas imateriais ligadas à certificação nas áreas ambientais, energéticas e qualidade;
- **Apoios à Qualificação das PME:** apoio a projetos de:
 - Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS), aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente;
 - Qualidade - certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
 - Diversificação e eficiência energética - aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;

- Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho - investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;
- **Apoios a ações coletivas:** apoio a projetos de natureza coletiva (SIAC), que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia, nas áreas da eficiência e diversificação energética, ambiente e desenvolvimento sustentável e promoção da responsabilidade social das empresas.

O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO COMO TIPOLOGIAS DE APOIO NO ÂMBITO DO SI QUALIFICAÇÃO PME

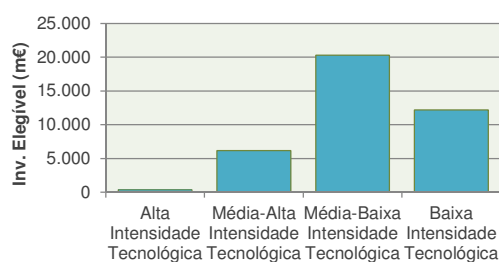
No SI Qualificação PME, até final de 2014, encontravam-se aprovados 607 projetos com um investimento na componente Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (incluindo as tipologias qualidade, diversificação e eficiência energética e responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho) na ordem dos 51,9 milhões de euros e um incentivo de 24,0 milhões de euros.

Conclui-se assim que cerca de 37% dos projetos aprovados neste instrumento (incluindo a tipologia Vale Inovação) apresentam investimento na componente Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Setorialmente assinala-se a **aposta das PME** da Indústria, representando mais 80% do investimento elegível desta componente.

No que concerne ao **grau de intensidade tecnológica**, assumem especial destaque os projetos em setores considerados de média-baixa intensidade tecnológica, sem prejuízo das características inovadoras dos investimentos apoiados.

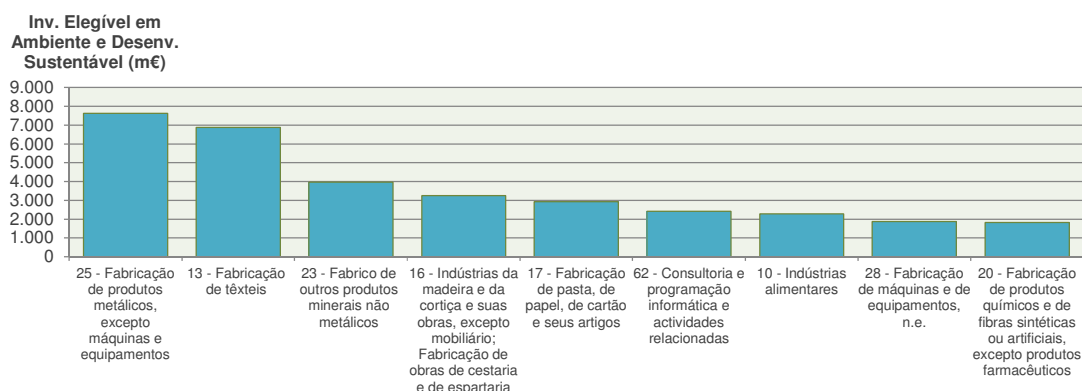
Gráfico 2.26: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME com Componente de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por Principais Setores de Atividade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Em termos de análise por CAE (**Gráfico 2.27**), verifica-se que as atividades com mais investimentos nesta área, no âmbito do SI Qualificação PME, pertencem às CAE 25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, CAE 13 - Fabricação de têxteis e CAE 23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos.

Gráfico 2.27: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME com Componente de Ambiente, por Principais CAE, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

O AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMO DESPESAS PREVISTAS NO ÂMBITO DO SI INOVAÇÃO

No âmbito do SI Inovação, foram apoiados até final do ano, 405 projetos com investimentos nas áreas de ambiente, eficiência energética e/ou qualidade, envolvendo um investimento elegível de 57,8 milhões de euros e um incentivo de 23,8 milhões de euros.

Sendo este instrumento direccionado para investimentos produtivos, apesar da relativa pouca expressão no total do investimento atribuído no SI Inovação (menos de 2% do investimento elegível total), destaque-se o facto de cerca de metade dos projetos aprovados apresentarem esta componente de investimento, comprovando a relevância desta área para a inovação produtiva.

O AMBIENTE COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DOS PROJETOS DE AÇÕES COLETIVAS

No SIAC, foram apoiados 64 projetos com intervenção na área da Energia, ambiente e desenvolvimento sustentável com um investimento elegível de 25 milhões de euros.

A título de exemplo, apresenta-se um dos projetos aprovados, na área de intervenção Energia, Ambiente e Responsabilidade Social. No âmbito deste projeto foram desenvolvidas soluções para dar resposta a alguns problemas comuns identificados na fileira da Cerâmica, como a melhoria do comportamento térmico das coberturas com telhas cerâmicas, a minimização da libertação de substâncias provenientes de materiais cerâmicos para a água e a redução da exposição dos trabalhadores à sílica, com o objetivo estratégico que melhorar a posição competitiva da indústria cerâmica nacional.

Caixa 1: Ações Coletivas: CERÂMICA + SUSTENTÁVEL – APICER - Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Energia, Ambiente e Responsabilidade Social

N.º DE PROJETO: 17008

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: CERÂMICA + SUSTENTÁVEL - Re(i)novação e Sensibilização para Fatores Competitivos

PROMOTOR: APICER - Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica

LOCALIZAÇÃO: Centro

DATAS DE REALIZAÇÃO: 31/01/2011 a 31/12/2012

INVESTIMENTO APROVADO: 581.410,18 euros **INCENTIVO APROVADO:** 406.987,13 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O projeto teve por objetivo estratégico promover a melhoria da competitividade do setor cerâmico a nível nacional e, sobretudo, a nível internacional, onde a cerâmica portuguesa desempenha um papel relevante, designadamente no contexto da União Europeia. Com efeito, e tendo como referência as quantidades produzidas, Portugal é o principal produtor de cerâmica de mesa e de louça sanitária, o quarto produtor de pavimentos e revestimentos e o sexto produtor de telha cerâmica. No entanto, a importância de Portugal reduz-se significativamente quando avaliada em termos do valor da sua produção, revelando reduzido valor acrescentado e a necessidade de uma estratégia de *marketing* e de comunicação mais eficiente.

Para o efeito, foram implementadas quatro atividades que configuraram respostas a problemas comuns devidamente identificados, visando a melhoria da imagem da cerâmica portuguesa e das respetivas empresas, dotando-as de competências que puderam contribuir para reforçar as boas práticas do setor, concretamente:

- **Atividade 1 – Estudo do Comportamento Térmico das Coberturas com Telhas Cerâmicas**

Esta atividade teve como objetivos:

- Determinar quais as coberturas com telhas cerâmicas que, quando aplicadas de acordo com as regras de boa prática, apresentam melhores condições de conforto térmico;
- Comparar o comportamento térmico de coberturas inclinadas e coberturas planas;
- Influenciar a revisão do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE, DL 80/2006) no sentido de valorizar a aplicação de telhas cerâmicas.

Das conclusões obtidas, para além de identificar alguns ajustamentos que serão necessários a considerar na revisão do atual RCCTE, o estudo realizado contribuiu também para determinar qual o tipo de cobertura que é energeticamente mais eficiente e criar um conjunto de parâmetros (orientação, inclinação, solução construtiva adotada, etc.) que deverão ser avaliados aquando da seleção de uma cobertura a instalar numa determinada zona climática.

A análise e interpretação de resultados dos ensaios realizados, complementados pela simulação dinâmica, indicaram a solução construtiva composta por laje e telha cerâmica ventilada como sendo energeticamente mais eficiente.

O estudo dos diferentes parâmetros permitiu concluir que a cor das coberturas é um dos parâmetros que mais contribui para reduzir as necessidades de arrefecimento. As cores mais claras contribuem para menores consumos de energia no verão. O



RCCTE contempla a influência da cor a nível dos ganhos solares, definida pela absorptividade do elemento opaco.

O ângulo de inclinação da cobertura também influencia as necessidades de arrefecimento, sendo que para ângulos mais pequenos se verificam menores necessidades de arrefecimento. A quantidade de energia transmitida à cobertura aumenta com a inclinação da cobertura, sendo esta quantidade mínima para o caso de coberturas planas. A partir duma inclinação de 30°, os valores das necessidades de arrefecimento já demonstram um notório agravamento.

A orientação da cobertura é um parâmetro com pouca influência nas necessidades de arrefecimento, sendo este um fator mais importante a nível do edifício do que a nível da cobertura.

Da análise das diversas experiências realizadas verifica-se o efeito que a laje tem na variação da temperatura interior da estação piloto, sendo menos suscetível às variações climáticas do exterior (radiação solar, temperatura exterior).

Nas situações em que se recorre a uma situação de contrarrapado e inexistência de laje, as variações das condições exteriores refletem-se mais facilmente no interior das estações piloto.

O fator que contribui para o aumento ou diminuição dos ganhos solares através da cobertura é a sua constituição. Ou seja, torna-se evidente que uma cobertura com telha cerâmica tem um comportamento térmico diferente de uma mesma cobertura em chapa de zinco. Apesar de, em certos casos, existir um espaço fortemente ventilado entre a telha e a laje, as trocas de calor não conseguem ser totalmente anuladas. Este facto deverá ser contemplado pelo RCCTE, de modo a refletir as diferentes soluções de cobertura adotadas.

No caso de soluções de cobertura com telha é possível promover uma ventilação eficiente do espaço, o que já não acontece com coberturas em chapas de zinco ou placas de fibrocimento, contribuindo para o conforto térmico. O ar ao ser aquecido diminuirá a sua densidade e por fenómenos de convecção natural irá subir, escapando-se sobre as juntas das telhas, o que não acontece no caso de coberturas em chapas de zinco ou placas de fibrocimento, em que o ar quente fica condicionado naquele espaço gerando um sobreaquecimento e diminuição do conforto térmico.

- **Atividade 2 - Medidas de Sensibilização e Controlo de Substâncias Libertadas de Materiais Cerâmicos para Meios Aquosos**

O trabalho desenvolvido permitiu a obtenção dos seguintes resultados:

- Uma metodologia de identificação das substâncias contidas nos materiais cerâmicos que possam migrar para a água, bem como as quantidades de migração, tendo em conta que, as substâncias químicas regulamentadas que possam ser libertadas pelos materiais cerâmicos poderão ser provenientes das matérias-primas, dos combustíveis, aditivos, engobes, vidros ou impermeabilizantes. Foi também estabelecida a tipologia de normas e ensaios a utilizar e os parâmetros ou substâncias a determinar.
- Um estudo de quantificação das substâncias libertadas dos produtos cerâmicos (que estão em contacto com agentes meteorológicos como a pluviosidade), das empresas representativas dos dois subsectores (produtores de ladrilhos e produtores de telhas), para o meio aquoso, de acordo com a metodologia desenvolvida anteriormente.
- Um guião sobre boas práticas a implementar pelas empresas cerâmicas, particularmente os produtos de materiais cerâmicos sujeitos a fatores climáticos, como telhas e pavimentos e revestimentos, para sensibilização de boas práticas ambientais e de controlo de substâncias de forma a poderem ser substituídas as matérias-primas, aditivos ou combustíveis que possam ser os indutores dessas substâncias para o ambiente (água).
- Um modelo-tipo de declaração da libertação potencial de substâncias regulamentadas, resultantes dos produtos de construção, de forma a determinar a conformidade dos produtos com os futuros requisitos regulamentares, que os fabricantes possam vir a utilizar.



- **Atividade 3 - Desenvolvimento e Sensibilização para as Boas Práticas de Redução da Exposição dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica à Sílica Cristalina Respirável**

A sílica livre cristalina é utilizada em praticamente todos os tipos de processo cerâmico. Seja adicionada de forma deliberada na forma de areia ou farinha de sílica ou como componente de outras matérias-primas, misturada com minerais argilosos ou feldspatos, a sua presença é uma constante no setor cerâmico.

A inalação de poeiras finas contendo sílica cristalina pode causar danos nos pulmões (silicose). No entanto, os riscos para a saúde associados à exposição a poeiras de sílica cristalina podem ser controlados e, utilizando as medidas adequadas, reduzidos ou totalmente eliminados.

O trabalho, executado pelo Centro Tecnológico da Cerâmica e Vidro (CTCV), incluiu o levantamento do nível de cumprimento das instalações nacionais de cerâmica face às eventuais alterações do enquadramento legal da SCR e, sobretudo, face à ameaça eminente da definição de um limite de exposição profissional (VLE) obrigatório demasiado exigente.

Embora não exista um VLE para a SCR obrigatório a nível nacional, face ao processo em curso de revisão da diretiva europeia sobre agentes cancerígenos e mutagénicos (2004/37/EC) que inclui a discussão sobre a inclusão da SCR e a proposta de um VLE de 0,05 mg/m³ (valor proposto pelo *Scientific Committee for Occupational Exposure Limits* (SCOEL) em 2003), o trabalho realizado pelo CTCV considerou este último VLE como referência.

Foram analisadas 811 amostras recolhidas em 123 postos de trabalho (mínimo de 6 amostras por posto de trabalho) em 31 unidades fabris dos 4 principais subsectores da indústria cerâmica, e avaliados 94 sistemas de despoejamento, o que permitiu identificar os postos de trabalho de maior risco e os principais fatores de risco, assim como as melhores práticas.

Da análise dos resultados das medições de concentração de SCR no ar, foi possível concluir que, com um VLE de 0,05 mg/m³, haveria um número significativo de postos de trabalho em incumprimento. Existem variações de subsector para subsector, sendo que os problemas de maior magnitude surgiram nos subsectores de sanitários, pavimentos e revestimentos. De referir que se a referência fosse um VLE de 0,1 mg/m³, existente em outros países, a percentagem de incumprimento diminuiria substancialmente.

Observou-se ainda que a exposição depende, não só da tarefa, mas também da proximidade das fontes de poeiras, e que as situações de maior exposição estão muitas vezes relacionadas operações de limpeza inadequadas.

Tendo por objetivo a redução da exposição dos trabalhadores da indústria cerâmica à sílica cristalina respirável, foi elaborado um Guia de Boas Práticas, que contém listas de verificação e meios para apoio às ações de formação e informação a desenvolver na empresa, de forma a apoiar a implementação das boas práticas identificadas nas empresas do setor cerâmico.

- **Atividade 4 - Assessoria e Consultoria à Comissão Temática da Energia**

O funcionamento da Comissão Temática da Energia envolveu a auscultação de empresas associadas, através dos seus representantes para a área da energia, conforme previsto nos Estatutos da APICER.

Não foram apresentadas despesas inerentes à assessoria e consultoria à Comissão Temática da Energia na medida em que, do funcionamento da mesma, não resultaram quaisquer custos para a APICER.

A execução de todas as atividades do projeto, designadamente as realizadas em colaboração com o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, foi realizada em articulação com a equipa técnica da APICER.

RESULTADOS OBTIDOS:

Como resultados do projeto verificou-se um reforço da notoriedade dos produtos cerâmicos portugueses, que induziram o reforço da competitividade e notoriedade da cerâmica portuguesa, designadamente ao nível dos mercados externos, tendo também em consideração os resultados previstos nas ações complementares que foram desenvolvidas ao abrigo dos restantes domínios de intervenção.

Registou-se, assim, um crescimento das exportações portuguesas de produtos cerâmicos, constatando-se que o peso relativo das exportações de produtos cerâmicos (capítulo 69 da NC) face ao volume de negócios do setor tem vindo a reforçar-se ao longo dos últimos anos, passando de 51,41% em 2009 para 59,88% em 2012.

Em sede de candidatura, considerava-se que o peso relativo do valor da produção portuguesa de cerâmica no contexto da União Europeia pudesse atingir valores superiores a 4%. De acordo com os dados do EUROSTAT, considerados para este efeito, em 2009, o peso relativo de Portugal enquanto produtor de materiais cerâmicos na União Europeia (códigos 23201100 a 23491259) era de 3,76%. De acordo com a mesma fonte, a posição relativa de Portugal enquanto produtor de materiais cerâmicos no contexto da União Europeia aumentou para 3,79% em 2012, sendo que, entre 2011



e 2012, a posição relativa de Portugal aumentou de 3,60% para 3,79%.

Assim, e não obstante a posição relativa de Portugal enquanto produtor de cerâmica na UE não ter atingido ainda os 4% previstos, houve uma melhoria efetiva da posição do país no contexto da UE.

2.2.4. Igualdade de Oportunidades

| 62

A igualdade dos cidadãos é um princípio consagrado na Constituição portuguesa, no qual assenta a construção de uma sociedade mais equitativa, mais justa, mais desenvolvida e mais democrática.

A igualdade de género, em particular, é considerada também um dos valores da União Europeia. Inscrita nos Tratados desde 1957, para além de um direito de cidadania, a igualdade entre homens e mulheres tem um papel fundamental para o desenvolvimento e crescimento sustentável da Europa e para a concretização dos objetivos que se propõe atingir em 2020.

A política de género tendo vindo a ser reforçada ao longo dos anos, com a progressiva introdução de medidas que promovam a igualdade quer ao nível legislativo, quer numa ótica de “*mainstream*” (tornando esta preocupação transversal aos vários domínios de atuação e iniciativas da União), quer através iniciativas específicas para a promoção das mulheres.

No QREN, destacam-se como peças fundamentais para o reforço da igualdade de género:

- Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos, aprovado pelo Conselho Europeu em 2006
- [Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período 2006-2010](#)¹⁰
- [Carta das Mulheres](#)¹¹; adotada pela Comissão Europeia em 2010;
- [Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos 2011-2020](#)¹², adotado pelo Conselho Europeu em 2011;
- [Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período 2010-2015](#)¹³.

Apesar das melhorias registadas, tal como referido no [Relatório sobre a Igualdade de 2014](#)¹⁴, o progresso tem vindo a ser excessivamente lento.

¹⁰ COMISSÃO EUROPEIA, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010, COM (2006) 92 final, Bruxelas 01-03-2006.

¹¹ COMISSÃO EUROPEIA, Declaração da Comissão Europeia por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher 2010, COM(2010)78 final, Bruxelas, 05-03-2010

¹² Jornal Oficial da União Europeia, 2011/C 155/02 de 25-05-2011

¹³ COMISSÃO EUROPEIA, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, COM (2010) 491 final, Bruxelas 21-09-2010.

¹⁴ European Commission, Report on Equality between Women and Men 2014, Justice and Consumers, European Commission, 2015.

Mantém-se um conjunto de áreas críticas e desafios: as mulheres continuam a representar menos de ¼ dos conselhos de administração das empresas (apesar de constituírem cerca de metade – 46% da força de trabalho), a representatividade nos parlamentos e cargos ministeriais é reduzida; persistem dificuldades na compatibilização entre família e trabalho; o *gap* entre remunerações auferidas por homens e mulheres (salários e pensões) continua a ser considerável (por cada euro ganho por um Homem, uma mulher ganha 84 cêntimos ou seja, menos 16%) e são preocupantes os números de violência física ou sexual sobre mulheres (afetam cerca de 1/3 das mulheres com mais de 15 anos).

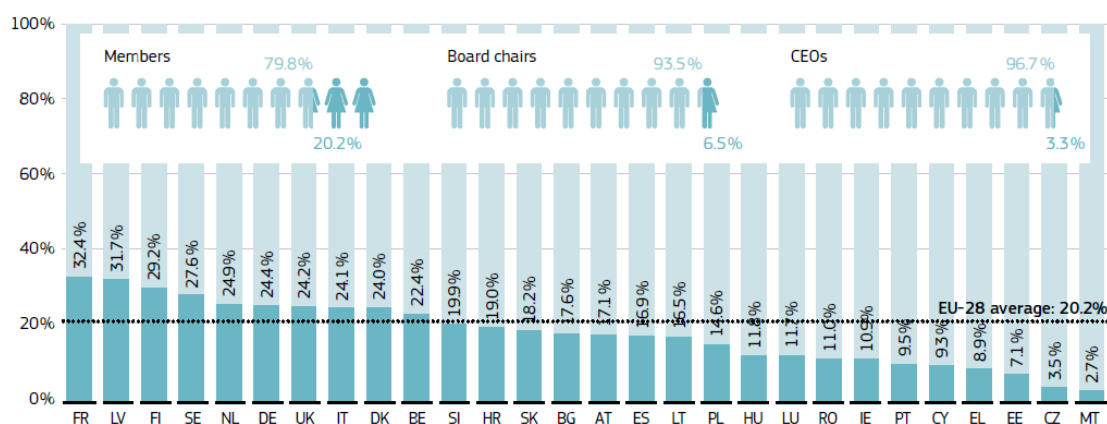
Gráfico 2.28: Gap Remuneratório entre Mulheres e Homens na EU, 2012



Fonte: European Commission, Report on Equality between Women and Men 2014, Justice and Consumers, European Commission, 2015

Em termos de representatividade nos órgãos de direção das empresas, Portugal encontra-se nas piores posições comparativamente aos seus parceiros europeus, bem abaixo da média europeia.

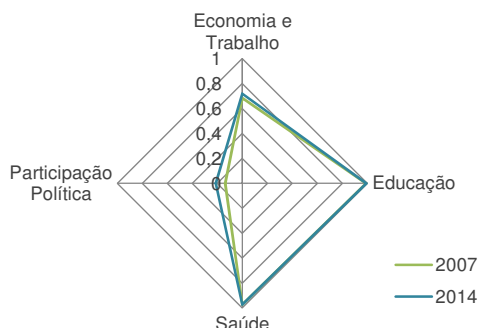
Gráfico 2.29: Representatividade das Mulheres nos Órgãos de Direção das Empresas, Outubro de 2014



Fonte: European Commission, Report on Equality between Women and Men 2014, Justice and Consumers, European Commission, 2015

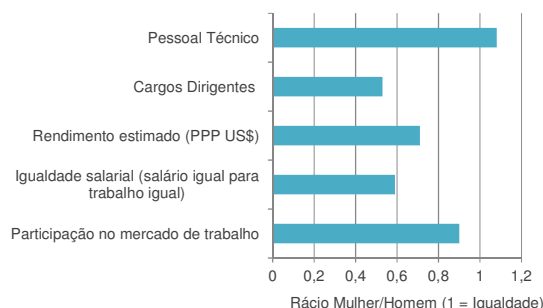
Considerando o *ranking* elaborado pelo Fórum Económico Mundial “*Gender Gap Index*”, Portugal posicionou-se na 39.^a posição (em 142 países) em 2014, subindo face a 2013, mas ficando aquém da 37.^a posição (em 128 países) registada em 2007.

Gráfico 2.30: Gender Gap Index Portugal – Diferenças de Género por Domínio, 2007 e 2014



Nota: 1=Igualdade 0=desigualdade, Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2007; Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2014.

Gráfico 2.31: Gender Gap Index Portugal – Domínio Economia e Trabalho, 2007 e 2014



Nota: 1=Igualdade 0=desigualdade, Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2007; Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2014.

Se ao nível da educação e saúde, os dados são positivos, a situação deteriora-se substancialmente quando se consideram os níveis de participação económica e sobretudo política das mulheres, muito embora se tenham registado algumas melhorias neste último domínio, designadamente na sequência de medidas introduzidas nas últimas legislaturas¹⁵.

A nível nacional, no período 2007-2014 é, assim, de assinalar:

- **IV Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2011-2013**¹⁶, no qual a Agenda da Competitividade era referida na Área estratégica n.º 2 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal, na medida 22 “Promover o empreendedorismo feminino qualificado”.
- **V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017**¹⁷, que inclui medidas como o reforço da implementação de planos de igualdade nas empresas, o estímulo ao empreendedorismo feminino, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas, a valorização da participação feminina nos conselhos de administração das empresas e a investigação no domínio dos “Estudos de Género”.

Consubstanciando esta ótica de *mainstream* nos Fundos Estruturais, a igualdade de oportunidades e em particular a igualdade de género está também presente, de forma transversal, no QREN.

¹⁵ Designadamente na sequência da Lei Orgânica 3/2006, 21 de Agosto, designada “Lei da Paridade”, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

¹⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro, DR n.º 12, I Série

¹⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, DR n.º 12, I Série

Neste âmbito, tal como consta do texto do Programa, são **princípios da atuação do COMPETE**:

- Minimizar as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa;
- Assegurar a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional (ciência e tecnologia, TIC, empreendedorismo qualificado);
- Divulgar informação e ações de sensibilização sobre os apoios financeiros disponíveis, direcionados para públicos-alvo discriminados, para a criação de empresas qualificadas e demais iniciativas associadas à melhoria da competitividade e internacionalização das empresas;
- Recolher e analisar informação de realização do Programa pertinente para a definição de estratégias de atuação visando a igualdade de oportunidades;
- Assegurar a participação de representante do domínio da Igualdade de Oportunidades na Comissão de Acompanhamento do Programa;
- Promover a articulação temática com o PO Potencial Humano visando uma melhor integração e prossecução dos objetivos de Igualdade de Oportunidades no QREN.

| 65

Para além da atuação no domínio da sensibilização dos beneficiários, de que é exemplo a adoção do **Referencial “Normas e boas práticas aplicáveis no âmbito da Igualdade de Oportunidades”**¹⁸, o COMPETE contribui também para fomentar a participação das mulheres na economia, nomeadamente, apoiando-as como empresárias. Durante o seu período de implementação, é de destacar, neste domínio:

- Abertura de concursos com dotação preferencial ou exclusiva para o empreendedorismo feminino: no âmbito do SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado;
- Majoração de projetos empreendidos por mulheres: o SI Inovação prevê a majoração do incentivo em 10 p.p. para projetos de empreendedorismo feminino;
- Apoio, no SI Inovação, a despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, bem como os custos associados à implementação de planos de igualdade nas empresas;
- Definição da “Igualdade de Oportunidades” (mais abrangente que a igualdade de género) como tipologia de investimento para o SI Qualificação de PME, sendo apoiáveis projetos de definição

¹⁸ Conjunto de normas e boas práticas sistematizadas pelo IFDR, em articulação com a CIG, que deverão ser cumpridas pelos beneficiários durante a vigência dos respetivos contratos de concessão de incentivos/financiamentos. Inclui também uma Ficha de Verificação da Integração da Perspetiva de Género, a preencher pelos beneficiários em sede de pedido de pagamento final, com vista a avaliar, sempre que aplicável em função da natureza da operação, o cumprimento dos princípios da igualdade de oportunidades. Implementado na sequência de uma recomendação emitida pela IGF em sede de relatório de auditoria ao sistema de gestão e controlo do FEDER.

e implementação de planos de igualdade com efeitos sobre a conciliação entre a vida familiar e profissional e de facilitação do mercado de trabalho inclusivo;

- Apoio, no SIAC, de projetos na área do empreendedorismo feminino e da sensibilização para a igualdade de oportunidades e responsabilidade social das empresas.

No final de 2014, contabilizam-se:

- No SI Inovação: 1 projeto aprovado de Empreendedorismo Qualificado, com majoração de Empreendedorismo Feminino, com um investimento elegível de 815 mil euros e um incentivo de 611 mil euros (a reduzida presença destes projetos no COMPETE explica-se uma vez que se trata de uma tipologia direcionada sobretudo para micro e pequenas empresas, sendo o seu financiamento essencialmente assegurado pelos PO Regionais)¹⁹;
- No SI Qualificação PME: 2 projetos aprovados com investimento elegível na tipologia de igualdade de oportunidades.
- No SIAC: 7 projetos aprovados com despesas na tipologia “Campanhas de promoção da responsabilidade social de empresas”, com um investimento elegível de cerca de 715 mil euros.

2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

Tabela 2.40: Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional por Eixo Prioritário, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

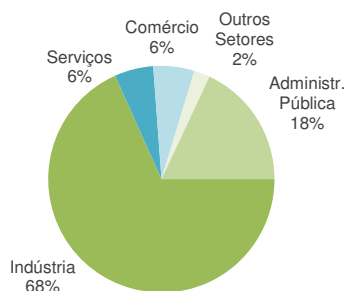
Eixo Prioritário	Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional			Total de Projetos Aprovados no Eixo Prioritário	
	N.º Proj.	Inv. Eleg. em Formação	Incentivo em Formação	Incentivo Total	% da Formação no Total
Eixo Prioritário I	0	0	0	752.575	0,0%
Eixo Prioritário II	349	26.591	16.531	2.364.724	1,1%
Eixo Prioritário III	0	0	0	367.111	0,0%
Eixo Prioritário IV	16	6.080	3.629	280.588	2,2%
Eixo Prioritário V	0	0	0	230.245	0,0%
Eixo Prioritário VI	0	0	0	55.071	0,0%
Total COMPETE	365	32.671	20.160	4.050.314	0,8%

Fonte: SI POFC.

¹⁹ Tal como consta do ponto 2.6.1.

No final de 2014 registavam-se 365 projetos aprovados com componente de formação profissional nos Eixos II e IV, envolvendo um incentivo FEDER (no COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade por este Fundo) de 20,2 milhões de euros, o que cumpre, ao nível de compromissos, o referido limite de 10% por Eixo.

Gráfico 2.32: Apoios à Formação Profissional por Setor, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Analisando o incentivo concedido por setor de atividade, verifica-se que este se destina sobretudo a projetos empresariais, sendo que 68% do total apoia a formação na Indústria.

A formação profissional relativa à Administração Pública (Eixo IV) representa cerca de 18% do total do incentivo concedido.

| 67

2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

2.3.1. Constrangimentos Internos

Os principais constrangimentos internos com impacto significativo na execução do Programa são de [natureza orçamental](#). De facto, a procura no âmbito dos últimos concursos dos Sistemas de Incentivos, suplantou largamente a dotação financeira prevista para os mesmos.

Assim, tendo em vista possibilitar apoios adicionais a empresas, em especial às PME, foi iniciado, ainda em 2013, um trabalho técnico de reorçamentação prospetiva.

Tendo como base o exercício de reorçamentação desenvolvido, foi assinado um despacho conjunto do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, em janeiro de 2014, possibilitando a alocação adicional de 304,3 milhões de euros, provenientes, em parte, de fundos nacionais, o que permitiu o [financiamento da totalidade dos projetos elegíveis](#).

Numa perspetiva de prevenir constrangimentos internos e de preparar um bom encerramento do Programa, identificam-se, neste ponto, as medidas de gestão e acompanhamento da

execução das operações que a Autoridade de Gestão implementou em 2014, direcionadas em particular para os sistemas de incentivo. Assim, tendo em conta a necessidade de responder de forma integrada às exigências do encerramento, foram assumidas as seguintes **prioridades de atuação**:

- Aumentar o nível de encerramento de projetos, de modo a evitar uma sobrecarga de encerramentos para a fase final do Programa;
- Reduzir os prazos de análise dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários;
- Intensificar os processos de descativação de incentivo, em especial relativamente aos projetos já identificados como estando com atrasos significativos, permitindo que uma eventual reprogramação, a realizar em 2015, se ajuste melhor à execução final do Programa.

Neste contexto, foram fixadas **metas de gestão** escalonadas no tempo, para os seguintes indicadores:

- Encerramento de projetos;
- Análise dos Pedidos de Pagamento dos beneficiários;
- Resolução das situações dos projetos incluídos na BDI (bolsa de descativação de incentivo).

A Autoridade de Gestão desenvolveu um acompanhamento regular destas metas, nomeadamente identificando os casos em que se verificaram atrasos no cumprimento ou a impossibilidade da resolução dos mesmos. Durante o ano de 2014, todo este processo foi objeto de monitorização com pontos de situação semanais, os quais foram divulgados pela AG a todos os intervenientes na gestão do Programa.

2.3.2. Constrangimentos Externos

À semelhança dos anos anteriores, e apesar de algumas melhorias verificadas em 2014, a **difícil conjuntura macroeconómica** (**ponto 2.4.1**) continua a ser identificada como principal constrangimento externo à boa execução do Programa, com um potencial reflexo negativo na execução das entidades públicas (com grande impacte, sobretudo na Modernização da Administração Pública), das entidades privadas sem fins lucrativos (relevante para a execução das Ações Coletivas) e das Empresas, designadamente no acesso ao financiamento (com reflexo na execução dos Sistemas de Incentivos).

Assim, para além das medidas reportadas nos últimos relatórios, visando introduzir soluções adequadas ao aumento da capacidade de execução por parte dos promotores, reforçando a

eficácia do contributo dos projetos para a mudança estrutural, destacam-se as seguintes medidas implementadas em 2014:

- QREN Empréstimo Quadro 2 - foi publicado o Despacho n.º 8417/2014, de 5 de junho, o qual veio definir novas condições de acesso do financiamento ao abrigo do empréstimo-quadro (designado por [QREN EQ2](#));
- Financiamento da totalidade dos projetos com pontuação elegível nos [Avisos de Abertura de Concursos \(AAC\) no âmbito dos Sistemas de Incentivos](#), numa [lógica em contínuo](#), tendo para tal sido necessário uma gestão apertada do *overbooking* assumido no Programa (conforme [ponto 2.4.5](#)).

criação de emprego

A quebra no emprego e os elevados níveis de desemprego registados, em especial nalgumas das Regiões da Convergência (ver [ponto 2.4.1](#)), exigem uma resposta ao nível dos diferentes instrumentos de política pública, incluindo do COMPETE.

Na caixa seguinte apresenta-se uma súmula das diferentes medidas do Programa (incluindo também da Rede de Sistemas de Incentivos) que, direta ou indiretamente, contribuem para a [criação de emprego](#).

Caixa 2: Contributo do COMPETE e Sistemas de Incentivos do QREN para a Criação de Emprego e Emprego Jovem

Os Sistemas de Incentivos do QREN (COMPETE e PO Regionais) e demais instrumentos de intervenção do COMPETE contribuem para a criação de emprego, direta ou indiretamente, através das suas medidas de apoio:

SAESCTN

- São elegíveis encargos com bolseiros e pessoal técnico contratados especificamente para o projeto de IC&DT;

SI I&DT

- São elegíveis despesas com pessoal técnico do promotor dedicado a atividades de I&D, incluindo encargos com bolseiros contratados pelo promotor, com bolsa integralmente suportada por este;
- Núcleos de I&DT: são elegíveis despesas com a contratação de um máximo de 3 novos quadros técnicos, dedicados exclusivamente a atividades de I&DT, com nível de qualificação igual ou superior a VI. É valorizado o emprego criado, sendo atribuída maior pontuação aos projetos com criação máxima de 3 postos de trabalho;

SI Qualificação PME

- São elegíveis despesas, por um período máximo até 24 meses, com a contratação de um máximo de 2 novos quadros técnicos a integrar por PME, com nível de qualificação igual ou superior a VI, necessários à implementação do projeto;
- Projetos individuais: existe um critério de seleção relativo ao contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos, sendo o projeto valorizado de acordo com o emprego criado e em especial se se tratar de emprego jovem (Programa Impulso Jovem - até 30 anos);
- Projetos conjuntos: São elegíveis os custos com o pessoal da entidade promotora afetos ao projeto até ao limite de 5% dos outros custos elegíveis; Passaportes Emprego 3i – desenvolvimento de projetos integrados constituídos por um estágio profissional, acompanhado de formação, e seguido pelo apoio à contratação sem termo por conta de outrem (PO Regionais de Convergência);

SI INOVAÇÃO

- Inovação Produtiva: São suscetíveis de apoio projetos de criação de empresas ou de novas unidades de serviços intensivos em tecnologia e conhecimento e que se proponham a criar postos de trabalho (PT) qualificados;
- Empreendedorismo Qualificado: apoio à criação do próprio emprego; existência de majoração de 10 p.p. à taxa base de incentivo no caso de “empreendedorismo jovem”; imposição de um limite mínimo para a taxa de qualificação dos Postos de Trabalho da empresa no pós projeto – PT de nível VI - 10% para empresas de micro e pequena dimensão e 15% para PME; valorização da criação de emprego altamente qualificado, com maior pontuação para projetos com taxa de EAQ (Emprego Altamente Qualificado) mais elevada e valorização da criação de emprego jovem, com pontuação máxima para a criação de mais de 2 PT (Idade até 34 anos);

SAFPRI:

- Prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros a empresas novas e nascentes; criação de postos de trabalho jovem na Linha Investe QREN e nos Fundos de Capital de Risco Revitalizar, no âmbito do Programa Impulso Jovem;

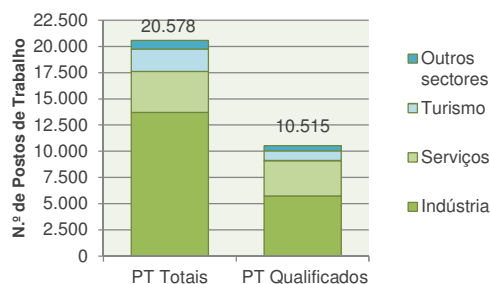
AÇÕES COLETIVAS:

- Apoio a projetos coletivos de dinamização do espírito empresarial e do empreendedorismo;
- São apoiadas despesas com o pessoal do beneficiário: imputação de pessoal técnico com competências específicas para o desenvolvimento de atividades centrais do projeto e de pessoal que intervenha na gestão e acompanhamento do projeto;
- Para atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito das EEC: são elegíveis custos com a contratação de um máximo de 3 quadros técnicos, a tempo completo ou parcial, com nível de qualificação igual ou superior a IV e bolsas destinadas a jovens que desenvolvam projetos empresariais;
- Impulso jovem: são apoiadas bolsas destinadas a jovens que desenvolvam projetos empresariais; a taxa de financiamento pode ir até 100% no caso de projetos de empreendedorismo jovem (PO Regionais).

Considerando as empresas com projetos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos (ou seja, excluindo os projetos apoiados através do SAFPRI) e os seus dados económico-financeiros nos anos pré e pós projeto, independentemente do contributo dos projetos aprovados ser direto ou indireto, verifica-se que, nestas empresas, que representam mais de 150 mil postos de trabalho, está prevista uma criação líquida de emprego que ronda os 20 mil postos de trabalho, mais de metade dos quais qualificados.

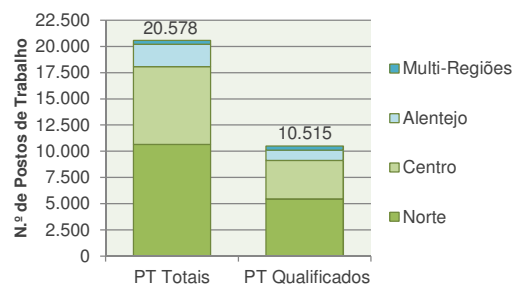
Realce-se ainda que se prevê que perto de 2/3 dos postos de trabalho a criar se insiram na Indústria, sendo o Norte a região onde se espera que a criação de postos de trabalho possa ser superior (50% do total).

Gráfico 2.33: Estimativa de Criação de Emprego nas Empresas Apoiadas, por Setor, 2007-2014



Nota: Para empresas com mais de 1 projeto, foram considerados apenas os dados económicos relativos ao último. Inclui todos os PT criados entre o pré e o pós-projeto, independentemente de estarem ou não diretamente relacionados com o apoio concedido. Fonte: SI POFC.

Gráfico 2.34: Estimativa de Criação de Emprego nas Empresas Apoiadas, por Região, 2007-2014



Nota: Para empresas com mais de 1 projeto, foram considerados apenas os dados económicos relativos ao último. Inclui todos os PT criados entre o pré e o pós-projeto, independentemente de estarem ou não diretamente relacionados com o apoio concedido. Fonte: SI POFC.

Este valor difere do indicador apresentado no **ponto 2.1.1** (“criação de postos de trabalho”), uma vez que aqui são consideradas todas as empresas, enquanto, para o cálculo do referido indicador, se utilizaram apenas, por uma questão de rigor, os projetos com impacto mais direto e imediato ao nível da criação de postos de trabalho nas empresas.

Assim, contabilizando apenas a variação dos postos de trabalho diretamente imputável à realização dos projetos apoiados, verifica-se a **criação prevista de 18.979 postos de trabalho**, dos quais 2.558 correspondem já a projetos efetivamente encerrados (dos quais 1.481 no âmbito do SI Inovação).

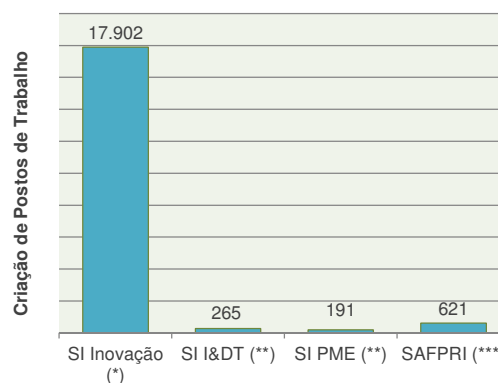
Para além dos referidos postos de trabalho criados em empresas, destaque-se ainda a criação de emprego nas entidades do sistema científico e tecnológico, decorrente dos projetos do SI I&DT, envolvendo 208 postos de trabalho.

Destaque-se ainda, no âmbito dos SI QREN, que está prevista a contabilização do contributo das seguintes tipologias de apoio para o **Programa Impulso Jovem**:

- SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;
- SI Qualificação PME – Projetos Individuais;
- SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos – Passaportes 3i (instrumento totalmente financiado pelos PO Regionais);
- SIALM (instrumento totalmente financiado pelos PO Regionais).

No âmbito do COMPETE, nos 3 projetos do SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado e nos 188 projetos do SI Qualificação PME – Projetos Individuais aprovados, está prevista a criação de 365 postos de trabalho a preencher por jovens.

Gráfico 2.35: Criação de postos de trabalho, por Instrumento, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

(*) Corresponde à variação entre o pré-projeto e o pós-projeto. Dados previsionais.

(**) Corresponde a projetos com despesa elegível associada a postos de trabalho apoiados para a sua criação.

(***) Corresponde à variação entre o pré-projeto e o pós-projeto. Dados de empresas intervencionadas.

EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ-BEI)

No final de 2010 foi celebrado, entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento (BEI), um contrato relativo a um **Empréstimo Quadro (EQ-BEI)** no valor total de 1,5 mil milhões de euros para financiamento da contrapartida nacional em projetos cofinanciados pelo FEDER e Fundo de Coesão.

Até à data, foram decididas duas tranches:

- A primeira tranche, no valor de 450 milhões de euros, foi direcionada para o setor público, financiando áreas tão diversas como a investigação, ciência e tecnologia, tecnologias de informação e comunicação, eficiência energética e renováveis, regeneração urbana, saúde, educação ou cultura;
- A segunda tranche, no valor de 600 milhões de euros, foi orientada para o apoio às empresas e à envolvente empresarial (organizações empresariais e entidades do sistema científico e tecnológico nacional).

Relativamente à **primeira tranche**, cujas entidades beneficiárias foram entidades da Administração Pública (central, regional e local), instituições de ensino superior e centros de investigação e desenvolvimento, entidades dos setores empresariais do Estado, a nível regional e municipal, empresas concessionárias de serviço público, e ainda instituições particulares de solidariedade social, fundações e associações com utilidade pública, a utilização deste EQ-BEI compreendeu dois tipos de mecanismos:

- Empréstimo para financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), da responsabilidade de entidades beneficiárias da Administração Central;
- Empréstimo para financiamento da contrapartida nacional das operações a realizar pelas restantes entidades beneficiárias do empréstimo.

No âmbito do COMPETE, foram enquadrados no Empréstimo Quadro BEI 1.192 projetos (1.157 projetos SAESCTN e 35 projetos SAMA) para o financiamento do PIDDAC de 99,6 milhões de euros.

Em relação ao empréstimo, da iniciativa dos promotores, foram enquadrados no EQ-BEI 6 projetos do COMPETE (4 projetos SIAC e 2 projetos Conjuntos do SI Qualificação PME, sendo que estes últimos não chegaram a obter financiamento²⁰) para um empréstimo de 1,2 milhões de euros. Acrescem a estes, mais 3 desistências de projetos no âmbito do SIAC, a 31 de

²⁰ Um dos projetos foi não elegível e o outro alvo de desistência.

dezembro de 2014, pelo que apenas se encontra ativo 1 projeto com um financiamento de 150 mil euros.

A [segunda tranche](#), decidida em 2012, visou apoiar a contrapartida nacional relativa aos projetos FEDER aprovados no QREN, de empresas beneficiárias dos Sistemas de Incentivos e das entidades beneficiárias do SIAC. Neste sentido foram criadas duas linhas de financiamento:

- Linha de financiamento ao Investimento Empresarial, designada por INVESTE QREN, até 500 milhões de euros;
- Linha de financiamento ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, até 20 milhões de euros.

| 73

O acesso à linha de financiamento INVESTE QREN é realizado através dos bancos que manifestaram vontade de aderir à sua utilização, tendo para o efeito celebrado um protocolo de colaboração institucional com a AD&C, com as sociedades de garantia mútua e com a SPGM – Sociedade de Investimentos, SA.

O valor máximo do empréstimo para cada projeto é de 4 milhões de euros, sendo o prazo de financiamento de 8 anos, com 2 anos de carência de capital.

Até final do ano de 2014, foram aprovadas 109 operações da linha INVESTE-QREN de promotores com projetos aprovados no âmbito do COMPETE, com um valor de 39,4 milhões de euros de investimento induzido. Destas foram contratadas 85 operações com um montante de 26,1 milhões de euros (tendo-se registado igualmente 16 desistências, a que corresponde uma descativação de 8,8 milhões de euros).

Tendo em conta a existência de montantes disponíveis por força de desistências e de revisões em baixa de decisões de aprovação ou de contratos de financiamento celebrados da 1.^a tranche, bem como os valores da segunda tranche ainda não alocados a utilizações e os valores da prevista linha de financiamento ao sistema científico e tecnológico nacional, ainda não operacionalizada, foi [decidido em 2013 permitir](#):

- Até 27 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por empresas não financeiras públicas participadas maioritariamente pelo setor público;
- Até 80 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do setor empresarial local nos termos da Lei n.º 53 -F/2006, de 29 de dezembro;
- Até 20 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por entidades que integram o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), universidades e instituições universitárias.

Neste âmbito, até final de 2014, no que se refere a promotores com projetos aprovados no COMPETE, foram aprovados 758 pedidos de financiamento da linha específica para o Sistema

Científico e Tecnológico Nacional com um valor de 5,9 milhões de euros (tendo-se registado 3 desistências a que corresponde uma descativação de 24 mil euros).

Entretanto, no ano de 2014, tendo-se verificado a existência de montantes disponíveis para novas aprovações, foi publicado o Despacho n.º 8417/2014, de 5 de junho, que veio definir novas condições de acesso do financiamento ao abrigo do empréstimo-quadro, (designado por QREN EQ. 2), destinado às seguintes utilizações:

- Até 100 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por empresas não financeiras públicas participadas maioritariamente pelo setor público;
- Até 10 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por entidades que integram o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), universidades e instituições universitárias, no âmbito das seguintes tipologias de investimento:
 - i. Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento;
 - ii. Sistema de apoio a entidades do SCTN;
 - iii. Sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas;
 - iv. Sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia.
- Até 5 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por entidades beneficiárias do Sistema de Apoios a Ações Coletivas (SIAC);
- Até 200 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações de engenharia financeira integradas no âmbito do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI);
- Até 135 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional pública de operações promovidas pelos beneficiários previstos no n.º 5 do Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril.

É de salientar que, no âmbito do referido despacho, o acesso ao financiamento passou a processar-se de forma contínua e enquanto se verificarem disponibilidades financeiras.

Assim, neste contexto, foram enquadrados no Empréstimo Quadro BEI, até final de 2014, 121 projetos para financiamento do PIDDAC proposto, no montante de 5,2 milhões de euros (105 projetos no SAESCTN com financiamento de 221 mil euros e 16 projetos no SAMA com financiamento de 5 milhões de euros), os quais já se encontravam aprovados à data da elaboração deste relatório.

BOLSA DE DESCATIVÇÃO DE INCENTIVO (BDI).

A **Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI)** é um instrumento de acompanhamento dos projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, que assinala os projetos com atrasos significativos, seja na fase de contratação, seja na fase de execução, induzindo os promotores a ultrapassarem o seu incumprimento ou, caso o mesmo não seja superado, permitindo descativar o incentivo associado.

Os projetos entram automaticamente na BDI, sempre que se registre uma das seguintes situações:

- **Projetos por Contratar:** projetos por contratar com comunicação de decisão de financiamento há mais de 40 dias úteis;
- **Projetos sem níveis mínimos de execução:** projetos contratados que tenham ultrapassado o prazo de execução previsto e não tenham apresentado o respetivo pedido de pagamento a título de reembolso final (PTRF) nos prazos determinados na Norma de Pagamentos aplicável; projetos que tenham beneficiado de Pagamentos a Título de Adiantamento (PTA e PTC) não tendo comprovado os níveis de despesa exigidos nos prazos definidos na Norma de Pagamentos aplicável e projetos que tenham estabelecido contratualmente metas de execução semestral e não tenham apresentado qualquer execução durante dois semestres consecutivos.

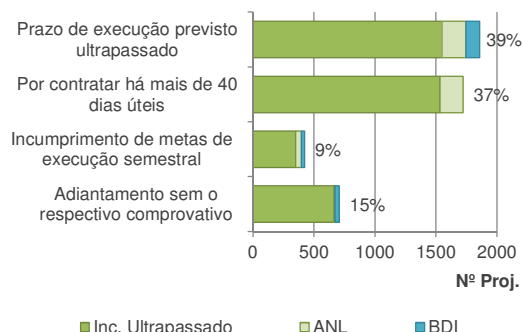
Desde fevereiro de 2011 (data da implementação deste instrumento) até final de 2014, passaram pela BDI, no âmbito do COMPETE, 3.052 projetos (alguns deles mais do que uma vez), num total de 4.706 entradas. Destes:

- 449 projetos foram objeto de anulação, permitindo uma descativação de 343 milhões de euros;
- 2.643 projetos, correspondendo a um volume de incentivo de 3.910 milhões de euros, recuperaram o atraso, tendo sido excluídos da BDI.

No geral, verifica-se que uma parte significativa (cerca de 70%) dos projetos aprovados passa em algum momento pela BDI. O gráfico seguinte demonstra que o principal motivo para inclusão na BDI são os atrasos no prazo de execução dos projetos, seguido pelos atrasos na contratação.

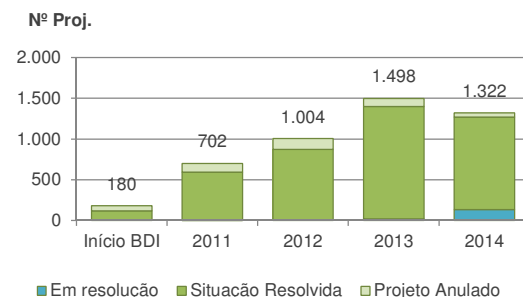
Como se pode constatar, o ritmo crescente de entrada na BDI abrandou em 2014, graças também ao fim das candidaturas e consequentemente à inexistência de novos projetos por contratar.

Gráfico 2.36: Projetos que passaram pela BDI por Motivo, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

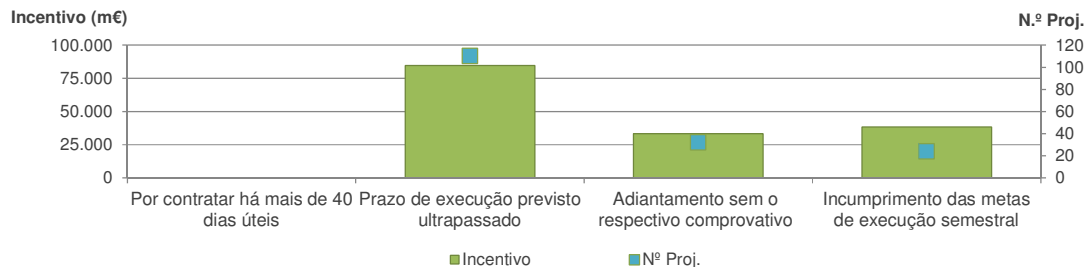
Gráfico 2.37: Ritmo de Entrada de Projetos na BDI, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

No final do ano, encontravam-se **em resolução** apenas 4% do total de situações, o que corresponde a 166 projetos, com um incentivo associado de 156,4 milhões de euros. A maioria destas entradas são relativas aos últimos meses de 2014 e têm como motivo o incumprimento do prazo de execução dos projetos.

Gráfico 2.38: Projetos Aprovados dos Sistemas de Incentivos, Incluídos na BDI no Final de 2014, por Motivo, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.4.1. Contexto Socioeconómico

Neste subcapítulo procede-se à análise socioeconómica do ano de 2014, caracterizando o contexto de implementação do Programa e dando ênfase aos aspetos que, direta ou indiretamente, contribuíram ou condicionaram a sua execução ao longo do ano.

ECONOMIA INTERNACIONAL²¹

Performance positiva nas economias avançadas garante o ritmo do crescimento económico mundial. Na Área do Euro, o aumento da procura interna, a descida dos preços da energia e a política expansionista do Banco Central Europeu animam o crescimento, embora ainda lento, das economias.

Em 2014, o crescimento do PIB mundial fixou-se nos 3,4%, em linha com o registado em 2013. Para esta taxa contribuiu a aceleração do ritmo de crescimento nas economias avançadas, impulsionado pela procura interna, pela redução do preço do petróleo (cerca de 50% na segunda metade do ano²²) e pela política monetária expansionista, contribuindo para compensar a quebra de performance nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, resultante de fatores como tensões geopolíticas, baixa dos preços de matérias-primas e diversos problemas estruturais subjacentes.

Nas economias avançadas, os EUA registaram um crescimento robusto em virtude do aumento da procura interna, das condições favoráveis no mercado de trabalho, da queda dos preços do petróleo e do dólar forte, apresentando expectativas favoráveis para 2015; na Europa, verificou-se uma melhoria generalizada das taxas de crescimento do PIB, com o Reino Unido e também a Alemanha a registarem ritmos interessantes; já o Japão entrou em estagnação em 2014, condicionado pela evolução fraca do consumo privado, sendo expectável a inversão da tendência em 2015, na sequência de políticas monetárias acomodáticas e da baixa dos preços de petróleo. Nas economias emergentes, dos BRIC, apenas a Índia apresentou uma evolução positiva da taxa de crescimento. China, Brasil e Rússia registaram um abrandamento em 2014, provocado, na China, pela evolução do investimento, no Brasil, pela falta de confiança e contração do investimento, abrandamento da procura externa e redução dos preços das matérias-primas e na Rússia, pela quebra do preço de petróleo e consequente depreciação do rublo, associada às tensões geopolíticas na Ucrânia.

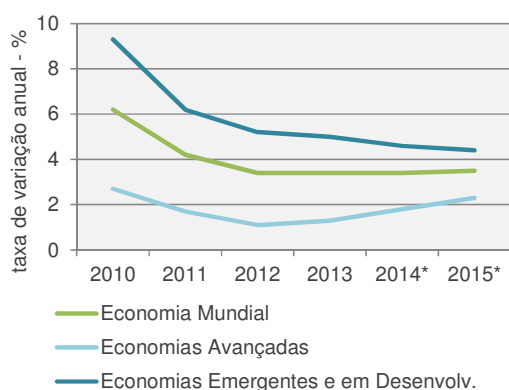
Os dados relativos ao comércio internacional apontam para alguma anemia em 2014, com ritmos de crescimento ainda aquém dos registados antes da crise. As exportações cresceram 3,2% face ao ano anterior.

O índice de produção industrial mundial anual fixou-se nos 3,4% (2,4% em 2013), numa trajetória decrescente ao longo dos quatro trimestres do ano.

²¹ Dados previsionais para 2014, para a Economia internacional e da Área do Euro. Fonte: Previsões da Primavera de 2015 da Comissão Europeia.

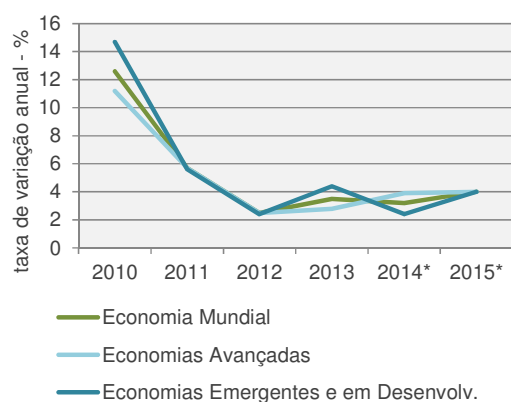
²² Boletim Económico do Banco de Portugal - Maio de 2015

Gráfico 2.39: PIB, 2010-2015



Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2015 (2015)

Gráfico 2.40: Exportações, 2010-2015

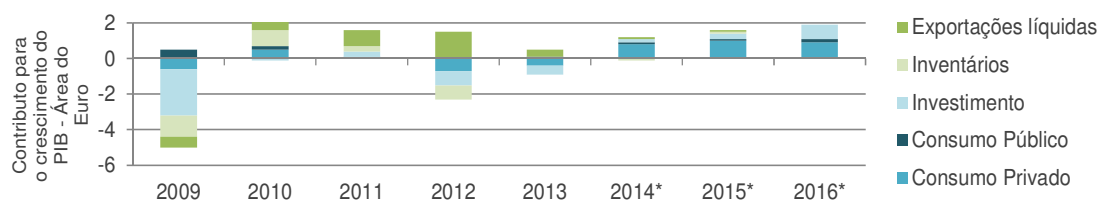


Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2015 (2015)

Na **Área do Euro** e após dois anos de contração, 2014 caracterizou-se por uma evolução favorável do PIB, para a qual não estão isentos o aumento da dinâmica do consumo privado, a depreciação do euro (cerca de 9% em termos nominais em 2015 face a 2014), a descida dos preços de petróleo e as medidas não convencionais tomadas pelo Banco Central Europeu, com efeitos em particular a partir do último trimestre do ano.

Na generalidade dos Estados-Membros verificou-se uma melhoria substantiva das taxas de crescimento face a 2013. Considerando alguns dos principais destinos das exportações portuguesas, em Espanha a retração dos últimos anos deu lugar a um crescimento positivo, que se deverá acentuar em 2015, potenciado por uma melhoria das condições no mercado de trabalho e do clima financeiro; na Alemanha, 2014 foi um ano de melhoria acentuada do ritmo crescimento económico, impulsionado pelo consumo privado e pelo investimento (1,1 p.p. de variação na taxa de crescimento do PIB face ao ano anterior), já França ficou praticamente estagnada (0,1 p.p.).

Gráfico 2.41: Contributo para o Crescimento do PIB, 2009-2016



Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2015 (2015)

As exportações, que logo após a crise constituíram o principal motor do crescimento na Área do Euro, foram substituídas pela procura interna, em particular pelo **consumo privado**, perspetivando-se também uma recuperação da contribuição do investimento para 2015 e 2016,

a par da melhoria das expectativas económicas, da diminuição dos preços de energia e do acesso ao financiamento.

Num quadro de reduzidas pressões inflacionistas e de queda dos preços da energia, a [inflação](#) chegou a atingir valores negativos no final de 2014, esperando-se que esta tendência se mantenha nos primeiros meses de 2015, mas que venha inverter-se a par da melhoria da procura interna e graças ao aumento do preço das importações (pela depreciação do euro) e da alteração dos preços das matérias-primas.

| 79

Ainda assim, esta performance positiva da Área do Euro enfrenta alguns riscos, quer porque existem [reformas estruturais](#) que ainda não se concretizaram ou não foram suficientes para recuperar da crise e potenciar o ritmo de crescimento económico, quer porque o [desemprego](#), em particular em alguns Estados-membros, se mantém em níveis elevados, já para não referir [factores de instabilidade externos](#), como a tensão geopolítica com a Rússia, marcada pela questão da Ucrânia e os focos de tensão no médio-orient e no Norte de África.

2014 fica marcado pela alteração da atuação do BCE e pelo reforço das suas medidas não convencionais (*quantitative easing*). Entre junho e outubro, o BCE procedeu ao corte das taxas de juro (que atingiram valores negativos, pela primeira vez), lançou operações de prazo alargado para impulsionar o crédito e dois programas de compras de ativos do setor privado: um programa de compra de obrigações hipotecárias e obrigações sobre o setor público emitidas por instituições financeiras monetárias da área do Euro (CBPP3) e um programa de compra de instrumentos de dívida titularizados (ABSPP).

Perante o comportamento da inflação, em janeiro de 2015, o BCE anunciou um novo programa de aquisição de ativos de âmbito alargado (EAPP), implementado em março de 2015, que inclui os dois programas anteriores, bem como a compra de obrigações emitidas por Administrações Centrais da Área do Euro, organismos e instituições europeias.²³

Este aumento de intervenção do BCE, com a consequente injeção de liquidez, foi apreendido favoravelmente por parte dos agentes económicos, tendo sido obtidos resultados positivos acima dos exetáveis. As medidas acomodáticas conduziram a uma melhoria nos mercados financeiros e de ações, à capitalização do sistema bancário, à descida das taxas de juro e à criação de condições mais favoráveis ao crédito, diminuindo os custos de financiamento.

Grças ao aumento da liquidez do sistema bancário e à progressiva normalização das condições de financiamento da Área do Euro, o [crédito para o setor privado](#) está em recuperação, embora de forma lenta, o que pode significar também que existem mais alternativas ao dispor para o financiamento das empresas, principalmente para as de maior

²³ Banco de Portugal, 2015

dimensão (que podem recorrer ao mercado acionista). De uma forma geral, as análises efetuadas ao sistema bancário, mostram que os bancos se encontram melhor capitalizados que durante a crise, o que, com a injeção de liquidez provocada pela atuação do Banco Central Europeu, pode vir a acelerar a recuperação.

Com um crescimento menos acentuado que na componente privada, em função dos esforços de consolidação fiscal, o **consumo público** apresentou uma variação positiva de 0,7 % em 2014 (0,3% em 2013).

| 80

Relativamente ao **investimento**, e em particular à FBCF, após vários anos com variações negativas, em 2014, registou-se um crescimento moderado de 1,1% na Área do Euro, assente sobretudo na componente residencial. Este comportamento anémico levou ao lançamento, pela Comissão Europeia, em novembro, do **Plano de Investimento para a Europa**²⁴, que deverá traduzir-se num acréscimo de 315 mil milhões de euros de investimento em 3 anos. As perspetivas para 2015/2016 são positivas, refletindo a melhoria progressiva das condições de financiamento.

As **Exportações** e as **importações** aceleraram em 2014, estas últimas a um ritmo superior, impulsionadas pela procura interna, apesar do aumento dos custos relativos à depreciação do euro.

No **mercado de trabalho**, o emprego inverteu, em 2014, a tendência negativa dos últimos anos, com uma variação positiva de 0,6%, como efeito, essencialmente, da evolução favorável registada nos Estados-Membros com taxas de desemprego mais elevadas. A taxa de desemprego deverá melhorar ligeiramente (para os 11,6%), depois do pico de 12% em 2013, estando ainda muito condicionada pela persistência de desemprego estrutural. Prevê-se que o mercado de trabalho continue a evoluir de forma modesta, acompanhando o ritmo lento da atividade económica.

Em conformidade com a melhoria do mercado de trabalho e com o crescimento, perspetiva-se um **aumento do rendimento disponível**, que com as baixas taxas de juro praticadas, contribui para o aumento da procura interna.

Em termos de **produtividade aparente do trabalho**, registou-se um ligeiro aumento (0,4%), numa tendência de crescimento que se deverá manter nos próximos anos. No atual contexto de moderação salarial, os **custos unitários de trabalho** não sofreram alteração face a 2013, prevendo-se que venham a decair nos próximos anos.

A **taxa de câmbio real efetiva** (calculada pelos custos unitários de trabalho) sofreu uma depreciação de 9,1%, consentânea com o enfraquecimento do euro (que depreciou cerca

²⁴ [COM\(2014\) 903 final](#).

de 12% face ao dólar entre o final de 2013 e o final de 2014), potenciando a competitividade das empresas e as exportações. Refira-se, no entanto, que este impacto pode vir a ser compensado pelo aumento das importações provocado pelo crescimento da procura interna.

No domínio das **contas públicas**, em 2014 manteve-se a tendência de melhoria dos défices orçamentais (embora a um ritmo mais modesto), traduzida na redução do défice médio da Área do Euro de 2,9% em 2013 para 2,4% em 2014. Também neste campo, a política expansionista do BCE tem um impacto positivo, pela diminuição dos custos para a contração de dívida pública.

Em 2014, dos países da Área do Euro, 9 apresentavam défices acima dos 3% do PIB, sendo que Portugal foi dos que registou um dos maiores esforços de consolidação.

A **dívida pública** atingiu 94,2%, em 2014, na sequência da escalada dos últimos anos, muito devido ao peso dos juros, esperando-se que venha a reduzir-se em virtude do aumento da dinâmica do crescimento económico. Apenas 6 dos 19 Estados-Membros da Área do Euro apresentaram rácios da dívida inferiores ao limite de 60% do PIB.

A evolução em 2014 difere de acordo com as políticas nacionais e as características dos diferentes Estados-membros, designadamente consoante os diferentes graus de abertura e perfis exportadores (exportações mais ou menos afetadas pela depreciação do euro) e o grau de absorção do impacto da política expansionista do BCE.

Tabela 2.41: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2010-2015

		(percentagem)							
Indicador Económico		2009	2010	2011	2012	2013	Previsões		
							2014	2015	2016
PIB	VHR	-4,5	2,0	1,6	-0,8	-0,4	0,9	1,5	1,9
Consumo Privado	VHR	-1,1	0,8	0,2	-1,3	-0,7	1,0	1,8	1,6
Consumo Público	VHR	2,3	0,8	-0,2	-0,1	0,3	0,7	0,6	0,8
FBCF	VHR	-11,2	-0,4	1,7	-3,7	-2,5	1,1	1,7	4,0
Exportação de bens e serviços	VHR	-12,7	11,1	6,6	2,5	2,1	3,8	4,4	5,4
Importações de Bens e Serviços	VHR	-11,5	9,8	4,4	-1,0	1,3	3,9	4,6	5,9
Procura Final	VHR	-6,5	4,0	2,4	-0,9	0,1	1,8	2,4	3,1
Emprego	VH		-0,6	0,0	-0,8	-0,8	0,6	0,9	1,1
Taxa de Desemprego	% Ativos		10,1	10,1	11,4	12,0	11,6	11	10,5
Produtividade (PIB Real /Emprego)	VH		2,6	1,6	0,0	0,4	0,3	0,6	0,8
Custo Unitário Real do Trabalho	VH		-1,4	-0,5	0,6	0,1	0,0	-0,2	-0,8
Deflador do PIB	VH		1,1	1,3	1,3	1,0	0,9	1,5	1,1
HIPC	VH		2,7	2,5	1,4	0,4	0,1	1,5	2,7
Taxa de Câmbio Efetiva Real	VH		0,3	-4,2	6,6	1,8	-9,1	-1,3	0,3
Dívida Bruta SPA (%PIB)	% PIB		86,5	91,1	93,2	94,2	94	92,5	86,5
Saldo Global SPA (%PIB)	% PIB		-4,1	-3,6	-2,9	-2,4	-2	-1,7	-4,1

Legenda: VH – Variação Homóloga; VHR – Variação Homóloga Real; PIB – Produto Interno Bruto; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; SPA – Setor Público Administrativo. Fonte: CE, *European Economic Forecast – Spring 2014* (2014).

ECONOMIA PORTUGUESA

Economia recupera ligeiramente em 2014, alimentada pela melhoria das expectativas e pelo aumento da procura interna, que substitui as exportações como motor do PIB. No mercado de trabalho, o ajustamento é lento, com a taxa de desemprego a situar-se a níveis ainda elevados.

Em 2014, o **PIB** anual cresce pela primeira vez, após a queda profunda da atividade económica verificada nos últimos anos, situando-se, ainda assim, cerca de 7,5% abaixo dos valores de 2008. Tratou-se de um crescimento moderado (0,9%), em linha com o registado na Área do Euro, muito influenciado pela recuperação da procura interna e em particular, do consumo privado.

No ano em análise, a **procura interna**, que tinha registado uma queda acumulada próxima dos 15% nos 3 anos anteriores, cresceu 2,1%, refletindo o aumento da confiança dos agentes económicos, a redução do serviço da dívida gerada pelas baixas taxas de juro, e, embora em menor escala, a ligeira melhoria das condições no mercado de trabalho.

O **consumo privado** que vinha a sofrer uma contração significativa desde 2011 (cerca de 10%), apresentou uma taxa de crescimento positiva (2,1%), com especial incidência na componente de bens não duradouros e de serviços. Mantêm-se, no entanto, os condicionalismos relacionados com a necessidade de redução do endividamento, a restritividade de acesso ao crédito e a evolução lenta do rendimento disponível das famílias.

O aumento do consumo privado, a par da manutenção dos níveis de rendimento real disponível das famílias e da redução do crédito concedido a particulares, resultou na descida da **taxa de poupança**, que passou de 8,7% em 2013 para 6,9% em 2014).

Por seu turno, o **consumo público** manteve a tendência de decréscimo, embora a um ritmo menos acentuado, refletindo a redução das despesas com o pessoal (em resultado da diminuição de funcionários públicos). A travar esta descida esteve o aumento da despesa com concessões, designadamente no âmbito de parcerias público-privadas, no setor rodoviário.

Relativamente ao investimento, a **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, em queda desde 2009, cresceu 2,5% em 2014, num movimento estimulado pela componente empresarial. Os investimentos em material de transporte (+21,9%) e em máquinas e equipamento (+14,8%) são os que apresentaram melhor comportamento. No extremo oposto, a FBCF do setor público manteve-se em queda, refletindo o processo de consolidação orçamental em curso. Apesar da evolução positiva, ainda assim, os níveis de FBCF, segundo o Boletim Económico do Banco de Portugal, encontram-se cerca de 24% abaixo dos registados em 2011.

O Inquérito de Conjuntura ao Investimento de outubro de 2014 aponta igualmente para um ligeiro aumento do investimento empresarial (1%) em 2014 face ao ano transato, para o qual contribuíram principalmente as empresas de maior dimensão.

Gráfico 2.42: Evolução do Investimento Empresarial, 1990-2014 (Taxa de variação Anual)



Nota: * Com base nas perspetivas formuladas pelas empresas no âmbito do inquérito (3590 empresas inquiridas entre 1/10/2014 a 19/01/2015). As percentagens apresentadas correspondem à última estimativa disponível para cada um dos anos. Fonte: INE, Destaque "Inquérito de conjuntura ao investimento – Outubro de 2014", 30 de janeiro de 2015.

De acordo com este inquérito, a deterioração das perspetivas de vendas permanece como principal fator limitativo ao investimento (48,3%), seguindo-se a incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos (19,7%) e a capacidade de autofinanciamento (11,9%).

A evolução do investimento está, no entanto, condicionada pela evolução dos mercados financeiros e em especial pelos condicionamentos no acesso ao crédito e pela necessidade de desalavancagem dos agentes económicos, com especial impacto nas empresas com maiores níveis de endividamento.

De acordo com o referido Inquérito, em 2014, as Atividades Imobiliárias e Construção foram as que mais reduziram a sua FBCF (-30,2% e -23,7%, respetivamente), destacando-se, no polo oposto, Transportes e Armazenagem (20,3%) e as Atividades de Informação e de Comunicação (17,4%). Considerando apenas a indústria transformadora, alvo estratégico dos instrumentos do COMPETE, o inquérito aponta para uma quebra da FCBF de -7,6%, ligeiramente inferior se considerarmos apenas as empresas exportadoras²⁵ (-3,2%). Com um contributo superior para a redução do investimento está a "Fabricação de outros produtos minerais não metálicos" (-28%), a "Fabricação de têxteis, do vestuário, do couro e dos produtos de couro" (-25,9%) e as "Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos" (-25,7%). Destacando-se, claramente, pela positiva, está a "Fabricação de veículos automóveis e de outro equipamento de transporte" (29,1%).

Em 2014, a [Procura externa](#) dirigida à economia portuguesa acelerou, graças à componente proveniente da Área do Euro e, em particular, à melhor performance da economia espanhola.

No entanto, as exportações desaceleraram face a 2013 (3 p.p.), como resultado da queda acentuada das exportações de combustíveis, decorrente da interrupção de atividade numa grande empresa do setor. Excluindo a componente energética, as exportações de bens

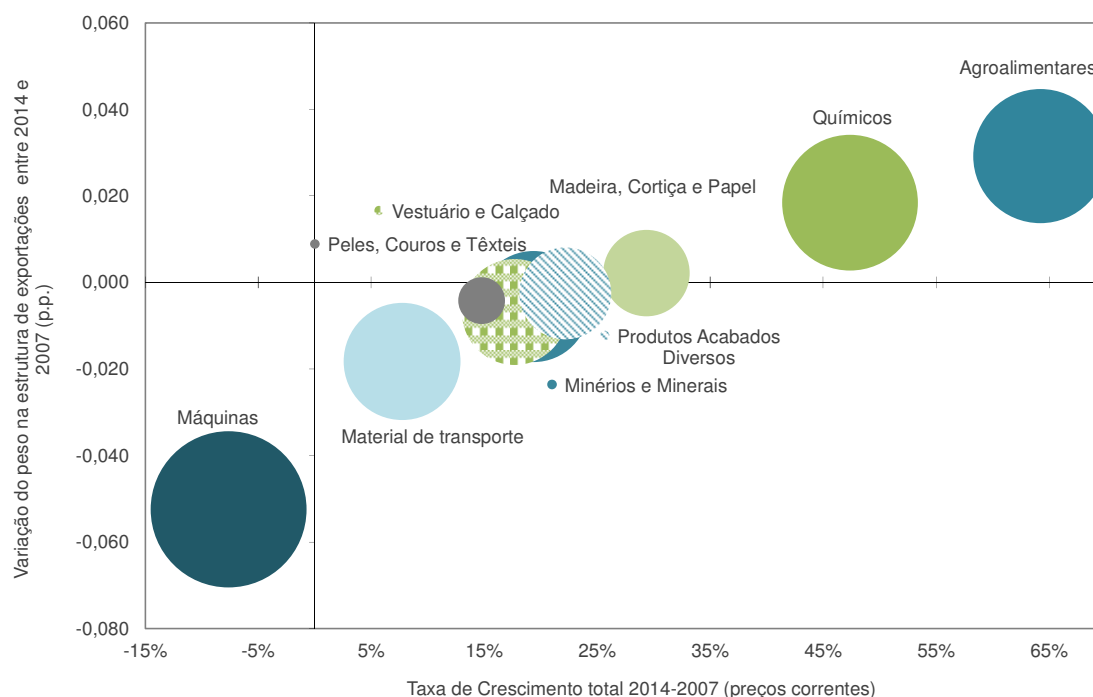
²⁵ Neste caso, tratam-se sobretudo de empresas com mais de 50% do volume de negócios proveniente de exportações ou empresas com mais de 10% do volume de negócios proveniente de exportações e montante das mesmas superior a 150 mil euros.

cresceram 4,6% face aos 2,9% registados em 2013, o que reflete uma maior orientação dos setores transacionáveis para o mercado internacional.

O gráfico seguinte apresenta a **evolução das exportações por produto**, entre 2007 e 2014 (excluindo bens energéticos). Verifica-se que são os produtos agroalimentares que mais aumentaram as exportações nesse período, tendo ganho peso na estrutura das exportações de bens nacionais, seguidos pelos químicos. Com uma evolução oposta estão as máquinas, que representaram 14% dos produtos exportados em 2014, uma importante fatia das exportações nacionais.

| 84

Gráfico 2.43: Evolução das Exportações de Bens por Grupos de Produtos Mercadorias, 2007-2014



Nota: Diâmetro das bolhas corresponde ao peso nas exportações de 2014.

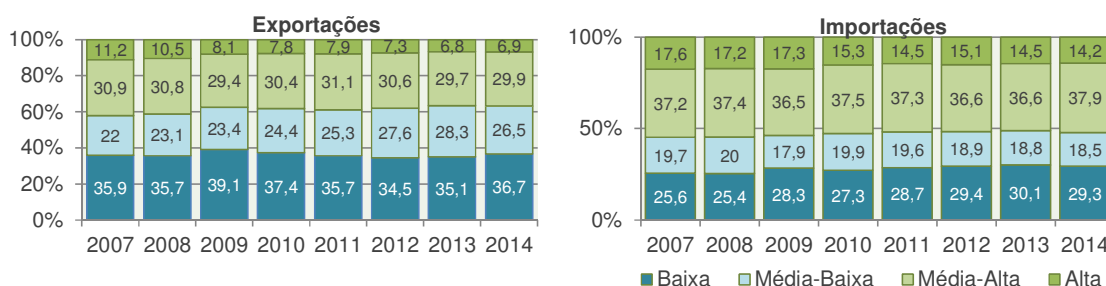
Composição dos Grupos de Produtos: Agroalimentares (01 a 24 da NC); Energéticos (27); Químicos (28 a 40); Madeira, Cortiça e Papel (44 a 49); Peles, Couros e Têxteis (41 a 43, 50 a 60 e 63); Vestuário e Calçado (61, 62, 64 a 67); Minérios e Metais (25, 26, 71 a 83); Máquinas (84 e 85); Material de Transporte (86 a 89) – Produtos Acabados Diversos (68 a 70 e 90 a 99). Não inclui produtos energéticos.

Fonte: POFC, a partir de Exportações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC8); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens:

Nos **Serviços**, o Turismo aumentou o seu dinamismo, crescendo 11,7% em termos reais (6,5% em 2013), o que não foi suficiente para compensar as quebras nas restantes componentes, em particular, dos serviços de construção e dos serviços de manutenção e reparação, traduzindo-se numa desaceleração desta componente das exportações.

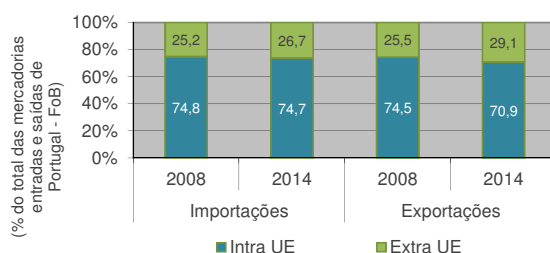
Considerando o **tipo de bens transacionados**, em 2014, o perfil foi semelhante ao do ano anterior. Comparativamente a 2007 percebe-se um maior peso das exportações e das importações de baixa e média-baixa intensidades tecnológicas.

Gráfico 2.44: Intensidade Tecnológica das Exportações e das Importações (Indústria Transformadora), 2007-2014



Fonte: GEE|GPEARI, BMEP n.º 4/2015 – Conjuntura, abril de 2015

Gráfico 2.45: Principais Mercados Internacionais de Portugal (Mercadorias), 2008 e 2014

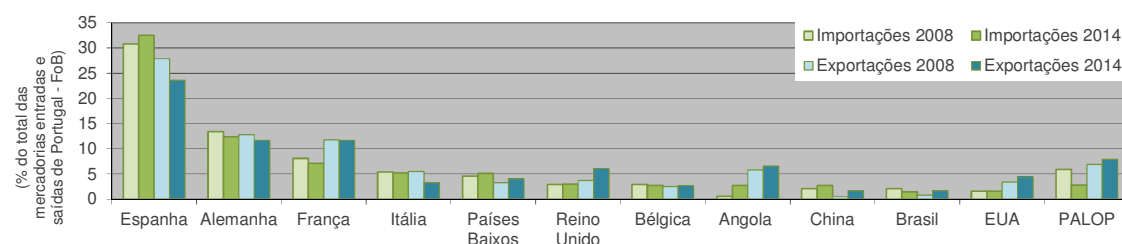


Fonte: GEE|GPEARI, BMEP n.º 4/2015 – Conjuntura, abril de 2015

Apesar da União Europeia se manter como o grande **mercado internacional** (74,7% das importações e 70,9% das exportações de mercadorias em 2014), verificou-se um crescimento das quotas, em ambas as componentes, nos mercados extracomunitários, consentâneo com a necessidade e com o esforço efetuado pelas empresas de entrada em novos mercados.

Em termos de **mercado de destino das exportações portuguesas**, os mercados com maior crescimento em 2014 face a 2013 foram Marrocos e Rússia, sendo que, no polo oposto, China, Rússia e Itália registaram a maior quebra de exportações. Espanha continua a ser o principal mercado para as exportações portuguesas de mercadorias.

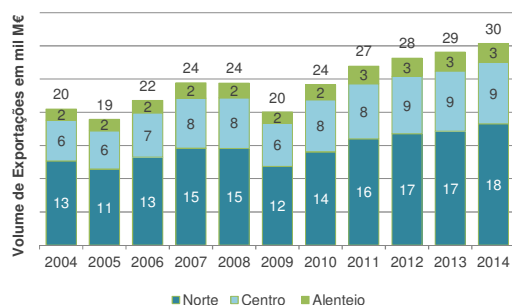
Gráfico 2.46: Principais Mercados Internacionais de Portugal (Mercadorias), 2008 e 2014



Fonte: GEE|GPEARI, BMEP n.º 4/2015 – Conjuntura, abril de 2015

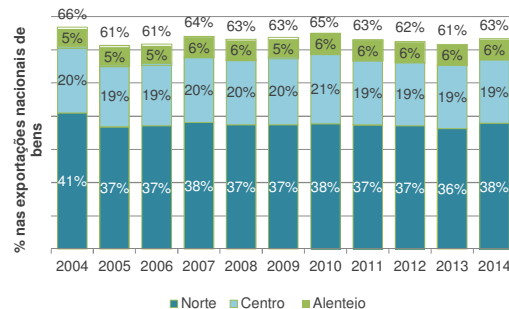
Os gráficos seguintes apresentam o **comportamento das exportações de bens nas regiões de convergência** (valores nominais), sendo de assinalar a recuperação após 2009. Comparativamente a 2013, em 2014 registou-se um ligeiro aumento do peso das exportações das regiões de convergência face ao total nacional.

Gráfico 2.47: Exportações de Bens nas Regiões de Convergência, 2007-2014



Nota: Valores correntes. A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador, sendo que não inclui a componente Extra-Regio. Dados definitivos de 2004 a 2012, provisórios de 2013 e preliminares de 2014. Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

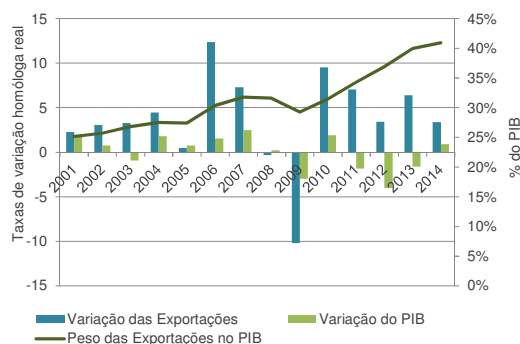
Gráfico 2.48: Peso das Exportações de Bens nas Regiões de Convergência no total das Exportações de Bens do País, 2007-2014



Nota: Valores correntes. A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador, sendo que não inclui a componente Extra-Regio. Dados definitivos de 2004 a 2012, provisórios de 2013 e preliminares de 2014. Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

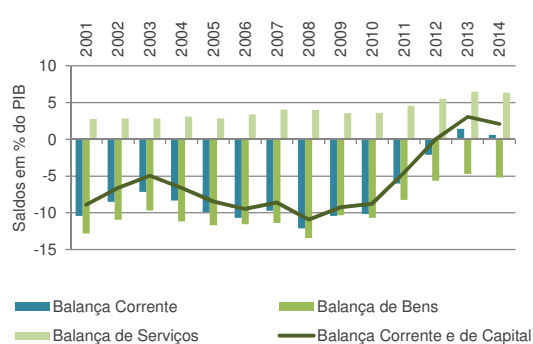
O gráfico seguinte apresenta a variação do peso das exportações no PIB desde 2001, refletindo o aumento das exportações e a progressiva orientação das empresas portuguesas (muito forçada pela contração da procura interna) para os mercados externos, verificadas nos últimos anos. Em 2014, as exportações representavam perto de 41% do PIB, evidenciando um abrandamento relativamente a 2013, resultante do efeito combinado da descida das primeiras com o crescimento do segundo.

Gráfico 2.49: Peso das Exportações no PIB, 2001-2014



Nota: Variáveis a preços constantes de 2011. Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2015)

Gráfico 2.50: Evolução da Balança Corrente e de Capital no PIB, 2001-2014



Nota: Saldos a preços correntes. Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2015).

Do outro lado da balança, as **importações** acentuaram o ritmo de crescimento verificado em 2013 (de 3,9% para 6,4%), muito embora este efeito tenha sido também mitigado pela redução das exportações dos produtos petrolíferos, que possuem elevado conteúdo importado.

Com o abrandamento das exportações e o aumento significativo das importações, o **saldo da balança de bens e serviços** diminuiu em 2014 (de 1,7% para 1,1% do PIB), graças ao aumento do défice da componente de bens, mantendo, no entanto, a situação superavitária que tinha sido alcançada no ano anterior. Deste comportamento das trocas internacionais resultou o contributo negativo das exportações líquidas para o PIB, invertendo a tendência das exportações como motor da economia verificada no pós-crise de 2009.

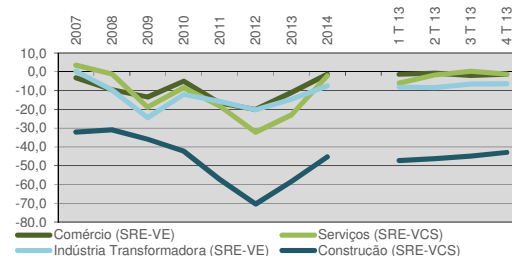
Com a redução do saldo da balança de capital em 0.1 p.p., a **Balança de Corrente e de Capital** registou um saldo positivo de 2,1% do PIB em 2014 (menos 1 p.p. que no ano anterior).

A **Balança Financeira** apresentou um saldo positivo de 2,2%. Relativamente ao **Investimento Direto Estrangeiro**, Portugal manteve a sua posição de recebedor de investimento, com o investimento do exterior em Portugal a crescer a uma taxa superior ao investimento do País no exterior.

A contribuir para o crescimento em 2014, esteve o **aumento da confiança dos agentes económicos**, apesar dos indicadores se manterem ainda negativos (incluindo dos consumidores).

O gráfico seguinte reflete uma evolução positiva nos diferentes setores de atividade, em particular nos Serviços. A Construção é ainda o setor com maiores níveis de desconfiança relativamente ao futuro da atividade económica (-45,3%).

Gráfico 2.51: Indicadores de Confiança, 2007-2014



Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2015); INE. Nota: O INE iniciou em 28.05.2010 a publicação dos resultados dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às Empresas com base em novas amostras.

Legenda: SRE- Saldo de respostas extremas; VCS - Valor corrigido de sazonalidade; VE - Valor Efetivo.

O **indicador de clima económico**, negativo desde o segundo trimestre de 2011 (data do início do PAEF), confirma a tendência ascendente, tendo atingido valores positivos a partir do 3.º trimestre de 2013, fixando-se nos 0,2%, na média de 2014 (-2,2% em 2013).

Assim, no ano em análise e após 5 anos de quedas consecutivas, o **VAB** apresenta uma evolução modesta mas positiva, mantendo-se, no entanto, ainda em níveis inferiores aos registados em 2008. Cresceu em média 0,7%, apesar da desaceleração registada no último trimestre do ano.

A **evolução por setores** aponta para a manutenção da alteração do perfil de especialização a favor dos setores transacionáveis, com os não transacionáveis a perderem terreno. A Construção (que, apesar de tudo, diminuiu o ritmo de queda) regista a variação mais negativa no VAB, resultante do ajustamento do *stock* da habitação, da redução da procura designadamente do setor público, e das restrições ao nível do financiamento, mais acentuadas no setor face ao elevado nível de endividamento das suas empresas. Com evoluções médias positivas, destacam-se o Comércio e Restaurantes e Hotéis (2,5% em 2014), onde se inclui o contributo das exportações do Turismo, e a Indústria (1,1% em 2014).

Tabela 2.42: Evolução do VAB por Setores – Portugal, 2007-2014

(variação homóloga real - %)

Setores	Peso 2014	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014			
										1T	2T	3T	4T
VAB pb (a preços de 2011)	100	2,8	0,6	-2,5	1,8	-1,1	-3,2	-1,2	0,6	0,6	0,8	0,8	0,1
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2,3	-4,2	3,5	-3,4	0,6	0,8	-0,6	2,0	1,4	1,9	1,5	1,2	0,9
Energia, Água e Saneamento	3,4	1,3	0,2	4,8	-1,6	-2,3	-0,7	-1,7	-0,8	-1,3	-0,7	0,0	-1,1
Indústria	13,6	2,5	-2,4	-11,0	6,8	0,6	-3,5	0,9	1,1	2,0	2,1	1,6	-1,3
Construção	4,2	1,8	-4,4	-11,0	-6,4	-6,5	-15,2	-13,1	-3,5	-6,7	-2,2	-3,3	-1,9
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,1	1,1	-0,9	0,2	3,2	-0,5	-0,8	0,5	2,5	2,2	2,2	3,1	2,4
Transportes e Comunicações	8,4	6,7	2,5	-2,9	1,5	1,7	-2,5	-1,3	-0,4	0,3	-0,2	-1,3	-0,4
Atividades Financeiras e Imobiliárias	17,9	5,5	3,2	0,5	2,3	0,6	-4,7	-1,8	-2,3	-1,3	-2,4	-3,0	-2,4
Outros Serviços	30,2	2,6	1,9	-0,7	1,0	-3,0	-2,2	-1,2	1,6	1,2	2,0	2,3	1,0

Fonte: GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (abril 2015).

A maioria dos indicadores setoriais corrobora a tendência de melhoria da situação económica em 2014.

Tabela 2.43: Indicadores Setoriais – Portugal, 2011-2014

%

Indicadores		2011	2012	2013	2014	2014			
						1T	2T	3T	4T
Índice de Produção Industrial - Total	VH/VCS	-0,9	-6,1	0,4	1,0	2,1	1,5	1,3	-1,0
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	VH/VCS	-0,8	-2,4	0,8	1,0	1,2	3,3	1,6	-1,9
Índice de Volume de Negócios - Indústria Transformadora	VH	5,3	-1,8	-0,5	-1,1	-0,8	-1,4	-1,4	-0,9
Índice de Emprego na Indústria	VH	-1,0	-3,5	-2,6	0,3	-0,8	0,2	0,7	0,9
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (3 meses)	SRE-VE	-34,1	-51,7	-29,1	0,0	-4,9	1,3	4,1	-0,7
Índice de Volume de Negócios - Serviços	VH, M3M	-6,2	-8,6	-4,0	-2,5	-1,6	-0,9	-3,3	-3,8
Receitas Viagens e Turismo	VHA	7,2	5,6	7,5	12,4	5,9	13,4	13,7	13,6

Legenda: VH – Variação homóloga; VCS – Valor corrigido de sazonalidade; SER – Saldo de respostas extremas; VE – Valor efetivo; M3M – Média móvel de 3 meses; VHA – variação homóloga acumulada. Fonte: GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (abril de 2015).

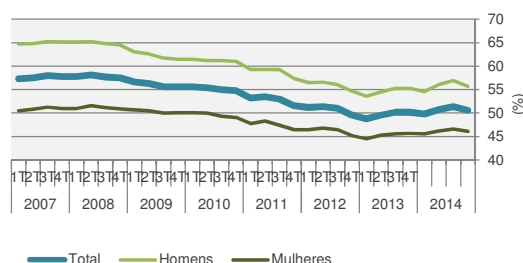
O **Índice de Produção Industrial** registou um aumento de 1%, com particular incidência nas atividades “Veículos automóveis e seus componentes” (12%) e Artigos de borracha e de matérias plásticas” (11,7%). Em sentido inverso, destacam-se as “Indústrias Extrativas (-10,1%) e “Equipamento Elétrico” (-7,4%).

O **Índice de Volume de Negócios da Indústria Transformadora** decresceu -1.1%. Já o **Índice do Emprego na Indústria**, negativo nos últimos anos, apresentou uma ligeira subida, em coerência com a evolução geral do emprego registada em 2014.

No **mercado de trabalho**, a evolução foi favorável, apesar de lenta, em linha com a melhoria da atividade económica.

O **emprego**, em queda acentuada desde 2009, aumentou 1,6% em 2014 (apesar da redução registada no último trimestre do ano), encontrando-se ainda em níveis muito inferiores aos verificados antes da crise. À exceção da Agricultura, Silvicultura e Pescas e da Construção, todos os setores apresentaram uma evolução favorável, sendo que, no que respeita à composição, se verificou um aumento do emprego por conta de outrem no setor privado e uma diminuição do emprego por conta própria.

Gráfico 2.52: Evolução Trimestral da Taxa de Emprego em Portugal, 2007-2014



Nota: Quebra de série em 2011. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Gráfico 2.53: Evolução Trimestral da Taxa de Desemprego em Portugal, 2007-2014



Nota: Quebra de série em 2011. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A **taxa de desemprego** fixou-se, em 2014, nos 13,9%, depois do pico de 16,2% atingido em 2013, tendo registado uma ligeira subida no último trimestre do ano. Assinala-se, neste âmbito o aumento acentuado do **desemprego de longa duração**²⁶ provocado pela crise económica e que, em 2014, representava 65,5% do total dos desempregados, colocando preocupações sobre a desmotivação e depreciação das competências dos ativos, com efeitos negativos sobre o PIB potencial da economia.

²⁶ Indivíduos desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses.

Uma **análise do emprego a nível regional** permite constatar pelo aumento do emprego em todas as regiões, em especial, no Algarve e em Lisboa, sendo o Centro a região do Continente com uma mais elevada taxa de emprego. No que respeita à taxa de desemprego, verificou-se uma descida em todas as NUTS II do continente, sendo que das regiões de convergência, é o Norte que apresenta a taxa de desemprego superior (14,8%), logo seguida pelo Alentejo (14,3%). Bem mais abaixo está o Centro, com uma taxa de desemprego (10,6%), a níveis bem inferiores à média nacional.

| 90

Gráfico 2.54: Evolução da Taxa Anual de Emprego por NUTS II, 2011-2014

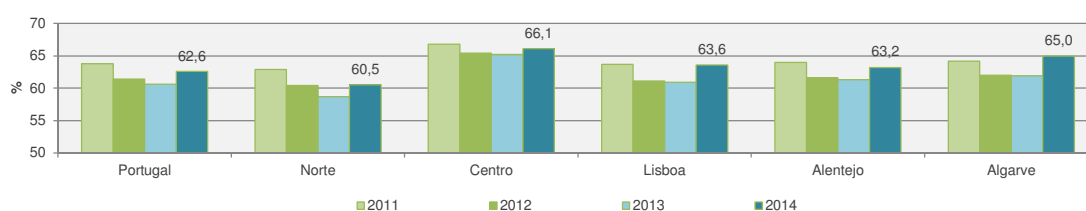
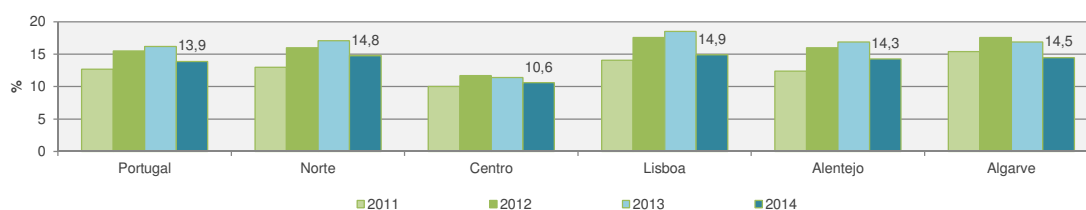


Gráfico 2.55: Evolução da Taxa Anual de Desemprego por NUTS II, 2011-2014



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego,

Em 2014, verificou-se uma diminuição da **população ativa** em -1,1% (-1,8% em 2013). Esta evolução no mercado de trabalho não é isenta ao comportamento das variáveis demográficas, em particular do **saldo migratório**, cuja tendência negativa se deverá manter em 2014, e para o qual contribuem, de forma mais significativa, os mais jovens (entre os 15 e os 34 anos de idade). A crise económica, o desemprego, a procura de oportunidades noutros países e a redução da atratividade do país a imigrantes justificam esta tendência.

Gráfico 2.56: Evolução do Saldo Natural por NUTS II, 2004-2013

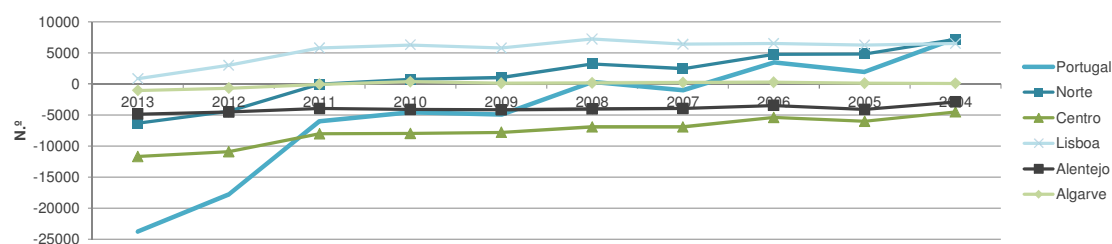
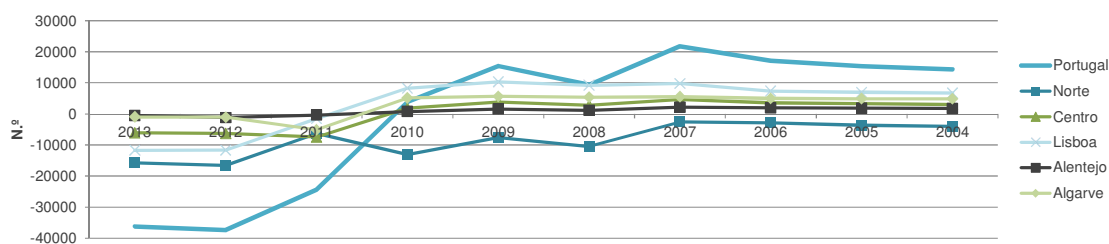


Gráfico 2.57: Evolução do Saldo Migratório por NUTS II, 2004-2013



Fonte: INE, Saldo migratório (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual - INE, Indicadores Demográficos e INE, Saldo natural (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual - INE, Indicadores Demográficos.

Em 2014, a **produtividade** aparente do trabalho²⁷ decresceu -1,0%, face a 2013, após vários anos de variação positiva, refletindo ainda a pouca dinâmica do PIB.

O **custo unitário real do trabalho** diminuiu em 2014, em linha com o quadro de moderação salarial verificado, contribuindo para o ajustamento externo pela via dos ganhos de competitividade associados à depreciação do fator trabalho, o que associado à depreciação do Euro resultou numa diminuição da **Taxa de Câmbio Efetiva Real** (-1,3% face a 2013).

Quanto aos restantes **preços**, a taxa de inflação atingiu valores negativos em 2014, com o HIPC a situar-se nos -0.2%, influenciado, em particular, pelos bens alimentares não transformados (que sofreram as maiores reduções de preço), seguindo a tendência registada na área do euro (-0.3%).

Em maio de 2014, Portugal conclui e sai do **Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)**, mantendo-se no entanto sob vigilância da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional. Durante o PAEF, verificou-se uma acentuada consolidação das **contas públicas**, numa tendência que se veio a manter em 2014, embora em ritmo menos acelerado, tendo em vista a correção do défice orçamental excessivo que terá que acontecer até 2015. Em 2014, o saldo total foi de -4,5% ou de -3,6% se excluirmos medidas temporárias e fatores especiais²⁸, tendo beneficiando da recuperação da atividade económica. Em 2014, o **saldo primário estrutural** manteve-se positivo, pelo segundo ano consecutivo. A diminuição da despesa primária (-1 p.p. do PIB) resultou da redução das despesas com o pessoal (-2,7%) e de prestações sociais em dinheiro, como o subsídio de desemprego (-0,3%). A receita também diminuiu (-0.2 p.p. do PIB), apesar do aumento em 2,2% da carga fiscal estrutural, resultante da subida do montante arrecadado com os impostos sobre a produção e importação (em especial do IVA) e das receitas das contribuições sociais.

²⁷ PIB real/Emprego.

²⁸ No ano em análise, destaca-se o impacto da alteração do modelo de financiamento das empresas de transportes Carris e STCP, que passou a ser assegurado pelo Estado.

Em sentido inverso, a **dívida pública** manteve a escalada em 2014, tendo-se fixado nos 130,2% do PIB no final do ano (+0,5 p.p.do PIB face a 2013), aumento resultante, na quase totalidade, da despesa com juros, que representou 5% do PIB. Durante o ano, o Estado continuou a recorrer aos mercados de dívida soberana, emitindo dívida a diferentes prazos e a taxas inferiores às registadas em 2012 (-1.2 p.p. na maturidade de 10 anos e 1,0 p.p. nos bilhetes do tesouro). Ainda assim, a taxa de juro implícita da dívida pública manteve-se nos 3,9%, compensada pelo aumento da taxa média de juro afeta ao PAEF.

Em 2014, em função de uma maior liquidez dos bancos, da ligeira redução do risco atribuído à economia e da redução das taxas de juro diretas, as **condições de financiamento dos particulares e empresas** registaram uma melhoria ligeira, com a redução das taxas de juro para novos empréstimos, muito embora ainda a níveis superiores aos verificados em média nas últimas décadas. Nas empresas verificou-se uma ligeira redução do grau de restritividade, com uma maior diferenciação das taxas consoante o risco. O montante total de empréstimos concedidos por bancos residentes às empresas diminuiu, arrastado pelos setores da construção e atividades imobiliárias, muito embora, na indústria transformadora e no comércio e reparação de veículos a tendência tenha sido favorável, com taxas de variação positivas no final do ano. Neste âmbito, as empresas exportadoras registaram uma taxa de crescimento positiva, em contraste com as orientadas para o mercado interno, cujo volume de crédito bancário diminuiu.

O montante total de crédito, que inclui também outros tipos de crédito, para além dos empréstimos bancários concedidos por instituições financeiras residentes (não residentes, emissões de dívida, créditos comerciais,...), registou uma variação negativa de cerca de 5% (também como resultado das amortizações de dívida das empresas).

Face a este comportamento do crédito, a **dívida das empresas** diminuiu mais que 10 p.p. relativamente a 2013 (representava cerca de 108% do PIB, em termos consolidados, no final de 2014), o que ainda assim é um montante elevado, com consequência sobre as decisões de consumo e investimento. Na sequência da desalavancagem e da insolvência de empresas (que desencadeou um processo de seleção natural – foram as empresas mais sólidas que resistiram à crise), os rácios médios de endividamento e rentabilidade das empresas tem vindo a melhorar, comportamento que está sobretudo a ser determinado pelas PME, uma vez que nas grandes empresas o rácio total de endividamento aumentou no ano em análise.

No geral, mantem-se ainda níveis de capitais próprios reduzidos, rácios de endividamento elevados, baixa rentabilidade e dependência do crédito bancário o que torna as empresas pouco propícias ao investimento.

No mercado financeiro português, o ano de 2014 ficou marcado pela crise do Grupo Espírito Santo, que integra o [Banco Espírito Santo \(BES\)](#), um dos maiores e mais antigos bancos privados nacionais e com um peso importante na economia portuguesa e em particular na atividade de crédito às PME.²⁹ De acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal de maio de 2015, “não existe evidência de que tenham ocorrido perturbações significativas no financiamento das empresas na sequência da resolução do BES”. No COMPETE, o BES intervinha como parceiro no financiamento de muitas empresas e como intermediário em alguns instrumentos financeiros (ver **Ponto 3.3**), estando estas atividades a ser atualmente asseguradas pelo Novo Banco.

| 93

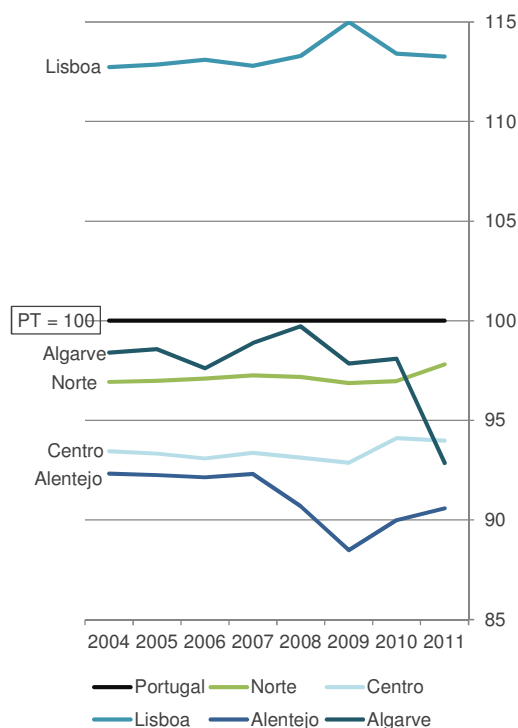
O ano de 2014 apresenta alguns sinais positivos após um ciclo recessivo que atingiu primeiro a economia mundial e depois, com especial impacto, a economia portuguesa. Apesar do contexto de alguma incerteza, designadamente tendo em conta as necessidades de reformas estruturais, as previsões apontam para uma consolidação do crescimento económico nos próximos anos, o que poderá ter efeitos positivos sobre a execução e encerramento dos projetos do COMPETE.

Importa, uma vez mais, realçar que a maior parte da operacionalização do Programa se fez num contexto bem diferente das projeções que estiveram na base da programação do mesmo, o que gerou um conjunto de [efeitos sobre o COMPETE](#), atrasando a execução dos projetos, adiando ou modificando decisões de investimento.

Desta forma, apesar da introdução de algumas medidas que visaram dar resposta a um contexto desfavorável, que visaram promover soluções adequadas ao aumento da capacidade de execução por parte dos promotores e/ou que colmatassem as dificuldades de obtenção de financiamento no mercado, há que salientar que o Programa se manteve fiel às suas linhas estratégicas, designadamente no que respeita a orientação para a produção transacionável e para os mercados internacionais.

²⁹ A 30 de julho, o Banco Espírito Santo, S.A. apresentou prejuízos muito superiores aos previstos, apontando para a prática de atos de gestão gravemente prejudiciais aos interesses do Banco e para a violação de determinações do Banco de Portugal que proibiam o aumento da exposição a outras entidades do Grupo, colocando em causa a continuidade da sua atividade, com riscos, dada a relevância da instituição no conjunto do sistema bancário e no financiamento da economia, para a estabilidade do sistema de pagamentos e do sistema financeiro nacional, o que determinou a intervenção do Banco de Portugal. Uma das medidas de resolução consistiu na transferência da generalidade da atividade do BES para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. Mais informação no site do [Banco de Portugal](#).

Gráfico 2.58: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 2004-2011



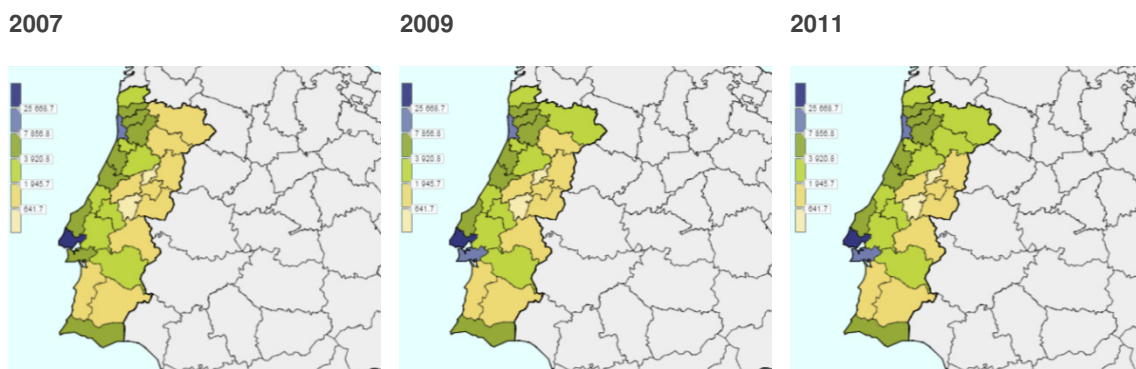
Fonte: Indicadores de contexto do QREN, Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Dirigido às regiões de convergência, o COMPETE procurou promover o seu desenvolvimento e, por consequente, a coesão com as restantes regiões do País e da Europa.

Analisando a evolução do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (na componente competitividade), entre 2004 e 2011, verifica-se que as três regiões de convergência se encontram, no período em análise, ainda abaixo da média nacional. Enquanto as regiões Norte e Centro conseguiram melhorar a sua posição relativa face a 2007, no Alentejo, a situação deteriorou-se significativamente na sequência da crise de 2009. A análise destes dados terá que ser sempre efetuada tendo em conta o contexto de instabilidade, sendo que será interessante analisar o comportamento das regiões em resposta à recessão do PIB em 2012/2013.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução do VAB a preços base entre 2007 e 2011, por NUTS III, sendo que as alterações visíveis se registam nas regiões Península de Setúbal e Alto Trás-os-Montes e Douro, estas duas últimas, regiões do interior da NUTS II Norte.

Gráfico 2.59: Evolução do VAB a preços base por NUTS III, 2007-2011



Fonte: Eurostat, Statistical Atlas, Regional Statistics Illustrated. Extraído em maio de 2015.

Tabela 2.44: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2006-2014

	Peso em 2014	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014				Previsões		Unid.
										1T11	2T11	3T11	4T11	2015	2016	
PIB pb 2011 (M€)		181.146	181.507	176.101	179.445	176.167	169.070	166.357	167.859	41.719	41.920	41.996	42.224			
PIB	100	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,6	0,9	0,9	0,9	1,2	0,7	1,7	1,9	VHR (%)
Consumo Privado	66	2,5	1,4	-2,3	2,4	-3,6	-5,5	-1,5	2,1	2,1	1,7	2,6	1,9	2,4	1,7	VHR (%)
Consumo Público	18,6	0,6	0,4	2,6	-1,3	-3,8	-3,3	-2,4	-0,3	-0,2	0,1	0,4	-1,4	-0,5	0,2	VHR (%)
FBCF	14,6	3,1	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-16,6	-6,7	2,5	0,0	3,7	4,1	2,4	4	4,4	VHR (%)
Exportação de bens e serviços	39,9	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,4	6,4	3,4	3,3	2,0	2,9	5,3	4,3	5,8	VHR (%)
Importações de Bens e Serviços	39,4	5,4	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,3	3,9	6,4	9,1	3,9	5,4	7,1	3,9	5,5	VHR (%)
Procura Interna	99,5	2,2	1,1	-3,5	1,9	-5,7	-7,3	-2,5	2,1	3,1	1,6	2,2	1,4	1,6	1,8	VHR (%)
IHPC		2,4	2,7	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,4	-0,2	-0,1	-0,2	-0,3	0,0	0,2	1,1	VH (%)
Taxa de Juro de curto prazo (Euribor a 3 meses)									0,2					0,1	0,1	%
Investimento Direto do Exterior em Portugal		1,2	1,4	0,7	1,0	3,0	3,8	1,0	3,8	1,2	13,0	1,8	-0,5			% PIB
Investimento Direto de Portugal no Exterior		2,2	0,4	-0,2	-4,1	6,7	-4,2	0,0	2,9	0,0	6,9	0,9	2,0			% PIB
Balança de Bens e Serviços		-7,4	-9,4	-6,7	-7,1	-3,7	-0,1	1,7	1,1	-0,9	2,1	3,2	0,2	2,7	2,6	% PIB
Balança Corrente e de Capital		-8,6	-10,9	-9,3	-8,8	-4,5	0,0	3,1	2,1	-0,4	1,6	4,4	2,7	3,3	3,3	% PIB
Emprego a		0,3	0,5	-2,9	-1,4	-3,2	-4,1	-2,6	1,6	1,7	2,0	2,1	0,5	0,6	0,7	VH
Taxa de Desemprego a		8	7,6	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	15,1	13,9	13,1	13,5	13,4	12,6	%
Produtividade Aparente do Trabalho (PIB/Emprego) a		2,6	0,1	0,4	3,3	2,2	0,9	1,4	-1,0	-1,1	-1,2	-1,3	-0,4	1	1,1	VH (%)
Custo Unitário Real do Trabalho b						-1,7	-2,8	0,3	-2,1 p					-1,8	-1,4	VH (%)
Taxa de câmbio efetiva real (custos unitários do trabalho) b						-2,1	-5,8	3,2	-1,3 p					-4,5	-1,1	VH (%)
Dívida Bruta SPA b					96,2	111,1	125,8	129,7	130,2					124,4	123	% PIB
Saldo Global SPA b					-11,2	-7,4	-5,6	-4,8	-4,5					-3,1	-2,8	% PIB

Legenda: PIBpb – Produto Interno Bruto a preços base (ano 2000); FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumo; SPA – Setor Público Administrativo; VHR – Variação Homóloga Real, VH – Variação Homóloga; T – Trimestre.

Nota: Existem pequenas discrepâncias nas previsões para a economia portuguesa e nos dados, mais recentes, aqui apresentados para 2014.

Fonte: INE; GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2015); Banco de Portugal, *Boletim Económico – maio de 2015* (2015); Previsões Banco de Portugal, *Projeções para a economia portuguesa: 2015-2017, março de 2015*; (a) Previsões CE, *European Economic Forecast - Spring 2015* (2015). (b) Dados e Previsões CE, *European Economic Forecast - Spring 2015* (2015).

2.4.2. Regulamentos Publicados em 2014

No decurso do ano de 2014, foram publicados os seguintes regulamentos no âmbito do COMPETE e dos Sistemas de Incentivos:

- **Sistemas de Incentivos:**
 - **Decreto-Lei n.º 148/2014, de 9 de outubro** – altera o Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, relativo ao enquadramento dos Sistemas de Incentivos, alargando até 31 de dezembro de 2014 o período até ao qual podem ser adotadas decisões de concessão de apoios, ao abrigo das normas europeias da concorrência em matéria de Auxílios de Estado.
 - **Portaria n.º 263/2014, de 16 de dezembro** - aprova o Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN.
 - **SI Inovação:**
 - **Portaria n.º 262/2014, de 16 de dezembro** – altera o regulamento do SI Inovação, possibilitando o alargamento do prazo de reembolso e a flexibilização do mecanismo de avaliação de desempenho dos projetos para atribuição do prémio de realização.
- **Assistência Técnica:**
 - **Alteração ao Regulamento de Execução da Assistência Técnica**, aprovada por consulta escrita em 13 de novembro de 2014 – possibilita que sejam objeto de financiamento no Eixo VI “Assistência Técnica” do COMPETE, as despesas relativas às fases de planeamento e arranque do novo período de programação de 2014-2020 do PO Competitividade e Internacionalização, nomeadamente a elaboração de planos de ação, a realização de ações de informação e comunicação, de desenvolvimento e adaptação dos sistemas de informação e comunicação, de consultoria técnica e ainda as decorrentes das articulações funcionais das redes em que se verifique a participação do referido PO.
- **Investe QREN:**
 - **Despacho n.º 7896/2014, de 18 de junho** – atualiza as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 2.ª tranche do empréstimo-quadro (EQ) do Banco Europeu de Investimento (BEI), contratado para o financiamento de projetos aprovados, com vista a potenciar o seu efeito e, assim, conceder um maior estímulo ao relançamento do investimento produtivo e ao relançamento da atividade económica.

Por fim, relativamente a alterações ao [modelo de governação](#):

- **Despacho n.º 2708/2014, de 19 de fevereiro de 2014** - Subdelega competências nas Vogais Executivas da comissão diretiva do COMPETE.
- **Despacho n.º 3303/2014, de 28 de fevereiro de 2014** – nomeia o secretário técnico responsável pela área de sistemas de informação e comunicação COMPETE.

2.4.3. Manuais de Procedimentos

O [Manual de Procedimentos do COMPETE](#), sendo um documento pragmático de carácter instrumental, procura integrar e consubstanciar, na medida do possível, o essencial de outros documentos de natureza e alcance variados (normativos, orientações técnicas e de gestão, guias e referenciais...), muitas vezes elaborados de forma autónoma para responder com oportunidade a necessidades de informação específicas e contextualizadas, mas que acabam por concorrer para a prossecução do mesmo objetivo: assegurar uma gestão eficaz dos fundos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e de acordo com as disposições regulamentares.

Este Manual é um documento de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção.

Uma vez que os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas, que assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade “Factores de Competitividade”, são executados não só através do respetivo Programa Operacional Temático, mas também pela via dos Programas Operacionais Regionais, foi igualmente criado um [Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos \(SIQREN\)](#).

Pese embora no ano de 2013 ambos os Manuais (COMPETE e SIQREN) não tenham sido objeto de atualização formal e ou sujeitos a revisões específicas, dada a fase final do ciclo de programação do QREN, foi considerado oportuno, no decurso do ano de 2014, proceder à sua atualização para efeitos de consolidação de todas as matérias cuja dinâmica proveniente das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos se revelou convergente com a estratégia definida para o Programa.

O ano de 2014 é assim marcado pela atualização, no 2º semestre de 2014, dos dois Manuais de aplicação ao programa (COMPETE e SIQREN), tendo dado origem à versão 6 do Manual COMPETE e à versão 5 do Manual SIQREN.

Assim, a sexta versão do [Manual de Procedimentos do COMPETE](#), datada de 30 Setembro de 2014, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 21 de novembro de 2014, contemplou no essencial as seguintes matérias:

- Atualização legislativa do Regulamento do SI Qualificação PME, aprovado pela Portaria n.º 369/2012, de 6 de novembro;
- Atualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, para contemplar no ponto 7.3 – Verificações de Gestão – Administrativas e no Local as alterações introduzidas pelas seguintes Orientações de Gestão:
 - 2ª revisão da Orientação de Gestão relativa aos procedimentos de verificações de gestão para todos os projetos apoiados pelo COMPETE (OG n.º 02/REV2/POFC/2013, de 22 de novembro);
 - as 2ª e 3ª revisões da Orientação de Gestão relativa aos procedimentos de contratação pública (OG n.º 04/REV2/POFC/2014, de 21 de janeiro e OG n.º 04/REV3/POFC/2014, de 18 de julho);
- Atualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, para contemplar no ponto 7.4 – Pagamentos a Beneficiários as alterações introduzidas pelas Orientações de Gestão relativas às diversas Normas de Pagamentos (OG n.º 04.REV3/2012, de 22 de novembro – SIQREN; OG n.º 05.REV3/2014, de 30 de setembro – Vale I&DT e Vale Inovação; OG n.º 01.REV2/POFC/2013, de 19 de março – Sistemas de Apoio);
- Atualização do Capítulo 11 – Recuperações e Irregularidades.

Quanto ao [Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN](#), a quinta versão datada de 30 de Setembro de 2014, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 24 de outubro de 2014, contemplou no essencial as seguintes alterações:

- Atualização legislativa do Regulamento do SI Qualificação PME, aprovado pela Portaria n.º 369/2012, de 6 de novembro;
- Atualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, para contemplar no ponto 7.3 – Verificações de Gestão – Administrativas e no Local as alterações introduzidas pela 2ª revisão da Orientação de Gestão relativa aos procedimentos de verificações de gestão (OG n.º 02/REV2/POFC/2013, de 22 de novembro);
- Atualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, para contemplar no ponto 7.4 – Pagamentos a Beneficiários as alterações introduzidas pelas Orientações de Gestão relativas às seguintes Normas de Pagamentos da Rede SI QREN (OG n.º 04.REV3/2012, de 22 de novembro – SIQREN; OG n.º 05.REV3/2014, de 30 de setembro – Vale I&DT e Vale Inovação).

2.4.4. Orientações Técnicas e de Gestão

As Orientações de Gestão (OG) e as Orientações Técnicas (OT) visam clarificar alguns aspetos de natureza técnica e de gestão do Programa, contribuindo para uma melhor perceção dos instrumentos de apoio. No caso das Orientações de Gestão e Técnicas referentes aos Sistemas de Incentivos, as mesmas foram elaboradas, como habitual, em articulação com os PO Regionais, no âmbito da Rede Sistemas de Incentivos.

| 99

Em 2014, foram publicadas as seguintes **Orientações de Gestão (OG)**:

- **Orientação de Gestão n.º 14/2014:** estabelece, para os projetos do SI I&DT e SI Qualificação PME, os procedimentos a adotar sempre que na fase de encerramento do projeto (avaliação efetuada com os dados do ano pós-projeto) o indicador de Intensidade Exportadora assuma valores inferiores aos aprovados ou aos limiares estabelecidos nos Avisos de Concurso.
- **Orientação de Gestão n.º 15/2014:** estabelece, para os Sistemas de Incentivos, os procedimentos a adotar nas situações em que a pontuação associada ao recálculo do mérito do projeto, efetuado em sede de avaliação no pós-projeto, se revele inferior ao limiar de seleção que determinou a seleção das candidaturas para o Aviso/Fase.
- **Orientação de Gestão n.º 16/2014:** determina que, para efeitos do cumprimento do disposto no Ponto 3 do AAC n.º 03/SI/2010 – SI Qualificação de PME – Projetos Individuais – Solar Térmico, que prevê a emissão de parecer final sobre o relatório de execução final de cada candidatura aprovada, por parte da Comissão de Avaliação Técnica, não existindo o referido parecer, os Organismos Intermédios assumem a responsabilidade pelas verificações necessárias que confirmem o cumprimento das condições específicas de elegibilidade, nomeadamente, através de visitas físicas ao local, para cada candidatura aprovada.
- **Orientação de Gestão n.º 04.REV3/POFC/2014:** revê a Orientação de Gestão n.º 04/POFC, relativa aos procedimentos a adotar na verificação do cumprimento das regras de contratação pública, a aplicar pela Autoridade de Gestão e por todos os organismos intermédios com funções delegadas no âmbito do COMPETE, no sentido de atualizar o Anexo VI relativo às novas orientações para a determinação das correções financeiras a introduzir nas despesas financiadas pela União, em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos.
- **Orientação de Gestão n.º 05.REV3/2014:** terceira revisão da Orientação de Gestão n.º 5/2008, relativa à norma de pagamentos para os projetos simplificados (vales), que altera, para os projetos com Termo de Aceitação assinado com data posterior a 16 de outubro de 2013, a modalidade de apresentação de pedidos de pagamento (passando, no caso da modalidade B, da apresentação até dois pagamentos a Título de Adiantamento Contra Fatura e/ou a Título de Reembolso Intercalar (PTA e/ou PTRI), para a apresentação de um PTA-Fatura ou de PTRI);

- **Orientação de Gestão n.º 17/2014:** estabelece que, para efeitos do cumprimento da condição de elegibilidade que impõe a existência de uma percentagem mínima de capitais próprios no financiamento dos projetos, são considerados como capitais próprios do projeto, os resultados líquidos gerados pela empresa e retidos durante o período da sua realização.

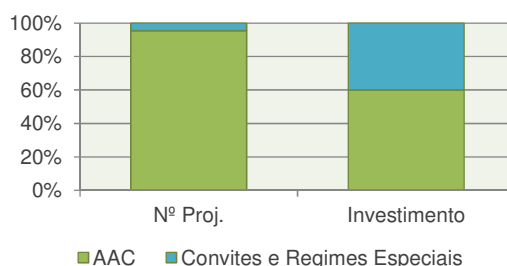
Em 2014 não foram publicadas **Orientações Técnicas (OT)**.

2.4.5. Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas

A apresentação de candidaturas ao COMPETE efetua-se, em regra, mediante a publicação de **Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC)**, nos quais são identificados, entre outros, os objetivos, prioridades e tipologias dos projetos a apoiar, a metodologia de apuramento do mérito, o âmbito territorial, o orçamento disponível e a data-limite de comunicação da decisão aos promotores. Esta opção confere maior visibilidade às regras dos concursos, contribuindo para aumentar o grau de transparência do Programa, permitindo uma maior eficiência no processo de análise e decisão e contribuindo para uma maior previsibilidade e controlo dos resultados das candidaturas por parte dos agentes económicos.

Constituem exceções, à apresentação de candidaturas através de AAC, os projetos especiais (projetos do Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional no âmbito do SI I&DT e do SI Inovação) e os convites realizados no âmbito do SAESCTN, SAMA e SIAC. No caso do SAFPRI, a seleção dos intermediários financeiros dos Instrumentos de Engenharia Financeira realiza-se através de procedimento concursal (e.g. FCR e BA) ou através de divulgação ampla do Instrumento e abertura a qualquer intermediário financeiro interessado (e.g.: linhas de crédito), sendo posteriormente endereçado convite à entidade Gestora do instrumento em causa para a apresentação de candidatura, ao COMPETE.

Gráfico 2.60: Candidaturas Rececionadas por AAC e por Convite ou Regimes Especiais, 2007-2014



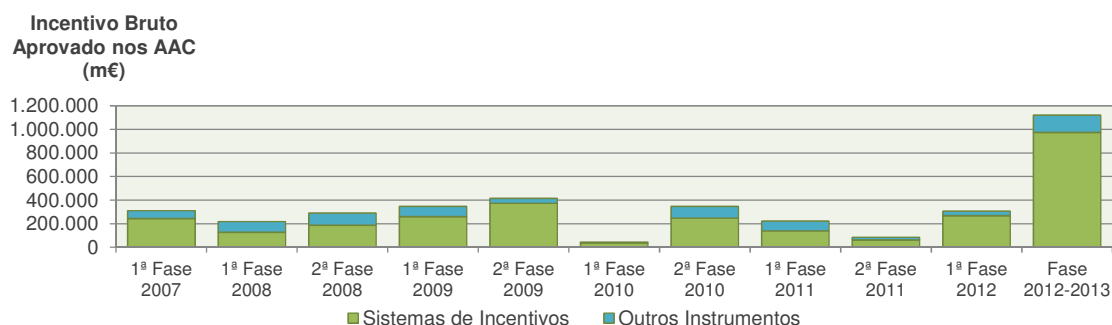
Nota: O valor de incentivo não exclui os projetos anulados. Fonte: SI QREN.

Verifica-se que 96% das candidaturas foram rececionadas no âmbito de Concursos.

No entanto, dado a sua maior dimensão média, as candidaturas rececionadas através de regimes especiais (projetos especiais do SI Inovação e SI I&DT) e convites representam cerca de 40% do investimento rececionado.

Analisando o volume de incentivo aprovado por fase de concurso (semestre de lançamento dos concursos), conclui-se que os últimos concursos lançados em 2012 e 2013 (que assumiram a forma de fases sucessivas com regras e dotação orçamental únicas e segundo um calendário previamente definido) registaram uma elevada procura, tendo concentrado o maior volume de incentivo aprovado.

Gráfico 2.61: Incentivo bruto aprovado nos AAC, por fase de lançamento (semestre), 2007-2014



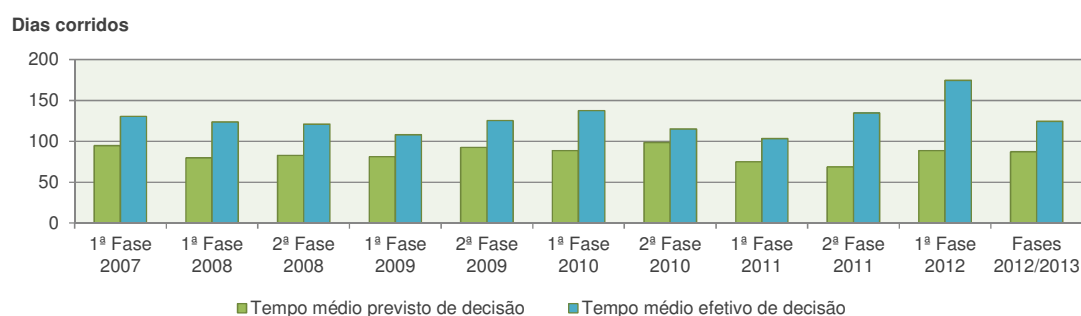
Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. O valor de incentivo não exclui os projetos anulados.

Fonte: SI QREN

Quanto aos **tempos de análise**, verifica-se que, desde a data de fecho dos concursos, a comunicação da decisão ao promotor demorou, em média, 90 dias úteis, o que, face à média dos prazos regularmente definidos, corresponde a um desvio médio de 29 dias úteis.

Relativamente aos concursos decididos em 2013 e 2014 (concursos em contínuo 2012/2013), registou-se uma elevada redução dos tempos efetivos de decisão.

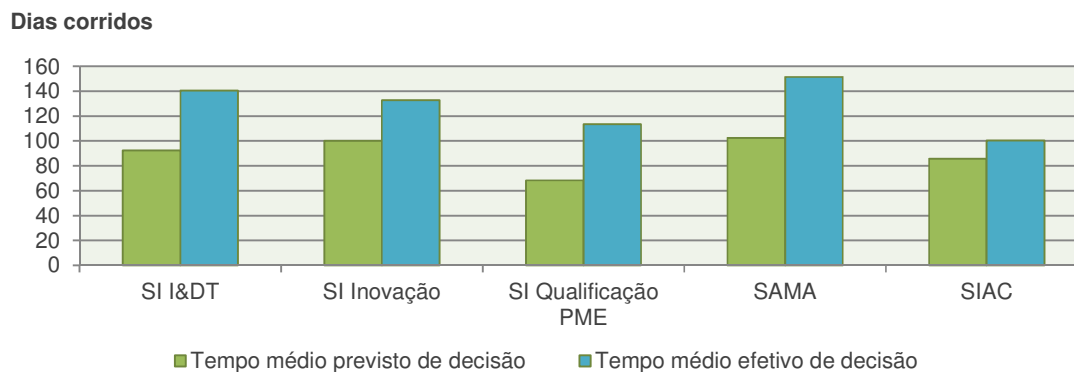
Gráfico 2.62: Tempos Médios de Comunicação da Decisão ao Promotor por Fase de Concurso, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

A análise por instrumento de apoio revela que se regista um nível mais elevado de cumprimento dos prazos no âmbito do SIAC e do SI Inovação.

Gráfico 2.63: Tempos Médios de Comunicação da Decisão ao Promotor dos Projetos por Instrumento, 2007-2014



Fonte: SI POF.

2.5 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, não foram identificadas, até final de 2014, situações enquadráveis no n.º 1 do artigo referido, ou seja, não foram verificadas alterações substanciais das condições de atribuição da comparticipação às operações, no que respeita à sua durabilidade.

2.6 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS

2.6.1 Complementaridade com outros Programas

Como foi explicitado no ponto 1, o modelo de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, acompanhamento e avaliação, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho.

De seguida, explicitam-se as principais atividades de articulação e complementaridade com as organizações externas.

PO REGIONAIS DO CONTINENTE E REDE SISTEMAS DE INCENTIVOS

Para os objetivos de natureza estratégica definidos na Agenda da Competitividade concorrem, não só o COMPETE, mas também os PO Regionais, sendo que, estes últimos se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução dos referidos objetivos à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

| 103

De acordo com o modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, os apoios previstos nos Sistemas de Incentivos às empresas são decididos a nível nacional ou a nível regional, salvo algumas exceções, de acordo com os seguintes critérios:

- **Gestão nacional** – projetos promovidos por médias e grandes empresas e projetos com investimento em mais do que uma Região de Convergência;
- **Gestão regional** – projetos promovidos por micro e pequenas empresas.

Tabela 2.45: Articulação entre o COMPETE e os PO Regionais

Tipologia de Projeto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Projetos Mobilizadores	Todos os projetos	-
SI I&DT – Projetos de I&DT Individuais		
SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT		
SI I&DT – Projetos Demonstradores	Promovido por Médias empresas e empresas não PME;	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Vale I&DT	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	
SI Qualificação PME – Proj. Individual e em Cooperação		
SI Qualificação PME – Vale Inovação		
SI Inovação - Inovação Produtiva		
SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;		
SI I&DT – I&DT Coletiva	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência
SI Qualificação PME - Projetos Conjuntos		

Fonte: SI POFC.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projeto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efetuado conforme se apresenta na Tabela seguinte. Note-se que, por acordo expresso entre as Autoridades de Gestão, poderão verificar-se situações de exceção ao princípio de afetação de micro e

pequenas empresas situadas nas regiões de Convergência, podendo os projetos ser afetos, nas situações acordadas, ao PO Temático.

O modelo de governação do QREN integra a [Rede Sistemas de Incentivos QREN](#), constituída pelas Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente e pelos Organismos Intermédios, que tem como objetivo analisar e decidir sobre os vários aspetos relacionados com a gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas, assegurando-se deste modo a devida articulação e coordenação.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de outubro, é a Autoridade de Gestão do COMPETE que assegura a gestão coordenada desta Rede. No âmbito desta competência, cabe ao Secretariado Técnico do COMPETE a produção de informação relevante para reflexão conjunta (nomeadamente para definição de orientações de gestão e técnicas), assegurar a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Seleção (preparando a informação de suporte relativa a todos os projetos a apreciar e outros pontos de situação relevantes), bem como o papel de *pivot* na circulação da informação, incluindo convocatórias e atas das referidas reuniões. A AG COMPETE centraliza, igualmente, a comunicação ao IFDR dos apoios de *minimis* concedidos no âmbito de todos os Programas Operacionais da Rede Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão tem ainda um papel central na atualização do [Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN](#), tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa (conforme ponto 2.4.3).

Em termos de [comunicação](#), destaca-se a existência de uma entrada no portal do COMPETE dedicada exclusivamente aos Sistemas de Incentivos, que uniformiza toda a informação relativa a estes instrumentos e constitui uma porta única de contacto com o público e com os potenciais promotores, independentemente da sua tipologia de investimento e do seu enquadramento nos diferentes PO.

De salientar, ainda, o papel da AG COMPETE no desenvolvimento do [Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN \(SI QREN\)](#), que assegura a devida transmissão de informação entre os promotores, Organismos Intermédios e Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais do Continente). No atual modelo de gestão partilhada dos Sistemas de Incentivos, o Sistema de Informação constitui um elemento indispensável para a coordenação, gestão e avaliação global da Agenda da Competitividade.

PRODER - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Em 2008, foi assinado um [protocolo](#) entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, com vista a articular as intervenções do FEADER e do FEDER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas.

Este protocolo definiu as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a atividades das CAE do setor agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza, onde poderiam existir dúvidas relativamente ao enquadramento.

Das várias formas de articulação previstas, nomeadamente a troca de informações entre Autoridades de Gestão sobre projetos ou empresas, salienta-se a colaboração ao nível dos projetos âncora das [Estratégias de Eficiência Coletiva](#) – tipologia *Clusters* (ver o ponto

[Estratégias de Eficiência Coletiva](#)), consubstanciada nos contributos para os pontos de situação semestrais elaborados pelas entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters.

Salienta-se ainda a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, na [Comissão de Acompanhamento do COMPETE](#), a fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos dois Fundos.

PO POTENCIAL HUMANO

A Agenda Temática Fatores de Competitividade (operacionalizada pelo COMPETE e POR do Continente), financiada através do FEDER, e a Agenda Temática Potencial Humano (POPH), financiada pelo FSE, integram, nos respetivos textos dos Programas, um conjunto de linhas de natureza geral e específica, que não só delimitam o âmbito e a natureza da intervenção de cada um, como também preveem a instituição de mecanismos de articulação regular entre as respetivas Autoridades de Gestão, designadamente ao nível da troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projetos com desígnios comuns entre as duas Agendas.

Embora os respetivos objetivos nucleares correspondam, no geral, a domínios de intervenção perfeitamente exclusivos, o COMPETE e o POPH acabam por integrar medidas que, de forma direta ou indireta, concorrem para a prossecução de objetivos comuns (os primeiros centrados no apoio à melhoria da competitividade empresarial e os segundos vocacionados para o apoio à qualificação da população).

Tabela 2.46: Articulação entre o COMPETE e o POPH

ARTICULAÇÃO		
Tipologia de Intervenção	PO PH	COMPETE
Formação Inovação e Gestão	Formação contínua dos ativos	Formação inserida em projetos empresariais (projetos de investimento FEDER)
Formação-Ação	Vertente maioritariamente formação	-
Inserção de Trabalhadores	Emprego científico	Emprego inserido em estratégias empresariais (projetos de investimento FEDER) Formação para a gestão e inovação associada a estratégias de investimento empresarial*
Empreendedorismo	Empreendedorismo de necessidade	Empreendedorismo qualificado de natureza competitiva
Formação Administração Pública	Dimensão Formação Profissional	Formação incluída em projetos integrados (projetos de Investimento FEDER)
COMPLEMENTARIDADE		
Tipologia de Intervenção	PO PH	
Estratégias de Eficiência Coletiva (COMPETE)	Desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica e oferta de formação de dupla certificação	
	Reconhecimento, validação e certificação de competências	
	Formação-ação, formação para a inovação e gestão	
	Formação avançada, inserção de mestres e doutores nas empresas	

Nota: * Alteração resultante da reprogramação do QREN. Fonte: Protocolo COMPETE/POPH (Anexo I)

Assim, com vista a delimitar as respetivas intervenções, foi assinado, a 27 de fevereiro de 2009, um [protocolo de articulação](#) específico entre o COMPETE e o POPH, que estabelece os domínios de articulação e complementaridade ao nível da intervenção de cada um dos PO.

Nos termos do Protocolo, as Autoridades de Gestão poderão:

- Trocar informações no que respeita a:
 - Avisos de Abertura de períodos de candidaturas ou concursos, designadamente no que respeita a tipologias de projetos e tipologias de beneficiários;
 - Candidaturas propostas para aprovação;
 - Decisões de aprovação, incluindo os montantes de investimento e de incentivos a conceder (após a comunicação da decisão aos respetivos beneficiários);
 - Resultados de ações de controlo interno, caso integrem conclusões que indiquem potenciais sobreposições de despesa e/ou projetos;
 - Outras informações que vierem a ser consideradas como relevantes para os propósitos estabelecidos, designadamente em termos da coerência dos apoios concedidos em relação aos objetivos estratégicos comuns em cada uma das tipologias de apoio previstas.

- Quando estiverem em causa projetos de Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC):
 - Implementar um procedimento de consulta para aferição de enquadramento no POPH;
 - Trocar informações no que respeita a candidaturas entradas, decisões de aprovação e resultados do acompanhamento e avaliação da implementação das EEC.

No ano em análise, a articulação entre as Autoridades de Gestão do COMPETE e do POPH consubstanciou-se no envio regular de [informação sobre os projetos apoiados](#).

| 107

Do cruzamento dessa informação, conclui-se que existem, no final do ano, 622 empresas com projetos aprovados nos Sistemas de Incentivos (excluindo participações em projetos conjuntos) e com projetos de formação financiados através do POPH, representando cerca de 34% das empresas apoiadas no COMPETE.

O incentivo concedido pelo Programa a estas empresas foi de 852 milhões de euros, dos quais 5,8 milhões de euros destinados ao financiamento de atividades de formação. Para as mesmas empresas, o PO PH atribuiu um incentivo de 36,1 milhões de euros, a projetos com o envolvimento de cerca de 211 mil formandos.

No que se refere ao investimento empresarial, por setor de atividade, salienta-se a relevância dos projetos de empresas do setor da Indústria.

Tabela 2.47: Empresas com projetos aprovados no COMPETE e no POPH por Setor de Atividade, 2007-2014

Unid: Mil euros

Setor de Atividade	N.º Empresas	COMPETE				POPH	
		Total		Componente Formação		Invest. Elegível	Incentivo
		Invest. Elegível	Incentivo	Invest. Elegível	Incentivo		
Indústria	483	2.023.040	751.905	9.014	5.209	64.607	28.546
Serviços	41	121.467	63.094	235	142	9.496	3.694
Turismo	7	58.481	20.150	123	74	497	236
Comércio	46	18.217	8.893	163	117	4.069	1.990
Construção	31	10.707	5.324	326	206	2.483	1.153
Transportes	13	5.887	2.774	4	2	1.131	522
Outros sectores	1	163	74	17	13	64	27
Total Geral	622	2.237.962	852.214	9.881	5.763	82.348	36.166

Fonte: POFC e POPH

Para garantir a boa articulação entre os Programas, o POPH tem assento na [Comissão de Acompanhamento](#) do COMPETE e vice-versa, nos termos dos respetivos Regulamentos Internos.

2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira

Não se efetuaram, em 2014, no âmbito do COMPETE, quaisquer ações relativas às iniciativas JEREMIE e JESSICA.

Os Instrumentos de Engenharia Financeira são operacionalizados no âmbito do Eixo III – Financiamento e Partilha de Risco (ver ponto 3.3).

| 108

2.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

2.7.1. Acompanhamento

AUTORIDADE DE GESTÃO

Ao nível da Autoridade de Gestão, o sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE tem como objetivo compreender as diferentes fases do ciclo de vida dos projetos e do Programa, identificar e corrigir eventuais desvios e evidenciar resultados, permitindo introduzir as melhorias necessárias a uma implementação mais eficaz e eficiente.

À semelhança dos anos anteriores, em 2014, foram elaborados, por parte do Secretariado Técnico do COMPETE, diversos [pontos de situação periódicos](#) e outros apuramentos de interesse para a Autoridade de Gestão, bem como para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), sendo de destacar:

- Ponto de Situação do Programa COMPETE;
- Ponto de Situação da Agenda da Competitividade;
- Ponto de Situação dos Pedidos de Pagamento Pendentes dos Beneficiários;
- Ponto de Situação dos Reembolsos;
- Ponto de Situação dos Projetos do Regime Especial;
- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Pontos de Situação Temáticos;
- Ponto de Situação da Execução e de Encerramentos;
- Resumo de projetos aprovados, com previsão de resultados, após as Comissões de Seleção.

O ano de 2014 ficou marcado pela colaboração do COMPETE na preparação do Portugal 2020, em especial do texto do [Programa Operacional “Competitividade e Internacionalização” \(POCI\)](#), aprovado pela Comissão Europeia em dezembro.

Caixa 3: Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

O Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (PO CI) tem como finalidade contribuir para a criação de uma economia mais competitiva, baseada em atividades intensivas em conhecimento, na aposta em bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas portuguesas, em especial das PME, promovendo, igualmente, a redução de custos associada a uma maior eficiência dos serviços públicos e à melhoria dos transportes e sua integração nas redes transeuropeias.

Integrado no Portugal 2020, o ciclo de programação dos fundos estruturais para os anos 2014-2020, engloba um volume de fundos comunitários (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) de 4,4 mil milhões de euros a que acresce a contrapartida nacional (pública e privada).

O PO CI está orientado para as regiões menos desenvolvidas do Continente – Norte, Centro e Alentejo (sendo de abrangência nacional no caso das operações a financiar através do Fundo de Coesão). É complementado pelos Programas Operacionais Regionais do Continente, com os quais forma uma rede bem articulada, através da qual são colocados no terreno instrumentos de política pública com regras e objetivos comuns, direcionados para a competitividade das regiões e da economia do país.

Fonte: Texto do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, dezembro de 2014.

| 109

Manteve-se, igualmente, a participação do COMPETE no Grupo de Trabalho (que integra representantes do IAPMEI, FCT e ANI), para a elaboração da [Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente \(RIS3\)](#), que veio a ser aprovada, em dezembro de 2014, por despacho conjunto dos secretários de Estado de Desenvolvimento Regional, da Inovação, Investimento e Competitividade e da Ciência. A RIS3 identifica os “domínios onde o Portugal e os seus territórios demonstram ter vantagens, permitindo canalizar recursos para esses domínios, visando a alteração qualitativa do tecido económico, potenciando as oportunidades e os contributos das regiões, em direção a uma economia mais competitiva, criativa e internacionalizada, que aposte em bens e serviços transacionáveis e de maior valor acrescentado e a uma economia mais verde e que dê resposta aos atuais e futuros desafios do país” e constituiu uma condicionalidade *ex-ante* do Acordo de Parceria e do POCI.

COMISSÃO DIRETIVA

Tal como explicitado no Capítulo 1, a Comissão Diretiva integra a Autoridade de Gestão do COMPETE, sendo constituída por três elementos: o gestor que preside e dois vogais. Durante o ano de 2014, após a saída do Presidente (Franquelim Alves), em janeiro, as competências da Comissão Diretiva foram asseguradas pelas duas vogais executivas, Isabel Matalonga e Piedade Valente

Em 2014, no quadro das suas competências, a Comissão Diretiva do COMPETE reuniu formalmente 40 vezes, tendo na agenda diversos assuntos de gestão corrente e estratégica da Autoridade de Gestão, decorrentes da atual fase de execução do Programa. Foram ainda

tomadas decisões de financiamento sobre projetos dos últimos concursos, nomeadamente relativos às últimas fases dos concursos em contínuo de 2012/2013 relativos aos sistemas de incentivos, bem como sobre as últimas candidaturas ao COMPETE submetidas no âmbito de Convites ou de tipologias de projetos com candidatura em regime contínuo.

No âmbito das competências atribuídas, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, a Comissão Directiva tem vindo ainda a assegurar a boa gestão financeira do Programa e a coordenação da sua gestão estratégica e operacional.

Por último, nota-se que, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e à semelhança do procedimento adotado na transferência do QCA III (2000-2006), as atribuições, direitos e obrigações do COMPETE foram assumidas pela Autoridade de Gestão do COMPETE 2020, por extinção da Autoridade de Gestão do COMPETE, conforme Despacho n.º 5579/2015 de 27 de maio de 2015, passando consequentemente as competências da Comissão Directiva a ser asseguradas pela Comissão Directiva do novo Programa.

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO

Em 31 de julho de 2009, a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com exceção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois Organismos Intermédios - a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), dado a IGF ter emitido um parecer que incluiu uma reserva sobre os sistemas de gestão e controlo desses organismos intermédios, por considerar existirem insuficiências relevantes em elementos-chave, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e suportes metodológicos às verificações de gestão.

Com base na avaliação da IGF, a Comissão Europeia veio, finalmente a 20 de setembro de 2010, considerar que os documentos apresentados eram aceitáveis, bem como que a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, relativa aos dois Organismos Intermédios em causa, cumpria o disposto nos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Neste contexto e estando reunidas, no último trimestre de 2010, as condições relativas à conformidade integral dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, tal como reportado

no ano de 2011, o ano de 2014, à semelhança do ano transato, foi essencialmente marcado pelo acompanhamento da eficácia do seu funcionamento.

Na sequência de solicitação expressa da IGF, no quadro da preparação do Relatório Anual de Controlo, nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009 de 1 de setembro, a AD&C, enquanto organismo responsável pela coordenação, gestão e monitorização financeira do FEDER e do Fundo de Coesão, solicitou à Autoridade de Gestão a atualização da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE.

No âmbito deste processo, em setembro de 2014, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE foi objeto de atualização, visando assegurar que as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, após a data de reporte da última atualização da descrição (30 de setembro de 2013), são integradas numa versão atualizada da mesma, cujo conteúdo é adequadamente ponderado no Relatório Anual da IGF.

Neste sentido foi elaborada, pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a versão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE reportada a 30 setembro de 2014, tendo a mesma sido aprovada na reunião da Comissão Diretiva de 4 de novembro do mesmo ano.

Esta [versão atualizada da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE](#) visou:

- Identificar as alterações ocorridas no ponto 2.2 relativa à Organização da Autoridade de Gestão respeitante à organização e composição da estrutura de gestão, quer nominativa, quer quantitativa quer qualitativa;
- Atualizar o ponto 2.2.4 Verificação das operações para contemplar
 - as alterações introduzidas pela 2ª revisão da Orientação de Gestão relativa aos procedimentos de Verificação de despesa para todos os projetos apoiados pelo COMPETE, designadamente a eliminação dos documentos de quitação;
 - que as verificações físicas realizadas em sede de encerramento contribuem, para além das que decorrem do plano anual, para a avaliação da representatividade das verificações no local no âmbito do Programa;
 - alguns ajustamentos aos procedimentos assegurados pela AG no âmbito das verificações de gestão do Eixo III (SAFPRI) bem como a supressão das referências às verificações de gestão realizadas pela Sociedade Gestora do FINOVA e pelos intermediários financeiros dos instrumentos, tendo em conta a abrangência e amplitude das verificações de gestão atualmente realizadas pela AG;
- Contemplar a aprovação do Referencial sobre Normas aplicáveis no domínio do Ambiente bem como as alterações introduzidas pelas revisões (2ª e 3ª) da Orientação de Gestão relativa à

Contratação Pública ambos constantes do ponto 2.4. Concursos públicos, auxílios estatais, igualdade oportunidades e regras ambientais;

- Atualizar o ponto 2.2.5. Tratamento dos pedidos de reembolso para contemplar as alterações introduzidas pelas revisões (2ª e 3ª) da Norma de Pagamento dos Projetos Vale I&DT e Vale Inovação do Sistemas de Incentivos QREN;
- Especificar as modificações operadas nas estruturas dos Organismos Intermédios, constantes do ponto 3. Organismos Intermédios, nomeadamente ao nível da atribuição de funções, nas competências, mas valências e na afetação de técnicos às estruturas responsáveis pelo exercício das funções delegadas;
- Atualizar a evolução registada ao nível do enquadramento normativo nacional e comunitário, da revisão dos regulamentos específicos e das orientações prestadas às Autoridades de Gestão e aos Organismos Intermédios.

De acordo com o [Relatório Anual da IGF](#), respeitante ao Sistema Comum 1, que integra o COMPETE e os Programas Operacionais Regionais do Continente e Regiões Autónomas, emitido em dezembro de 2014, as atualizações dos Sistemas de Gestão e Controlo das autoridades de gestão, entre as quais a do COMPETE, por corresponderem, nuns casos, a uma clarificação e atualizações dos normativos de referência, incluindo ao nível do suporte legal à intervenção e organização dos respetivos intervenientes, noutros casos, à introdução de novos procedimentos de gestão e controlo em razão de recomendações formuladas, em especial pela IGF e pela CE, mereceram o acordo da IGF por corresponderem a alterações regulamentarmente admissíveis sem impacto significativo nos sistemas de gestão e controlo do Sistema Comum 1.

A IGF reiterou, face ao ano transato, a salvaguarda relativamente à introdução de procedimentos de simplificação, os quais embora legalmente admissíveis, aumentam o risco de ocorrência de despesas irregulares com dificuldade de recuperação dos recursos financeiros aplicados.

CONTROLO INTERNO

A conceção do modelo de controlo interno e a sua implementação pela Autoridade de Gestão, tal como decorre da alínea v) do n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de abril e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado

Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão - a **área Gestão e Controlo Interno** que, com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correção.

Neste sentido é conferida, à área Gestão e Controlo Interno, a missão de conceber, desenvolver e implementar um **sistema de controlo interno** que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona de forma eficaz, bem como prevenir e detetar as situações de irregularidades, tendo em vista a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objetivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN.

Assumem-se assim como principais objetivos estratégicos e operacionais para esta área:

Caixa 4: Objetivos da Área de Gestão e Controlo Interno

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Apoiar a Comissão Diretiva do Programa no exercício das suas funções através da disponibilização de informação oportuna e fiável tendo em vista minimizar os riscos de deteção de irregularidades, assegurando a sua prevenção e deteção tempestivas.

OBJECTIVO OPERACIONAL

- Identificar e avaliar os fatores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respetivas atividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema, a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- Assegurar que são efetuadas auditorias de controlo interno em projetos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas corretivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projetos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os Organismos Intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das atividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as atividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo baseia-se na existência de **auditorias internas**, em princípio com periodicidade anual, selecionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- A avaliação do risco a efetuar pela autoridade de auditoria (IGF);
- A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas (AD&C);
- Promover a melhoria evolutiva da gestão do Programa.

| 114

Face ao atraso verificado na execução das ações de controlo interno dos anos anteriores, o qual se deveu no essencial aos processos morosos de contratação de serviços externos, foi considerado fundamental orientar o ano de 2014 e 2015 para o acompanhamento muito estreito das auditorias previstas nos Planos de Controlo Interno de 2010, 2011, 2012/2013 e 2014/2015.

PLANO DE 2010

De acordo com o plano aprovado em 2010 foram realizadas ações de controlo a 30 operações, todas elas com recurso a auditores externos, das quais 21 operações no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

O trabalho de campo junto da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e dos Beneficiários ocorreu entre dezembro de 2010 e o 1.º trimestre de 2011.

Com vista a garantir a qualidade dos trabalhos foi efetuado o acompanhamento destas auditorias pela área de Gestão e Controlo Interno do COMPETE.

Até ao final do ano de 2014 foram aprovados pela Autoridade de Gestão todos os relatórios finais de auditoria das 30 operações selecionadas no âmbito deste plano pertencentes às seguintes dimensões: Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios (21 operações), Controlo Interno das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão (8 operações) e Controlo Específico sobre determinados Projetos/Operações (1 operação).

Os relatórios finais de auditoria incluem o processo de audiência prévia da estrutura de gestão envolvida (AG/OI) e/ou beneficiário.

Dos resultados apurados no âmbito do Plano de Controlo Interno de 2010 destacam-se a emissão de um conjunto de recomendações dirigidas aos Organismos Intermédios e Beneficiários bem como a deteção de consequências financeiras, as quais se traduzem no apuramento de uma taxa de erro global na ordem dos 1,63% (influenciada pelo erro apurado no controlo específico de uma operação integrada no Plano como uma operação de risco),

correspondendo 1,37% à taxa de erro apurada no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

Tabela 2.48: Consequências Financeiras apuradas nas Operações com Relatório Final de Auditoria, Plano Controlo Interno 2010

CONTROLO INTERNO 2010						Unid: Mil Euros
Ano	Âmbito	Dimensão	N.º Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2010	Plano Anual	Supervisão OI	21	12.156	167	1,37%
		Controlo Específico	1	215	87	40,47%
		Controlo AG	8	4.292	18	0,42%
Total			30	16.663	272	1.63%

Fonte: SIPOFC.

PLANO DE 2011

Este plano, aprovado pela Comissão Diretiva no final do ano de 2011, que envolve a realização de ações de controlo a 37 operações, das quais 21 operações no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios teve o seu início efetivo apenas no ano de 2013, atentos os constrangimentos decorrentes do procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de auditoria externa e respetivos despachos da tutela que lhe estiveram associados.

Até ao final do ano de 2014 foram aprovados pela Autoridade de Gestão 9 Relatórios Preliminares relativos à dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios. Os restantes relatórios encontram-se em fase final de validação pela Autoridade de Gestão, tendo em vista promover a conclusão de todo o processo (aprovação dos Relatórios Finais) durante o ano de 2015.

Salienta-se que à data da elaboração do presente Relatório já haviam sido aprovados pela AG todos os Relatórios Preliminares relativos à dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

PLANO DE 2012/2013

Este plano, aprovado pela Comissão Diretiva no início de 2013, envolve a realização de ações de controlo a 37 operações, das quais 21 operações no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

Também este plano de controlo esteve sujeito aos constrangimentos decorrentes do procedimento de contratação pública e respetivos despachos da tutela, que determinaram só

ter sido possível desencadear o procedimento de concurso público para aquisição de serviços de auditoria externa, através de publicação em Diário da República em 6 de novembro de 2013.

O contrato com a empresa de auditoria foi assinado em 28 de fevereiro de 2014.

O início dos trabalhos de campo estava perspetivado para o 2.º semestre de 2014, no entanto face aos trabalhos de auditoria relativos aos planos de controlo dos anos anteriores, que envolvem a mesma empresa de auditoria, não foi possível concretizar o seu início.

Face ao deslizamento dos trabalhos iniciais o ano de 2015 corresponderá necessariamente a um ano intenso de trabalho para se atingir o objetivo, já assumido no relatório de 2013, de apuramento global dos resultados finais destes controlos (aprovação de todos os Relatórios Finais).

PLANO DE 2014/15

O Plano de 2014/15, aprovado pela Comissão Diretiva no início de 2014, envolve a realização de ações de controlo a 16 operações representativas de todos os OI e tipologias de intervenção, das quais 12 operações no âmbito da Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

Estas ações de controlo, tal como aprovado, são efetuadas com recursos internos do COMPETE (área do Controlo Interno) e limitaram-se exclusivamente a verificações ao nível dos Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão (isto é não incluem verificações junto dos Beneficiários).

Pese embora, de acordo com o plano aprovado, as ações de controlo se encontrassem previstas para o decurso de 2014, não foi possível desviar os poucos recursos da área do controlo interno para a sua concretização integral, tendo-se registado apenas o início dos trabalhos de recolha de todos os elementos existentes nesta AG sobre as operações selecionadas.

Tendo em atenção que o processo de auditoria não se esgota com a aprovação dos Relatórios de Auditoria Finais, realça-se a inserção neste plano da dimensão acompanhamento das recomendações formuladas nos Relatórios de Auditoria Finais de projetos/operações sujeitos a controlos internos no âmbito dos Planos Anuais de Controlo Interno dos anos transatos.

Os resultados finais destes controlos sejam globalmente apurados no final do ano 2015.

Durante o 2.º semestre de 2014, a área do controlo interno desenvolveu ainda uma ação de controlo específica intitulada “[Ação de Controlo da Não Duplicação de Despesas para efeitos de Cofinanciamento](#)”, para as operações da AEP – Associação Empresarial de Portugal

aprovadas no âmbito do COMPETE, a qual culminou com a aprovação pela AG do COMPETE do respetivo relatório no início de 2015.

Esta ação desencadeada na sequência da validação do Relatório de Auditoria da operação n.º 5194 (selecionado no âmbito do Plano Anual de Controlo Interno de 2010), elaborado pela empresa de auditoria J. Rito, SROC, Lda. foi prévia à tomada de decisão final do respetivo relatório de auditoria, porquanto nele constava a seguinte constatação:

“O beneficiário dispõe de todos os documentos originais da amostra da auditoria em papel, mas sem a aposição do carimbo com menção ao código universal de projeto QREN, a taxa de imputação e a rubrica de investimento, conforme disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, atendendo a que dispõe de um sistema eletrónico de registo/contabilização dos documentos (faturas, recibos verdes, notas de despesa, etc.) denominado de Registo Eletrónico de Documentos (RED), onde se encontram digitalizados todos os documentos de modo a ficarem disponíveis para todos os utilizadores, sendo o carimbo colocado eletronicamente na cópia digitalizada, mas nunca no original.”

A ação específica focalizou-se nas despesas elegíveis dos projetos SIAC n.º 5194, 5738 e 4916, por se encontrarem em análise na AG os respetivos Relatórios de Auditoria de Controlo Interno (5194 e 5738) e o Relatório Técnico da Visita ao Local (4916), tendo sido efetuado um trabalho de cruzamento dos comprovantes de despesas desses projetos com os demais projetos da AEP. Este trabalho envolveu assim o controlo de 29 projetos que totalizam um montante global de despesa elegível de 29.420.529,74€.

O Relatório desta ação conclui-se que para os projetos n.º 5194, 5738 e 4916 **não foram detetados quaisquer indícios de duplicação de despesas**. Não obstante, foram detetadas algumas desconformidades com impacto financeiro marginal, sujeitas a regularização pela AG, Organismo Intermédio (AICEP) ou Beneficiário.

Por último importa referir que, atendendo ao reduzido número de técnicos afeto à área do GCI, e aos trabalhos que se encontram ainda por iniciar/encerrar relativamente aos planos anuais já referidos, é considerado fundamental orientar o ano 2015 para a conclusão de todos os Planos de Controlo Interno aprovados bem como para o acompanhamento das recomendações formuladas em todos os Relatórios de Auditoria Finais de projetos/operações sujeitos a controlos internos, à semelhança do previsto numa das dimensões do Plano de 2014.

PLANOS DE VERIFICAÇÃO NO LOCAL

Ainda no decorrer do 2.º semestre de 2014, a área do Controlo Interno, para efeitos do cumprimento da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, procedeu à

elaboração do [Plano Anual de Verificações no Local para 2014](#), aprovado pela Comissão Diretiva do COMPETE a 9 de fevereiro de 2015.

De acordo com o mesmo regulamento, cada Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do respetivo Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e em especial, verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços cofinanciados e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais em vigor.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 estabelece que as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, e comportam:

- [Verificações administrativas](#) relativamente a cada pedido de reembolso;
- [Verificações no local](#) de operações singulares.

Através da Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2013 de 22 de novembro, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi estabelecido um conjunto de [procedimentos de verificações de gestão](#) a ser adotado pela Autoridade de Gestão e/ou pelos Organismos Intermédios.

No que diz respeito às [verificações no local](#), a referida Orientação de Gestão prevê que as mesmas sejam efetuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão.

A implementação destas verificações fica evidenciada num instrumento específico totalmente informatizado designado [Relatório Técnico da Visita \(RTV\)](#) que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de verificação.

As verificações no local, tal como previstas no Plano Anual de 2014, a realizar pelos Organismos Intermédios, foram calendarizadas para o primeiro semestre de 2015, envolvendo um conjunto de 47 projetos: 22 do Eixo I, 19 do Eixo II, 1 do Eixo III, 1 do Eixo IV, 3 do Eixo V e 1 do Eixo VI do COMPETE.

Acresce ainda referir que, durante o ano de 2014, foi ainda efetuado, pela área do Controlo Interno do COMPETE, o [acompanhamento das verificações no local](#) que decorreram do Plano de Verificações no Local de 2013, e que envolveram uma amostra de 54 projetos (15 da AICEP, 14 da FCT, 13 do IAPMEI, 2 do TP, 2 da ANI, 2 da AMA, 1 da C. Viva e 5 do COMPETE), bem como das não concluídas relativas aos Planos de Verificações no Local de 2011 e 2012.

Durante o ano de 2014, todo o processo associado à realização das verificações no local, que culmina com a aprovação dos respetivos Relatórios Técnicos das Visitas (RTV) Definitivos, foi encerrado para 24 projetos (2 do Plano Anual de 2011, 11 do Plano Anual de 2012 e 11 do Plano Anual de 2013), encontrando-se nesta data em falta o encerramento do processo de 45 operações (2 do Plano Anual de 2012 e 43 do Plano Anual de 2013).

De salientar ainda que os Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão, no exercício das verificações de gestão, desencadearam igualmente ações de verificação no local, determinadas (âmbito) pelo acompanhamento da execução de projetos. No ano de 2014 foi concluído todo o processo associado à realização das verificações no local, selecionadas, até ao final de 2013, para acompanhamento e execução dos projetos. Estas verificações incidiram sobre 31 projetos.

Relativamente aos 35 projetos selecionados no âmbito de 2014, para acompanhamento da sua execução, apenas uma operação teve o seu processo concluído, tendo permanecido sem relatório final 34 operações. (28 operações da Ciência Viva, 3 da AICEP, 1 da ANI e 2 do SAFPRI).

Sintetiza-se seguidamente, o [ponto de situação das verificações no local](#) efetuadas no âmbito do COMPETE:

Tabela 2.49: Ponto de Situação Verificações no Local, 2007-2014

Ano	Âmbito	N.º Operações	N.º Operações c/RTV Definitivo		N.º de Operações s/RTV Definitivo
			Antes de 2014	Durante 2014	
2009	Plano Anual	5	5	0	0
2010	Plano Anual	19	19	0	0
	Acompanhamento da execução de projetos	19	2	17	0
2011	Plano Anual	34	32	2	0
	Acompanhamento da execução de projetos	1	1	0	0
2012	Plano Anual	42	29	11	2
	Acompanhamento da execução de projetos	3	3	0	0
2013	Plano Anual	54	0	11	43
	Acompanhamento da execução de projetos	7	3	4	0
2014	Plano Anual	47		A implementar em 2015	
	Acompanhamento da execução de projetos	35	0	1	34
Total		266 (*)	94	46	79

Nota: * inclui as 47 operações relativas ao plano anual de 2014 cuja implementação irá ocorrer em 2015. Fonte: SIPOFC.

Conclui-se assim que, no âmbito das 140 (94+46) verificações no local realizadas e concluídas até final de 2014, foi detetada uma taxa de erro global na ordem dos 0,132%.

Tabela 2.50: Consequências Financeiras das Verificações no Local com RTV Definitivo, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Ano	Âmbito	N.º Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2009	Plano Anual	5	139.261	31	0,022%
2010	Plano Anual	19	511.737	380	0,074%
	Acompanhamento	19	11	0	0,000%
2011	Plano Anual	34	352.044	831	0,236%
	Acompanhamento	1	3.192	2	0,063%
2012	Plano Anual	40	18.849	281	1,491%
	Acompanhamento	3	6.431	0	0,000%
2013	Plano Anual	11	98.787	0	0,000%
	Acompanhamento	7	11.665	0	0,000%
2014	Acompanhamento	1	11.701	0	0,000%
Total		140	1.153.678	1.525	0,132%

Fonte: SIPOFC

No Anexo XV apresenta-se o detalhe das verificações no local.

CONTROLO EXTERNO

Desde o início do COMPETE e até ao final do ano de 2014 foram lançadas 38 auditorias externas, 31 auditorias de sistema e 7 auditorias de operações, realizadas pelas entidades competentes, das quais 7 tiveram o seu início no decurso do ano de 2014.

A IGF considera, para efeito de emissão da opinião anual, os resultados de todas as auditorias aos sistemas, independentemente do seu ano de lançamento, bem como das ações de acompanhamento das recomendações nesse âmbito formuladas, independentemente da respetiva data da conclusão.

De facto, atento o âmbito e objetivos destas auditorias, os correspondentes resultados constituem para a IGF um suporte relevante para efeitos de opinião, uma vez que, não estando diretamente relacionados com as despesas certificadas num determinado período de tempo, refletem o funcionamento dos sistemas de gestão e controlo que contribuem para a análise da legalidade e regularidade de toda a despesa certificada.

Em observância da estratégia de auditoria da IGF enviada à Comissão, foi perspetivada a consideração de três sistemas comuns no que respeita aos Programas Nacionais cofinanciados pelos Fundos Estruturais, estando o COMPETE incluído no [Sistema Comum 1](#), juntamente com os PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Tabela 2.51: Auditorias Externas, 2007-2014

Tipo	Entidade Responsável	Objetivo	Ano de lançamento
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	Acompanhamento da implementação das Recomendações formuladas pela IGF no âmbito dos testes ao sistema de gestão e controlo do COMPETE efetuado pela IGF em 2009 (Relatório n.º 2009/1774)	2009-2010
		Auditoria aos Mecanismos de Inovação Financeira no âmbito do PRIME e COMPETE	2009-2010
		Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	2009-2010
		Auditoria temática à Contratação Pública	2011
		Auditoria temática aos Auxílios de Estado	2011
		Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	2011
		Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	2009-2010
		Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermediários FCT e Ciência Viva	2011
		Auditoria temática aos Custos Indiretos	2012
		Auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades	2012
		Auditoria temática no domínio da Engenharia Financeira	2012
		Auditoria temática ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	2012
		Testes complementares de conformidade do sistema de gestão e controlo do COMPETE da Ciência Viva, enquanto Organismo Intermediário do POFC	2012
		Auditoria (pré-encerramento) ao Sistema de Gestão e Controlo (SGC) da Autoridade de Gestão do COMPETE	2013
		Auditoria para efeitos de resposta à Carta da Comissão Europeia, Ares (2014) 393001, 18 fevereiro, relativa à auditoria n.º 2009/PT/REGIO/J4/785/2	2014
		Auditoria Temática aos Sistemas de Gestão e Controlo do QREN FEDER e FC - Áreas de Risco (pré-encerramento)	2014
		Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Turismo de Portugal, enquanto Organismo Intermediário de Programas Operacionais FEDER	2014
		Auditoria ao Projeto de Construção da Aeronave Militar de Transportes Multiusos KC-390	2014
	Autoridade de Certificação (AD&C)	Ação de controlo prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º Reg. (CE) n.º 1083/2006	2009-2010
		Ação de controlo prévia ao envio do 8º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação (SAESCTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) art. 61.º Reg. (CE) n.º 1083/2006	2011
		Ação de controlo transversal à intervenção dos Organismos Intermediários no processo de gestão dos Programas Operacionais	2013
		Ação de Controlo de Qualidade das Verificações no Local	2014
	Comissão Europeia	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 (2009/PT/REGIO/J4/785/2)	2009-2010
		Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 (2009/PT/REGIO/J4/785/5)	
		Auditoria ao COMPETE na área dos Instrumentos de Engenharia Financeira (2012/PT/REGIO/J4/1182/1)	2012
		Controlo de medidas objeto de Isenção por Categoria - SI QREN (SI Inovação, SI Qualificação PME, SI I&DT)	2012
Sistema	Tribunal de Contas	Auditoria ao modelo de governação e controlo do QREN	2009-2010
		Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	2011
		Auditoria ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) prevista no Programa de Fiscalização do Tribunal	2012
		Auditoria ao Plano Estratégico Impulso Jovem	2014
	Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Fatores de Competitividade)	2011

Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C)	Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	2009-2010
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2010-01-01 a 2010-12-31	2011
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2011-01-01 a 2011-12-31	2012
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2012-01-01 a 2012-12-31	2013
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2013-01-01 a 2013-12-31	2014
	Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50.	2011
		Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55.	2011

Fonte: SI POFC.

A decisão para a constituição deste sistema comum resultou da identificação de níveis de risco semelhantes relativamente a estes Programas, nomeadamente tendo em conta a consideração dos seguintes fatores:

- A Autoridade de Certificação é comum - a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, circunstância que sujeita o processo de certificação de despesas à Comissão Europeia aos mesmos procedimentos, isto é, são executados pelo mesmo Organismo, com recurso às mesmas metodologias e equipa técnica;
- Todos os Programas Operacionais identificados encontram-se sujeitos ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, o que envolve a adoção de regras e procedimentos similares;
- No COMPETE e nos PO Regionais existe um envelope financeiro muito significativo destinado aos Sistemas de Incentivos orientados para o investimento empresarial, cujas operações, sejam de índole regional ou nacional, estão sujeitas ao mesmo enquadramento normativo e administrativo.
- O Sistema de Gestão e Controlo associado aos Sistemas de Incentivos, bem como os sistemas de informação, foram definidos por um grupo de trabalho com representantes de todos os PO em causa, e estes serviram como referenciais para as restantes áreas de intervenção;
- O conjunto dos Organismos Intermédios do COMPETE e dos PO Regionais é, no essencial, o mesmo para os Sistemas de Incentivos.

Nestes termos, para efeitos da emissão do Relatório de Controlo anual para 2014 e do Parecer de Auditoria, a IGF teve em consideração todas as auditorias aos sistemas concluídas em 2014, bem como as auditorias das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C sobre despesa certificada durante o ano civil de 2013.

Relativamente às auditorias externas iniciadas e/ou concluídas em 2014, apresenta-se no Anexo XV o detalhe das principais conclusões, consequências financeiras e recomendações, por cada uma das ações externas.

Apresenta-se, seguidamente, o ponto de situação da implementação das recomendações formuladas na sequência das auditorias externas concluídas até final de 2014.

Tabela 2.52: Follow-Up das Recomendações aplicáveis ao COMPETE

Entidade Responsável	Ação de Controlo	N.º de Recomendações COMPETE	N.º de Recomendações COMPETE Satisfeitas ou em Curso
Ações de Controlo Externo de 2009			
Tribunal de Contas	Modelo de Governação e Controlo do QREN	3	3
IGF (AA)	Testes de conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	20	20
AD&C (AC)	Ação de controlo prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa	5	5
Ações de Controlo Externo de 2010			
Comissão Europeia	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	49	49
Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C)	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	27	27
IGF (AA)	Auditoria aos mecanismos de engenharia financeira no âmbito do PRIME e do COMPETE	1	1
IGF (AA)	Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	13	13
IGF (AA)	Auditoria à Certificação de Despesas do Sistema Comum FEDER – COMPETE e Regionais do Continente e Regiões Autónomas - Auditoria para efeitos de emissão do parecer anual de 2010 – acompanhamento das recomendações COMPETE	Ver Follow-Up Recomendações – Ações de Controlo Externo de 2009	
Comissão Europeia	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	N/A	N/A
Ações de Controlo Externo de 2011			
Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50 euros.	7	7
IGF (AA)	Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva	5	5
Tribunal de Contas	Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	6	6
Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C)	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2010-01-01 a 2010-12-31	67	56
Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55 euros.	5	5
IGF (AA)	Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	14	14
IGF (AA)	Auditoria temática aos Auxílios de Estado	N/A	N/A
IGF (AA)	Auditoria temática à Contratação Pública	11	11
Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Factores de Competitividade)	2	2
Autoridade de Certificação (AD&C)	Ação de controlo prévia ao envio do 8.º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação (SAECTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11/07/2006.	11	11

(continua)

(continuação)

Ações de Controlo Externo de 2012

Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C)	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2011-01-01 a 2011-12-31	85	56
TC	Auditoria ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) prevista no Programa de Fiscalização do Tribunal	N/A	N/A
IGF (AA)	Auditoria temática aos custos indiretos	7	7
IGF (AA)	Auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades	4	4
IGF (AA)	Auditoria Temática no domínio da Engenharia Financeira	5	5
IGF (AA)	Auditoria temática ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	11	11
IGF (AA)	Testes complementares de conformidade do sistema de gestão e controlo do COMPETE da Ciência Viva, enquanto Organismos Intermédio do Programa.	N/A	N/A
Comissão Europeia	Auditoria ao COMPETE na área dos Instrumentos de Engenharia Financeira (2012/PT/REGIO/J4/1182/1)	16	16
Comissão Europeia	Controlo de medidas objeto de Isenção por Categoria - SI QREN (SI Inovação, SI Qualificação PME, SI I&DT)	N/A	N/A

Ações de Controlo Externo de 2013

Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C)	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2012-01-01 a 2012-12-31	16	16
IGF (AA)	Auditoria (pré-encerramento) ao Sistema de Gestão e Controlo (SGC) da Autoridade de Gestão do COMPETE	13	13
Autoridade de Certificação (AD&C)	Ação de controlo transversal à intervenção dos Organismos Intermédios no processo de gestão dos Programas Operacionais	N/A	N/A

Ações de Controlo Externo de 2014

IGF (AA)	Auditoria para efeitos de resposta à Carta da Comissão Europeia, Ares (2014) 393001, 18 fevereiro, relativa à auditoria n.º 2009/PT/REGIO/J4/785/2	N/A	N/A
Estrutura de Auditoria Segregada (AD&C)	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2013-01-01 a 2013-12-31	8	Relatório final emitido em janeiro de 2015 as recomendações serão implementadas em 2015
Autoridade de Certificação (AD&C)	Ação de Controlo de Qualidade das Verificações no Local	16	
IGF (AA)	Auditoria Temática aos Sistemas de Gestão e Controlo do QREN FEDER e FC - Áreas de Risco (pré-encerramento)	3	3
IGF (AA)	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Turismo de Portugal, enquanto Organismo Intermédio de Programas Operacionais FEDER	6	6

Fonte: SI POFC.

Face ao conjunto das auditorias externas lançadas ao COMPETE existem apenas duas ações de controlo, uma realizada pelo Tribunal de Contas (Auditoria ao Plano Estratégico Impulso Jovem) outra pela IGF (Auditoria ao Projeto de Construção da Aeronave Militar de

Transportes Multiusos KC-390) ambas iniciadas em 2014, cujas conclusões finais ainda não são conhecidas por esta Autoridade de Gestão.

Especificamente em relação à auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C sobre despesa certificada de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, importa referir que foi selecionada uma amostra, no Sistema Comum 1, de 53 operações (ao qual acrescem autonomamente 53 operações com despesa declarada negativa), sendo 18 delas (ao qual acrescem autonomamente 20 operações com despesa declarada negativa) relativas a operações integradas no COMPETE.

Tabela 2.53: Consequências Financeiras da Auditoria das Operações Executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre Despesa Certificada pelo COMPETE, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Ano Auditoria	N.º Operações Auditadas Sistema Comum 1	N.º Operações Auditadas	COMPETE		Correções Financeiras (Despesa)	Taxa de Erro (%)
			Despesa Certificada	Despesa Auditada		
2010 (Desp. Cert. 2009)	81	22	149.922	149.922	0	0%
2011 (Desp. Cert. 2010)	154	58 (1)	639.279	639.279	8.903	1,39%
2012 (Desp. Cert. 2011)	131	52 (2)	846.545	846.545	2.128	0,25%
2013 (Desp. Cert. 2012)	79	23 (3)	140.296	140.296	12	0,01%
2014 (Desp. Cert. 2013)	53	18 (4)	228.576	228.576	159	0,07%
	498	173	2.004.618	2.004.618	11.202	0,56%

Notas:

(1) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a uma operação no montante total de (-) 129.715.810€;

(2) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a 10 operações no montante total de (-) 9.438.322,71€;

(3) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a 13 operações no montante total de (-) 42.939.046,39€, bem como efetuadas as verificações complementares junto da AG, referentes a 3 operação;

(4) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a 20 operações no montante total de (-) 67.306.822,89€, bem como efetuadas as verificações complementares junto da AG, referentes a 3 operação.

Fonte: Relatórios das Auditorias a Operações da EAS da AD&C.

Conclui-se assim que, no âmbito da auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre despesa certificada pelo COMPETE no ano de 2013, foi detetada uma **taxa de erro** na ordem de 0,07%.

Esta taxa de erro difere da taxa de erro apurada pela Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C, na medida em que a mesma é avaliada no âmbito do Sistema Comum 1 e não no âmbito de cada PO, ao qual acresce o resultado dos procedimentos de supervisão desenvolvidos pela IGF à auditoria a operações, bem como a extrapolação do erro aleatório para o universo da despesa total certificada em 2013.

Assim, o resultado das consequências financeiras verificadas pela Estrutura de Auditoria Segregada da AD&C, conjugadas com o resultado dos procedimentos de supervisão desenvolvidos pela IGF, no âmbito do Sistema Comum 1 conduziu a um montante total de despesa não elegível de 1.247.723 euros. Decorrente da extrapolação efetuada, a taxa de erro mais provável quantificada pela IGF como existente na população do Sistema Comum 1

representa cerca de 1,34%, a que corresponde uma taxa associada ao limite superior do erro de 2,19%.

Com efeito, os resultados obtidos, considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, apresentam uma estimativa do erro total existente na população que não ultrapassa o limiar definido da materialidade de 2%. No entanto, verifica-se que o limite superior do erro supera, ligeiramente, o limiar de materialidade definido, correspondendo a cerca de 2,19% do total certificado.

Considerando o resultado conjugado destas auditorias com o das auditorias de sistemas, bem como a dimensão das amostras auditadas e o facto da autoridade de certificação já ter expurgado da certificação de despesas todos os erros identificados, a IGF considera existir uma garantia razoável que os montantes solicitados à Comissão estão isentos de erros materialmente relevantes, ou seja, o erro residual que possa afetar o orçamento comunitário é inferior ao limite de materialidade de 2%.

Em face do exposto, a IGF, no seu Relatório Anual de Controlo do Sistema Comum 1, conclui existir uma segurança razoável para a emissão de uma opinião qualitativa quanto ao funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo das Autoridades de Gestão. Neste sentido considera que “[...] *em termos globais, no período em análise, os sistemas de gestão e de controlo estabelecidos para o sistema comum FEDER constituído pelos Programas Operacionais Factores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, consequentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade [...].*”

A IGF salvaguarda ainda algumas exceções aplicáveis ao Sistema Comum 1, que influenciam moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo, que decorrem dos resultados das auditorias aos sistemas de gestão e controlo e de operações onde foram identificados procedimentos de controlo interno por parte das entidades envolvidas na gestão e na certificação das despesas que carecem de algumas melhorias. No âmbito dessas auditorias foram propostas recomendações a aplicar pelas entidades auditadas, as quais, de acordo com a IGF, ainda não foram implementadas, parcial ou totalmente.

Segundo a IGF as recomendações pendentes com maior antiguidade, para além de, em 2014, se encontrarem, na globalidade, parcialmente satisfeitas, não têm impacto significativo no funcionamento dos sistemas de gestão e controlo, pelo que não são suscetíveis de condicionar

de forma relevante a avaliação global dos sistemas de gestão e controlo dos programas operacionais que integram o sistema comum.

Efetivamente, para além das que se encontram dentro do período regular de implementação, as questões que assumem maior relevância, ou seja, a execução integral dos procedimentos de supervisão dos organismos intermédios, em particular no âmbito dos sistemas de incentivos, e a definição e divulgação dos procedimentos a observar, quer ao nível da gestão dos incentivos reembolsáveis, quer ao nível do encerramento das operações, encontram-se, segundo a IGF, globalmente mitigadas, no primeiro caso por ações específicas desenvolvidas pelas autoridades de gestão e de certificação, no segundo caso porque o respetivo impacto apenas se poderá concretizar no futuro.

Concretamente, no que diz respeito ao COMPETE, as recomendações que ainda se encontram pendentes de implementação integral, de acordo com a IGF, são as relativas ao reforço da supervisão do Turismo de Portugal, em particular no tocante à apreciação do cumprimento das regras de contratação pública, a regularização das 3 operações identificadas no âmbito da engenharia financeira, a definição e divulgação dos procedimentos a observar quer ao nível da gestão dos incentivos reembolsáveis, quer ao nível do encerramento das operações.

A IGF constata assim, que as autoridades nacionais, de um modo geral, prosseguiram no ano de 2014 a adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações pendentes, tendo assim sido possível encerrar um número significativo das mesmas. Esta circunstância, conjugada com os resultados das auditorias concluídas em 2014, nalguns casos reponderados em razão da execução de planos de ação específicos, permitiu considerar que os sistemas de gestão e controlo relativos aos programas do sistema comum 1 reúnem condições para serem classificados na categoria 2, conforme previsto na Nota de orientações sobre uma metodologia comum para a avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-membro.

Importa, ainda, destacar que, ao longo de 2014, a IGF desenvolveu as auditorias aos sistemas de gestão e controlo previstas na estratégia acordada com a CE. Dado que os correspondentes relatórios foram concluídos já no final de 2014, a implementação das correspondentes recomendações será objeto de acompanhamento no decurso de 2015.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O Sistema de Informação do COMPETE (SI POFC) compreende todas as atividades que permitem recolher, validar, tratar, utilizar e transmitir informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, no acompanhamento e na avaliação do PO, bem como promover a sua divulgação.

Apresenta dois níveis de acesso:

- Suporte às atividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;
- Informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objetivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a *Internet*.

O Sistema de Informação do COMPETE encontra-se operacional em todas as dimensões e está plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades.

Neste contexto, toda a informação relevante, requerida e produzida, é integralmente registada no SI POFC. A [desmaterialização total dos processos](#), que passaram a ser exclusivamente eletrónicos (formulários de candidatura, ferramentas de análise, ferramentas de pedidos de pagamento, contactos com os promotores, etc.), tem contribuído para a redução dos tempos de análise, com consequente aceleração dos mecanismos de decisão e contratação e pagamento.

Durante o ano de 2014 manteve-se o trabalho de [consolidação e aperfeiçoamento das suas funcionalidades](#), no sentido de dar resposta às diversas solicitações no âmbito da gestão.

Adicionalmente foi atribuído especial enfoque ao desenvolvimento de [atividades de simplificação e otimização de processos](#) e procedimento em vigor, implementando novas soluções que privilegiam a maior interação entre os diferentes intervenientes, nomeadamente com os promotores, dos quais se destacam a Plataforma de Acesso Simplificado (PAS), os Formulários de Pedidos de Alteração (FPA), o Balcão do Promotor e os Relatórios Intercalares de Execução (RIE).

ESTRUTURA

Todos os processos de recolha intensiva de dados, quer sejam da responsabilidade dos promotores quer sejam da responsabilidade dos Organismos Intermédios, são suportados em [ferramentas eletrónicas](#) que dialogam diretamente com o sistema:

- **Formulários Eletrónicos** - os promotores utilizam obrigatoriamente formulários eletrónicos quer para a apresentação de candidaturas quer para a submissão de pedidos de pagamento ou de pedidos de alteração ao projeto;
- **Ferramentas Informáticas** - os Organismos Intermédios, bem como a própria AG, utilizam ferramentas pré-definidas pelo COMPETE:
 - Fase de análise de candidaturas (FACI – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo);
 - Fase de verificação e validação de despesa (APPI – Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo);

- Fase de encerramento dos projetos: os encerramentos também são suportados em instrumentos e ferramentas informáticas construídas especificamente para o efeito (FACIE – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo em Encerramento).

Estas ferramentas normalizam todo o processo de análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e, durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar.

A FCT utiliza ferramentas próprias compatíveis com as especificações técnicas definidas pela AG, com integração por *web services* ao SIPOFC.

- **Interface com Entidades Externas** - No relacionamento do SI POFC com entidades terceiras, foi criado um conjunto de interfaces que são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a *internet*, para os promotores, e *web services* para as ligações externas mais complexas. Neste nível salienta-se a troca de informação com a AD&C, para efeitos de pedidos de certificação de despesas, monitorização física e financeira, entre outros.

PAS – PLATAFORMA DE ACESSO SIMPLIFICADO – INTERFACE COM PROMOTORES

A PAS 1.0 desenvolveu um princípio de aproveitamento de dados históricos (designadamente dados apresentados em candidaturas anteriores) para consulta e como forma de facilitar o preenchimento do formulário de candidaturas futuras.

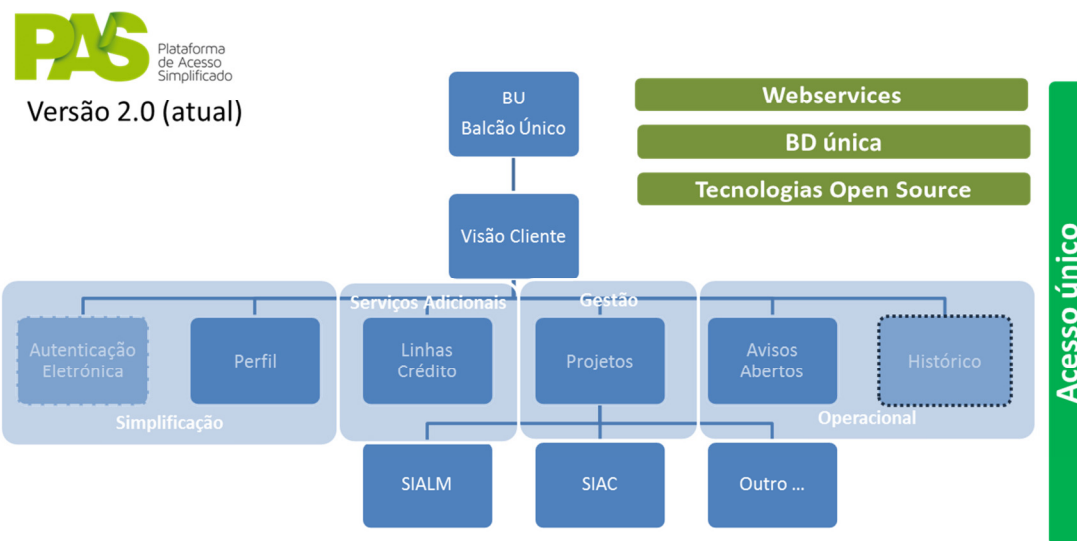
A PAS 2.0 veio a evoluir no sentido de apresentar uma perspetiva integrada do relacionamento do promotor (identificado por um NIF) com o COMPETE. Este serviço integrado incorpora quer o acesso histórico (candidaturas anteriores) quer a realização das operações correntes das candidaturas em curso quer a informação e os formulários para a submissão de novas candidaturas e, também, o acesso a outros elementos relacionados como os apoios de financiamento. Implementa, portanto, o conceito de “balcão único” integrando num ponto de acesso todas as operações relacionadas com o COMPETE.

A versão corrente da PAS 2.0 (implementada no final de 2013) inclui:

- Registo através de NIF, tendo sido recuperados os registos da PAS 1.0;
- Reutilização da funcionalidade da PAS 1.0 como componente desta nova formulação PAS 2.0;
- Acesso aos históricos de projetos anteriores (designadamente do POE/PRIME – QCA III, em forma sumária);
- Acesso aos balcões entretanto implementados (SIALM, SIAC, SAMA);
- Um ponto central de publicação de alertas relativos a todos os projetos;
- Acesso ao serviço relacionado com o financiamento Investe QREN;
- Acesso aos avisos de candidatura abertos, com publicitação das datas de fecho e ligação ao site COMPETE;

Acesso aos formulários de candidatura implementados (SIALM, VALES) para submissão de novas candidaturas.

Figura 2.1: Plataforma de Acesso Simplificado (PAS)



Fonte: COMPETE.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Além das tarefas regulares associadas à manutenção evolutiva e estabilização de processos em vigor, durante o ano de 2014 foram desenvolvidas **atividades** a diferentes níveis, com destaque para:

- Ao nível do desenvolvimento do Sistema de Informação:
 - Atualização de formulários, ferramentas, do Sistema de Gestão Operacional (SGO) e Sistema de Informação, de acordo com Avisos de Concurso, Orientações Técnicas e Orientações de Gestão.
 - FACIE (Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo em Encerramento) dos Sistemas de Incentivos: adaptação face às OG n.º 14 e n.º 15 (metas e mérito pós-projeto), introdução capital de risco e QREN Investe (quando aplicável);
 - Projetos Mobilizadores: desenvolvimento de APF (Anexo ao Pedido Final) e FACIE;
 - Projetos I&DT em copromoção: alterações à FACIE, adaptações para avisos posteriores a 2009;
 - Projetos Conjuntos: adaptações ao Formulário de Pedido de Pagamento e APPI (Análise de Pedido de Pagamento Intercalar) para os projetos “Passaportes 3i”;
 - SAMA: pedido de pagamento *online*, possibilidade de preenchimento por copromotor (na sequência da disponibilização desta importante funcionalidade e no sentido de a dar a conhecer e potenciar o seu uso foram realizadas em conjunto com a AMA duas sessões de divulgação para os beneficiários);

- SIAC: alteração aos APPI e FACIE para inclusão de rendimentos e indicação da existência de juros; adaptações aos FACIE para os projetos candidatos ao 7.º Programa Quadro de I&D, de EEC e Empresas;
 - FPR: conclusão do desenvolvimento dos balcões específicos para cada projeto;
 - No sentido de incorporar, no Sistema, as comunicações existentes entre os diversos intervenientes, foi desenvolvido o Módulo para troca de Mensagens entre a AG e o OI, relativas a Análises de Pedidos de Pagamento e Encerramentos. Desta forma, é possível, assim que a informação relevante ao ciclo de análise e execução dos projetos fique residente no Sistema, aceder à informação, no contexto próprio, em vez de recorrer a informação residente em sistemas pseudodesmaterializados (e-mail) paralelos.
 - Disponibilização de ambiente de testes à FCT, para incorporação, nos seus sistemas, das ferramentas de análise de pedido de pagamentos.
- Ao nível da Infraestrutura:
 - Criação de VPN com ANI, CCDD Norte e CCDD Algarve;
 - Apoio interno para resolução de problemas no *Site* do COMPETE e na difusão da *Newsletter*;
 - Instalação de um servidor com o serviço *Filesender*;
 - Virtualização do Sistema de Informação do POSC (2000-2006), de forma a manter o acesso, dando resposta ao estado de obsolescência das máquinas de suporte;
 - Reativação do acesso aos dados do Sistema do POCI (2000-2006);
 - Reformulação do sistema de *backup*;
 - Substituição de *appliance* de análise de *spam*;
 - Instalação de uma rede *wireless*;
 - *Upgrade da central telefónica (call manager)*.

No âmbito da infraestrutura de *Data Center* e Comunicações, e após término de contrato de Administração de Sistemas em regime de outsourcing, foi necessário a realização de um trabalho acrescido e exaustivo com o objetivo de assegurar a reabilitação da infraestrutura e serviços, tendo sido resolvidos problemas em várias áreas de que se destacam: acesso degradado a servidores, problemas constantes de acessos via VPN, falta de acesso para administração à “parte da rede”, problema com disponibilização de serviços e tempo excessivo de acesso à Internet.

De salientar ainda, o trabalho desenvolvido na preparação da infraestrutura para o novo ciclo de programação (2014-2020) e que exigiu:

- Criação dos servidores de nomes do domínio *poci-competete2020*;

- Estudo e desenvolvimento em ambiente de teste da “Desmaterialização *workflow* decisional”;
- Substituição dos servidores de suporte à PAS;
- Integração do Balcão 2020 com a PAS;
- Implementação do *Single Sign On* (para usufruir da acreditação efetuada no Balcão 2020);
- Desenvolvimento de formulários para integração na PAS;
- Desenvolvimento de versão *applet* (para o formulário ser executado no Browser)
- Introdução, nos formulários de pré-preenchimento com dados do beneficiário constantes no Balcão 2020;
- Possibilidade de fazer *upload* de documentos nos formulários
- Desenvolvimento de formulários específicos para os primeiros avisos;
- Desenvolvimento de uma primeira versão de rotina de atualização de Conta Corrente do Balcão 2020.

Tabela 2.54: Pequena Estatística relativa ao Sistema de Informação

Prazo de Resolução	N.º de Pedidos/Ocorrências
No próprio dia	1.133
Entre 1 e 3 dias	25
Entre 4 e 6 dias	12
1 semana ou mais	97
Total	1.267

Fonte: COMPETE

Em 2014, foram desenvolvidas 266 novas versões publicadas de formulários/ ferramentas. Do total das ocorrências ou pedidos de apoio sobre o Sistema de Informação (internos à Autoridade de Gestão ou por parte das diferentes entidades utilizadoras), mais de 92% foram respondidas em menos de uma semana.

ORGANISMOS INTERMÉDIOS E SUBVENÇÕES GLOBAIS

De acordo com o modelo de governação do COMPETE, verificam-se duas situações em termos de competências na tramitação dos projetos rececionados no Programa:

- SAESCTN, SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação PME e SAMA - as competências de análise, contratação e acompanhamento da execução dos projetos, são delegadas nos Organismos Intermédios, assegurando a Autoridade de Gestão a competência exclusiva de aprovação de projetos;
- SAFPRI, SAMA – Operações Globais³⁰, SIAC e Assistência Técnica - todas as competências são exercidas diretamente pela Autoridade de Gestão.

³⁰ Incluindo as operações transitadas dos PO Regionais, no âmbito da reprogramação do QREN de 2012.

Tabela 2.55: Organismos Intermédios Envolvidos na Gestão do COMPETE

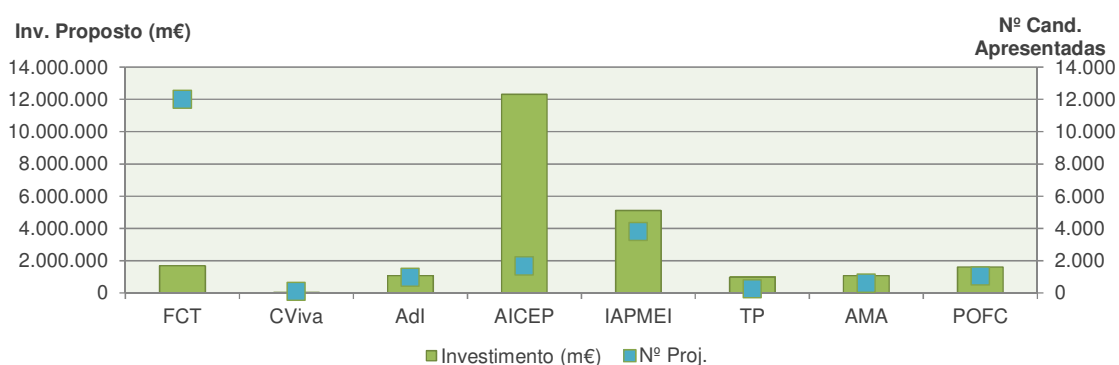
Eixo Prioritário	Instrumento	Organismo Intermédio	Observações
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	SAESCTN	FCT Ciência Viva	
	SI I&DT	IAPMEI ANI AICEP	
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	SI Inovação SI Qualificação PME	IAPMEI AICEP Turismo de Portugal	
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	SAFPRI	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	SAMA	AMA	
		-	Competência exclusiva COMPETE (referente às Operações Globais)
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	SIAC	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO VI - Assistência Técnica	Assistência Técnica	-	Competência exclusiva COMPETE

Fonte: SI POFC.

Relativamente às 20.351 candidaturas rececionadas no COMPETE desde o início do Programa conclui-se que cerca de 60% se enquadram no SAESCTN, tipologia cuja análise é efetuada pela FCT. Em termos de volume financeiro, destacam-se as candidaturas enquadradas no âmbito de análise da AICEP, que totalizam cerca de 52% do investimento total proposto ao COMPETE (referentes aos projetos de maior dimensão do SI Inovação e SI I&DT e aos projetos de internacionalização do SI Qualificação PME).

Releve-se ainda a importância do IAPMEI, concentrando 19% do número de candidaturas e 21% do volume de investimento apresentado.

Gráfico 2.64: Candidaturas Rececionadas por Organismo Intermédio, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Sublinhe-se que foram assinados [protocolos e contratos de delegação de competências](#) com os Organismos Intermédios durante o ano de 2008 tendo, em relação à FCT, sido assinadas três adendas; uma primeira para adequação da tramitação inerente ao processo de auditoria, nos termos recomendados pela Comissão Europeia; uma segunda, em 2010, para especificar

os termos da atribuição à FCT da função de transferência direta para os beneficiários, assumindo-se como Organismo Pagador; e uma terceira, já no início de 2012, relativa à alteração da taxa máxima de financiamento do FEDER e a uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

A participação dos Organismos Intermédios IAPMEI e TP na gestão do Programa desenvolve-se também a nível financeiro, assumindo estes Organismos igualmente competências de **Organismos Pagadores** no âmbito do COMPETE. Para o efeito, foram celebrados, em 2008, protocolos entre a Autoridade de Gestão, o IFDR e cada um destes Organismos Pagadores, que estabelecem o regime de fluxos financeiros relativos aos Sistemas de Incentivos, através da delegação, pelo IFDR, da competência de transferência direta para os beneficiários.

SUBVENÇÕES GLOBAIS

Na sequência do Despacho n.º 3711/2010 de 12 de fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, foi atribuída à FCT, enquanto Organismo Intermédio responsável por subvenção global, a função de transferência direta (pagamentos) para os beneficiários no âmbito das tipologias de projetos do SAESCTN, geridos pela mesma.

Em 2012, registou-se uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

A Comissão de Acompanhamento do COMPETE constitui o principal fórum de reflexão estratégica do Programa, promovendo o acompanhamento pelos seus principais *stakeholders*. É composta por entidades públicas, nomeadamente Comissão Europeia, Ministérios, Organismos Intermédios, Autoridade de Certificação FEDER, AD&C, Autoridade de Auditoria, Associação Nacional de Municípios e outras Entidades Públicas e pelos representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social (UGT, CPADA, CONFAGRI e CIP).

A fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos Fundos Estruturais e pela política de desenvolvimento rural, está prevista também a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, do FEP e FSE, bem como as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos (POVT e POPH) e dos PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Por decisão da Autoridade de Gestão, foram ainda convidadas a participar neste fórum entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, designadamente a CGTP, CAP, CCP e CTP.

Visando assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa, a Comissão de Acompanhamento tem como **principais responsabilidades**:

- Examinar e aprovar as alterações do conteúdo da decisão da Comissão Europeia relativa à participação dos fundos comunitários no Programa Operacional (Texto do Programa);
- Analisar e aprovar os critérios de seleção das operações a financiar;
- Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objetivos do Programa;
- Examinar e aprovar os relatórios anuais de execução;
- Apreciar os relatórios de Avaliação do Programa.

| 135

Em 2014, teve lugar, a 2 de junho, a 8.^a reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE. Da agenda de trabalho, constam os seguintes pontos:

- Ratificação da aprovação da [ata da reunião n.º 7](#), já efetuada por consulta escrita;
- Apreciação e aprovação do [Relatório de Execução de 2013](#);
- Apresentação de um [ponto de situação do COMPETE](#), destacando aprovações e contratações, pagamentos e execução.

ENCONTRO ANUAL

No âmbito do [Encontro Anual](#) realizado já em 2015, para a análise anual dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, foram abordados os seguintes pontos, conforme agenda da Comissão Europeia:

- Ponto de situação geral dos Programas, com destaque para o cumprimento dos indicadores, verificações de gestão, contributo dos PO para a Europa 2020 e *Earmarking*. Foram ainda analisados os principais constrangimentos e medidas de correção implementadas;
- Pontos de situação específicos dos grandes projetos, dos instrumentos financeiros e utilização dos reembolsos;
- Apresentação à Comissão de eventuais alterações necessárias introduzir nos PO durante o ano de 2015;
- Apresentação de projetos considerados como boas-práticas.

OUTRAS PARCERIAS

COMISSÃO MINISTERIAL DE COORDENAÇÃO (CMC)

A Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE é o órgão de direção política do Programa, tendo como função a coordenação global do mesmo.

No âmbito das suas competências, durante o ano em análise, a CMC:

- Aprovou, em junho de 2014, o Relatório de Execução do COMPETE de 2013;

AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO (AD&C)³¹

A AD&C é responsável pela coordenação e centralização das interações operacionais e financeiras da Autoridade de Gestão com a Comissão Europeia, pela gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermédios e os beneficiários e pelo desenvolvimento das atividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN. Assegura e coordena a divulgação de informações de gestão sobre a execução do QREN, assim como a elaboração de normas e orientações técnicas para os Órgãos de Gestão.

No âmbito das suas competências, coube à AD&C em 2014:

- **Articular com a Comissão Europeia**, remetendo a informação enviada pelo COMPETE durante o ano, designadamente a relativa à certificação de despesas e pedidos de pagamento, previsão de pedidos de pagamento, Grandes Projetos e o Relatório Anual de Execução;
- Enquanto Entidade Pagadora do QREN, gerir os **fluxos financeiros**, designadamente entre as contas bancárias do Fundo e a conta do PO;
- Gerir a base de dados dos apoios atribuídos ao abrigo da **regra de minimis**, tendo o COMPETE assegurado a comunicação regular destes apoios relativa não só ao Programa mas também à Rede Sistemas de Incentivos;
- Coordenar a **Rede de Avaliação do QREN**, que contou com a colaboração do COMPETE (conforme ponto 2.7.2 – Avaliação), nomeadamente participando em reuniões e discussões de trabalho e facultando informação diversa sobre o Programa e sobre os Sistemas de Incentivos;

³¹ A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. resulta da fusão de três entidades públicas: o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR), o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE) e a Estrutura de Missão Observatório do QREN, verificada em outubro de 2013.

- Proceder à **coordenação e monitorização estratégica do QREN**, para a qual é remetido mensalmente um conjunto de informação parametrizada sobre a monitorização do Programa, bem como, quando solicitada, outra informação, nomeadamente relativa aos indicadores físicos de acompanhamento do COMPETE;
- Definir orientações transversais, a ser adotadas nos diversos **Planos de Comunicação**, tendo o COMPETE participado durante o ano nas reuniões da Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN (conforme ponto 6.5).

PARCEIROS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Para além do envolvimento dos parceiros económicos e sociais, através da sua participação na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, destaque-se ainda o papel desenvolvido pelas Associações Empresariais dinamizadoras dos Polos de Competitividade e outros *Clusters*, articuladamente com as Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais) no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, nomeadamente no processo de identificação das prioridades temáticas definidas para os concursos lançados no âmbito dos instrumentos COMPETE, designadamente Redes de Nova Geração, Energias Renováveis e Eficiência Energética, Aeronáutica e Indústria da Mobilidade.

2.7.2. Avaliação

A AG COMPETE possui um **núcleo de reflexão específico qualificado** dedicado à avaliação do Programa, que procura potenciar a utilização das melhores abordagens metodológicas e o acompanhamento dos exercícios externos de avaliação no âmbito da Agenda da Competitividade, bem como a participação ativa na Rede de Avaliação do QREN, fórum de articulação, de disseminação de conhecimento e de partilha de experiências em matéria de avaliação.

O **Plano de Avaliação do COMPETE** foi aprovado pela CMC em 18 de dezembro de 2008, tendo vindo a ser revisto ao longo do ciclo de programação. Em 2014 não se procederam a ajustamentos a este plano, nem a exercícios de avaliação específicos sobre o Programa.

Em linha com o previsto no referido Plano e subsequentes revisões, foram realizados neste ciclo de programação, os seguintes **exercícios de avaliação**:

- Avaliação *ex-ante* do Programa Operacional Factores de Competitividade – concluída em fevereiro de 2007;

- Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda da Competitividade, no período 2007-2008 – concluída em junho de 2011;
- Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva - Tipologia Clusters – concluída em abril de 2013;
- Avaliação Intercalar do POFC (2007-2012) – concluída em novembro de 2013.

Acrescem a estes, [outros exercícios desenvolvidos pela AD&C](#), no domínio da Agenda da Competitividade, que contaram com a colaboração do COMPETE, de que é exemplo a “Avaliação do Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME (Avaliação Estratégica do QREN – Lote 3)”, concluída em outubro de 2013.

De assinalar que todos os relatórios finais e respetivos anexos estão disponíveis no site do COMPETE.

Estes exercícios de avaliação, em particular os concluídos em 2013 foram bastante úteis para a construção do novo ciclo de programação (estão referenciados várias vezes no texto do COMPETE 2020), constituindo lições de experiência sobre os instrumentos existentes e, consequentemente, justificando a continuidade ou a alteração das opções estratégicas a prosseguir no domínio da competitividade.

Assim, também no domínio da avaliação, 2014 ficou marcado pelo lançamento dos novos Programas Operacionais, tendo o COMPETE estado envolvido, enquanto membro do grupo de acompanhamento, na realização da [avaliação ex-ante e avaliação ambiental estratégica do PO CI](#) e também na [Avaliação dos Instrumentos Financeiros](#) para o apoio direto às empresas, ainda em curso no final do ano.

Durante o ano em análise, o COMPETE manteve a colaboração com a AD&C para a realização do “[Estudo sobre as Alterações do Uso do Solo induzidas pelos projetos apoiados e a afetação de ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza](#)”, promovido no âmbito da Monitorização Estratégica e Ambiental do QREN, tendo o segundo relatório, relativo aos projetos contratados até ao final de 2012, sido concluído em dezembro de 2014.

De referir também, já no final de 2014, o contributo do COMPETE para os [exercícios de avaliação ex-post do QREN](#), adjudicados pela Comissão Europeia a diversas entidades, através do fornecimento de dados e de informação sobre o Programa.

2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

AVALIAÇÃO E CONTROLO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE DECORRENTES DA APLICAÇÃO DOS APOIOS DO COMPETE

A MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

| 139

No âmbito do Relatório de Execução de 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o IFDR e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, e simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da AAE³²).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE³³.

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no *website* do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do setor ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado no *website* daquela instituição.

³² A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e de lá resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

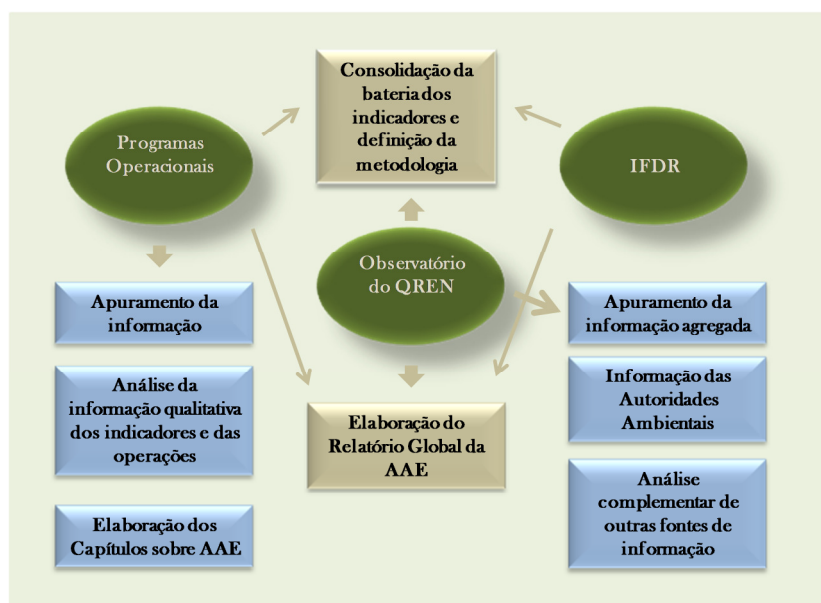
³³ De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do Programa deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, o balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO, encontram-se incorporados no Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN.

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura 2.3.

Figura 2.2: Quadro de Responsabilidade na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Observatório do QREN.

No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável: por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos³⁴.

³⁴ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

Na mesma situação encontram-se alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício de 2011, foram definidos os seguintes mecanismos suplementares de aferição:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados e a Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será atualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para i) identificar as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados e para ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos³⁵ estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
 - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projetos apoiados; intensidade de materiais dos projetos apoiados; padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; intensidade energética dos projetos apoiados; padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPETE COM BASE NOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL

A análise que a seguir se apresenta pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o mesmo é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuía, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objetivos estratégicos.

³⁵ A prossecução destes objetivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

Da leitura do ponto 2.2.3 e da análise dos indicadores ambientais do Programa, verifica-se a importância dada à temática Ambiente e Eficiência Energética no âmbito do COMPETE.

Apresentam-se de seguida os indicadores de monitorização estratégica ambiental.

▪ **MEA1. População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos**

Conforme analisado no ponto 3.4 – Realização do Eixo IV, o SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central. Assim, considera-se que toda a população nacional é potencial utilizadora dos 1.785 centros multisserviços e balcões únicos previstos nos projetos SAMA contratados no final do ano de 2014.

▪ **MEA2. Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos**

Tendo em conta os projetos SAMA contratados, foi possível reduzir o número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em 45%.

▪ **MEA 3. Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos**

Face aos tempos médios de espera dos serviços públicos, estima-se uma redução de 69% após a implementação dos projetos SAMA contratados.

▪ **MEA 4. Serviços *on-line* orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas**

Das entidades com projetos SAMA contratados, verifica-se que 123 disponibilizavam serviços *on-line*, estando previsto, no pós-projeto, que mais 112 os passassem a disponibilizar, representando assim 91% do total.

▪ **MEA 8. Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública**

O aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais, medido através da utilização via *internet* e telefone, registado nos projetos SAMA contratados foi de 88%.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

▪ **RE1. Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)**

Conforme explicitado atrás, a totalidade dos apoios empresariais estão subordinados ao estrito cumprimento das regras ambientais, considerando-se, assim, que integram critérios ambientais na avaliação ao nível da admissibilidade das candidaturas.

Em relação aos restantes instrumentos (Apoio à Ciência, Administração Pública, Inovação Financeira, Ações Coletivas e Assistência Técnica), não é aplicável esta exigência.

Assim, verifica-se que os projetos contratados no âmbito dos Sistemas de Incentivos e que, portanto, integram critérios ambientais na sua admissibilidade, representam 51% do total de projetos contratados e 69% do apoio atribuído.

▪ **RE2. Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2) e Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)**

Conforme foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, a concretização dos objetivos estratégicos delineados para a Agenda da Competitividade passou pela criação de instrumentos que valorizassem o apoio a fatores imateriais e à inovação.

Assim, considera-se que a quase totalidade dos mecanismos de apoio visa ações imateriais, nomeadamente à I&D (SAESCTN, SI I&DT), fatores dinâmicos de competitividade (SI Qualificação PME), capital de risco e garantias (SAFPRI), modernização da Administração Pública (SAMA), ações coletivas (SIAC) e assistência técnica do Programa.

Deste modo, apenas o SI Inovação visa o apoio a projetos de natureza mais material. No entanto, saliente-se que estes apoios (de inovação produtiva e empreendedorismo qualificado) estão subordinados à implementação de ações que representem inovação a nível nacional ou regional.

Conclui-se assim que os projetos contratados de natureza imaterial representam 86% do total de projetos, 38% do investimento total e 50% do incentivo contratado.

▪ **RE3. Rácio de projetos de ID&T no domínio do ambiente (I 4) e Rácio de financiamento em ID&T no domínio do ambiente (I 5)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE4. Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I 6) e Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente (I 7)**

No âmbito dos Sistemas de Incentivo de fomento à inovação, conforme referido no ponto 2.2.3, está previsto o apoio a projetos do SI Qualificação PME que visam a qualificação das empresas nas áreas de ambiente e eficiência energética e, ao nível do SI Inovação, o apoio a projetos de inovação com despesas elegíveis também nestas áreas.

Assim, numa visão mais lata do conceito de ambiente, que inclui os projetos com investimentos elegíveis nas tipologias de investimento ambiente, qualidade, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e diversificação e eficiência energética bem como os projetos inseridos no PCT da Energia, classificados com o código *earmarking* 06, 39, 40, 41, 42 e 43 ou inseridos numa CAE de Energias Renováveis ou Eficiência Energética (35111 – 35113), constata-se que foram contratados nestes Sistemas de Incentivos 1.030 projetos (31% do número de projetos total contratado) com um investimento elegível nas respetivas áreas de 121,4 milhões de euros (2% do total).

▪ **RE5. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas (I 8) e Rácio de financiamento em empresas com adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 9)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE6. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10) e Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 11)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE8. N.º de operações de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13) e Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 14)**

No SIAC, foram apoiados 64 projetos com intervenção na área do ambiente, eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível de 25,0 milhões de euros. Os referidos projetos apresentam, como meio de difusão do conhecimento para a economia, a realização de Estudos, sítios da *internet*, manuais e ações de sensibilização.

▪ **RE9. Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental (I 15)**

No âmbito dos instrumentos de apoio direto a empresas, existem duas tipologias de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais:

* no SI Inovação (Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental);

* no SI Qualificação PME (Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS)).

Foram contratados 46 projetos com um investimento elegível de 2,4 milhões de euros no âmbito das referidas tipologias de apoio do SI Inovação.

Quanto ao SI Qualificação PME, foram contratados 240 projetos com um investimento na área do ambiente de 13,1 milhões de euros.

Está ainda prevista esta tipologia no âmbito do SI I&DT – Vale I&DT, tendo sido aprovados 4 projetos com um investimento elegível de 99 mil euros.

No âmbito do COMPETE, não está previsto qualquer tipo de apoio “fim-de-linha”.

No Anexo VII encontra-se a lista completa dos Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e Sustentabilidade.



EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Neste ponto efetua-se uma análise da realização do Programa, ao nível dos seus Eixos Prioritários, focando candidaturas, aprovações e indicadores de realização, sendo apresentados, igualmente, alguns exemplos de projetos considerados como boas-práticas.

Tendo em conta o nível reduzido de aprovações registadas em 2014, as quais não produziram alterações substanciais ao nível das análises mais aprofundadas realizadas em anteriores relatórios, remete-se a atualização das mesmas para o relatório final do COMPETE.

Neste capítulo serão já apresentados, quando possível, os dados referentes aos resultados finais obtidos dos projetos encerrados.

3.1 EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Dedicado à Ciência e à promoção da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com particular incidência sobre o contexto empresarial, o Eixo I do COMPETE tem como **objetivos**:

- Estimular a criação de novos conhecimentos nas instituições científicas e tecnológicas, num quadro de maior focalização das atividades de I&D, face às prioridades europeias e nacionais e atuando diretamente no reforço das suas capacidades científicas e tecnológicas e sobre a sua visibilidade internacional;
- Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.

Para a concretização destes objetivos foram criados dois **instrumentos** (cf. **Tabela 1.2**):

- SAESCTN – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, dirigido a instituições do Sistema Científico e Tecnológico;
- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, dirigido às empresas.

Estes dois instrumentos convergem, atuando quer do lado da oferta, através da capacitação e disponibilização de uma base de conhecimento científico e tecnológico ao nível do estado da arte em termos internacionais, quer da dinamização de uma procura empresarial exigente e qualificada em matéria de fatores tecnológicos.

Por via desta complementaridade contribui-se para potenciar a competitividade da economia nacional através da inovação tecnológica por via do desenvolvimento, facilitação do acesso e incorporação na estrutura produtiva de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Analisando os **Indicadores de realização** previstos para o Eixo I, tal como vem sendo reportado em Relatórios de Execução anteriores, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas para o final do Programa, revelando a coerência entre as aprovações realizadas e os objetivos fixados, nomeadamente face à relevância do I&D empresarial, em especial no que se refere aos projetos de fomento da cooperação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico nacional, e à valorização dos projetos de I&D com uma elevada componente de demonstração tecnológica dos resultados obtidos.

Nos Anexos VIII e IX poderá ser analisada a bateria de indicadores com um maior detalhe.

Tabela 3.1: Indicadores de Realização do Eixo I, 2007-2014

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2014	Sim/Não
RELEVÂNCIA DA I&D EMPRESARIAL (Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	35%	50%	68%	Sim
RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES DE I&D EM CONSÓRCIO (Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	12%	30%	48%	Sim
APOIO A PROJETOS E ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&DT (Investimento em atividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D)	15%	25%	34%	Sim
INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM PROJETOS COMUNITÁRIOS DE I&DT (N.º de entidades participantes em projetos comunitários)(*)	150	100	133	Sim

Nota: (*) Inclui os apoios atribuídos no âmbito dos projetos SIAC, tal como referido no ponto 3.5.2 (análise qualitativa do Eixo V). Fonte: SI POFC.

Tabela 3.2: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo I, 2007-2014

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	265
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	3.402
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	419
	6. Empregos na investigação criados (*)	Eixo I	265
	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	465
Ajudas diretas ao investimento nas PME (**)	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	59
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Eixos I e II	170
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	132
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	184
	23. N.º de projetos	Total do PO	13
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(***)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	0
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	0
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	15

Notas: (*) Sendo Indicadores de Resultado, são apresentados os dados de encerramento; (**) Considera-se como relevante o contributo do Eixo I para Ajudas Diretas ao Investimento nas PME, apesar do mesmo não estar previsto no texto do PO; (***) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

3.1.2. Análise qualitativa

O Eixo I registou um total de 13.858 candidaturas, envolvendo perto de 3,8 mil milhões de euros de investimento. Destas, no final de 2014 encontravam-se aprovadas 3.403, com um incentivo associado de 753 milhões de euros. Em termos de número de projetos, este Eixo representa 68% do total de candidaturas e mais de metade das aprovações do Programa.

Em média, o incentivo atribuído ronda os 127 mil euros no SAESCTN e os 513 mil euros no SI I&DT, onde os projetos, pela sua forte componente de desenvolvimento experimental e prototipagem, possuem, em média, maior dimensão.

Tabela 3.3: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no Eixo I por Instrumento, 2007-2014

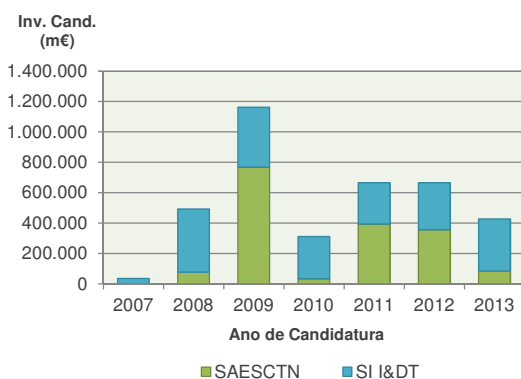
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	12.076	1.711.872	2.575	386.185	327.784	30	2.967	2.361
SI I&DT	1782	2.050.275	828	834.556	424.790	203	227.588	93.327
TOTAL EIXO I	13.858	3.762.147	3.403	1.220.741	752.575	233	230.554	95.687

Fonte: SI POFC.

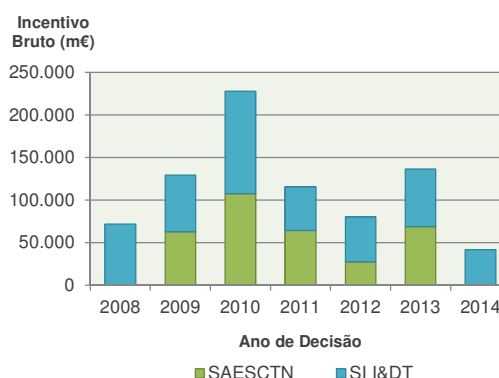
O ano de 2009 foi o ano com maior número de **candidaturas**, como consequência dos concursos SAESCTN lançados (em especial dos AAC n.º 01/SAESCTN/2008 e n.º 14/SAESCTN/2009, dois concursos de âmbito alargado para a apresentação de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos, que obtiveram, no total, mais de 5 mil candidaturas). Em 2014 não houve lugar a candidaturas.

Gráfico 3.1: Evolução das Candidaturas, 2007-2014



Nota: Inclui desistências e anulações. Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.2: Evolução das Aprovações, 2007-2014

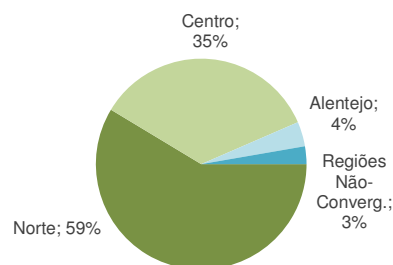


Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Relativamente à decisão, 2010 foi o ano com maior número de **projetos aprovados**, também na sequência dos concursos SAESCTN referidos anteriormente. No âmbito dos concursos abertos em 2013, foram aprovados em 2014, 104 projetos do SI I&DT, num montante de incentivo bruto (incentivo aprovado no ano sem reflexo de posteriores descativações decorrentes de anulações ou encerramentos) próximo dos 42 milhões de euros.

Verifica-se uma forte concentração dos apoios na Região Norte (59% do incentivo aprovado), face às restantes Regiões de Convergência (Centro e Alentejo). Por oposição, realce-se que o incentivo orientado para as regiões de não-convergência Lisboa e Algarve, concedido ao abrigo da regra *spill-over effects* e no âmbito dos projetos de Co-promoção do SI I&DT (ponto 2.1.3), representa apenas cerca de 2,6%.

Gráfico 3.3: Incentivo Aprovado por Região, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

No final de 2014, este Eixo contava com 233 **projetos encerrados**, cerca de 7% das aprovações, num total de 96 milhões de euros de incentivo.

Não contribuindo diretamente para a promoção da **igualdade entre homens e mulheres**, o SAESCTN e o SI I&DT, tal como a totalidade dos apoios concedidos pelo Programa

incorporam as preocupações no sentido de garantir a não-discriminação e a igualdade de oportunidades na execução dos projetos (ver ponto 2.2.4).

Tal como foi explicitado no ponto 2.2.5, não foi apoiado (nem está previsto) qualquer projeto com formação profissional no âmbito do Eixo I.

SAESCTN - SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

| 149

O SAESCTN assenta sobre duas **tipologias de projetos** principais:

- Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), compreendendo atividades de investigação fundamental, investigação aplicada, e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico;
- Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal, nomeadamente, no âmbito da “Ciência Viva”.

Ao longo do período em análise, foram rececionadas mais de 12 mil candidaturas, em 34 **concursos**, com um investimento associado de 1,7 mil milhões de euros. Os concursos de âmbito geral absorveram cerca de 91% das candidaturas rececionadas e mais de metade do incentivo atribuído no SAESCTN.

Tabela 3.4: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerramentos no SAESCTN por Natureza dos Concursos, 2007-2014

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Disposições Transitórias	696	76.460	642	67.588	57.150	28	2.433	1.907
Concursos Gerais	11.044	1.460.202	1.728	200.821	170.529	0	0	0
Concursos Específicos	157	36.731	70	8.964	7.614	0	0	0
Proj. Estratégicos	106	114.257	106	102.226	86.892	0	0	0
TOTAL IC&DT	12.003	1.687.650	2.546	379.599	322.186	28	2.433	1.907
Ciência Viva	73	24.222	29	6.586	5.598	2	534	454
TOTAL SAESCTN	12.076	1.711.872	2.575	386.185	327.784	30	2.967	2.361

Fonte: SI POFC.

Quanto à localização dos projetos aprovados SAESCTN, mantiveram-se os valores reportados no último relatório de execução: a região Norte concentrou 56% do incentivo (já contabilizando a respetiva parte nos projetos Multirregiões), seguindo-se o Centro, com 41% e, por fim, o Alentejo, com 3% dos apoios.

Tabela 3.5: Projetos SAESCTN Aprovados por NUTS II, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1.276	193.532	164.246
Centro	879	137.616	116.875
Alentejo	85	9.732	8.256
Multirregiões Convergência	335	45.306	38.407
Norte		21.136	17.940
Centro		21.238	17.993
Alentejo		2.932	2.474
TOTAL SAESCTN	2.575	386.185	327.784

Fonte: SI POFC.

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (IC&DT)

No que se refere aos projetos de IC&DT do SAESCTN e de acordo a Tabela 3.4, os concursos dividiram-se em quatro categorias:

- Concursos lançados ao abrigo das disposições transitórias do Regulamento de Execução do SAESCTN;
- Concursos de carácter geral, que abrangem todos os domínios científicos;
- Concursos específicos, resultantes, na sua maioria, de acordos de cooperação com instituições internacionais;
- Projetos estratégicos, desenvolvidos em domínios de interesse público.

Tabela 3.6: Concursos de IC&DT Enquadrados ao Abrigo das Disposições Transitórias, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados (2007-2014)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
FSE/2008	Projetos de Investigação sobre Fatores de Sucesso Escolar no Ensino Básico e Secundário – 2008 ⁽¹⁾	0	0	0
PortugalNano 2007	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia	7	960	816
PIHM 2008	Projetos de IC&DT no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal - 2008	10	667	567
CMU-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa CMU-Portugal - 2008	1	306	260
UTAustin-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa UTAustin-Portugal - 2008	5	445	378
Concurso IC&DT 2006	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2006	579	59.865	50.591
CERN/FP/2008	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2008	3	85	67
PIC/2007	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no domínio da Investigação Clínica - 2007	32	4.484	3.812
MIT-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa MIT-Portugal - 2008	5	776	660
TOTAL SAESCTN – Disposições Transitórias		642	67.588	57.150

Nota: ⁽¹⁾ Este concurso contou com 7 projetos aprovados, que entretanto foram objeto de anulação. Fonte: SI POFC.

Relativamente aos concursos lançados ao abrigo das disposições transitórias, foram submetidas ao COMPETE, em 2010, candidaturas referentes a 9 concursos para projetos de IC&DT lançados pela FCT.

Das 696 candidaturas apresentadas, foram aprovados 642 projetos com um investimento elegível de 67,8 milhões de euros e um incentivo de 57,3 milhões de euros (Tabela 3.6).

No que respeita aos projetos de IC&DT em todos os domínios científicos³⁶, foram lançados 5 concursos de carácter geral destinados a promover ideias inovadoras através do apoio a projetos exploratórios de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

No total, estes projetos de carácter geral somam 1.728 aprovações, a que corresponde um investimento elegível e um incentivo próximos dos 201 milhões de euros e 171 milhões de euros, respetivamente.

Tabela 3.7: Concursos para Projetos de IC&DT em Todos os Domínios, 2007-2014

Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados		
		(2007-2014)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso IC&DT 2008	Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos - 2008	665	82.772	70.284
Concurso IC&DT 2009	Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos - 2009	374	43.048	36.575
Concurso IC&DT 2010	Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos - 2010	288	29.875	25.324
Concurso IC&DT 2012	Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos - 2012	296	40.700	34.585
Concurso IC&DT 2013	Projetos exploratórios de IC&DT em todos os domínios científicos - 2013	105	4.425	3.761
TOTAL SAESCTN – Projetos em todos os domínios		1.728	200.821	170.529

Fonte: SI POFC.

Relativamente aos concursos específicos, encontram-se aprovados 70 projetos de IC&DT com um investimento elegível de próximo dos 9 milhões de euros e um incentivo de 7,6 milhões de euros (Tabela 3.7).

³⁶ Não inclui o concurso para projetos de IC&DT em todos os domínios enquadrado no COMPETE ao abrigo das disposições transitórias do regulamento do SAESCTN constante do quadro anterior.

Tabela 3.8: Concursos Específicos com Projetos de IC&DT Aprovados, 2007-2013

Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados		
		(2007-2014)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Sobreiro 2009	Projetos para Obtenção e Caracterização de EST do Sobreiro	2	94	80
CERN/FP	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2009 e 2010	44	4.526	3.842
RIPD/2009	Projetos de investigação no âmbito da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - 2009	5	414	352
Harvard MS-Portugal	Projetos de Investigação Clínica e de Translação no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009 e 2010	3	817	694
HMS-Portugal IC (Júnior)	Projetos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	214	182
HMS-Portugal I&D SIM	Projetos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	398	338
HMS-Portugal IISE	Projetos de Investigação de Avaliação do Impacto Socioeconómico de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	1	292	248
MIT-Portugal	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT - 2009	5	921	783
CMU-Portugal	Projetos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>Carnegie Mellon University</i> - Portugal - 2009	5	1.128	959
UTAustin-Portugal Estratégico	Projetos Estratégicos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009	1	160	136
TOTAL SAESCTN – Concursos Específicos		70	8.964	7.614

Fonte: SI POFC.

No que concerne aos **projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público**, foram aprovados 106 projetos, em dois concursos, envolvendo um incentivo próximo dos 87 milhões de euros.

Tabela 3.9: Concursos para Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público, 2007-2014

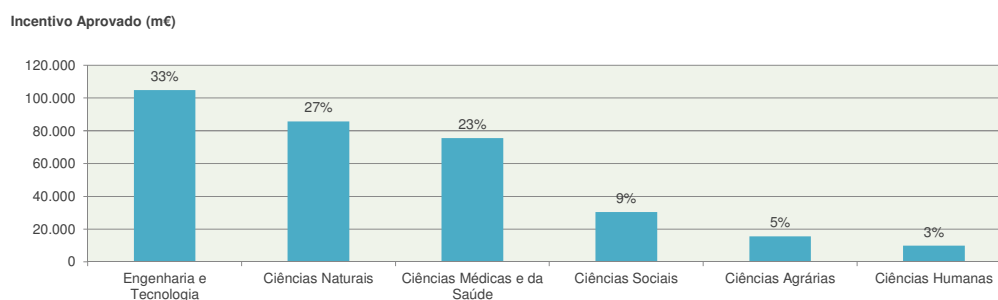
Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados		
		(2007-2014)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso 2011	Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público Promovidos por Laboratórios Associados e Unidades de I&D	71	66.509	56.533
Concurso 2013	Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público Promovidos por Laboratórios Associados e Unidades de I&D	35	35.717	30.359
TOTAL SAESCTN – Projetos Estratégicos e de Interesse Público		106	102.226	86.892

Fonte: SI POFC.

Considerando o **domínio científico principal** dos 2.546 projetos de IC&DT aprovados, verifica-se que 33% do incentivo se destina a projetos no domínio das Engenharia e Tecnologia (com especial destaque às áreas das Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática, Engenharia dos Materiais e Engenharia do Ambiente). Seguem-se as Ciências Naturais com 27%, onde se destacam as Ciências da Terra e do Ambiente e as Ciências Biológicas (**Gráfico 3.4** e **Gráfico 3.5**)

Conclui-se, assim, que cerca de 83% do incentivo atribuído se insere em áreas com maior potencial de valorização económica (ciências naturais, da saúde e engenharia e tecnologia).

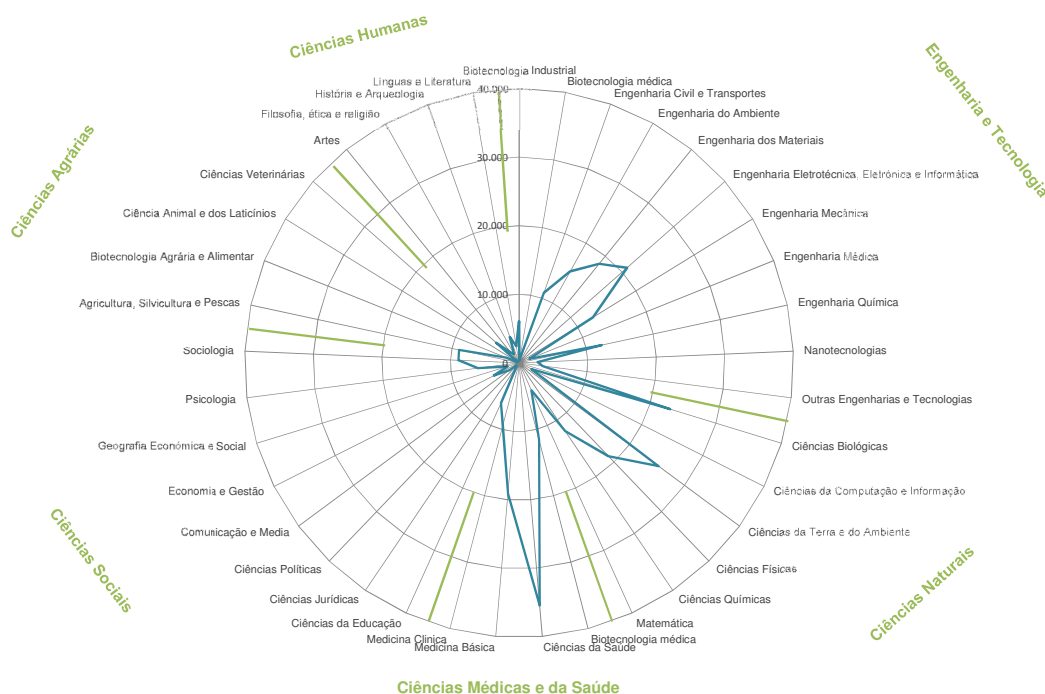
Gráfico 3.4: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico Principal, 2007-2014



Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

Comparando os diferentes domínios científicos (Gráfico 3.5), verifica-se que o maior volume de incentivo se direciona para as Ciências da Saúde, para projetos em áreas como a obesidade, diabetes, alergias, saúde pública, epidemiologia, atividade física, entre outras.

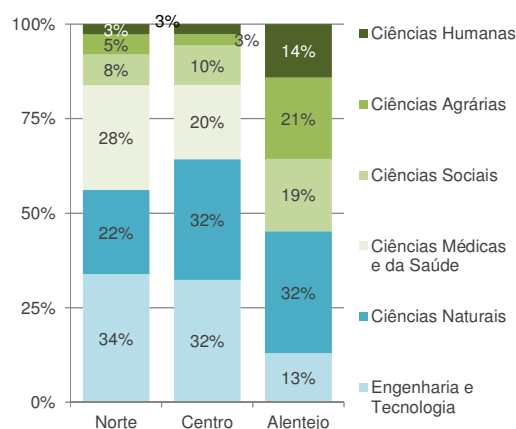
Gráfico 3.5: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico, 2007-2013



Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

A análise por região (Gráfico 3.6) permite constatar uma maior relevância dos domínios de Engenharia e Tecnologia e Ciências Médicas e da Saúde no Norte, das Ciências Naturais no Centro e das Sociais e Ciências Agrárias no Alentejo. A Tabela 3.9 apresenta, para cada região, aqueles que são os domínios científicos mais representativos nos projetos de IC&DT no SAESCTN (mais de 50% do incentivo aprovado).

Gráfico 3.6: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico Principal e Região, 2007-2014



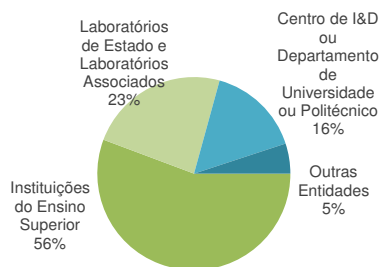
Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

Tabela 3.10: Principais Domínios Científicos dos Projetos de IC&DT SAESCTN por Região (mais de 50% do incentivo aprovado), 2007-2013

(mais de 50% do incentivo aprovado)

Norte	
Ciências da Saúde	14%
Ciências Biológicas	9%
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	8%
Ciências da Terra e do Ambiente	6%
Medicina Básica	6%
Engenharia Química	6%
Engenharia do Ambiente	5%
Centro	
Ciências Físicas	10%
Engenharia dos Materiais	10%
Ciências da Terra e do Ambiente	9%
Ciências da Saúde	8%
Medicina Básica	6%
Engenharia Mecânica	5%
Ciências Biológicas	5%
Alentejo	
Ciências da Terra e do Ambiente	21%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	17%
História e Arqueologia	12%
Economia e Gestão	8%

Gráfico 3.7: Incentivo Aprovado para Projetos de IC&DT - SAESCTN por Tipo de Promotor e Co-Promotor, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Os projetos aprovados de IC&DT do SAESCTN envolvem 239 entidades (incluindo as entidades parceiras), das quais se destacam as Instituições do Ensino Superior, que absorvem cerca de 56% do total do incentivo aprovado.

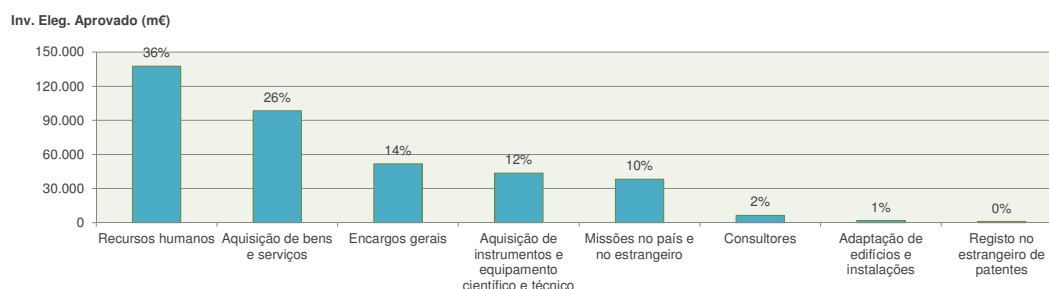
Tal como referido no ponto 2.2.1, a participação de empresas nos projetos SAESCTN assume um carácter extraordinário, estando presentes em apenas 14 projetos (menos de 1% do total de projetos aprovados).

Analisando o investimento elegível aprovado, constata-se que a principal rubrica de investimento consiste nos recursos humanos dos promotores (com cerca de 36% do total das despesas elegíveis). Destaque-se ainda o facto de cerca de 38% do total do investimento se destinar à aquisição de bens e de serviços (incluindo as despesas com a aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico).

Realce-se, por outro lado, que o investimento em missões no país e no estrangeiro, visando fundamentalmente o acesso à investigação de ponta por parte das equipas de projetos e a divulgação científica dos resultados intermédios e finais dos projetos, representa 10% do investimento elegível apoiado, estando presente em 2.500 projetos, ou seja, em 98% do total de projetos aprovados.

| 155

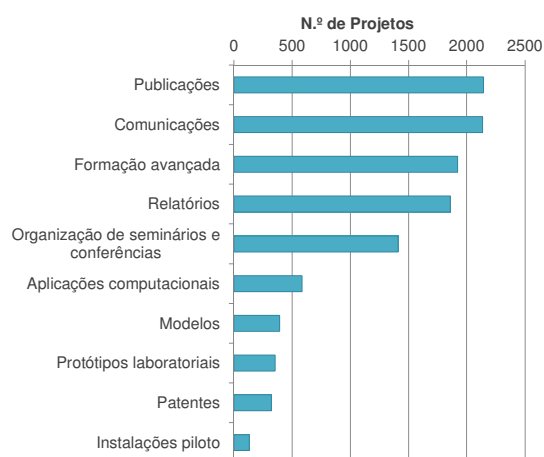
Gráfico 3.8: Investimento Elegível dos Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Tipologia de Despesa, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Relativamente aos *outputs* gerados pelos projetos e considerando os dados de candidatura, verifica-se que a quase totalidade dos projetos aprovados se propunha fazer publicações (sendo que aqui se incluem livros e artigos em revistas nacionais e internacionais) e comunicações em eventos científicos nacionais ou internacionais. Segue-se a formação avançada (teses de mestrado, doutoramentos ou outra) e a apresentação de relatórios. A organização de seminários e conferências está prevista em 66% dos projetos. Modelos, protótipos, patentes e instalações-piloto têm menor representatividade (Gráfico 3.9).

Gráfico 3.9: Principais Outputs Esperados dos Projetos Aprovados do IC&DT - SAESCTN, 2007-2014



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (2.149). Fonte: SI POFC.

Relativamente à *composição e grau de qualificação das equipas* de investigação, considerando, igualmente, os dados de candidatura, verifica-se que nos projetos aprovados

deverão estar envolvidas perto de 19 mil pessoas, na sua maioria, investigadores. Observa-se também um elevado nível de qualificação das equipas, com cerca de metade das participações em projetos por parte de detentores de grau de doutor ou superior a este.

Durante o ano de 2014 foram encerrados 28 projetos, com um investimento elegível de 2,4 milhões de euros e um incentivo de 1,9 milhões de euros.

Apresentam-se, de seguida, **dois projetos de IC&DT aprovados no SAESCTN**, um na tipologia de projeto individual e outro, na tipologia de projeto em co-promoção.

O projeto seguinte visou a produção de biocombustíveis a partir de matérias-primas de elevado teor em ácidos gordos livres e resultou, entre outros, no registo de uma patente:

Caixa 5: Ciência e Conhecimento (Projeto Individual): Produção de biocombustíveis por transesterificação e hidrogenação de resíduos com elevado teor de ácidos gordos livres – BIOFFA - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG)

MEDIDA DE APOIO: Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) - Projeto Individual

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Ambiente e Alterações Climáticas - Ambiente

N.º DE PROJETO: 013936

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Produção de biocombustíveis por transesterificação e hidrogenação de resíduos com elevado teor de ácidos gordos livres – BIOFFA.

PROMOTOR: Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG)

LOCALIZAÇÃO: Norte

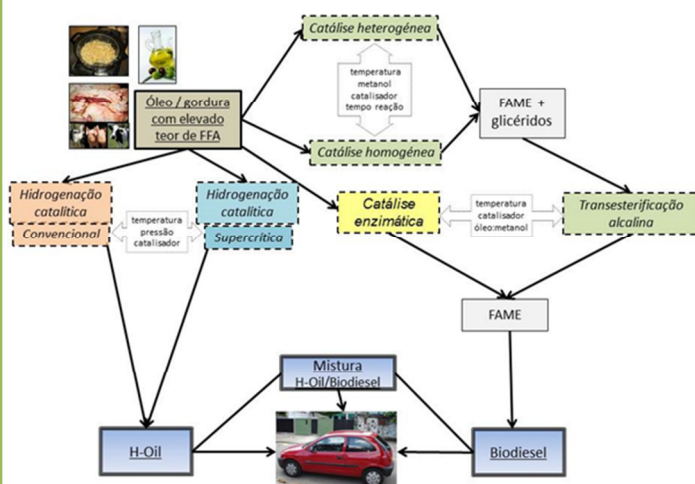
INVESTIMENTO APROVADO: 173.000,00 € **INCENTIVO APROVADO:** 147.050,00 €

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A procura de fontes alternativas aos combustíveis fósseis tradicionais tem-se tornado cada vez mais importante com o evoluir dos anos devido ao aumento das necessidades energéticas, à perspetiva de que os recursos fósseis são limitados e aos novos paradigmas do ambiente. Uma das alternativas mais promissoras para a substituição do gasóleo é a utilização de biocombustíveis produzidos a partir de matérias-primas com elevado conteúdo glicéridico, tais como óleos e gorduras.

O objetivo deste projeto foi, assim, o desenvolvimento de processos de produção de biocombustíveis a partir de matérias-primas de elevado teor em ácidos gordos livres (FFA). Numa fase inicial foram avaliadas as características de diferentes resíduos, incluindo óleos alimentares usados, gorduras animais e óleo de bagaço de azeitona, que poderão ser valorizados nestes processos. Simultaneamente, foi efetuado um levantamento da disponibilidade destas matérias-primas em Portugal.

Tecnologicamente, realizou-se uma abordagem considerando dois tipos de processos de produção com vista à obtenção de biocombustíveis diferentes: ésteres metílicos de ácidos gordos (FAME – biodiesel) e óleo hidrogenado (H-Oil).



Para a produção de biodiesel, o método industrial mais utilizado é a transesterificação alcalina, que é um processo rápido e barato. No entanto, matérias-primas de elevado teor em FFA, do tipo das estudadas neste trabalho, não devem ser processadas por esta tecnologia devido à formação de sabões, em detrimento da conversão em ésteres, que reduz drasticamente o rendimento mássico do processo. Em consequência, parte do trabalho proposto neste projeto visou testar e otimizar métodos para reduzir/remover FFA, através da esterificação em presença de um

catalisador ácido, líquido (catálise homogênea) ou sólido (catálise heterogênea). Seguidamente, a matéria-prima já tratada ($\text{FFA} < 1\% \text{ p/p}$) foi submetida a transesterificação alcalina. Com este procedimento, em dois passos, pretendeu-se reduzir substancialmente o tempo e o custo de processamento, se comparado com um único passo de catálise ácida. Uma outra abordagem foi a utilização de biocatalisadores (enzimas) para a esterificação/transesterificação direta dos resíduos.

Paralelamente, pretendeu também estudar-se a conversão dos resíduos com elevado teor em FFA, usando processos em que se promove a remoção dos átomos de oxigénio das moléculas orgânicas produzindo hidrocarbonetos, para obter um produto final similar ao gasóleo (H-Oil). Para este fim, foram otimizados dois tipos de técnicas de hidrogenação catalítica: o processo convencional em reator Parr e a reação utilizando fluidos supercríticos (scF). Uma vantagem frequentemente mencionada relativamente a estes fluidos é a sua utilização como solventes em reações envolvendo gases, dado que assim todos os reagentes estarão numa só fase havendo diminuição de resistência à transferência de massa entre reagentes e catalisador.

A utilização dos biocombustíveis produzidos (biodiesel e H-Oil) como substitutos do gasóleo *de per se* ou em misturas semelhantes às atualmente comercializadas terá a vantagem deste produto ser de origem totalmente biológica.

Para realizar o trabalho proposto juntaram-se dois grupos e o LNEG, com *know-how* nas diversas áreas: um grupo ao qual pertence o Investigador Responsável (IR), com vasta experiência em caracterização de matérias-primas glicéridicas e de biodiesel e em tecnologias de produção de biodiesel e um grupo com conhecimentos importantes em hidrogenação catalítica e em reações com fluidos supercríticos. O grupo do IR tem realizado trabalho na área do biodiesel nos últimos 10 anos e, para além de intervir em diversos projetos de investigação, tem dado assessoria técnica a diversas empresas nacionais de produção de biodiesel. Há ainda a considerar que a Unidade envolvida no projeto possui instalações e equipamentos adequados à caracterização completa de amostras de biocombustíveis segundo as normas europeias em vigor, sendo por isso reconhecido como laboratório de referência em Portugal.

RESULTADOS OBTIDOS:

O projeto decorreu entre 2011 e 2014 e teve como objetivo o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de produção de biodiesel e óleo hidrogenado, a partir de matérias-primas residuais.

Estas incluíram gorduras animais de diferentes proveniências (4), óleo alimentar usado e óleo de bagaço de azeitona, que apresentavam uma gama larga de valores de índice de acidez (0,7 a 87 mg KOH/g). O processo de hidrogenação foi estudado principalmente para gorduras com maior teor em glicéridos, por envolver reações mais complexas,

enquanto o processo de produção de biodiesel se centrou nos resíduos com maior teor de FFA. Neste caso, a utilização de resinas ácidas (com baixo teor de humidade) como catalisadores da reação de esterificação mostrou ser eficiente para a conversão dos ácidos livres em ésteres, complementando-se o processo com a reação de transesterificação na presença de metóxido de sódio, para a conversão dos glicéridos. À exceção das propriedades de frio, as gorduras animais e os óleos estudados permitiram, no geral, obter um produto final (FAME) de acordo com a especificação europeia para biodiesel - EN 14214.

No caso do processo de hidrogenação convencional obteve-se, nas condições otimizadas, um produto líquido constituído por hidrocarbonetos entre o n-C5 e o n-C20 e um produto gasoso composto, essencialmente, por CO, CO2 e hidrocarbonetos desde o CH4 até ao C4H10. A presença de CO2 (processo de hidrogenação supercrítica) aumentou fortemente (pelo menos para o dobro) o conteúdo do produto líquido em hidrocarbonetos similares aos de um gasóleo.

Apesar de não ter sido inicialmente previsto, como resultado do financiamento deste projeto, foi submetida para registo uma patente. Foram ainda obtidos os seguintes outputs:

Indicadores	Realização
Artigos em revistas internacionais	2
Comunicações em encontros científicos internacionais	12
Relatórios	3
Teses de Mestrado	5
Outras	2
Patentes	1

Os objetivos científicos previstos foram plenamente atingidos. Os resultados evidenciam grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*. O projeto contribuiu, ainda, para a formação de jovens investigadores e para a projeção internacional da equipa.

O projeto HINT centrou-se nos impactos das alterações climáticas nos ecossistemas e deu origem à comercialização de um novo sensor, um bom exemplo de transferência e valorização de conhecimento:

Caixa 6: Ciência e Conhecimento (Projeto em Co-Promoção): HINT - Impactos das alterações climáticas nos ecossistemas intertidais Europeus: Análise ecológica, fisiológica e genética - Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agroalimentares – Porto (ISCETA-Porto/UP)

MEDIDA DE APOIO:

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Ciências e Tecnologias do Mar

N.º DE PROJETO: 010564

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: HINT - Impactos das alterações climáticas nos ecossistemas intertidais Europeus: Análise ecológica, fisiológica e genética.

PROMOTOR: Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agroalimentares - Porto (ICETA-Porto/UP)
(promotor-líder)
Universidade de Évora

LOCALIZAÇÃO: Norte e Alentejo

INVESTIMENTO APROVADO: 164.404,00 € **INCENTIVO APROVADO:** 139.743,40 €

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Embora as recentes alterações globais sejam inequivocamente reconhecidas pela comunidade científica, uma questão que permanece largamente em aberto é o verdadeiro impacto que essas alterações estão a causar e que eventualmente irão provocar na natureza.

Os ecossistemas intertidais são povoados por organismos marinhos que têm que suportar condições terrestres durante a maré baixa. Neste ambiente extremamente desfavorável, eventos excecionalmente stressantes proporcionam frequentemente consequências drásticas para as espécies sésseis, que por conseguinte são consideradas espécies particularmente sensíveis e indicadoras de alterações climáticas.

Dados preliminares obtidos pela equipa de investigação do projeto revelaram padrões bastante interessantes: as condições a que esses organismos intertidais estão expostos parecem ser, em grande medida, dependentes do seu micro-habitat. Além disso, alguns organismos intertidais estão sujeitos a variações diárias da sua temperatura corporal superiores a 20 °C. Estas flutuações de temperatura durante períodos de tempo tão reduzidos, e a escalas espaciais tão restritas são muito superiores à diferença na temperatura do mar entre pontos separados por milhares de quilómetros. Assim, dois organismos que ocupem o mesmo habitat poderão estar sujeitos a microambientes radicalmente diferentes.

Estes factos estão na origem das questões fundamentais abordadas neste projeto: se o stresse térmico é tão influenciado pelas características ambientais a uma escala tão reduzida, como surgem os padrões que se observam a grandes escalas? Qual é a relação entre a micro-biogeografia e a macro-biogeografia? Como é que estes padrões individuais de temperatura se traduzem em processos a grandes escalas, e originam invasões e mudanças biogeográficas aparentemente relacionadas com as alterações climáticas? Se estes organismos suportam diariamente grandes flutuações de temperatura, como é possível que o aquecimento previsto de apenas alguns graus tenha efeitos a larga escala?

Para responder a estas questões reuniu-se uma equipa multidisciplinar, na qual as competências individuais foram uma mais-valia. Combinaram-se abordagens ecológicas, fisiológicas e genéticas para objetivamente identificar a origem e quantificar os efeitos do stresse térmico sobre espécies-chave do ambiente intertidal, ao longo de uma ampla área excedendo 20 graus de latitude. Pretendeu-se usar biossensores autónomos dos já desenvolvidos para alargar a uma grande parte da costa do Nordeste Atlântico a atual rede experimental de monitorização de temperatura, que correntemente engloba somente a Península Ibérica.

A equipa tirou partido da sua experiência na utilização de técnicas moleculares para medir stresses térmicos subletais, recolhendo assim informações sobre os efeitos biológicos da temperatura ao longo de uma série crescente de escalas, desde a microescala até à macroescala. Complementou estes dados com um conjunto de experiências laboratoriais visando determinar: i) a dinâmica temporal (ou seja, a indução e a diminuição) da resposta ao stresse térmico; ii) a importância relativa do stresse durante a submersão e a emersão. Foram também realizadas uma série de manipulações no campo para melhor compreender melhor o comportamento termorregulatório destas espécies.

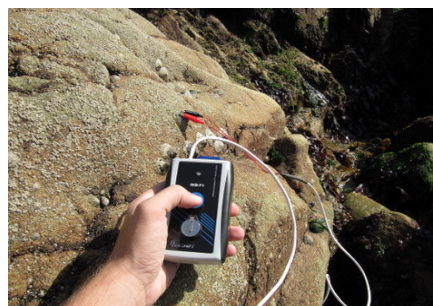


A equipa de investigação tem sido pioneira no desenvolvimento de modelos biofísicos. Quando combinados com as abordagens previamente referidas, estes modelos oferecem uma oportunidade sem precedentes para abordar hipóteses sobre os efeitos biogeográficos provocados pelas alterações climáticas sobre as comunidades naturais.

Os dados gerados pelos modelos biofísicos são utilizados para testar se, no decurso de uma longa escala temporal, *hot-spots* ambientais são suficientemente fortes para causar um efeito seletivo sobre genes codificantes de proteínas de reparação celular de resposta a lesões térmicas.

Resumindo, este trabalho forneceu informações novas e cruciais para a previsão de como o ambiente se traduz em padrões fisiologicamente relevantes na temperatura corporal. Contribuiu também com novos dados para descrever as escalas temporais e espaciais às quais esses processos decorrem, o que constitui um aspeto chave para conhecer e prever onde e quando os efeitos das alterações climáticas irão ocorrer.

A investigação contribuiu também para fornecer a alunos de mestrado e doutoramento um ambiente de trabalho altamente enriquecedor. Os alunos foram expostos a perspetivas multidisciplinares, a fim de transpor barreiras tradicionais entre disciplinas tais como a climatologia, a eletrónica, a ecologia experimental, a biologia do comportamento, a fisiologia, ou mesmo a genética e a modelização bioclimática.



RESULTADOS OBTIDOS:

O projeto decorreu entre 2010 e 2013. Foram utilizados sensores autónomos biomiméticos para registar *in situ* as temperaturas em diferentes micro-*habitats* intertidais (ao longo da costa rochosa Europeia, entre o Algarve e a Escócia); determinada a importância relativa do stresse térmico submersão vs. aéreo; investigada a importância da adaptação ecológica e comportamental das espécies utilizadas (lapas, mexilhão) para lidar com o stresse intertidal; desenvolvidos mapas de stresse para a zona costeira a nível mundial e calculados modelos térmicos, bem como reconstruções e previsões a longo-prazo do stresse térmico.

No âmbito deste projeto foi desenvolvida uma versão comercial (*out-of-the-box*) de um sensor/amplificador de batimentos cardíacos passível de ser utilizado tanto em experiências laboratoriais como em campo, com o objetivo de analisar o tempo de resposta de invertebrados marinhos ao stresse térmico ou de poluição. Este aparelho já entrou no mercado internacional através de uma companhia portuguesa e é um exemplo perfeito da eficiente transferência de conhecimento entre a Universidade, as empresas e o mercado.

Os *outputs* deste projeto apresentam-se na tabela abaixo, e evidenciam o esforço da equipa de investigação e os excelentes resultados alcançados:

Indicadores	Realização
Livros	1
Artigos em revistas internacionais	9
Comunicações em encontros científicos internacionais	13
Relatórios	3
Teses de Doutoramento	1
Teses de Mestrado	1
Outras	3
Modelos	1
Aplicações Computacionais	2
Protótipos laboratoriais	2

Tratou-se de um projeto de investigação muito bem-sucedido, com resultados científicos e avanços tecnológicos significativos, incluindo o desenvolvimento de novos sensores, com uma melhor calibração e precisão. Com efeito, a transferência de tecnologia resultou na comercialização de um novo sensor. A colaboração internacional, incluindo com os EUA, foi também uma característica relevante deste projeto, que contribuiu significativamente para a investigação do impacto das alterações globais/climáticas

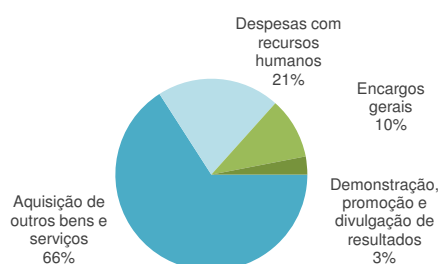
PROJETOS DE PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

No âmbito da tipologia **Promoção da Cultura Científica e Tecnológica** do SAESCTN, foi lançado apenas um concurso, que teve lugar em 2010 e que teve como tema a produção de conteúdos de ciência e tecnologia, dirigidos ao público em geral, para difusão através da comunicação social, incluindo meios *on-line*.

Como objetivos deste Concurso, foram apontados a promoção de uma sociedade mais qualificada e o reconhecimento social da Ciência e da Tecnologia como motores de inovação e competitividade, bem como capitalizar o potencial gerador da produção de conteúdos de Ciência e Tecnologia nas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

De 73 candidaturas recebidas, encontram-se aprovados 29 projetos com um investimento elegível de 6,6 milhões de euros e um incentivo de 5,6 milhões de euros e encerrados 2 projetos com um investimento elegível de 534 mil euros e um incentivo de 454 mil euros

Gráfico 3.10: Projetos de Ciência Viva Aprovados no SAESCTN, por Tipologia de Despesa Aprovada, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Analisando o investimento elegível aprovado nos referidos 29 projetos, constata-se que a principal rubrica de investimento consiste na aquisição de bens e de serviços, concentrando 66% do investimento elegível.

Dos *outputs* esperados dos projetos, salienta-se a produção de programas televisivos e de rádio em diferentes domínios científicos, a criação de páginas *web*, de material informativo diverso, a publicação de artigos em jornais e revistas, entre outros.

Apresenta-se, em seguida, **um dos projetos encerrados** na tipologia Promoção da Cultura Científica e Tecnológica no SAESCTN, que visou a divulgação da matemática, associando-a às diferentes dimensões do quotidiano, na televisão e com bons resultados a nível nacional e internacional.

Caixa 7: Ciência Viva: Isto é Matemática - Sociedade Portuguesa de Matemática

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Promoção da Cultura Científica e Tecnológica

N.º DE PROJECTO: 16909

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Isto é Matemática

PROMOTOR: Sociedade Portuguesa de Matemática

LOCALIZAÇÃO: Região Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 398.727,22 euros **INCENTIVO APROVADO:** 338.918,14 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O projeto "Isto é Matemática" inclui a realização de 7 séries de 13 programas de curta-duração, de divulgação da matemática. Cada programa é transmitido semanalmente, com 5 repetições e corresponde a um tema relacionado com o quotidiano, que é abordado do ponto de vista matemático, permitindo demonstrar que a "matemática" está presente nos diversos aspetos do dia-a-dia.



RESULTADOS OBTIDOS:

O projeto "Isto é Matemática" cumpriu os objetivos a que se propôs, chegando a superá-los em alguns aspetos, particularmente ao nível do impacto. Foram produzidas as 7 temporadas de 13 episódios previstas, com exibição na SIC notícias e divulgação através da Internet:

- Site da SPM: <http://www.spm.pt/istoematematica>
- Youtube: <https://www.youtube.com/user/istoematematica>
- Facebook: <https://pt-pt.facebook.com/istoematematica>

O objetivo de divulgar a Matemática de forma simples, descontraída e numa linguagem acessível ao grande público foi claramente alcançado. Foi possível aproximar a matemática do grande público, mantendo a coerência e a correção científica. A linguagem acessível e direta, a ligação clara aos aspetos do quotidiano, a escolha dos locais das gravações, a qualidade das imagens, bem como a forma descontraída como é feita a apresentação, contribuíram para a empatia do público e para os resultados do projeto.

Os programas produzidos demonstram a elevada qualidade deste projeto, o que já era expectável tendo em conta a experiência e a credibilidade das equipas e das entidades envolvidas. Tanto a SPM como a SIC Notícias e a Sigma 3 são entidades de referência nas suas áreas de atuação. A parceria com a SIC Noticias permitiu aumentar a visibilidade da série ao longo do período em que foi exibida, superando, também a este nível, os objetivos previstos.

A utilização da *internet*/redes sociais (*Facebook* e *Youtube*) revelou-se muito importante no sentido de reforçar a divulgação e permitir o acesso aos conteúdos pós-difusão.

Note-se ainda que os programas estão a ser traduzidos para língua Inglesa e que a primeira série de 13 episódios já

está disponível na [Mathematics in Europe](#), uma página *web* de divulgação da matemática para o público europeu.

Foi, também, recentemente celebrado um protocolo com a Universidade de *El Salvador*, para a tradução da primeira série do programa para Castelhano.

Este projeto obteve reconhecimento tanto a nível nacional como a nível internacional, como compravam as várias distinções recebidas. Destaca-se, neste âmbito, a “Homenagem Especial na Mostra Internacional de Ciência” na TV VerCiência2013, no Brasil, o reconhecimento da Sociedade Portuguesa de Autores através da nomeação efetuada para a categoria de melhor programa de entretenimento, e a nomeação para os *European Science TV & Media Awards*, na categoria de “Melhor Programa Geral Televisivo”.

Em termos de audiências, no final do ano 2014, estas ascendiam às 92.700 visualizações por programa.

SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

Enquanto o SAESCTN apoia a I&DT promovidos por entidades do Sistema Científico e Tecnológico, no SI I&DT são as empresas que apresentam os projetos, quer individualmente, quer nos projetos em co-promoção.

Desde o início do Programa, foram rececionadas 1.782 candidaturas, com um volume de investimento superior a 2 mil milhões de euros. Encontravam-se aprovados 828 projetos envolvendo um investimento elegível de 834,6 milhões de euros e um incentivo de 424,8 milhões de euros, dos quais 203 projetos, com um investimento elegível de 227,6 milhões de euros, já com encerramento físico e financeiro.

Relativamente à **tipologia de apoios**, é de realçar o peso da I&DT em co-promoção (incluindo projetos mobilizadores), que absorve 61% do incentivo total aprovado.

Tabela 3.11: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerramentos no SI I&DT por Instrumento, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2014)		Projetos Aprovados (2007-2014)			Projetos Encerrados (2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT – Proj. I&DT Individuais	629	650.382	320	235.925	111.992	54	24.262	11.681
SI I&DT – Proj. I&DT Co-promoção	947	929.361	405	307.438	196.690	97	75.950	48.196
SI I&DT – Proj. Mobilizadores	16	139.448	14	76.092	53.039	0	0	0
SI I&DT - Vale I&DT	122	3.674	57	1.728	1.294	36	1.097	821
SI I&DT – Regime Especial (Proj. Individuais)	9	225.187	8	188.433	48.084	5	123.109	31.308
SI I&DT – Regime Especial (Proj. Co-promoção)	3	66.968	1	17.708	10.546	0	0	0
SI I&DT - I&DT Coletiva	7	5.839	2	688	481	0	0	0
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	49	29.418	21	6.544	2.664	11	3.169	1.320
TOTAL SI I&DT	1.782	2.050.275	828	834.556	424.790	203	227.588	93.327

Fonte: SI POFC.

Analisando a **distribuição das aprovações por região**, verifica-se uma preponderância da região Norte, que, com um montante de investimento elegível na ordem dos 548,5 milhões de euros, absorve 66% do total do incentivo aprovado (inclui a componente realizada na Região do Norte dos projetos Multirregiões).

De acordo com o reportado no ponto 2.1.2, relativamente aos projetos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”, o investimento elegível apoiado localizado nas regiões de Lisboa e Algarve assume um carácter excecional e residual (limitando-se a 3,5% do investimento elegível total do SI I&DT e 4,7% do incentivo aprovado).

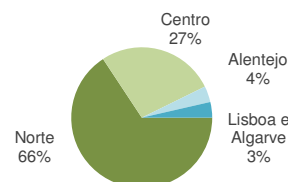
Tabela 3.12: Projetos Aprovados no SI I&DT por Região, 2007-2014

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	309	432.951	182.408
Centro	211	127.666	63.378
Alentejo	24	11.641	5.480
Multirregiões Convergência	164	123.228	81.056
Norte		66.824	44.082
Centro		47.872	31.287
Alentejo		8.532	5.687
Multirregiões Convergência e Spill-Over Effects	120	139.069	92.468
Norte		49.040	32.670
Centro		50.274	33.309
Alentejo		10.731	6.713
Lisboa		28.948	19.720
Algarve		76	55
TOTAL SI I&DT	828	834.556	424.790

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.11: Inv. Elegível Aprovado no SI I&DT por Região, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

No que concerne aos **beneficiários**, os apoios do SI I&DT (em projetos individuais e projetos em co-promoção) envolvem 744 entidades, entre promotores e copromotores, 88% das quais empresas.

Em termos de incentivo, verifica-se que 72% se destina a financiar despesas a realizar por empresas (dos quais 56% referentes a Não PME, tal como se observa no **Gráfico 3.12** seguinte onde se apresenta a distribuição do incentivo empresarial), e os restantes 28% dizem respeito a investimento a desenvolver pelas Entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

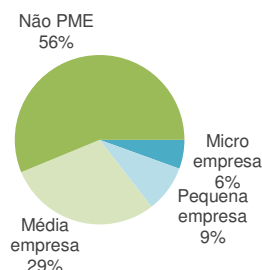
Tabela 3.13: Projetos Aprovados no SI I&DT por Dimensão das Empresas, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2014)	
	Investimento Elegível	Incentivo
Micro Empresas	23.788	17.019
Pequenas Empresas	38.614	27.360
Médias Empresas	153.777	89.140
Não PME	455.298	171.791
TOTAL SI I&DT (Inv. Empresarial)	671.477	305.311
Entidades do SCT	163.078	119.480
TOTAL SI I&DT	834.556	424.790

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.12: Incentivo Empresarial Aprov. SI I&DT por Dimensão, 2007-2014

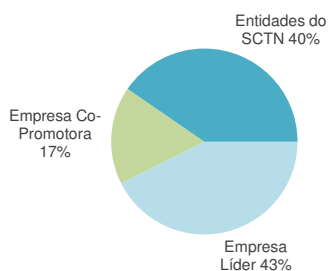


Fonte: SI POFC.

O peso das empresas de maior dimensão no COMPETE justifica-se, como se refere no ponto 2.6.1, pela repartição dos projetos entre PO Temático e PO Regionais de Convergência, sendo que estes últimos concentram os apoios a micro e pequenas empresas das suas regiões. Esta questão assume particular relevância nas tipologias de projetos Vale I&DT e Núcleos de I&DT, uma vez que se dirigem essencialmente a pequenas empresas e que por isso, acabam por ser financiados em grande medida pelos PO Regionais.

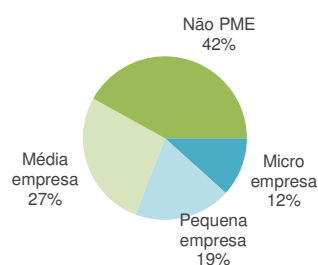
Nos 420 projetos de I&DT em co-promoção (incluindo Projetos Mobilizadores) aprovados intervêm 283 empresas-líder, 293 empresas na qualidade de copromotoras e 90 entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Analisando o investimento elegível apoiado nos projetos de I&DT em co-promoção (Gráfico 3.18), constata-se que 60% do mesmo será realizado por empresas, sendo os restantes 40% assegurados pelas entidades do SCT.

Gráfico 3.13: Investimento Elegível Aprovado no SI I&DT em Co-Promoção por Tipo de Copromotor, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

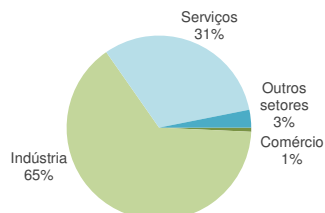
Gráfico 3.14: Investimento Elegível Empresarial Aprovado no SI I&DT em Co-Promoção por dimensão de empresa, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Relativamente ao tipo de I&D desenvolvida nestes projetos, é de salientar que 53% do investimento elegível atribuído visa a investigação industrial, ou seja a destinada à aquisição de novos conhecimentos, em detrimento do desenvolvimento experimental, mais orientado para o desenvolvimento de conhecimentos e técnicas mais próximas do mercado.

Gráfico 3.15: Incentivo Aprovado por Setor de Atividade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Relativamente à **distribuição setorial**, verifica-se uma predominância para o setor da Indústria (concentrando 65% do incentivo concedido no SI I&DT) e Serviços (31%).

A Tabela seguinte apresenta a distribuição dos projetos por agrupamento setorial.

Tabela 3.14: Projetos Aprovados no SI I&DT por Agrupamento Setorial, 2007-2014

Unid: Mil Euros

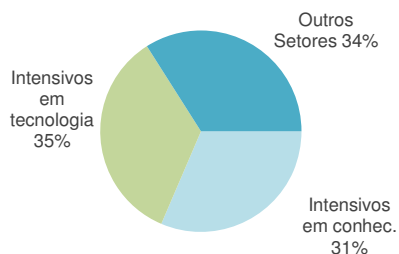
Agrupamento Setorial	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Serviços Empresariais	247	207.614	124.805 29,4%
Química	87	260.745	86.215 20,3%
Mecânica e Eletrónica	91	81.109	45.410 10,7%
Metálica	77	57.424	33.215 7,8%
Têxtil, Vestuário e Calçado	69	40.983	25.847 6,1%
Material de Transporte	46	46.073	24.159 5,7%
Material de Construção	50	35.695	19.620 4,6%
Alimentar	48	26.819	16.293 3,8%
Papel e Publicações	26	18.953	11.738 2,8%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	43	19.612	11.730 2,8%
Educação, Saúde e Cultura	5	16.186	11.044 2,6%
Outros	12	5.255	3.557 0,8%
Transportes, Logística e Distribuição	8	4.545	2.654 0,6%
Indústria Extrativa	2	3.942	2.654 0,6%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	4	4.064	2.597 0,6%
Construção	7	3.336	1.699 0,4%
Energia e Ambiente	5	1.896	1.341 0,3%
Comércio	1	307	213 0,1%
Total SI I&DT	828	834.556	424.790 100%

Fonte: Agrupamentos setoriais: AMA, Avaliação Intercalar dos Sistemas de Incentivos; SI POFC.

Analisando os setores de atividade em termos de **intensidade de conhecimento e de tecnologia**, verifica-se que cerca de 2/3 do incentivo atribuído se enquadra em setores intensivos em tecnologia ou conhecimento, num montante de 280 milhões de euros.

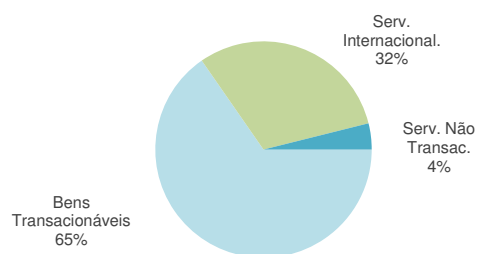
Tal como nos restantes Sistemas de Incentivos, no SI I&DT verifica-se uma concentração dos apoios concedidos em **setores internacionalizáveis** (referente a setores de bens transacionáveis e serviços internacionalizáveis), que absorvem 96% do incentivo atribuído.

Gráfico 3.16: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Grau de Intensidade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

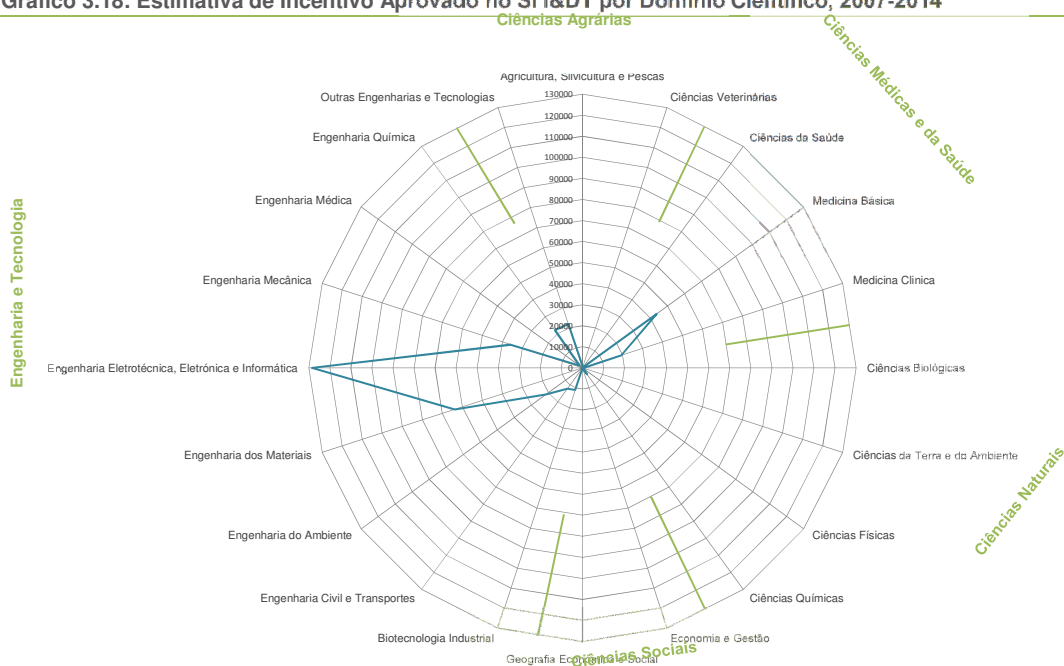
Gráfico 3.17: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Tipo de Setor, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Relativamente aos domínios científicos e áreas tecnológicas identificadas pelos promotores dos projetos, observa-se a preponderância das TIC, visível no peso dos projetos com intervenção na área da Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática, sendo também relevantes os domínios da Engenharia dos Materiais, a Medicina Básica e a Engenharia Mecânica.

Gráfico 3.18: Estimativa de Incentivo Aprovado no SI I&DT por Domínio Científico, 2007-2014



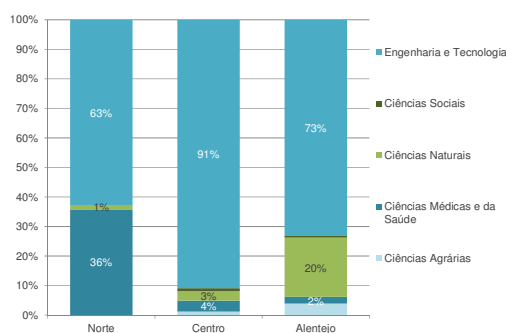
Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e projetos Mobilizadores. Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

Comparativamente ao SAESCTN (Gráfico 3.5) verifica-se uma maior concentração dos domínios científicos dos projetos aprovados no SI I&DT (no SAESCTN, há maior diversidade de domínios científicos), sendo preponderantes, sobretudo, os relacionados com a Engenharia e Tecnologia.

Por região, constata-se uma maior relevância dos domínios de Engenharia e Tecnologia em todas as regiões, em especial no Centro, sendo de salientar igualmente o peso das Ciências Médicas e da Saúde no Norte, e das Ciências Naturais e das Ciências Agrárias no Alentejo.

A Tabela 3.14 apresenta, para cada região, aqueles que são os domínios científicos mais representativos nos projetos do SI I&DT (mais de 50% do incentivo aprovado).

Gráfico 3.19: Projetos Aprovados no SI I&DT por Domínio Científico Principal e Região, 2007-2014



Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e projetos Mobilizadores. Não inclui incentivo multirregional. Fonte: SI POFC com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

Tabela 3.15: Principais Domínios Científicos dos Projetos do SI I&DT por Região, 2007-2014

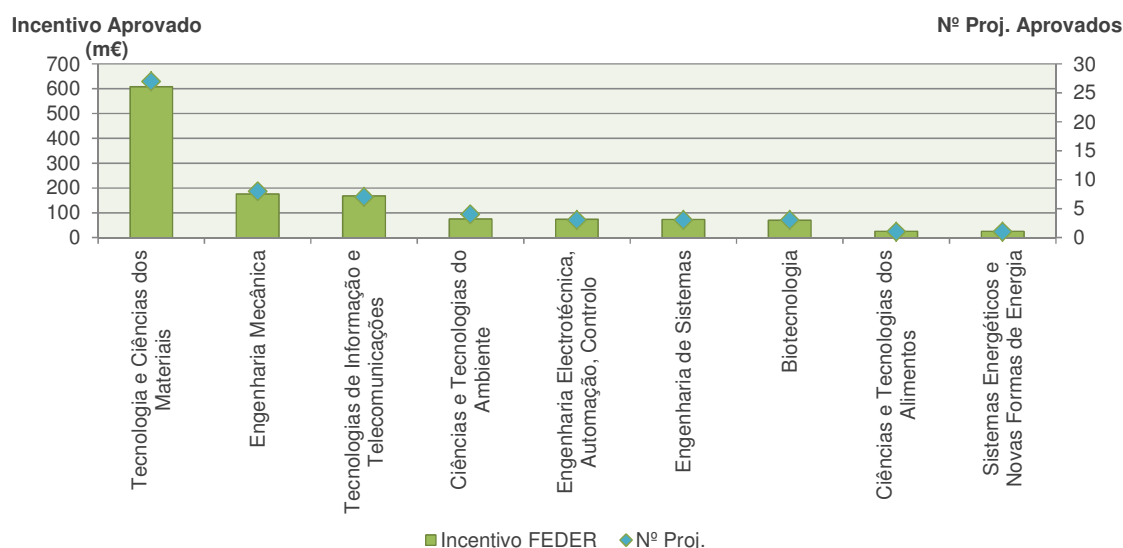
(mais de 50% do incentivo aprovado)

Norte	
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	27%
Medicina Básica	24%
Centro	
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	43%
Engenharia dos Materiais	14%
Alentejo	
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	21%
Engenharia Mecânica	18%
Ciências Químicas	14%

Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e projetos Mobilizadores. Não inclui incentivo multirregional. Fonte: SI POFC com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

A tipologia de projetos “Vales I&DT” não teve qualquer concurso lançado desde 2011. No total, encontravam-se aprovados 57 projetos para aquisição de serviços de I&DT, sendo que as principais áreas a que as PME recorreram foram “Tecnologia e Ciências dos Materiais” (47% do incentivo), “Engenharia Mecânica” (14%) e “Tecnologias de Informação e Telecomunicações” (13%).

Gráfico 3.20: Projetos Aprovados no SI I&DT (Vale I&DT) por Área de Intervenção, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Da totalidade dos projetos aprovados, 169 inserem-se em [Estratégias de Eficiência Coletiva](#) (17 projetos-âncora e 152 projetos complementares), envolvendo um incentivo de 124 milhões de euros, sendo especialmente representativo o PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (21% do incentivo aprovado para EEC). Neste âmbito, é de referir que todos os projetos mobilizadores aprovados constituem projetos-âncora, assumindo-se como essenciais para a concretização e afirmação destas estratégias (ver no ponto 3.5.2 - [Estratégias de Eficiência Coletiva](#)).

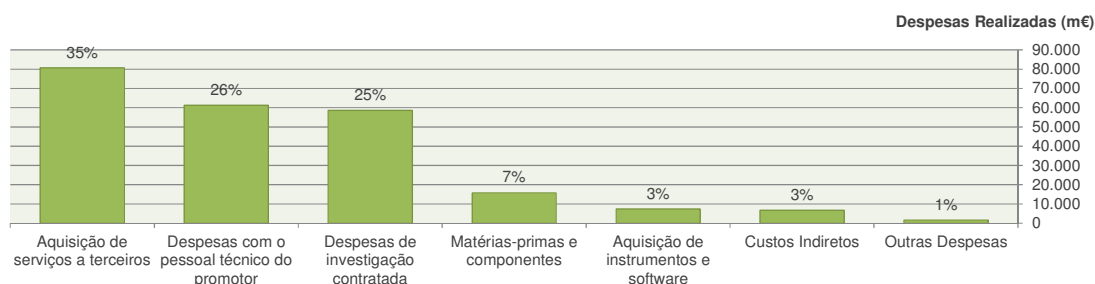
No final do ano, encontravam-se [encerrados](#) 203 projetos do SI I&DT, com um incentivo de 93 milhões de euros, representando 22% do total de incentivo aprovado.

Analisando as [despesas efetivamente realizadas](#) no âmbito dos projetos de I&D, constata-se que as principais componentes correspondem a despesas com a aquisição de serviços a terceiros, a despesas com o pessoal técnico do promotor e com as despesas de investigação contratada, concentrando cerca de 86% do investimento elegível realizado.

Verifica-se que 83 projetos (50% dos projetos encerrados) apresentam despesas com a promoção e divulgação dos resultados dos projetos com inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do setor utilizador final ou de empresas-alvo.

Realce-se ainda o facto de 25 projetos (15%) apresentarem despesas inerentes ao processo de registo de patentes, bem como o facto de 18 projetos (11%) projetos apresentarem despesas associadas ao processo de certificação do Sistema de Gestão da I&D&I.

Gráfico 3.21: Projetos Encerrados no SI I&DT por Tipologia de Despesa, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Em termos de criação de emprego científico, correspondendo a novas contratações de recursos humanos envolvidos nos projetos apoiados, foram criados 473 postos de trabalho, dos quais:

- 63 postos de trabalho no âmbito de 22 projetos individuais de I&D encerrados;
- 167 postos de trabalho no âmbito de 47 projetos de I&D em co-promoção encerrados;
- 35 postos de trabalho no âmbito de 11 núcleos de I&DT criados;
- 208 postos de trabalho, em entidades do sistema científico e tecnológico, no âmbito de 71 projetos de I&D em co-promoção encerrados.

O reforço da cooperação entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico é um dos objetivos do Sistema de Incentivos à I&D, consubstanciado designadamente nos projetos em co-promoção. Seguem-se [dois exemplos](#).

O projeto seguinte visa a produção de resinas usadas no fabrico de derivados de madeira, com menores emissões de formaldeído, prejudicial à saúde, e mais eficazes do ponto de vista ambiental. Deu origem a uma marca registada relativa a uma resina para cortiça, já no mercado.

Caixa 8: Projeto de I&DT Empresarial em Copromoção: Conceção de sistemas adesivos taylor-made para o fabrico de painéis de madeira de baixa emissão de formaldeído - EuroResinas - Industrias Químicas SA (promotor-líder)

MEDIDA DE APOIO: SI I&DT Empresas em Copromoção

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Redução do impacto ambiental e/ou melhoria da saúde, higiene e segurança no trabalho

N.º DE PROJECTO: 5347

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: E0_Formaldehyde - Conceção de sistemas adesivos *taylor-made* para o fabrico de painéis de madeira de baixa emissão de formaldeído

PROMOTOR: EuroResinas - Industrias Químicas SA (promotor-líder); Associação Rede de Competências em Polímeros; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Instituto Politécnico de Viseu

LOCALIZAÇÃO: Norte

INVESTIMENTO APROVADO: 752.053,10 euros **INCENTIVO APROVADO:** 469.027,66 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A Sonae Indústria, grupo ao qual pertence a empresa líder do projeto, é líder mundial no fabrico de painéis de derivados de madeira, sendo também fabricante de resinas ureia-formaldeído (UF). Estas resinas são as mais usadas no fabrico de derivados de madeira, devido à sua elevada reatividade, baixo custo e excelente adesão à madeira. As maiores desvantagens são a baixa resistência à humidade e a emissão de formaldeído durante a produção dos painéis e ao longo do seu tempo de vida.

Embora os níveis de formaldeído livre destas resinas tenham vindo a diminuir ao longo das últimas décadas, a recente reclassificação do formaldeído pela IARC como “carcinogénico para os humanos” está a forçar os produtores de resinas a desenvolver sistemas que conduzam a uma diminuição das emissões de formaldeído para níveis próximos do da madeira natural. Até aqui, a diminuição do formaldeído livre tem sido conseguida sobretudo à custa da diminuição da razão molar F/U, o que acarreta uma diminuição da reatividade e do grau de cura da resina com implicações na formação das ligações adesivas.

Por outro lado, os catalisadores presentemente utilizados estão adaptados a razões F/U elevadas e não funcionam bem a razões baixas. Assim, o abaixamento da razão de F/U não só poderá originar um painel com menor resistência mecânica como ao não abaixamento da emissão de formaldeído.

Com este projeto, pretende desenvolver-se soluções de encolagem “*taylor-made*”, inovadoras a nível mundial, dado o nível de operação da SONAE.

A estratégia a seguir inclui três vertentes: otimização da síntese da resina UF à escala laboratorial e industrial, desenvolvimento de um leque de sistemas de catálise para a cura da resina UF e combinação de resinas UF de elevado desempenho com aditivos químicos captadores de formaldeído. A sua ação sinérgica deverá traduzir-se em painéis que cumpram as especificações exigidas pelos clientes no que diz respeito às propriedades mecânicas e emissão de formaldeído, sem perda de produtividade ou aumento significativo dos custos de produção.

O projeto incluiu as seguintes atividades:

- Atividade 1 – Aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades para o desenvolvimento do projeto**

Estudo experimental da síntese da resina UF (ureia-formaldeído), desenvolvimento de um modelo para o reator laboratorial, pré-seleção dos catalisadores e dos captadores, estudo da cura da resina UF na presença de vários catalisadores/captadores e interação com a madeira e teste de diferentes métodos de determinação da emissão de formaldeído.
- Atividade 2 – Desenvolvimento**

Desenvolvimento de um método de controlo em linha da síntese de resinas UF por FT-NIR; otimização da síntese da resina UF usando DoE; desenvolvimento de um catalisador para a cura das resinas UF; desenvolvimento dum sistema de encolagem, combinando o sistema de catálise desenvolvido com aditivos químicos captadores de formaldeído; caracterização das resinas UF produzidas; produção dos painéis de aglomerado de partículas; caracterização dos painéis produzidos e desenho de novos sistemas resina+catalisador+captador “*taylor-made*” e de baixa emissão de formaldeído.
- Atividade 3 - Construção de protótipos, pré-séries, instalação experimental/piloto**

Projeto, montagem e instrumentação de um reator laboratorial; produção de resinas em reator-piloto e identificação e resolução de problemas de *scale-up*.

- **Atividade 4 – Teste e ensaios**

Realização de testes de pré-séries das resinas, em que as formulações de resina otimizadas seriam objeto de ensaios à escala piloto e à escala industrial na empresa e testes das pré-séries dos sistemas de encolagem (resina+catalisador+captador) nas unidades de produção de derivados de madeira da SONAE Indústria.

RESULTADOS OBTIDOS:

O projeto decorreu entre 2009 e 2012 e permitiu solidificar um conjunto de competências, fundamentais para permitir o desenvolvimento de colas mais eficazes no ponto de vista ambiental.

Considera-se que o projeto foi concluído com sucesso tendo os seus objetivos sido alcançados. As tarefas propostas foram executadas, e o objetivo principal do projeto atingido, com o desenvolvimento de uma resina com emissão de formaldeído inferior a 1 mg/100 g placa seca anidra.

Foram desenvolvidas e otimizadas várias resinas com propriedades e finalidades diferentes: resina para utilização em MDF, produzida de acordo com uma tecnologia inovadora (redução de tempo de *batch* para metade); resina para produção de PB e MDF de baixa emissão de formaldeído, obedecendo à regulamentação CARB II; resina para produção de PB e MDF de baixa emissão de formaldeído, obedecendo à regulamentação F**** e resina para produção de PB resistentes à humidade, obedecendo à regulamentação E1.

De modo a efetuar um controlo das resinas produzidas durante o projeto, foram desenvolvidos métodos de controlo *off-line*, via NIR, de várias características importantes das resinas tais como: teor em sólidos, % de melamina, razão molar F/M e razão molar F/(NH₂)₂.

Com o projeto teve início o desenvolvimento de um método de monitorização *on-line* da reação de polimerização das resinas UF via NIR. Foi ainda desenvolvido um sistema de encolagem, combinando uma resina UF fortificada com melamina e captadores de formaldeído, tendo também sido dados os primeiros passos no desenvolvimento de catalisadores e captadores de formaldeído encapsulados, para incorporação nos painéis de derivados de madeira.

O constante desenvolvimento de sistemas adesivos com menor emissão de formaldeído e elevado desempenho, confere uma garantia acrescida à qualidade dos produtos da empresa junto dos seus clientes.

O grande sucesso da EuroResinas está indiscutivelmente relacionado com a grande aposta da empresa em IDI. A elevada qualidade científica do trabalho realizado ao longo do projeto permitiu a publicação de diversos artigos em revistas internacionais e comunicações em congressos.

Os produtos desenvolvidos no âmbito do processo desenvolvido no projeto chegaram muito rapidamente ao mercado, tendo sido registada a marca G2Cork referente a uma resina amino para a indústria da cortiça.

No projeto IntelLab, na área de eletrónica e instrumentação, foram desenvolvidas soluções para transformar os atuais laboratórios em espaços inteligentes, com destaque para o Advanlab – Sistema de Monitorização e Controlo que intervém em áreas como segurança, comunicação, conforto, e eficiência energética e cuja marca se encontra já registada e para a Blautouch – Bancada Interativa para Laboratórios, alvo de pedido de registo de patente.

Caixa 9: Projeto de I&DT Empresarial em Copromoção: IntellLab - Inteligência em Laboratórios - LABORIAL – Soluções para Laboratório, S.A. (promotor-líder)

MEDIDA DE APOIO: Empresas em Co-promoção

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Eletrónica e Instrumentação

N.º DE PROJECTO: 11484

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: IntellLab - Inteligência em Laboratórios

PROMOTOR: LABORIAL – Soluções para Laboratório, S.A. (promotor-líder)

Universidade do Porto

EDIGMACOM – Gestão de Projetos Digitais, S.A.

Instituto Politécnico de Viseu

LOCALIZAÇÃO: Norte

INVESTIMENTO APROVADO: 996.945,01 euros **INCENTIVO APROVADO:** 665.147,50 euros

| 173

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O presente projeto teve como objetivo o desenvolvimento de uma nova plataforma de monitorização e controlo de laboratórios que integra, num mesmo sistema, a gestão de energia, segurança de operação, segurança, qualidade ambiente, controlo de bancadas e equipamentos de laboratório.

A interatividade com o sistema foi efetuada através de interfaces próprias do tipo ecrã de toque sensitivo integrados nas bancadas/equipamento/edifício, com características apropriadas para ambiente de trabalho laboratorial. A interação com o sistema pode ainda ser feita remotamente através da internet.

O conceito de laboratórios inteligentes idealizado pela Laborial cruza-se com as novas tendências da tecnologia, tais como, “a internet das coisas”, a computação ubíqua, as redes de sensores e o acesso à informação em qualquer parte do mundo.

O projeto organizou-se em 6 atividades: as atividades 1, 2 e 4 de tipologia Investigação Industrial e as atividades 5, 6 de tipologia Desenvolvimento Experimental.

RESULTADOS OBTIDOS:

No projeto IntellLab foram criados dois conceitos:

- Integrar todas as infraestruturas e sistemas do laboratório numa solução global, de gestão da informação, monitorização de dados e controlo, podendo esta ser realizada na bancada, na direção central ou de forma remota. Estas soluções devem ser amigáveis e intuitivas para os utilizadores laboratoriais poderem facilmente operar sem recurso a pesados sistemas de programação – **Advanlab**.
- Partir da bancada de laboratório como base elementar do sistema, dotando-o de capacidade digital integrada e interativa – **Blautouch**.

O projeto integra assim dois grandes conceitos tecnológicos - a monitorização/controlo industrial e a domótica, nunca antes aplicada desta forma a ambientes laboratoriais.

Os produtos:

Advanlab – Sistema de Monitorização e Controlo

O Advanlab é um sistema de monitorização e controlo que permite uma gestão integrada de diversas variáveis fundamentais para o bom funcionamento e segurança nos laboratórios. O produto é o primeiro sistema de monitorização e controlo para laboratórios que integra parâmetros operacionais, segurança, eficiência energética, qualidade do ar interior, balanceamento de caudais de ar e manutenção dos equipamentos. Apesar de já haver sistemas individualmente criados para cada uma das valências, nenhum tem a capacidade integradora do Advanlab, possibilitando que laboratórios de grande dimensão utilizem um só sistema de monitorização e controlo, tal como comunica o descritivo “One Lab, One System”.

O sistema é constituído por dois componentes:

- **Hardware** - constituído por uma rede de módulos de aquisição e controlo (Transmissores) e por um elemento central que reúne todos os dados recolhidos (Estação Base) e que os envia para um servidor por uma rede de comunicação. O sistema cria uma rede de sensores que monitoriza dados como temperatura e humidade ambiente, temperatura de equipamentos (frigoríficos, incubadoras, etc), gases técnicos e perigosos (CO₂, etc).
- **Software** – permite ao utilizador visualizar os dados recolhidos pelo hardware, bem como controlar o sistema através de diferentes dispositivos: PC, telemóvel, SmartPhone e superfícies interativas como a Blautouch. Através desta componente de software, o utilizador dispõe de um sistema de alarmística de 4 níveis que podem ser enviados por *e-mail*, SMS, ou localmente (visual e sonoro), um sistema de relatórios automáticos (word, excel, csv, pdf), um sistema de *login* com diferentes permissões e restrições de acesso e ainda compatibilidade com normas e boas práticas laboratoriais como a FDA 21-part 11.

A marca Advanlab está registada desde 2012.

Blautouch – Bancada Interativa para Laboratórios

A Blautouch é a primeira bancada interativa especificamente desenvolvida para áreas onde a contaminação é crítica, tais como laboratórios, salas limpas e espaços da saúde. É um produto único no mundo com uma tecnologia ultra-limpa integrada na bancada, que permite eliminar zonas de potencial contaminação, garantindo ainda uma elevada resistência química, mecânica e térmica.

O produto consiste numa superfície de trabalho de vidro com uma área interativa, que funciona através de um sistema de deteção de toque e que permite um acesso fácil a um dispositivo computacional. Este dispositivo encontra-se integrado na bancada encerrado num invólucro estanque, potencializando a remoção de fontes de contaminação das áreas de trabalho, tais como, teclados, ratos e computadores, bem como a remoção de registos em papel e diários de bordo, contribuindo também para uma grande economia de espaço.

A superfície de vidro temperado contínuo e liso permite também a sua fácil limpeza e desinfecção, reduzindo significativamente o risco de contaminação radioativa, biológica e química. O sistema de toque capacitivo permite o uso tanto com os dedos, luvas ou caneta capacitiva, o que permite manter as luvas durante a introdução de dados. O sistema também é imune aos objetos não-condutores, tais como, acessórios de vidro, o que permite o uso de acessórios em cima da bancada durante o acesso a recursos de computador.

Foi registada patente que se espera definitiva para meados de 2015.

Solução Global:

Os dois produtos podem ser aplicados a um conceito global de laboratórios inteligentes. A solução tem a flexibilidade de poder ser uma aplicação global e abrangente a todo o laboratório - permitindo um controlo global ou parcial do mesmo - ou restringir-se a uma bancada inteligente, o que só por si já constitui uma inovação significativa face ao estado da arte atual.

Este sistema altera o conceito do espaço laboratorial, tornando-o como um espaço inteligente que permite a quem nele trabalha e opera usufruir de uma vasta gama de aplicações e serviços, tais como segurança, comunicação, conforto, e eficiência energética.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

| 175

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, não obstante os sinais positivos verificados em termos de [conjuntura macroeconómica](#), mantiveram-se em 2014 dificuldades na execução dos seus projetos nos termos e prazos contratados, quer pelos promotores públicos (no âmbito do SAESCTN e SI I&DT Co-Promoção), quer pelas empresas (no âmbito do SI I&DT).

Para além das [diversas medidas de simplificação](#) que têm sido introduzidas, e que foram objeto de reporte em relatórios anteriores, destaque-se o trabalho técnico desenvolvido em 2014 para ultrapassar os constrangimentos orçamentais ao nível do Eixo I que, com a identificação de fontes de financiamento alternativas, permitiu [assegurar o apoio à totalidade dos projetos elegíveis](#) dos concursos lançados em 2013, em especial no caso do SI I&DT.

Refira-se, igualmente, no âmbito do SAESCTN, a existência de financiamento da contrapartida nacional dos projetos através do Empréstimo Quadro do BEI (ver ponto 2.3.2) e, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, a disponibilização da linha Investe QREN (ver ponto 3.3.2).

3.2 EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

O Eixo II concentra a maior fatia de incentivos ao investimento empresarial, fomentando a inovação e a renovação do padrão de especialização do tecido produtivo em direção a atividades de forte crescimento e potencial competitivo internacional. Tem como [objetivos específicos](#):

- Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;
- Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;
- Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;

- Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;
- Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade.

Para tal, concentra dois **instrumentos** de apoio direto às empresas:

- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação: dirigido a projetos de média e grande dimensão, visa estimular a inovação do tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento;
- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em fatores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: propriedade industrial; criação, moda e *design*; desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); qualidade; ambiente; inovação; diversificação e eficiência energética; economia digital; comercialização e *marketing*; internacionalização; responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e igualdade de oportunidades.

Tal como explicitado no ponto 2.6.1, de forma geral, no COMPETE são apoiadas as médias e grandes empresas, bem como os projetos de micro e pequenas empresas com investimentos em mais do que uma Região de Convergência ou com investimentos de dimensão elevada. Deste modo, cabe aos respetivos PO Regionais o apoio aos restantes projetos de micro e pequenas empresas

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo II prevê seis indicadores de resultados e seis indicadores de realização. Tendo em conta que os indicadores de resultados deverão ser apurados em sede de ano pós-projeto (o qual é maioritariamente definido como 3 anos após o encerramento financeiro dos projetos)³⁷, os dados constantes deste relatório referem-se às estimativas apresentadas pelos promotores e relativamente às quais se encontram vinculados contratualmente.

Quanto aos **indicadores de realização**, verifica-se, no final do ano, um cumprimento generalizado das metas definidas. De facto, tal como se poderá constatar na análise

³⁷ No SI Qualificação PME, o ano pós-projeto é o ano seguinte à conclusão do projeto.

qualitativa desenvolvida no ponto 3.2.2, os projetos aprovados estão alinhados com as prioridades do Programa: concentração dos apoios a projetos inovadores, inseridos em setores transacionáveis ou internacionalizáveis e a projetos com elevada intensidade tecnológica ou de conhecimento.

Salienta-se que os indicadores de realização referentes ao empreendedorismo estão aquém da meta estabelecida, sendo que o cumprimento destes indicadores está a ser prejudicado pelo facto do COMPETE, nos termos da regulamentação aplicável, poder apoiar essencialmente as médias e grandes empresas, cabendo aos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas, as quais são as principais fontes de empreendedorismo.

Tabela 3.16: Indicadores de Realização e Resultado do Eixo II, 2007-2014

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2014	Sim/Não
INCENTIVO À INOVAÇÃO PRODUTIVA (Investimento total de projetos inovadores) / (Investimento total de empresas)	55%	67%	89%	Sim
INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SETORES MADUROS (Investimento total de projetos inovadores em setores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em setores de média-baixa e baixa tecnologia)	50%	60%	87%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSACIONÁVEL E INTERNACIONALIZÁVEL (Investimento em setores de produção transacionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)	80%	80%	96%	Sim
ÍNDICE DE SOBREVIVÊNCIA DE PROJETOS EMPRESAS CRIADAS (Empresas criadas que sobreviveram ao fim de 2 anos) / (Total de empresas criadas (**))	60%	60%	44%	Não
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO (N.º de empresas criadas) / (N.º de empresas apoiadas)	20%	20%	15%	Não
EMPRESAS CRIADAS NOS SETORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas criadas em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)	50%	50%	34%	Não
APOIO A PROJETOS ESTRUTURANTES EM SETORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento estruturante de raiz em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projetos estruturantes apoiados)	15%	20%	52%	Sim
QUALIDADE DO EMPREGO CRIADO (Postos de trabalho criados altamente qualificados) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	15%	15%	48%	Sim
CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO (Aumento do VAB) / (Investimento total) (*)	0,5	0,6	0,7	Sim
VAB GERADO NOS SETORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (VAB gerado nos setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (VAB total gerado) (*)	15%	20%	37%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA MERCADOS INTERNACIONAIS (Variação % das Exportações) / (Variação % das Vendas) (*)	1,5	1,5	1,2	Não
EMPREGO CRIADO EM SETORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Postos de trabalho criados em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	30%	30%	35%	Sim

Nota: (*) Tratando-se de Indicadores de Resultados, a sua aferição terá que ocorrer em sede de encerramento dos projetos. Dado o reduzido nível atual de encerramentos, os valores apresentados referem-se a estimativas apresentadas pelos promotores em sede de aprovação dos projetos (constituindo as respetivas metas de execução); (**) Encontram-se contabilizados os projetos encerrados + projetos anulados. Fonte: SI POFC.

Relativamente aos **indicadores de resultados**, ressaltando que se trata de dados previsionais e que poderão existir ainda desvios no encerramento dos projetos, em especial tendo em conta a difícil conjuntura macroeconómica nacional e europeia, verifica-se igualmente um elevado grau de cumprimento das metas fixadas, nomeadamente ao nível da qualificação dos postos de trabalho (dada a elevada criação de postos de trabalho qualificados face ao total de criação de postos de trabalho), do contributo para o crescimento do produto (com um aumento de VAB acima da meta estabelecida face ao investimento realizado) e do aumento do valor acrescentado direcionado para setores intensivos em tecnologia ou conhecimento.

Saliente-se, no que se refere ao indicador “orientação para mercados internacionais”, apesar dos resultados esperados bastante positivos ao nível do aumento das exportações (estimando-se um aumento de 67% no pós-projeto face aos valores iniciais), que este aumento não é suficiente para o cumprimento da meta.

No que se refere aos **indicadores comuns comunitários**, releve-se o elevado número de postos de trabalho a criar (mais de 18.000), bem como os projetos de ajudas diretas a PME (mais de 2.000), bem como o respetivo investimento privado induzido (mil milhões de euros).

Tabela 3.17: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo II, 2007-2014

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	18.093
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	2.002
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	167
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Eixos I e II	9.796
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.132
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	189
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	7
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	100
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	2.090
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	7

Legenda: (*) Apesar de se tratar de um Indicadores de Resultado, no caso do SI Inovação, são apresentados os dados provisórios contratualizados com o promotor. No caso do SI Qualificação PME, os dados de emprego criado referem-se a resultados de projetos encerrados. (**) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo II concentra 58% do incentivo atribuído no COMPETE, o que comprova a importância do apoio direto empresarial no Programa, com especial destaque para investimentos de natureza inovadora que concorrem para o aumento da produção transacionável e internacionalizável.

A 31 de dezembro de 2014, somavam-se 4.884 candidaturas, com um investimento associado de 17,5 mil milhões de euros. Em termos de número de projetos, destaca-se a relevância do SI Qualificação e Internacionalização das PME, concentrando 58% das candidaturas totais apresentadas no Eixo. Com um investimento médio por projeto na ordem dos 7 milhões de euros, o SI Inovação (não incluindo projetos transitados) destaca-se no investimento, representando 81% do total.

No que concerne às aprovações, encontravam-se aprovados 2.557 projetos, com um investimento elegível superior a 6 mil milhões de euros e um incentivo de 2,4 mil milhões de euros.

Quanto a encerramento de projetos, encontravam-se encerrados 945 projetos, com um investimento elegível superior a 2 mil milhões de euros e um incentivo de 787 milhões de euros, representando 80% do incentivo total que se encontrava encerrado no Programa.

Tabela 3.18: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no Eixo II por Instrumento, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2014)		Projetos Aprovados (2007-2014)			Projetos Encerrados (2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação	2.060	14.178.983	924	4.355.585	1.863.402	333	1.307.230	583.483
SI Qualificação e Internac. PME	2.816	1.351.234	1.627	644.825	337.468	607	176.809	78.104
Proj Transitados do QCA III	8	1.892.172	6	978.566	163.855	5	623.210	125.033
TOTAL EIXO II	4.884	17.422.389	2.557	5.978.976	2.364.724	945	2.107.250	786.620

Fonte: SI POFC.

Em termos de distribuição regional, considerando também os projetos multirregiões e tendo em conta que um projeto pode ter mais do que uma localização, verifica-se que 59% dos projetos aprovados no Eixo II têm intervenção no Norte, 40% no Centro e 9% no Alentejo.

Analisando o incentivo aprovado, mantém-se a ordem anterior (o Norte, concentrando 44% do incentivo total, é a região com maior nível de incentivo), embora seja menor a diferença para as regiões Centro (39%) e Alentejo (16%), essencialmente devido ao efeito dos projetos especiais (localizados essencialmente nas referidas regiões).

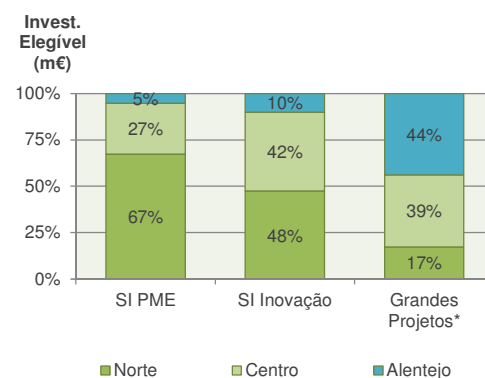
Tabela 3.19: Projetos Aprovados do Eixo II por Região, 2007-2014

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1.363	2.062.466	963.375
Centro	870	2.234.114	868.723
Alentejo	157	1.342.048	365.294
Multirregiões Convergência	167	340.347	167.332
<i>Norte</i>		<i>181.509</i>	<i>87.739</i>
<i>Centro</i>		<i>116.219</i>	<i>57.809</i>
<i>Alentejo</i>		<i>42.620</i>	<i>21.784</i>
TOTAL EIXO II	2.557	5.978.976	2.364.724

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.22: Incentivo Aprovado no Eixo II por Instrumento e por Região, 2007-2014



Nota: Na categoria "Projetos Especiais" estão incluídos todos os projetos do Regime Especial ou de Interesse Estratégico. Fonte: SI POFC.

Neste Eixo, está prevista a aprovação de apoios no âmbito de intervenção do FSE, numa lógica de complementaridade e de melhoria da eficácia das ações financiadas. Neste âmbito foram apoiados 349 projetos com apoio à formação, com um volume de incentivo associado de 16,5 milhões de euros, o que corresponde a 3% do incentivo total alocado a projetos com formação.

Estes apoios correspondem a 1% do total do incentivo do Eixo II, o que está conforme o n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

Tabela 3.20: Projetos Aprovados do Eixo II com Apoios à Formação, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Eixo/Medida	Projetos Aprovados (2007-2014)		Projetos Aprovados com Formação (2007-2014)			Peso do Incentivo de Formação	
	N.º Proj.	Incentivo	N.º Proj.	Incentivo Total	Incentivo Formação	No total dos projetos	No total dos projetos com formação
Inovação Produtiva	879	1.472.129	174	305.786	7.620	1%	2%
Projetos do Regime Especial	25	240.982	8	86.099	1.892	1%	2%
Projetos de Interesse Estratégico	10	145.123	5	106.093	1.944	1%	2%
Empreendedorismo Qualificado	10	5.167	2	699	14	0%	2%
Projetos transitados do QCA III	6	163.855	1	11.371	24	0%	0%
Total SI Inovação	930	2.027.256	190	510.049	11.493	1%	2%
Projetos Individuais e de Cooperação	871	121.865	149	24.920	2.620	2%	11%
Projetos Conjuntos	201	206.625	10	20.261	2.418	1%	12%
Vale Inovação	555	8.977					
Total SI Qualificação PME	1.627	337.468	159	45.182	5.037	1%	11%
Total Eixo II	2.557	2.364.724	349	555.231	16.531	1%	3%

Fonte: SI POFC.

Relativamente à dimensão das **Estratégias de Eficiência Coletiva**, 292 projetos aprovados inserem-se em Polos ou Clusters, envolvendo um volume de incentivo superior a 432 milhões de euros (18% do incentivo total atribuído). Destacam-se os Polos de Competitividade da Moda e do Turismo.

SI INOVAÇÃO

| 181

No SI Inovação, foram recebidas, até ao final de 2014, 2.068 **candidaturas** com um investimento associado de 16,1 mil milhões de euros, das quais 930 projetos, com um investimento elegível de 5,3 mil milhões de euros referem-se a **projetos aprovados**.

Os **projetos encerrados**, no final de 2014, somam 338 projetos, com um investimento elegível associado de quase 2 mil milhões de euros e um incentivo de 709 milhões de euros.

Tabela 3.21: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no SI Inovação por Tipologia de Apoio, 2007-2014

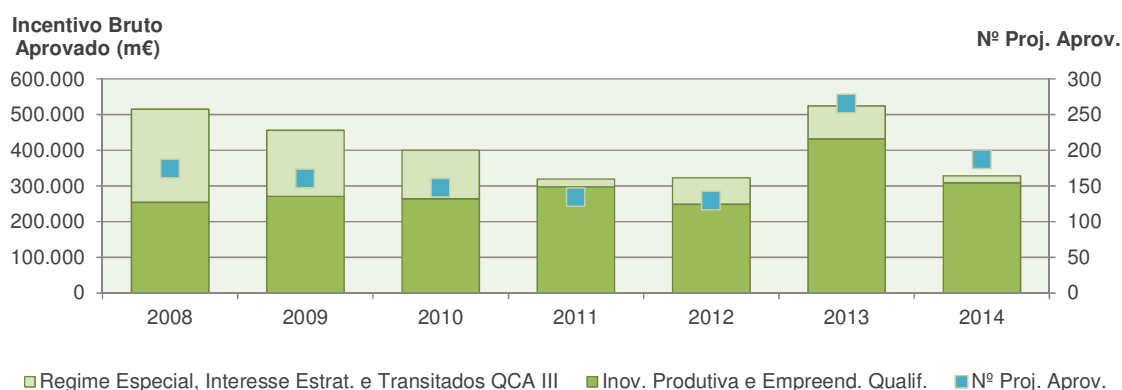
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Inovação Produtiva	1.942	7.811.772	879	2.911.383	1.472.129	322	1.057.162	502.153
Projetos do Regime Especial	61	5.596.833	25	1.113.352	240.982	5	144.421	38.609
Projetos de Interesse Estratégico	15	713.507	10	321.626	145.123	2	100.796	40.209
Empreendedorismo Qualificado	42	56.872	10	9.224	5.167	4	4.852	2.512
Proj. Transitados do QCA III	8	1.892.172	6	978.566	163.855	5	623.210	125.033
TOTAL SI INOVAÇÃO	2.068	16.071.155	930	5.334.151	2.027.256	338	1.930.440	708.516

Fonte: SI POFC.

Em termos de **evolução anual das aprovações** (que inclui os projetos que entretanto foram objeto de anulação), conclui-se que em 2014 se registou uma diminuição do volume de incentivo aprovado, dado que se refere apenas à última fase dos últimos concursos que foram decididos no início de 2014.

Gráfico 3.23: Incentivo Bruto Aprovado no SI Inovação por Ano, 2007-2014



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Analisando os 930 projetos aprovados de acordo com o seu **enquadramento setorial**, constata-se uma predominância no apoio à Indústria, que concentra 85% dos projetos e de 83% do incentivo aprovado, o que se revela consentâneo com os objetivos do Programa de apoio a atividades transacionáveis.

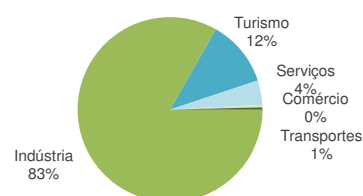
Tabela 3.22: Projetos Aprovados no SI Inovação por Setor de Atividade, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	786	4.563.534	1.687.739
Turismo	80	527.394	236.664
Serviços	53	209.995	86.089
Transportes	6	19.227	9.361
Comércio	5	14.001	7.404
TOTAL SI INOVAÇÃO	930	5.334.151	2.027.256

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.24: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Setor, 2007-2014

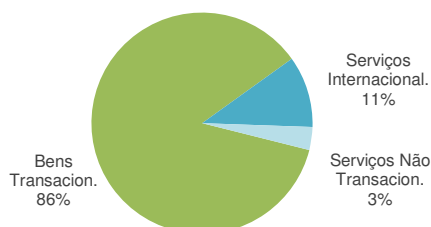


Fonte: SI POFC.

Tendo igualmente em conta os serviços internacionalizáveis, verifica-se que 97% do investimento elegível apoiado no âmbito do SI Inovação visa o apoio a **setores de bens ou serviços transacionáveis ou internacionalizáveis**, isto é, suscetíveis de serem trocados nos mercados internacionais.

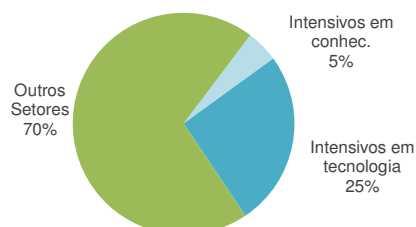
Relativamente à **intensidade tecnológica e de conhecimento**, conclui-se que 30% do investimento elegível apoiado se concentra em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, uma percentagem considerável face à importância destas atividades no tecido empresarial. Tal facto encontra-se em consonância com os objetivos do Programa e com a focalização na inovação dos instrumentos de apoio às empresas.

Gráfico 3.25: Investimento Elegível Aprovado no SI Inovação por Setor de Atividade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.26: Investimento Elegível Aprovado no SI Inovação por Setor de Atividade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Relativamente às micro e pequenas empresas, tal como referido anteriormente, estas são apoiadas através dos PO Regionais, sendo enquadradas no COMPETE as que apresentem projetos localizados em mais do que uma região de convergência ou com investimentos de dimensão elevada, pelo que a análise à [dimensão das empresas](#) apoiadas deverá ter em conta esta divisão de competências com os PO Regionais.

Relativamente às aprovações apenas do COMPETE, constata-se que mais de metade dos projetos aprovados é promovida por médias empresas, muito embora as Não PME, dado o maior investimento médio por projeto (10,6 milhões de euros, face aos 2,6 milhões de euros médios no caso das Médias Empresas) sejam mais representativas em termos do incentivo atribuído (56% do total).

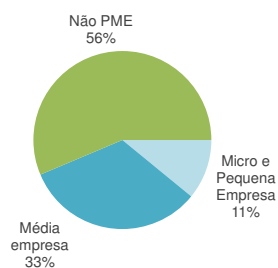
Tabela 3.23: Projetos Aprovados no SI Inovação por Dimensão, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	43	165.818	98.667
Pequena empresa	57	199.648	121.844
Média empresa	478	1.241.293	664.092
Não PME	352	3.727.393	1.142.654
TOTAL SI Inovação	930	5.334.151	2.027.256

Fonte: SI POFC.

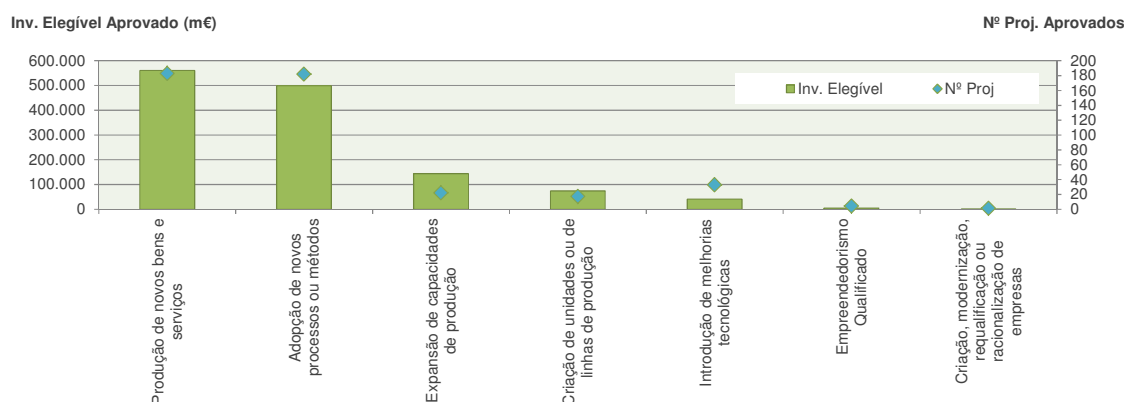
Gráfico 3.27: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Dimensão, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Analisando os 338 projetos do SI Inovação [encerrados](#), em termos [de investimento realizado por tipologia](#), observa-se um enfoque no apoio à produção de novos bens e serviços e à adoção de novos processos e métodos.

Gráfico 3.28: Investimento Realizado e Projetos Encerrados no SI Inovação por Tipologia, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

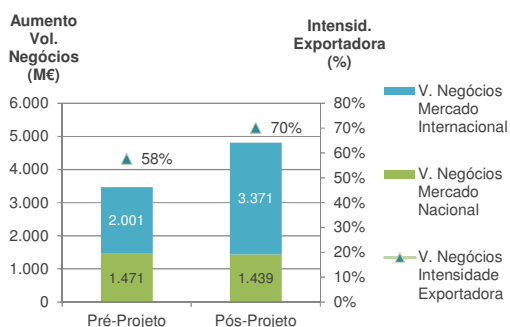
No SI Inovação, tendo em conta o seu carácter estrutural, os **resultados dos projetos** são aferidos em termos de variação dos indicadores da empresa no pós-projeto (assumindo-se um período de 3 anos para permitir que o projeto entre em velocidade cruzada).

Neste sentido, é já possível aferir os **primeiros resultados efetivos de 79 empresas** que, à data da elaboração do relatório, já submeteram a informação financeira relativa ao ano pós-projeto. Apesar do reduzido peso destas 79 empresas no total das empresas apoiadas, apresentam-se os resultados em termos de volume de negócios e criação de postos de trabalho.

Em termos de **volume de negócios**, verifica-se um aumento de 39% (entre os anos pré e pós projeto), essencialmente devido ao forte incremento do volume de negócios internacional, passando de uma intensidade exportadora média de 58% para 70%.

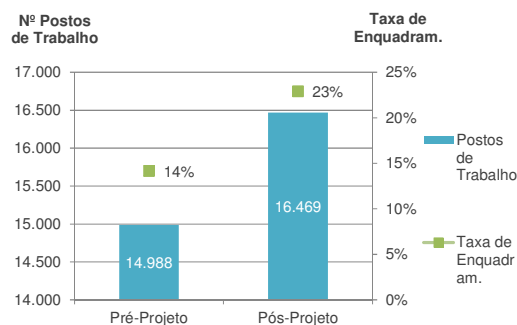
No que se refere à **criação líquida de postos de trabalho**, constata-se que neste conjunto de empresas foram criados 1.481 postos de trabalho, tendo a taxa de enquadramento (peso dos trabalhadores qualificados no total de postos de trabalho das empresas) aumentado de 14% para 23%.

Gráfico 3.29: Aumento do Volume de Negócios, Projetos Encerrados do SI Inovação, 2007-2014



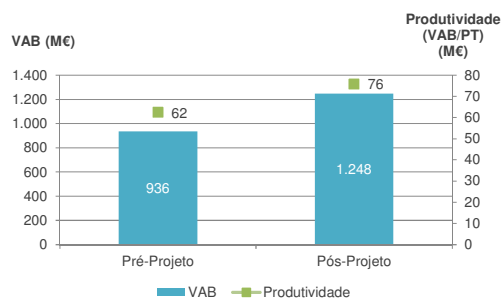
Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.30: Aumento de Postos de Trabalho, Projetos Encerrados do SI Inovação, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.31: Aumento do VAB e da Produtividade, Projetos Encerrados do SI Inovação, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Apresenta-se, em seguida, um dos projetos aprovados no SI Inovação, que visa a inovação de produto na fileira agroalimentar, consistindo na produção de novos tipos de bolachas que vêm ampliar e diversificar o portfólio de produtos da empresa e contribuir para aumentar a sua intensidade exportadora.

Caixa 10: Inovação Produtiva – Desenvolvimento de nova gama de produtos – VIEIRA DE CASTRO – Produtos Alimentares, SA

MEDIDA DE APOIO: SI INOVAÇÃO - INOVAÇÃO PRODUTIVA

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Produção de Novos Bens e Serviços/ Adopção de novos processos ou métodos

N.º DE PROJETO: 3750

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Desenvolvimento de nova gama de produtos

PROMOTOR: VIEIRA DE CASTRO – Produtos Alimentares, SA

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Famalicão

INVESTIMENTO REALIZADO: 2.669.812,16 euros **INCENTIVO REALIZADO:** 1.468.396,69 euros

TAXA DE EXECUÇÃO: 85,22%

DESCRIÇÃO DO PROJETO

A empresa Vieira de Castro, fundada em 1943, dedica-se ao fabrico de bolachas, drageados e rebuçados. Trata-se de uma PME líder do mercado nacional em determinados produtos (tradicional rebuçados “Flocos de Neve” ou as bolachas de água e sal).

Relativamente aos mercados, cerca de 80% do volume de negócios destina-se ao mercado nacional, 8% a Angola e 2% a Cabo Verde. As restantes vendas encontram-se distribuídas por 23 países dos mais diversos pontos do globo.

O projeto teve como objetivo dotar a empresa de condições para produzir novos produtos, concretamente bolachas/ biscoitos tipo *sandwich* com recheio de dois sabores distintos e não homogeneizados, permitindo ampliar e diversificar o seu portfólio de produtos, com destino ao mercado nacional e a diferentes mercados externos.

Simultaneamente, visou a adoção e implementação de novos processos a nível operacional, controlo de qualidade e segurança alimentar, traduzidos na adoção de uma nova matéria-prima - a *isoglucose em estado líquido* com benefícios ao nível da qualidade dos produtos, e a aquisição de equipamentos que reduzam o ciclo de produção das

Também em termos de VAB estas empresas apresentaram um desempenho positivo - com um aumento de 33% entre os anos pré e pós-projeto. Ao nível da produtividade do trabalho, registou-se um aumento de 21%.

Apesar do número reduzido de empresas em causa, estes são indícios do impacto positivo dos apoios do Programa.

amêndoas de chocolate e produzam em simultâneo dois tipos diferentes de drageados.

O projeto engloba investimentos tais como:

- **Máquinas e equipamentos:** Equipamento produtivo para bolachas digestivas, máquina de rechear com desmultiplicador e desvio para doses recheadas, equipamento de empacotamento e encartonamento, equipamento de selagem e carimbagem com tecnologia ink jet, nova linha de produção para doses secas com elevado grau de programação e automatização do processo de fabrico, sistema de abastecimento da nova matéria-prima e equipamentos de tubagem e dosagem (isoglucose em estado líquido), equipamentos para a produção das drageias de chocolate.
- **Ações de internacionalização:** Ações de prospeção (Angola, Brasil, Cabo Verde, Canárias, China, EUA, Luxemburgo, Singapura, Alemanha) e participação em feiras internacionais (ISM 2009 - Alemanha, ANUGA 2009 - Índia).
- **Certificação pela norma BRC** – Global Standard Food – O que é uma maisvalia para o mercado do Reino Unido e suas antigas colónias, como a Índia.
- **Novo registo da marca.**



RESULTADOS OBTIDOS

O projeto decorreu entre 2008 e 2009, apresentando como principais resultados:

- Criação de 10 postos de trabalho;
- Aumento da intensidade de exportação de 17% no pré projeto (2007) para 28% no pós projeto (2012);
- Exportação para novos mercados, nomeadamente Irlanda, Líbia, Polónia, África do Sul e Singapura;
- Obtenção da certificação BRC Global Standard Food concedida pelo British Retail Consortium.



Também aprovado no SI Inovação, o projeto seguinte visa a produção de moldes de grande dimensão, a utilizar designadamente nas fileiras do automóvel e aeronáutica. Como resultados positivos, salienta-se a consolidação da empresa num mercado novo, a criação de postos de trabalho e o aumento das exportações, para além do alargamento das competências empresariais favoráveis à melhoria da sua posição competitiva.

Caixa 11: INOVAÇÃO PRODUTIVA - MPTOOL09 – MPTOOL - ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA.

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Produção de novos bens e serviços

N.º DE PROJETO: 5737

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: MPTOOL09

PROMOTOR: MPTOOL - Engenharia e Produção de Moldes, Lda.

LOCALIZAÇÃO: Marinha Grande, Leiria

CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO: 24-de março de 2009 a 31 de maio de 2010

INVESTIMENTO REALIZADO: 3.228.632,30 euros **INCENTIVO REALIZADO:** 1.452.884,53 euros

TAXA DE EXECUÇÃO: 94,84%

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A MPTOOL - ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA. tem como actividade principal a produção de moldes mono e bi-injecção de grande dimensão (até 35 toneladas), com incidência num conjunto de aplicações na área dos componentes automóveis (por exemplo: "forras de porta", "forras de mala", "consolas centrais", "cavas de rodas", "pilares", frentes, entre outros).

A empresa pertence ao Grupo VANGEST, um grupo empresarial de média dimensão sediado na Marinha Grande, composto por 14 empresas que se dedicam de forma especializada ao desenvolvimento de soluções integradas para todas as áreas da cadeia de valor dos moldes de injecção de termoplásticos, desde o *design* e desenvolvimento de produto à moldagem por injecção e ao fabrico de componentes e sistemas, de elevada incorporação tecnológica, para sectores estratégicos do Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling.

Este projeto centrou-se no setor da fabricação dos moldes metálicos (CAE 25734) numa das poucas tipologias de produtos onde o Grupo VANGEST não possuía capacidades de produção próprias (moldes de grande dimensão), implicando avultados investimentos em máquinas e equipamentos produtivos, tecnologicamente avançados.

O investimento é orientado para criação de uma unidade de produção de moldes de grande dimensão, designadamente nas seguintes áreas fundamentais: (i) Frezagem; (ii) Maquinação Alta Velocidade CNC; (iii) Electroerosão; (iv) Bancada; (v) Logística; (vi) Projecto preparação de trabalho; (vii) PLM (Product Lifecycle Management) (viii) Infra-estruturas; (ix) Promoção Internacional; (x) Certificação e qualidade.

Com este projeto de investimento a MPTOOL fixou os seguintes objetivos:

- Conquistar novos mercados;
- Responder aos desafios do fabrico de novos componentes para automóveis (produção de moldes mono e bi-injecção de grande dimensão);
- Adquirir capacidades e competências em produtos na área do "*packaging*", aeronáutica (sectores estratégicos do Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling).

RESULTADOS OBTIDOS:

Em termos de resultados verifica-se uma consolidação de uma nova empresa no sector dos moldes metálicos, com um volume de negócios em 2013, de 6,6 milhões de euros, dos quais 1,8 são exportados para o mercado internacional (28%).

Com este investimento foram criados 29 postos de trabalho, mais 10 que os previstos em sede de candidatura, dos quais 6 com qualificação acima do Nível VI.

A empresa concretizou importantes negócios para o sector aeronáutico, os quais foram relevantes para a sua sustentabilidade e reconhecimento como produtor de componentes e sistemas de elevada intensidade tecnológica.

O projeto contribuiu para a apresentação de soluções integradas ao nível da produção de moldes de grande dimensão, reforçando a imagem de qualidade e de competência técnica do grupo. Alargou e reforçou as competências técnicas, de gestão, organizacionais e de qualidade no seio do grupo, tornando mais efectiva a sua influência no mercado nacional, melhorando o seu reconhecimento nos mercados internacionais e permitindo conquistar novos mercados.

Por outro lado, os equipamentos que foram instalados nesta unidade, deram resposta a outras áreas de negócio que também estavam na mira do grupo, como é o caso da produção de componentes de grande dimensão para a indústria aeronáutica (setor estratégico do Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling), reforçando-se, desta forma, a sua flexibilidade organizacional e produtiva.

SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

No final de 2014, o SI Qualificação e Internacionalização de PME somava 2.816 candidaturas ao COMPETE, envolvendo mais de 1,3 mil milhões de euros de investimento.

Como referido anteriormente, as micro e pequenas empresas são apoiadas através dos PO Regionais, sendo enquadradas no COMPETE as empresas de média dimensão ou as que apresentem projetos localizados em mais do que uma região de convergência. Neste sentido, há que ter presente que este instrumento tem um forte financiamento através dos PO Regionais, com especial destaque nos projetos simplificados e projetos individuais.

No final do ano encontravam-se aprovados 1.627 projetos, com um investimento elegível de 644,8 milhões de euros e um incentivo de 337,5 milhões de euros, dos quais 607 projetos, com um investimento elegível de 176,8 milhões de euros, encontravam-se já encerrados.

Tabela 3.24: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no SI Qualificação e Internacionalização PME por Tipologia de Apoio, 2007-2014

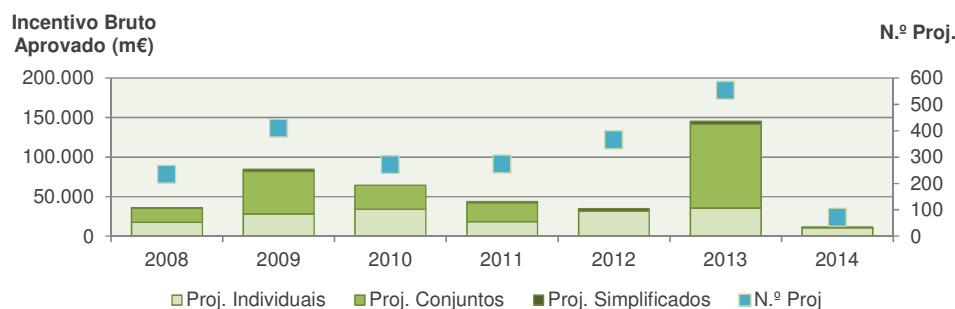
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Projetos Individuais e de Cooperação	1.626	768.997	871	272.527	121.865	327	82.081	32.474
Projetos Conjuntos	277	562.492	201	360.290	206.625	73	89.957	42.058
Proj. Simplificados (Vale)	913	19.744	555	12.008	8.977	207	4.772	3.573
TOTAL SI Qualificação PME	2.816	1.351.234	1.627	644.825	337.468	607	176.809	78.104

Fonte: SI POFC.

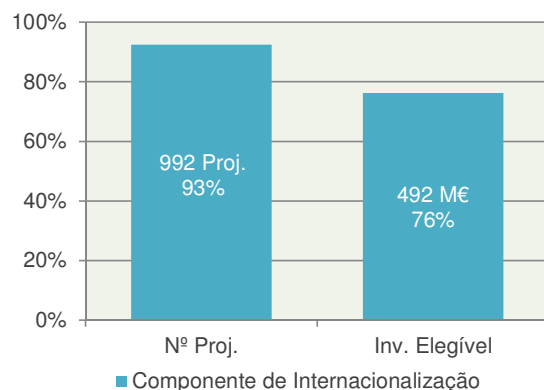
Em termos de aprovações anuais, verifica-se que 2014 representou o ano com o menor nível de incentivo aprovado, uma vez que se referiu apenas a um conjunto limitado de projetos cuja decisão de aprovação ocorreu já no início de 2014.

Gráfico 3.32: Incentivo Bruto Aprovado no SI Qualificação PME por Ano, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.33: Projetos Aprovados da Tipologia Internacionalização no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), 2007-2014



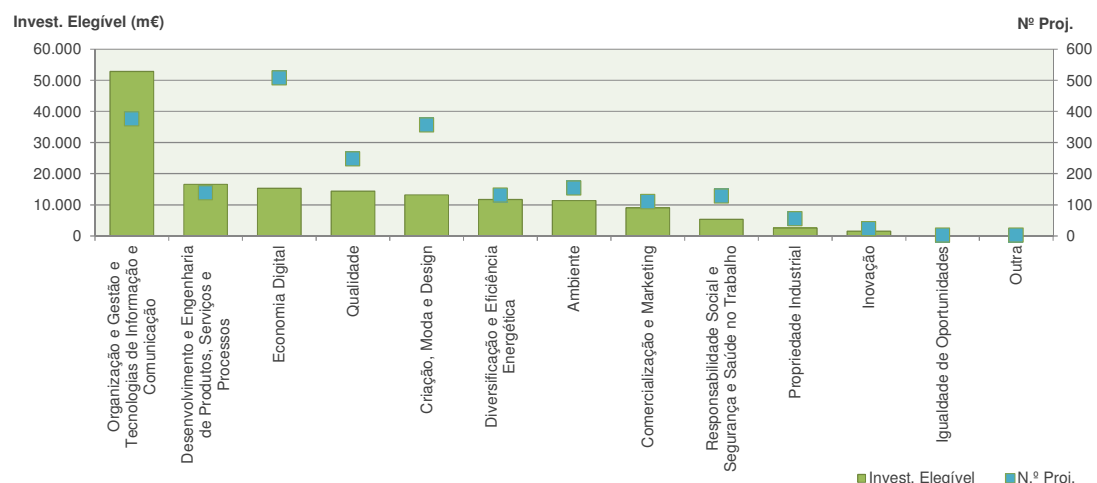
Fonte: SI POFC.

Nos projetos individuais e conjuntos, a Internacionalização é a principal **tipologia de investimento**, sendo que 93% dos projetos aprovados incluem investimentos neste domínio, num total de 76% do investimento elegível apoiado nestes instrumentos.

Quanto às restantes tipologias, destaca-se “Organização e Gestão e “Tecnologias de Informação e Comunicação” (8% do investimento elegível) e “Economia Digital” (presente em 47% dos projetos).

| 189

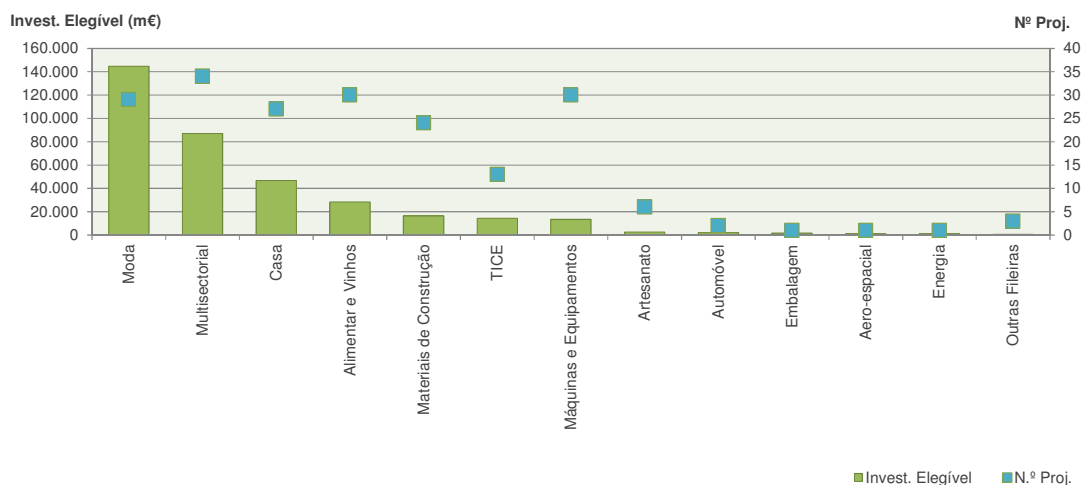
Gráfico 3.34: Projetos Aprovados noutras Tipologias (exceto internacionalização) no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), 2007-2014



Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projetos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respetivas atividades em torno das diferentes cadeias de valor, salientam-se as **fileiras** da Moda (29 projetos aprovados e 40% do investimento elegível), Casa (13%) e Alimentar e Vinhos (8%), bem como os projetos multisectoriais (24%).

Gráfico 3.35: Projetos Aprovados nos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME por Fileira, 2007-2014

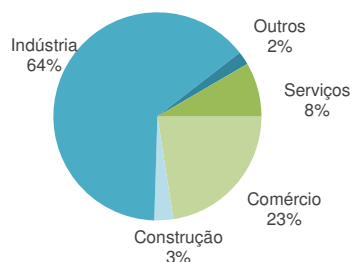


Fonte: SI POFC.

No final de 2014, encontravam-se **encerrados 73 projetos conjuntos**, todos de Internacionalização, com um incentivo associado de 42 milhões de euros. Estes projetos envolveram 1.831 empresas, 64% das quais inseridas no setor da Indústria.

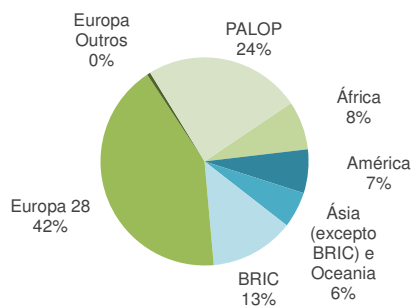
Relativamente aos mercados-alvo, destaque-se o fomento de diversificação dos mercados, designadamente em direção aos PALOP e BRIC, concentrando perto de 40%, pouco menos dos promotores que visam o mercado comunitário (42% das participações).

Gráfico 3.36: Empresas Participantes nos Projetos Conjuntos Encerrados, por Setor de Atividade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

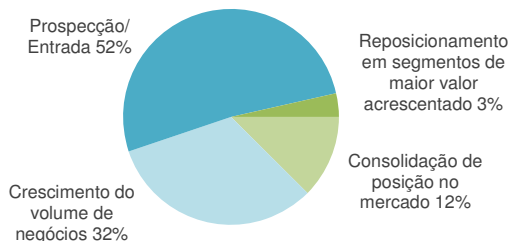
Gráfico 3.37: Mercados Internacionais Alvo das Empresas Participantes nos Projetos Conjuntos Encerrados, 2007-2014



Nota: África não inclui PALOP; Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) não incluídos em América, Ásia ou Europa. Fonte: SI POFC.

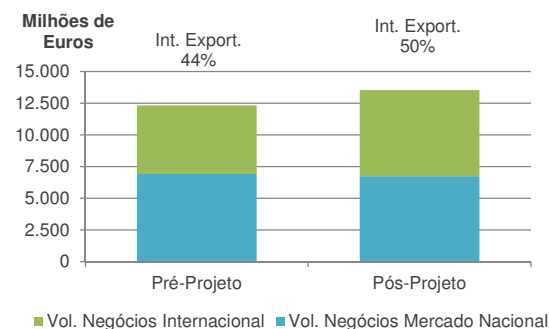
Relativamente ao **objetivo dos projetos**, verifica-se que 52% das participações visam a prospeção/entrada em novos mercados, 32% o aumento do volume de negócios, 12% a consolidação de posição no mercado e 3% o reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado.

Gráfico 3.38: Empresas Participantes em Projetos Conjuntos Encerrados, por Objetivo, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.39: Resultados dos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME Encerrados, 2007-2014

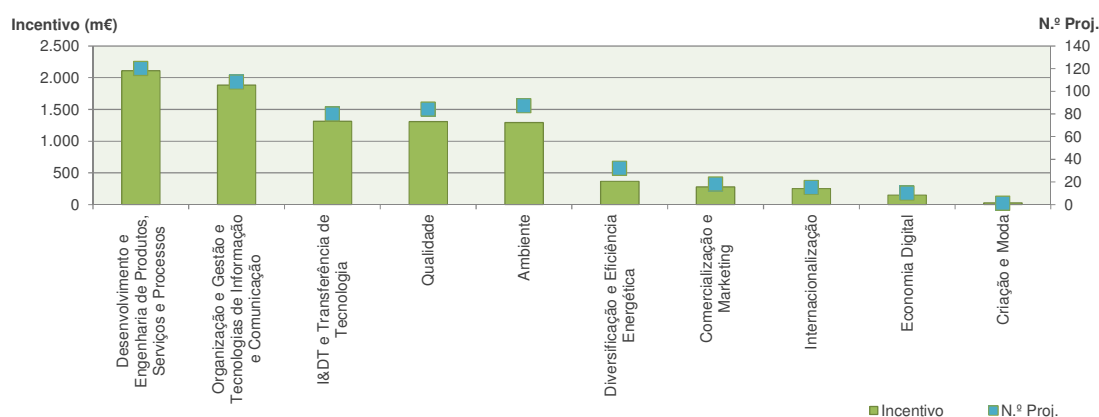


Fonte: SI POFC.

Analisando os **resultados**, em termos de variação da empresa entre o ano pré projeto e o ano a seguir à conclusão física e financeira do projeto, verifica-se um aumento da intensidade exportadora das empresas envolvidas nos projetos conjuntos de internacionalização, com um aumento de 44% para 50%, consequência do aumento do volume de exportações de 1,4 mil milhões de euros.

Já no que concerne à **criação de emprego** (ver ponto 2.3.2), o SI Qualificação PME apoia as despesas, por um período até 24 meses, com a contratação de um máximo de 2 novos quadros técnicos, com nível de qualificação igual ou superior a VI. Neste âmbito, foram efetivamente contratados 191 novos técnicos pelas PME para a implementação dos seus projetos.

Gráfico 3.40: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME (Projetos Simplificados) por Área de Intervenção, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Nos **Projetos Simplificados**, as principais áreas em que as PME recorreram a serviços de consultadoria foram “Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos”, “Organização e Gestão e TIC”, “I&DT e Transferência da Tecnologia”, “Qualidade” e “Ambiente”,

que concentram 88% do incentivo total atribuído a estes projetos (respetivamente, 23%, 21%, 15%, 15% e 14%).

O projeto seguinte, na área agroalimentar, visou a penetração da empresa em mercados internacionais, tendo obtido resultados acima do esperado ao nível das exportações.

Caixa 12: Projeto de qualificação e internacionalização de PME (Individual): Temperos do Mundo - Mendes Gonçalves, S.A.

MEDIDA DE APOIO: SI Qualificação e Internacionalização

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Internacionalização

N.º DE PROJETO: 16181

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Temperos do Mundo

PROMOTOR: Mendes Gonçalves, S.A.

LOCALIZAÇÃO: Golegã

INVESTIMENTO REALIZADO: 202.887,88 euros **INCENTIVO REALIZADO:** 89.104,36 euros

Duração: 36 meses (2010-06-17 a 2013-05-25)

TAXA DE EXECUÇÃO: 50,63%

DESCRIÇÃO DO PROJETO

A empresa MG - Mendes Gonçalves, S.A. foi constituída em 1982 e tem por objecto a fabricação e comercialização de temperos, vinagres, azeite e molhos e de mercearia fina.

A MG começou por produzir vinagre de frutos, diversificando, posteriormente, para vinagres de vinho e de sidra. A aposta permanente na diversificação resultou no investimento, em 2004, em mais duas linhas de produção, que lhe permitiram ampliar a oferta, começando a produzir molhos (maionese, *ketchup*, mostarda).

A aposta em marcas próprias, como a “Peninsular”, “daCepa” ou a “Venda da Galega”, permitiu-lhe que, no princípio da década de 90, a empresa iniciasse a actividade de exportação para mercados como Espanha e PALOP.

A Mendes Gonçalves é hoje mais conhecida pelas suas marcas “Creative” e “Peninsular”, mas sobretudo pela Paladin, cujo reconhecimento público é abrangente.

A estratégia de promoção assentou num conjunto de ações de contacto e presença em Feira, mas também nas áreas da caracterização dos mercados, definição de planos de atuação orientados para as especificidades dos produtos do promotor e dos mercados alvos, edição de material promocional e realização de vídeos promocionais com o propósito de ganho de notoriedade e visibilidade das suas marcas junto dos mercados alvos. Foram abordados directamente os seguintes mercados: Alemanha, Angola, Cabo Verde, Canadá, Dinamarca, Emiratos Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Marrocos, Moçambique, Países Baixos, Reino Unido, Federação Rússia, Suécia e Suíça e participação nas feiras Feira “Portugal Expo – Marrocos”, “IFE London”, “Gastronord” (Suécia) e Feira “Wine &





Gourmet Japan 2012".

O projeto tinha uma duração programada de 24 meses, mas foi autorizada a extensão por mais 12 meses, permitindo a realização de mais contactos, adaptando o plano de Internacionalização, não só às alterações sociais e políticas ocorridas em alguns mercados do norte de África e da Ásia, como permitir ajustamentos, fruto de alguma inexperiência na área internacional, mas igualmente da dinâmica necessária para consolidar oportunidades de negócio

que surgiram na execução do projeto.

Estes ajustes justificam-se plenamente com a potenciação do investimento e sobretudo pelos resultados obtidos.

Assim as ações previstas foram sendo adaptadas durante o projeto, não havendo intervenção em mercados onde a empresa, em resultado de contactos anteriores já obtivera uma representação dos seus produtos, sendo reorientados os esforços para onde surgiam novas oportunidades de negócio.



RESULTADOS OBTIDOS

Apesar do grau de execução deste projeto não ser elevado (cerca de 50%), este é um bom exemplo de como o incentivo pode contribuir para alavancar o investimento e os resultados.

De facto, os resultados previstos foram largamente superados: a empresa previa aumentar o seu nível de exportações em mais de 100% no final do projeto em relação ao pré-projeto (133%), passando de 1.070.000,00 em 2010 para 2.500.000 euros em 2013. A realidade demonstrou ser positivamente diferente, sendo que, em termos de resultados reais, a Paladim passou de 1.398.722,12 de exportações em 2010 para 4.225.842,03, um aumento de 216%.

Considerando estes resultados, o grau de execução e o incentivo atribuído conclui-se que houve um retorno do investimento em mais de 47€ por cada euro de incentivo.

Em termos de presença em mercados, a "Paladin" encontra-se presente em Marrocos, Angola, Moçambique, Cabo verde, França, Suíça, Luxemburgo, Canadá, EUA, Inglaterra, China, e Espanha, esperando concluir negociações com com os mercados de Dubai, Rússia e Tunísia.

Apresenta-se, na Caixa seguinte, um dos projetos conjuntos aprovados no SI Qualificação PME, no âmbito da Internacionalização, de empresas da fileira casa, no qual participaram 60 empresas. Este é um tipo de iniciativa conjunta que aposta na participação em Feiras e outros eventos, pretendendo fomentar a criação de uma presença constante no mercado, com o propósito último de incentivar as exportações e o crescimento das empresas através da captação de novos mercados.

Caixa 13: Projeto de qualificação e internacionalização de PME (Conjunto): CHOOSE PORTUGAL 2013 - Associação Empresarial da Região de Leiria

MEDIDA DE APOIO: SI Qualificação e Internacionalização

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Internacionalização

N.º DE PROJECTO: 30051

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: CHOOSE PORTUGAL 2013

PROMOTOR: NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria

LOCALIZAÇÃO: Leiria

INVESTIMENTO REALIZADO: 820.472,29 euros **INCENTIVO REALIZADO:** 529.993,81 euros

TAXA DE EXECUÇÃO: 79,59%

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Promovido pela NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria, o Projeto Choose Portugal 2013 visou a promoção das empresas e dos produtos portugueses, em particular da fileira casa, no mercado internacional. Incluiu a participação na feira internacional Ambiente 2013, seis missões empresariais, quatro seminários que abordaram os países alvo das missões empresariais, um seminário de encerramento do projeto e a elaboração de uma revista e de um filme com os testemunhos das empresas que integraram o mesmo.

O projeto teve a participação de 60 empresas, sediadas na região Centro (42) e Norte (18), das quais mais de metade são micro e pequenas empresas.

Na feira Ambiente 2013 (realizada em Frankfurt, Alemanha, entre 15 e 19 de Fevereiro), participaram 38 empresas dos setores da cerâmica, cortiça, cutelarias, investigação e desenvolvimento, louça metálica, utilidades domésticas e vidro.

Relativamente às missões empresariais, os destinos foram Moçambique (Maputo, 4 empresas na primeira missão e 6 empresas na segunda), Colômbia (Bogotá, 5 empresas), Polónia (Varsóvia, 3 empresas); Rússia (Moscou, 5 empresas) e Marrocos (Casablanca, 5 empresas).



A NERLEI realizou também o seminário 'Moçambique – Informação para a Internacionalização' e prestou informação sobre oportunidades de negócio, apoios ao investimento no exterior, informações específicas sobre mercados e procedimentos inerentes ao processo de importação e exportação a empresas associadas e outras empresas e instituições, tendo sido realizadas atividades diversas como solicitação de vistos, dinamização do portal Choose Portugal, divulgação de iniciativas de parceiros institucionais e serviços de tradução.

A NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria é uma entidade associativa constituída com o fim de promover o desenvolvimento das atividades económicas da região de Leiria, nos



domínios técnico, económico, comercial, associativo, etc. e em especial assegurar aos seus associados uma crescente participação nas decisões que com ele se relacionam, acompanhando-nos de forma sistemática na resolução dos seus problemas, fortalecendo o tecido empresarial e promovendo o desenvolvimento sustentado da Região.

A ação da Associação nos mercados externos foi dirigida para a Fileira Casa, sobretudo ao nível das Feiras Internacionais, muito embora englobe outras iniciativas de cariz multissetorial.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos pelas empresas com a sua participação no projeto foram positivos.

No que respeita à participação na Feira Ambiente 2013, são de realçar os 7.215 contactos estabelecidos (1.443 por dia, numa média de 41 contatos diários por empresa) com diversos agentes económicos, entre os quais se destacam cadeias de lojas, lojas e agentes comerciais. Relativamente às perspetivas de negócio, 77% das empresas apontam, a curto/médio prazo, para um total de 604 negócios, o que, em média, representa 17 negócios por empresa. Foram, ainda, realizadas 152 encomendas, 40% das quais realizadas por novos clientes.

No conjunto das 5 missões empresariais efetuadas, as 28 empresas participantes realizaram 298 contactos, dos quais decorreram, à partida, a realização de, pelo menos, 47 novos negócios.



3.2.1. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Não obstante os ligeiros sinais positivos verificados, mantiveram-se, em 2014, constrangimentos relacionados com a [conjuntura macroeconómica](#), com reflexo não apenas ao nível do financiamento dos projetos (acesso a capitais alheios e obtenção de garantias necessárias à apresentação de pedidos de pagamento a título de adiantamento e para o encerramento dos projetos com incentivo reembolsável), mas também da diminuição da procura interna e externa (em especial na Europa) constitui a principal ameaça à boa realização dos projetos empresariais.

Para além das medidas com atuação ao nível do financiamento dos projetos aprovados, com especial destaque para a disponibilização da [linha Investe QREN](#) (ver ponto 3.3.2) e das medidas de simplificação e desmaterialização (reportadas nos relatórios de execução dos anos anteriores), tendo em conta os constrangimentos orçamentais existentes ao nível do Eixo II, destaca-se o trabalho técnico desenvolvido de forma a garantir o [financiamento da totalidade dos projetos elegíveis dos últimos concursos do SI Inovação e SI Qualificação PME](#).

Este reforço orçamental, com recurso à mobilização de reembolsos, constituiu uma **margem de segurança essencial** para assegurar uma execução final para o Programa com total absorção dos fundos comunitários previstos, mesmo com níveis de quebra superiores ao esperado.

3.3 EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementar com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

Tal missão é prosseguida com recurso a instrumentos financeiros, concebidos de acordo com o enquadramento previsto no Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (“SAFPRI”).

No âmbito do COMPETE, de acordo com as regras de execução estabelecidas no SAFPRI, foram implementados os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos de reforço de capitais próprios de PME (fundos de capital de risco – FCR –, fundos especiais de investimento e financiamento a investidores em capital de risco – *business angels* – BA);
- Instrumentos de reforço de capitais alheios de PME (mecanismos de garantias de financiamento, conjugados com bonificações de taxas de juro e/ou de comissões de garantia).

Para operacionalização dos instrumentos em apreço, no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/2008, de 26 de agosto, um instrumento público único, o **Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA)**, Fundo de Participação gerido pela PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A., que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial. Dos 27 instrumentos financeiros operacionalizados no âmbito do COMPETE, 26 utilizaram o FINOVA como Fundo de Participação, sendo o único instrumento implementado fora do FINOVA a Linha de Crédito Investe QREN, instrumento financeiro gerido pela Sociedade Portuguesa de Contra-Garantia Mútua - Sociedade de Investimento S.A (SPGM).

Salienta-se que as intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE se circunscrevem exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência de Portugal (Norte, Centro e Alentejo).

Nos Anexos VI – 1 (operações de instrumentos financeiros implementadas através de um Fundo de Participação) e VI – 2 (operações de instrumentos financeiros implementadas fora de um Fundo de Participação) são apresentados os principais indicadores, bem como informação detalhada, acerca dos instrumentos financeiros apoiados no âmbito do COMPETE, no contexto do SAFPRI, sendo possível consultar a correspondente lista de aplicações em PME no Anexo XIII.

3.3.1. Cumprimento de Metas e Análise de Progressos

Analisando os indicadores de realização previstos para o Eixo III, à semelhança dos Eixos anteriores, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas para o final do Programa.

As candidaturas aprovadas para instrumentos de reforço de capitais próprios (FCR e Linhas de financiamento a BA) registam, em 2014, um valor acumulado de 163 milhões de euros de investimento em 246 PME. Do total de investimento realizado no âmbito destes instrumentos, cerca de 65,4% encontra-se na sua fase de vida inicial (até três exercícios económicos completos), o que origina um rácio favorável no indicador “Qualidade do capital de risco”.

O indicador “Financiamento, através de FCR, orientado para setores com potencial de crescimento” apresenta um resultado favorável (50%), podendo concluir-se, à semelhança de anos anteriores, que estes instrumentos têm uma forte focalização nos setores em apreço.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação dos instrumentos de reforço de capitais alheios (Linhas de Crédito PME Investe I e II e Linha de Crédito Investe QREN, que se encontra em execução), permitiu atingir 67% da meta de garantias a prestar, através de instrumentos do COMPETE, para 2015.

Por último, o indicador “Custos de Gestão” apresenta um valor de 1,79%, em média anual do capital realizado nos instrumentos, considerando o somatório dos custos e comissões de gestão cobrados pelas entidades gestoras dos instrumentos financeiros e pelos seus intermediários financeiros, quando aplicável, em cumprimento da meta (máxima) fixada para 2015 (2,5%).

Tabela 3.25: Indicadores de Realização do Eixo III, 2007-2014

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2014	Sim/Não
QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO (Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)	33%	33%	65%	Sim
FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE FCR ORIENTADO PARA SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento de FCR em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito de FCR)	30%	30%	50%	Sim
GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME	1.500	5.000	3.371	Não
CUSTOS DE GESTÃO (Comissões de Gestão / Capital Realizado)	2,5%	2,5%	1,79%	Sim

Fonte: SI COMPETE

Tabela 3.26: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo III, 2007-2014

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	621
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	3.650
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I, II e III	330
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I, II e III	621
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.193
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	159
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	1
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projetos	Total do PO	211
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	13
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	0

Nota: (*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI COMPETE

3.3.2. Análise qualitativa

Durante o ano de 2014, no âmbito do Eixo III, foi efetuado o acompanhamento da execução dos instrumentos financeiros lançados no âmbito do COMPETE, de 2007 a 2013.

Assim, em termos acumulados, encontravam-se aprovados, no Eixo III, 27 projetos (com um investimento aprovado de 599 milhões de euros e um incentivo de 367 milhões de euros), a saber: Linhas de crédito PME Investe I e II; Linha de crédito Investe QREN; 23 FCR e 2 Linhas de financiamento a BA.

Tabela 3.27: Candidaturas Aprovadas do Eixo III, 2007-2014

Designação da Candidatura		Sociedade Gestora/ Intermediário Financeiro	Investimento Elegível Aprovado	Incentivo FEDER Aprovado	Incentivo FEDER Pago ao Holding Fund (*)	Incentivo FEDER pago aos destinatários finais
Unid: Mil Euros						
Linhas de Crédito						
004574	Linhas de crédito PME Investe I e II	PME Investimentos	142.898	100.028	56.480	55.804
030023	Linha de crédito Investe QREN	SPGM	37.500	37.500	12.364	11.215
FCR Audiovisual						
005734	FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual)	BANIF Investimentos	33.000	23.100	4.620	2.781
FCR Inovação e Internacionalização						
016132	FCR PORTUGAL VENTURES INTERNACIONALIZAÇÃO	Portugal Ventures	14.579	7.289	3.032	750
016134	FCR ASK CELTA	ISQ	20.152	10.076	3.022	760
016135	FCR CAPITAL CRIATIVO I	Capital Criativo	20.803	10.147	10.077	3.552
016136	FCR NOVO BANCO VENTURES IV	Novo Banco Ventures	10.125	5.062	5.030	3.386
016137	FCR PORTUGAL VENTURES INDUSTRIAS CRIATIVAS	Portugal Ventures	6.074	3.037	3.021	1.784
016141	FCR MINHO E INTERNACIONALIZAÇÃO	2B Partner	4.040	2.020	1.248	421
016142	FCR NOVABASE CAPITAL INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Novabase Capital	10.236	5.067	5.035	5.098
016143	FCR PATRIS CAPITAL PARTNERS	Patris	5.097	2.548	2.517	540
016144	FCR PORTUGAL VENTURES TURISMO	Portugal Ventures	6.114	3.056	3.022	-
016145	FCR PME/NOVO BANCO	Novo Banco Capital	10.112	5.056	2.466	1.875
FCR Corporate Venture Capital						
016146	FCR CRITICAL VENTURES I	Critical Ventures	5.063	2.531	1.914	1.391
016147	FCR PORTUGAL VENTURES BIOCANT	Portugal Ventures	4.049	2.024	1.609	578
FCR Early Stages						
016140	FCR PORTUGAL VENTURES EARLY STAGE	Portugal Ventures	6.430	4.399	2.631	1.115
016149	FCR ASK CAPITAL	ISQ	6.521	4.497	1.511	563
016152	FCR PORTUGAL VENTURES UNIVERSITAS	Portugal Ventures	3.811	2.667	1.567	724
016159	FCR FAST CHANGE II	Change Partners	7.117	4.270	1.912	1.672
FCR Pre-Seed						
016133	FCR BETA LIFE SCIENCES	BETA	2.538	1.776	888	425
016154	FCR PORTUGAL VENTURES ACTEC II	Portugal Ventures	6.508	4.555	1.364	1.085
016155	FCR ISTART I	Novo Banco Ventures	1.531	1.071	1.071	819
Fundos Revitalizar						
032822	FCR REVITALIZAR NORTE	Explorer Investments	80.451	40.225	24.045	15.000
032823	FCR REVITALIZAR CENTRO	Oxy Capital	80.451	40.225	32.090	18.736
032824	FCR REVITALIZAR LISBOA, ALENTEJO E ALGARVE	Capital Criativo	20.114	10.057	2.011	3.875
LINHA DE FINANCIAMENTO A BUSINESS ANGELS						
016156	LINHA DE FINANCIAMENTO A SOC. DE INVESTIDORES EM CAPITAL DE RISCO	Sociedades de BA	38.083	24.660	19.728	13.780
040764	LINHA DE FINANCIAMENTO A OPERAÇÕES DESENVOLVIDAS POR BUSINESS ANGELS	Sociedades de BA	15.644	10.168	10.099	4.478
TOTAL SAFPRI (27 projetos)			599.042	367.111	214.375	152.206

Fonte: SI POFC.

(*) O valor de pagamentos apresentado já se encontra deduzido de ajustes a 2 projetos efetuados no início do ano.

LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I E II

Lançadas em 2008, as Linhas de Crédito PME Investe I e II são linhas de crédito protocoladas com diversas instituições financeiras, para apoio às PME, através da bonificação de taxas de juro dos financiamentos e da redução do risco das operações bancárias via mecanismos de garantia.

A candidatura COMPETE para financiamento das Linhas de Crédito PME Investe I e II tem um investimento elegível de 143 milhões de euros, financiados em 70% por FEDER e 30% por fundos nacionais públicos.

A 31 de dezembro de 2014, tinham sido aplicados pelo FINOVA 79,7 milhões de euros, 46,4 milhões de euros destinados ao reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo e 33,3 milhões de euros para financiamento das bonificações de taxas de juro e das comissões de garantia.

Tabela 3.28: Execução Financeira das Linhas de Crédito, 2007-2014

Unid: Mil Euros

	Reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo pago	Bonificações de juros pagas	Bonificações de comissões de garantia pagas	Total de aplicações do FINOVA
PME Investe I	10.396	9.105	3.174	22.675
PME Investe II	36.000	14.299	6.746	57.045
Total	46.396	23.404	9.920	79.720

Fonte: SI FINOVA

Nas Linhas de Crédito PME Investe I e II encontram-se enquadradas 3.187 operações, envolvendo um financiamento bancário de 958 milhões de euros, dos quais 478 milhões de euros são objeto de garantia prestada pelas SGM. Realça-se que, decorrente de auditoria da Comissão Europeia, foi efetuada uma redução nos montantes (i) executados da Linha de Crédito PME Investe I, em operações cuja aplicação do financiamento foi exclusivamente em fundo de maneo e (ii) previstos inicialmente para bonificações de juros e comissões de garantia, decorrente de ajustamento aos valores reais. A correção ao nível dos montantes comprometidos vai ser efetuada em sede de encerramento do projeto.

Tabela 3.29: Resultados das Linhas de Crédito PME Investe I e II, 2007-2014

Unid: Mil Euros

	N.º Operações Aprovadas	Financiamento às empresas associado	Valor garantido
PME Investe I	433	303.791	151.173
PME Investe II	2.754	654.234	326.811
TOTAL	3.187	958.025	477.984

Fonte: SI FINOVA

Este instrumento regista alguma diferença entre o montante comprometido e a respetiva execução financeira, o que se prende com correções financeiras efetuadas, decorrentes de auditorias da Comissão Europeia, tal como detalhado no ponto 3.3.3.

LINHA INVESTE QREN

A Linha de Crédito Investe QREN foi lançada no decorrer do 3.º trimestre de 2012. Através deste instrumento, as instituições de crédito aderentes disponibilizam, de acordo com as regras constantes do Protocolo aprovado e assinado pelas mesmas, financiamento às empresas até um montante global de 1.000 milhões de euros, dos quais 500 milhões de euros provêm da 2.ª tranche do empréstimo quadro do BEI, sendo o restante assegurado pelas instituições de crédito aderentes.

No âmbito desta linha, são financiados pelo COMPETE (no valor máximo aprovado de 37,5 milhões de euros): (i) 14,2 milhões de euros de custos das bonificações de comissão de garantia mútua, (ii) 22,1 milhões de euros de reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) e (iii) 1,2 milhões de euros de despesas de gestão da SPGM, Entidade Gestora do instrumento financeiro em apreço.

Em 3 de janeiro de 2013, o apoio do COMPETE foi formalizado através de contrato celebrado entre a Autoridade de Gestão do COMPETE, a entidade participante (IAPMEI) e a SPGM, tendo sido efetuado um primeiro adiantamento do apoio, de 11,9 milhões de euros, em 30 de agosto de 2013, o qual foi reforçado por um adiantamento de 478 mil euros, em 2014, para fazer face a bonificações de comissões de garantia. No total, foram pagos 12,4 milhões de euros à SPGM, um valor ainda assim aquém do montante aprovado (37,5 milhões de euros), e que se justifica por uma procura deste instrumento inferior à inicialmente estimada.

Atuando o COMPETE apenas nas três regiões de convergência do Continente, verifica-se que cerca de metade das operações são na região Norte e quase 40% na região Centro.

Tabela 3.30: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por região das PME, 2007-2014

Unid: Mil Euros

NUTS II	N.º Operações	%	Financiamento às empresas associado	%
Norte	87	47%	34.308	48%
Centro	71	39%	26.476	37%
Alentejo	26	14%	10.719	15%
Total	184	100%	71.503	100%

Fonte: SI SPGM

Por dimensão das empresas destinatárias do financiamento, salientam-se 65% de operações de micro e pequenas empresas, com 48% do montante total do financiamento aprovado.

Tabela 3.31: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por dimensão das PME, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Dimensão das Empresas	N.º Operações	%	Financiamento às empresas associado	%
Micro	52	28%	10.655	15%
Pequena	67	36%	23.771	33%
Média	65	35%	37.077	52%
Total	184	100%	71.503	100%

Fonte: SI SPGM

| 202

De acordo com o seguinte quadro, verifica-se que a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco representam cerca de 83% do total do número de operações e 89% do financiamento concedido ao abrigo da Linha.

Tabela 3.32: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por Instituição Financeira, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Instituição Financeira	N.º Operações	%	Financiamento às empresas associado	%
CGD	95	52%	34.665	48%
Novo Banco	58	32%	28.887	40%
BCP	19	10%	4.522	6%
BPI	12	7%	3.429	5%
Total	184	100%	71.503	100%

Fonte: SI SPGM

Em termos de classe de risco destacam-se as empresas certificadas pelo IAPMEI como PME Líder, com 45% do número das operações e 47% do total do financiamento. Saliente-se também o financiamento concedido a empresas certificadas pelo IAPMEI com a Classe C, com 39% do número das operações e 40% do total do financiamento.

Tabela 3.33: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por Classe de Risco, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Classe de Risco	N.º Operações	%	Financiamento às empresas associado	%
PME Líder	83	45%	33.432	47%
A	21	11%	4.016	6%
B	9	5%	5.309	7%
C	71	39%	28.746	40%
Total	184	100%	71.503	100%

Fonte: SI SPGM

Quanto ao setor de atividade, cerca de 75% do financiamento garantido através da Linha de Crédito Investe QREN destinou-se a projetos inseridos no setor da Indústria.

Tabela 3.34: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por Setor de Atividade, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	N.º Operações	%	Financiamento às empresas associado	%
Indústria	114	62%	53.823	75%
Serviços	47	26%	13.177	18%
Turismo	10	5%	2.627	4%
Comércio	12	7%	1.601	2%
Transportes e logística	1	1%	275	0%
Total	184	100%	71.503	100%

Fonte: SI SPGM

| 203

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

Em 2013 foi efetuada uma reprogramação da generalidade dos FCR, tendo sido prorrogado o prazo final de execução dos mesmos para setembro de 2015, de forma a permitir a execução da dotação comprometida neste âmbito.

Em contrapartida da aprovação do prazo adicional de execução foram definidas metas de execução trimestrais dos FCR que, em caso de incumprimento, permitem efetuar descativações orçamentais e penalizações ao nível da comissão de gestão a auferir pelas respetivas sociedades gestoras.

No que concerne especificamente aos FCR Revitalizar, foi lançado, em 2012, um concurso para seleção de três FCR de base regional e respetivas sociedades gestoras, destinados a investimentos em PME. Cada um dos três FCR Revitalizar possui uma área de intervenção delimitada pela circunscrição territorial das Regiões NUTS II (i) Norte, (ii) Centro e (iii) Lisboa, Alentejo e Algarve (encontrando-se estas últimas três NUTS II integradas num único FCR, sendo as partes referentes a Lisboa e Algarve afetas aos respetivos Programas Operacionais Regionais).

As sociedades gestoras selecionadas para gestão dos três FCR foram as seguintes:

- FCR Revitalizar Norte - Explorer Investments SCR, SA;
- FCR Revitalizar Centro - Oxy Capital SCR, SA;
- FCR Revitalizar Sul (Lisboa/Alentejo e Algarve) - Capital Criativo SCR, SA.

Após a conclusão do processo de seleção das sociedades gestoras no final de 2012, os três FCR Revitalizar tiveram as suas candidaturas ao COMPETE aprovadas em 18 de janeiro de 2013, com um montante global de 181 milhões de euros de investimento elegível, sendo 50% financiado pelo COMPETE e 50% por 7 Bancos.

A constituição dos três FCR ocorreu a 27 de agosto de 2013, tendo sido pagas, em 2013, a cada um dos FCR, as primeiras tranches do apoio do COMPETE (20% do apoio comprometido). Em 2014 estes FCR registaram uma boa execução, tendo todos solicitado uma ou mais tranches de apoio, após justificação de execução de pelo menos 75% dos adiantamentos anteriores, a saber:

- FCR Revitalizar Norte – Pagamento de mais 2 tranches, totalizando 60% do valor do FCR;
- FCR Revitalizar Centro – Pagamento de mais 3 tranches, totalizando 80% do valor do FCR;
- FCR Revitalizar Sul – Pagamento de mais 2 tranches, totalizando 60% do valor do FCR.

Até ao final de 2014 estes FCR investiram um total de 75,2 milhões de euros em 44 PME.

Deste modo, encontram-se aprovados, no final de 2014, 23 FCR, com um investimento elegível de 365 milhões de euros, tendo sido responsáveis por 130 investimentos, em 123 PME, no montante total de cerca de 135 milhões de euros.

LINHAS DE FINANCIAMENTO A *BUSINESS ANGELS*

Os Business Angels (BA) são investidores informais de capital de risco, que atuam sobretudo em empresas jovens e nascentes, quer sob a forma de *venture capital*, quer pela partilha de *know-how* e *networking* relevante para o desenvolvimento do negócio.

No final de 2014 encontravam-se ativas 46 Entidades Veículo (sociedades de BA) dos instrumentos em apreço, que atuaram sob a forma de 149 investimentos em 123 PME, num montante total de 28,2 milhões de euros, nos mais diversos setores de atividade económica, cumprindo o objetivo de criação de novas empresas através do apoio dos BA aos empreendedores. Realça-se que, relativamente a 2013, houve um acréscimo de 32 novas PME investidas.

Em 2013 foi efetuada uma reprogramação desta linha de financiamento para a generalidade das Entidades Veículo, tendo sido prorrogado o prazo final de execução para junho de 2015 de forma a permitir a execução da dotação comprometida neste âmbito. Em contrapartida da aprovação do prazo adicional de execução foram definidas metas de execução semestrais que, em caso de incumprimento, permitem efetuar reduções nos compromissos orçamentais.

Face à dinâmica positiva deste instrumento, no final do ano de 2013 foi aprovada, pela Autoridade de Gestão do COMPETE uma nova candidatura para financiamento de BA (Linha de Financiamento a Operações Desenvolvidas por BA), com um montante de 15 milhões de euros, dos quais 10 M€ financiados pelo COMPETE.

Esta nova linha de financiamento, esgotada no decorrer de 2014, teve como destinatárias as sociedades de BA que haviam esgotado o *plafond* atribuído na Linha de Financiamento a BA inicial, lançada em 2009, bem como novas entidades veículo entretanto criadas, que não tiveram acesso à Linha de 2009. A seleção das entidades veículo a financiar através do instrumento em apreço foi efetuada à medida que estas apresentavam propostas concretas de operações de investimento em empresas destinatárias, tendo-se assim aprovado apenas montantes que foram aplicados imediatamente em PME. Esta opção de seleção, em conjugação com a utilização de regras muito similares à Linha lançada em 2009, permitiu reduzir substancialmente o período de implementação e plena execução do instrumento, quer porque os potenciais interessados já estavam familiarizados com as regras existentes, quer porque apenas foram necessárias ligeiras adaptações para lançamento efetivo do instrumento (que ocorreu em fevereiro de 2014).

ANÁLISE GLOBAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os quadros seguintes apresentam a aplicação atual dos diferentes instrumentos financeiros de capital de risco, apoiados pelo COMPETE, em empresas (FCR e Linhas de Financiamento a BA). No total, até ao final de 2014, foram aplicados cerca de 163,2 milhões de euros em 246 PME, dos quais 85,2 milhões de euros correspondem à comparticipação do FEDER. Assim, verifica-se que o referido valor de aplicação em PME representa 40% do incentivo aprovado e 57% do incentivo pago/transferido para os FCR e BA.

Estas percentagens variam consoante os instrumentos em causa, refletindo os diferentes estádios de execução. Refira-se que o FCR PV Turismo é o único instrumento que apresenta um reporte de execução nulo, o que se justifica pela opção de focalização inicial apenas nas CAE do Turismo (só em 2013 foi permitida a realização de investimentos em empresas que, não tendo CAE do setor do Turismo, desenvolvessem projetos considerados dinamizadores do setor) e pela reorganização da sociedade gestora (fusão da Turismo Capital com as demais Sociedades Gestoras públicas de capital de risco, dando origem à Portugal Ventures). Os primeiros investimentos foram concretizados em 2014, não tendo, contudo, sido validados e reportados ao COMPETE até à data de reporte deste relatório. Ainda assim, a Portugal Ventures perspetiva uma execução próxima dos 100% do capital deste Fundo até ao final do período de execução.

Tabela 3.35: Aplicações em PME por Instrumento Financeiro, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Tipo de Instrumento	FCR/BA	N.º PME (*)	Aplicação em PME			
			Capital aplicado em PME	Compon. FEDER das aplicações em PME	% da aplicação FEDER face ao incentivo aprovado	% da aplicação FEDER face ao incentivo pago
FCR Audiovisual	FICA	5	9.667	2.781	60%	60%
FCR Inovação e Internacionalização	FCR PV Internacionalização	1	1.500	750	10%	25%
	FCR ASK Celta	2	1.520	760	8%	25%
	FCR Capital Criativo	5	7.283	3.552	35%	35%
	FCR Novo Banco Ventures Inovação & Internacionalização	7	6.773	3.386	67%	67%
	FCR PV Indústrias Criativas	8	3.568	1.784	59%	59%
	FCR Minho e Internacionalização	7	841	421	21%	34%
	FCR Novabase Capital	8	10.300	5.098	101%	101%
	FCR Patris	1	1.080	540	21%	21%
	FCR PV Turismo	0	0,00	0,00	0%	0%
	FCR PME Novo Banco	3	3.750	1.875	37%	76%
FCR Corporate Venture Capital	FCR Critical Ventures I	5	2.782	1.391	55%	73%
	FCR PV Biocant	4	1.156	578	29%	36%
FCR Early Stages	FCR PV Early Stage	4	1.630	1.115	25%	42%
	FCR ASK Capital	2	816	563	13%	37%
	FCR PV Universitas	4	1.035	724	27%	46%
	FCR FAST Change II	6	2.787	1.672	39%	87%
FCR Pré-Seed	FCR BETA Life Sciences	3	608	425	24%	48%
	FCR PV ACTEC II	6	1.550	1.085	24%	80%
	FCR ISTART I	5	1.171	819	76%	76%
FCR Revitalizar	FCR Revitalizar Norte	15	30.000	15.000	37%	62%
	FCR Revitalizar Centro	24	37.472	18.736	47%	58%
	FCR Revitalizar Lisboa, Alentejo e Algarve	5	7.750	3.875	39%	64%
Financiamento a <i>Business Angels</i>	Entidades Veículo (Sociedades de BA) em operação (**)	123	28.170	18.258	52%	61%
TOTAL		246	163.208	85.187	40%	57%

Nota: (*) O número de empresas não é somável, uma vez que a mesma PME pode recorrer a mais do que um instrumento; (**) Inclui os projetos 016156 e 040764, sendo que cada empresa é contabilizada apenas uma vez. Fonte: SI COMPETE.

Considerando a distribuição setorial das PME envolvidas, destacam-se as CAE relacionadas com os “Serviços Empresariais”, que representam 44% das aplicações efetuadas.

Tabela 3.36: Aplicações de instrumentos de capital de risco em PME, por Setor de Atividade, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	N.º PME	Capital aplicado em PME
Serviços Empresariais	153	71.380
Educação, Saúde e Cultura	13	12.502
Metálica	7	9.920
Alimentar	10	8.621
Madeira, Cortiça e Mobiliário	4	8.445
Transportes, Logística e Distribuição	13	8.083
Química	9	7.309
Papel e Publicações	22	6.201
Material de Construção	4	6.000
Comércio	8	5.285
Mecânica e Eletrónica	8	4.208
Hotelaria e Restauração	4	3.538
Têxtil, Vestuário e Calçado	4	3.380
Construção	3	3.211
Indústria Extrativa	2	3.000
Material de Transporte	3	957
Energia e Ambiente	2	370
Outros	3	800
TOTAL	246	163.208

Fonte: SI COMPETE

Nos quadros seguintes apresentam-se, por tipologia de instrumento financeiro apoiado pelo COMPETE, a desagregação dos montantes comprometidos e transferidos, em consonância com a informação reportada no Anexo VI.

Tabela 3.37: Execução dos Instrumentos Financeiros implementados através do Holding Fund FINOVA

Unid: Mil Euros

Tipologia de Instrumento Financeiro (para maior detalhe vide Anexo VI)	Compromissos PO (Montantes)		Transferências PO (Montantes)					
	HF FINOVA		HF FINOVA		IF		Destinatários	
	Totais PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	FEDER	Totais PO - fundos públicos (FEDER + contrapartida nacional pública)	FEDER	Totais PO - fundos públicos (FEDER + contrapartida nacional pública)	FEDER	Totais PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	FEDER
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital Próprio/ Capital Risco	418.644	229.583	151.211	149.231	105.823	101.274	163.208	85.187
Garantias	60.961	42.673	46.396	32.477	46.396	32.477	46.396	32.477
Outros Produtos Financeiros	81.937	57.356	34.290	24.003	34.290	24.003	33.324	23.327
TOTAL	561.542	329.611	231.897	205.711	186.509	157.753	242.928	140.991

Tabela 3.38: Execução do Instrumento Financeiro Linha de Crédito Investe QREN

Unid: Mil Euros

Tipologia de Instrumento Financeiro (para maior detalhe vide Anexo VI)	Compromissos PO (Montantes)		Transferências PO (Montantes)			
	IF		IF		Destinatários	
	Totais PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Componente FEDER	Totais PO - fundos públicos (FEDER + contrapartida nacional pública)	Componente FEDER	Totais PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Componente FEDER
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Capital Próprio/ Capital Risco	-	-	-	-	-	-
Garantias	23.403	23.403	11.701	11.701	11.091	11.091
Outros Produtos Financeiros	14.097	14.097	663	663	123	123
TOTAL	37.500	37.500	12.364	12.364	11.215	11.215

O Anexo XIII contém a lista completa das intervenções em PME no âmbito da globalidade dos instrumentos financeiros apoiados pelo COMPETE.

Apresenta-se ainda, na caixa seguinte, a participação relevante da Autoridade de Gestão do COMPETE no projeto “FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises*”, destinado à partilha de experiências, ao nível da União Europeia, sobre instrumentos financeiros.

Caixa 14: FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises*

A Autoridade de Gestão do COMPETE (representada pela sua área de Financiamento e Partilha de Risco – “FPR”) foi um dos participantes do projeto de cooperação inter-regional Europeu “FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises*”, o qual foi desenvolvido em cooperação entre 13 instituições da União Europeia (os parceiros do projeto FIN-EN são provenientes de: Itália [Parceiro Líder], Bélgica, Espanha, Hungria, Eslovénia, Letónia, Lituânia, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Portugal, Reino Unido e França), sendo cofinanciado pelo Programa Interreg IV C. O projeto decorreu de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014 e pretendeu intensificar a cooperação entre autoridades nacionais/regionais da Europa acerca das melhores metodologias de apoio, por via de Fundos Estruturais da UE, a instrumentos financeiros para empresas, nas vertentes de (i) capital de risco, (ii) garantia e (iii) empréstimos.

Durante 3 anos, os 13 parceiros do projeto colaboraram, sucessivamente, em 3 Grupos de Trabalho Temáticos, correspondentes às fases, do ciclo de vida dos instrumentos financeiros, de (i) Programação, (ii) Implementação e (iii) Monitorização e Reporte, a par da realização de visitas de estudo promovidas pelos vários parceiros do projeto, com o objetivo de intensificar a partilha de conhecimento e as boas práticas de cada parceiro.

No decorrer de 2014 foram concluídos os trabalhos de preparação dos relatórios finais e ações de divulgação dos resultados do projeto, envolvendo a realização de ações de disseminação nos países dos parceiros do projeto.

Anteriormente haviam sido realizadas visitas de estudo aos parceiros provenientes de Espanha, Hungria, Itália, Portugal (tendo como dinamizador e anfitrião a Autoridade de Gestão do COMPETE), França e Reino Unido, por forma a observar a experiência destes participantes no tocante a instrumentos financeiros com financiamento comunitário.

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Após conclusão, em 2012, do processo de verificações de gestão ao projeto 4574 (Linhas de Crédito PME Investe I e II), que originou uma correção global de 7,33% ao montante aprovado, a Autoridade de Auditoria (IGF) e a Comissão Europeia, através de auditoria realizada em 2012 e cujo relatório a Autoridade de Gestão do COMPETE conheceu em 2013, levantaram novas observações acerca do instrumento em apreço. A conclusão mais relevante visava a impossibilidade de financiamento, com fundos FEDER, de operações cujo objetivo fosse a aplicação total em fundo de maneo, para reforço da atividade (já apuradas em 2013).

Da auditoria da Comissão Europeia subsistiram ainda algumas dúvidas, tendo a Autoridade de Gestão do COMPETE proposto a realização adicional de verificações neste âmbito, ao nível de:

- Validação de classes de risco das empresas destinatárias;
- Supervisão da atividade do Fundo de Contragarantia Mútuo e da sua Sociedade Gestora (SPGM);
- Validação do cálculo e pagamento das bonificações de juros e de comissão de garantia;
- Revalidação da aplicação do financiamento numa subamostra aleatória de 30 operações de financiamento.

Os trabalhos descritos foram iniciados e concluídos em 2014 pela Autoridade de Gestão do COMPETE, bem como validados pela IGF, tendo-se assim efetuado um novo apuramento da taxa de erro, que se situa em 12,78%, sendo a correção a efetuar em sede de encerramento da candidatura.

Dentro ainda da temática das auditorias aos instrumentos financeiros, em resultado de uma ação de auditoria de 2010, a Comissão Europeia comunicou, já no início de 2014, a sua posição quanto ao processo de seleção da Sociedade Gestora do Fundo de Participação FINOVA (PME Investimentos), concluindo pela sua desadequação, devido à existência de participantes privados, embora minoritários, no capital da Sociedade Gestora em apreço, resultando assim a não elegibilidade, nos projetos financiados pelo COMPETE, das despesas de gestão cobradas pela PME Investimentos ao FINOVA. A presente decisão tem ainda implicações idênticas na elegibilidade das despesas de gestão da sociedade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo (SPGM).

Relativamente a esta questão, a Autoridade de Gestão do COMPETE suspendeu a certificação de despesa neste âmbito, tendo apenas retomado, para as despesas de gestão da PME

Investimentos, a partir de outubro de 2014, data em que a PME Investimentos passou a ter capitais exclusivamente públicos.

De forma a permitir um acompanhamento adequado, a Autoridade de Gestão do COMPETE mantém um acompanhamento contínuo dos instrumentos financeiros em implementação, através de verificações de gestão administrativas e no local.

3.4 EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

Inserido no atual processo de reforma e modernização da Administração Pública, o Eixo IV tem como **objetivos específicos**:

- Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;
- Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;
- Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;
- Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.

É operacionalizado através do **SAMA** – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sequência da revisão dos Indicadores, o Eixo IV do COMPETE passou a integrar 7 indicadores, dos quais, três de realização.

Tabela 3.39: Indicadores de Realização do Eixo IV, 2007-2014

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2014	Sim/Não
PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISSERVIÇOS (N.º de centros de atendimento multisserviços abertos em território nacional)	60	700	1.220	Sim
SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO (n.º de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	10	400	565	Sim
UNIVERSALIDADE - GRAU DE ACESSIBILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ON-LINE A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (N.º de serviços públicos disponíveis on-line a cumprir pelo menos o nível AA das regras de acessibilidade (W3C))/(N.º de serviços públicos disponíveis on-line)	80%	100%	93%	Não
DESMATERIALIZAÇÃO - AUMENTO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO PRESENCIAIS (N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	30%	80%	88%	Sim
UTILIZAÇÃO DE FATURA ELETRÓNICA (N.º de organismos públicos utilizadores de fatura eletrónica) / (N.º de organismos públicos que emitem faturas)	80%	100%	78%	Não
NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA AP (N.º de sistemas de informação interoperáveis na AP)/(N.º de sistemas de informação na AP)	30%	80%	89%	Sim
FUNCIONÁRIOS FORMADOS NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES APOIADAS (N.º de funcionários formados em competências específicas (atendimento, TIC, gestão de conhecimento))/(N.º total dos funcionários envolvidos nas intervenções apoiadas)		25%	73%	Sim

Fonte: SI POFC.

Relativamente às metas fixadas para 2015, verifica-se que os indicadores “Proximidade – Criação de Centros Multisserviços”, “Simplificação – Criação de pontos únicos de contacto”, “Desmaterialização – Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais”, “Nível de interoperabilidade entre sistemas de informação” e “Funcionários formados no âmbito das intervenções apoiadas” se encontram acima da referida meta.

Saliente-se que o indicador relativo à “Proximidade” se encontra significativamente influenciado pelos resultados registados num número restrito de projetos, sobretudo dos sectores das Finanças e da Justiça, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimento bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multisserviço e pontos únicos de contacto nos canais *Internet*, presencial ou telefónico.

No que se refere aos indicadores que se encontram abaixo da meta, é de registar que apresentam valores elevados e próximos da meta estabelecida [Universalidade – Grau de acessibilidade dos serviços online a cidadão com necessidades especiais (93%) e Utilização de fatura eletrónica (78%)], sendo que os resultados obtidos neste último são prejudicados pelo facto de algumas entidades não processarem faturas na sua atividade regular.

Tabela 3.40: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo IV, 2007-2014

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	247
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	0
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	0
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	5

Legenda: (*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

3.4.1. Análise qualitativa

No âmbito do Eixo IV, operacionalizado através do SAMA, foram rececionadas, em termos acumulados, **597 candidaturas**, com um investimento associado de 1,1 mil milhões de euros. Encontravam-se **aprovados**, no final de 2014, 253 projetos, com um investimento elegível de 420 milhões de euros e um incentivo de 280,6 milhões de euros. Das tipologias de projetos existentes, destaca-se a reengenharia e desmaterialização de processos (Tipologia B), com mais de 40% do incentivo aprovado.

No final do ano encontravam-se **encerrados 64 projetos** com um investimento elegível de 54,2 milhões de euros e um incentivo de 35,9 milhões de euros, representando 13% do incentivo aprovado.

Tabela 3.41: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no SAMA por Tipologia de Projeto, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Tipologia de Projeto	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Tipologia A.	196	275.146	87	106.634	77.942	14	11.391	7.808
Tipologia B.	221	435.982	92	182.994	114.862	30	29.003	18.421
Tipologia C.	176	368.463	71	113.128	77.459	20	13.763	9.652
Operações Globais	4	19.540	3	17.365	10.324	0	0	0
TOTAL EIXO IV	597	1.099.131	253	420.121	280.588	64	54.157	35.881

Fonte: SI POFC.

Nota:

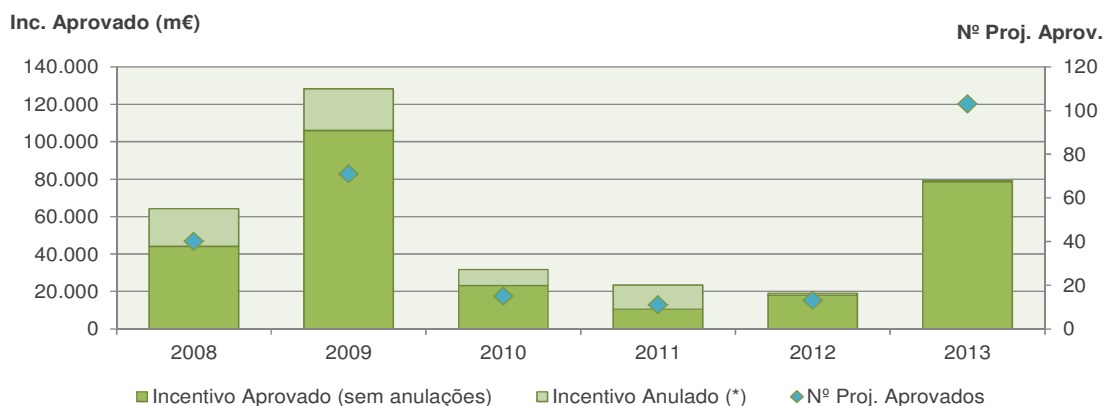
Tipologia A. Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único;

Tipologia B. Reengenharia e desmaterialização nos processos

Tipologia C. Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação

Analisando o **compromisso anual assumido**, constata-se que 56% do incentivo bruto total (ou seja, ainda não excluindo o incentivo que foi posteriormente anulado ou descativado em sede de encerramento) ocorreu em 2008-2009. Quanto à descativação de incentivo, verifica-se que, até à data, o ano de 2011 apresenta a maior taxa de descativação (55% do incentivo aprovado foi posteriormente anulado ou descativado em sede de encerramento).

Gráfico 3.41: Aprovações no Eixo IV por Ano, 2007-2014



Nota: (*) Inclui o incentivo descativado em sede de encerramento. Fonte: SI POFC.

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projetos, que visa a modernização da Administração Pública Central, 67% do investimento elegível encontra-se localizado em Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico, em termos de resultados, na diminuição de custos de contexto do sector empresarial a nível nacional (mais informação no ponto 2.1.3 - *Regra Spill-Over Effects*).

Tabela 3.42: Projetos Aprovados no Eixo IV por Região, 2007-2014

Unid.: Mil Euros

NUTS II		Projetos Aprovados (2007-2014)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte		41	47.658	40.509
Centro		41	36.172	30.746
Alentejo		16	9.226	7.842
Multirregiões	Norte	35	26.271	22.148
	Centro		15.096	12.366
	Alentejo		4.396	3.388
	Lisboa		73.631	42.872
Lisboa		120	207.671	120.718
TOTAL EIXO IV		253	420.121	280.588

Fonte: SI POFC.

Neste Eixo, está prevista a aprovação de **apoios no âmbito de intervenção do FSE**, numa lógica de complementaridade e de melhoria da eficácia das ações financiadas. Neste âmbito

foram aprovados 16 projetos com apoio à formação, com um volume de incentivo associado de 3,6 milhões de euros, o que corresponde a 7% do incentivo alocado a projetos com formação.

Estes apoios correspondem, igualmente, a 1% do total do incentivo do Eixo IV, o que está conforme o n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

Tabela 3.43: Projetos Aprovados no Eixo IV com Apoios à Formação, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Eixo/Medida	Projetos Aprovados (2007-2014)		Projetos Aprovados com Formação (2007-2014)			Peso do Incentivo de Formação	
	N.º Proj.	Incentivo	N.º Proj.	Incentivo Total	Incentivo Formação	No total dos projetos	No total dos projetos com formação
Eixo IV - SAMA	253	280.588	16	55.471	3.629	1%	7%

Fonte: SI POFC.

Apresenta-se, em seguida, um projeto encerrado da Autoridade da Concorrência, no âmbito do desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, que permitiram melhorar a capacidade de resposta aos processos, com impactos em termos da redução do tempo, da melhoria da qualidade da informação comunicada e da eficácia do serviço prestado a cidadãos e empresas.

Caixa 15: Modernização Administrativa - INOVTECH ADC – Inovação e Tecnologia para a Modernização da Autoridade da Concorrência (AdC)

MEDIDA DE APOIO: Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Desenvolvimento de soluções de comunicação integradas

N.º DE OPERAÇÃO: 16962

DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO: INOVTECH ADC – Inovação e Tecnologia para a Modernização da AdC

PROMOTOR: AdC – Autoridade da Concorrência

LOCALIZAÇÃO: Lisboa (com efeitos sobre o conjunto do País e as Regiões de Convergência)

INVESTIMENTO APROVADO: 1.121.801,82 Euros **INCENTIVO APROVADO:** 653.169,11 Euros

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

A operação apresentada teve por objetivo permitir à Autoridade da Concorrência (AdC) melhorar a gestão e o acompanhamento dos processos conducentes à aplicação das regras de concorrência em Portugal, designadamente ao nível da melhoria da gestão da relação com entidades externas e seus *stakeholders* (com especiais impactos em termos da redução do tempo de resposta aos processos, da melhoria da qualidade da informação comunicada e na eficácia das interações colaborativas com entidades externas), resultando, em última instância, na melhoria da defesa da economia de mercado e da livre concorrência constituída como um bem público.

Neste sentido, procurou superar-se algumas insuficiências que haviam sido diagnosticadas ao nível da gestão de processos sustentados por múltiplos documentos de elevada sensibilidade (e que devem ser acedidos por diversas

entidades internas e externas à AdC, em condições de elevada segurança e sigilo), intervindo-se aos seguintes níveis:

- **Reengenharia de Processos de Negócio** - Foi implementada a reengenharia de processos com vista à respetiva desmaterialização, o que foi conseguido no âmbito da implementação do Sistema de Gestão e Acompanhamento de Processos (SIGAP), tendo sido possível suportar a totalidade dos maiores processos da instituição e dotá-los de mecanismos de *workflow*.
- **Implementação do Portal Interno de Gestão do Conhecimento**, com gestão documental - O Portal funciona como instrumento facilitador e de indução à mudança, principalmente para promover a tramitação de documentos apenas em formato digital e endereçamento de documentação.
- **Implementação do Portal Institucional da AdC**, com receção de queixas tipificadas, interligado com a gestão dos processos e integração com Portal do Cidadão e Portal da Empresa - O Portal proporciona um repositório de conteúdos institucionais acessível e aberto para os vários canais e formatos, incluindo dispositivos móveis. Suporta, igualmente, um dos canais de receção de queixas que, com a devida interligação com a gestão dos processos, permite à AdC responder melhor à sua missão aproximando-a e reforçando a sua importância para a sociedade.
- **Implementação de plataforma** que permita partilha de informação entre os diversos intervenientes nos processos, assegurando uma participação segura e autêntica através da utilização do Cartão de Cidadão - Foi implementada uma Plataforma Extranet orientada para a gestão de processos que maximiza as interação colaborativa com entidades externas e stakeholders da AdC. Permite uma interação dinâmica e a partilha de informação entre os diversos intervenientes nos processos pela otimização dos fluxos de tramitação de documentos e informação, e assegurando uma participação segura e autêntica através da utilização dos Certificados do Cartão do Cidadão.
- **Implementação de um Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Processos 2.0 (SIGAP)** - Foi realizada a reformulação e ampliação das funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Processos para suportar a agregação dos processos da AdC e permitir uma eficaz utilização da gestão documental desmaterializada.
- **Implementação de um Sistema de Gestão de Relacionamento (CRM)** - Esta solução de CRM permite evitar esforços redundantes e desnecessários de resposta a questões duplicadas, assim como melhorar significativamente a qualidade da comunicação entre a AdC e as entidades externas.
- **Implementação de uma infraestrutura de segurança** que forneça à AdC a capacidade de incorporar nos seus serviços as funcionalidades de autenticação, identidade e assinatura eletrónica com base no Cartão de Cidadão - Foi necessário alinhar e incrementar o grau de maturidade tecnológica da AdC para assegurar que os processos de negócio são corretamente suportados pelos sistemas de informação, tendo sido realizados investimentos que incidiram essencialmente na completa virtualização de toda a infraestrutura de *datacenter* e na reformulação das componentes de armazenamento, da infraestrutura backup e na arquitetura de segurança.
- **Implementação de um Sistema de Informação de Gestão Estratégica (BI)** - Foi implementado o Sistema de Informação de Gestão Estratégica permitindo à AdC gerir todo o processo de tomada de decisão e obter métricas de desempenho, de crescente qualidade, em tempo útil, de forma a melhor descrever a visão integrada da AdC e permitir alinhar os objetivos estratégicos face à relação de causa e efeito das ações que os viabilizam.
- **Definição de um Modelo de Gestão e Operação em SI/TIC e da Arquitetura de Sistemas de Informação** - Foi implementado um Sistema de Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação de modo proporcionar à AdC a qualidade e disponibilidade dos serviços de TIC.

RESULTADOS OBTIDOS:

Neste contexto, os principais resultados obtidos consubstanciam-se:

- No reforço da orientação da AdC para o serviço aos stakeholders (incluindo aos cidadãos e às empresas), através da criação de uma visão consolidada de todos os contactos realizados pelos clientes e entidades externas, consubstanciada numa ótica de integração transversal do relacionamento com os seus clientes;
- No recurso à desmaterialização dos processos de negócio e de suporte, numa ótica de melhoria da eficácia e eficiência do relacionamento com os cidadãos e as empresas.

Em termos de impactos, a implementação da operação conduziu a uma redução substancial dos prazos de análise e decisão dos processos conducentes à aplicação das regras de concorrência.

3.4.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Tal como referido no ponto 2.4.1, a realização do Eixo IV é muito influenciada pela [conjuntura orçamental adversa](#). De facto, as restrições orçamentais têm criado dificuldades à concretização dos investimentos a realizar pelos Organismos da Administração Central, nos termos em que tinham sido submetidos e aprovados pelo COMPETE.

Saliente-se ainda que, no âmbito da execução dos projetos de modernização administrativa financiados pelo SAMA, a aquisição de serviços de consultoria técnica passaram a estar sujeitas a [parecer prévio vinculativo](#) dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, tal como decorre da Portaria n.º 16/2013 de 17 de janeiro, procedimento que naturalmente conduz a algum atraso ao nível do prazo de execução dos projetos.

Por fim, destaque-se ainda os atrasos nos processos de contratação, com prejuízo para o ritmo de execução dos projetos decorrentes das exigências dos procedimentos de aquisição a que as entidades beneficiárias estão sujeitas em termos de regras de [Contratação Pública](#) (ver ponto 2.2.2).

Para colmatar as dificuldades de financiamento da contrapartida nacional dos projetos, é de realçar a possibilidade de enquadramento dos projetos SAMA no [Empréstimo Quadro do BEI](#) (ver ponto 2.3.2).

3.5 EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O Eixo V integra o instrumento Ações Coletivas, de intervenção indireta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, mas cuja natureza mobilizadora e estruturante o torna determinante para a prossecução das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade. Inclui ainda, o instrumento nacional “Estratégias de Eficiência Coletiva”, que materializa a dinamização, apoio e acompanhamento das redes empresariais associadas aos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters* reconhecidos.

Esses instrumentos são:

- [Sistema de Apoio a Ações Coletivas \(SIAC\)](#) – Apoia projetos públicos, privados ou público-privados e outras iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns, cujos resultados se

traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e sejam insuscetíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas. Para que se considere um bem público, a ação coletiva tem de cumprir cumulativamente 4 condições:

- Prosseguir um objetivo de interesse comum,
 - Visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afetem um conjunto alargado de empresas,
 - Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração e disseminação;
 - Ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.
- **Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC)** – Instrumento horizontal no âmbito do QREN, ancorado em estratégias com forte componente tecnológica e inovação, e em redes de cooperação que envolvem agregados económicos e entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais e entidades regionais, visando a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa e a valorização competitiva de Portugal no espaço mundial. Existem duas grandes tipologias de EEC:
- *Clusters*, que, por sua vez, agrega as subtipologias “Polos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros *Clusters*” (OC),
 - “Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial”, constituída pelas subtipologias “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e “Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

De referir, ainda, que os apoios do Programa aos projetos enquadrados em EEC-*Cluster* não estão só contabilizados no Eixo V, mas também nos Eixos onde se inserem os referidos projetos.

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Para avaliação do cumprimento das metas do Eixo V foram definidos **dois indicadores de realização**: o primeiro relativo ao investimento de projetos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva e o segundo que mede o número de *outputs* decorrentes dos projetos (estudos, manuais, portais, ações de sensibilização e campanhas).

No ano em análise, apesar da redução das **candidaturas alinhadas com as prioridades EEC**, conforme justificado mais à frente, os números tornam evidente a aposta do Programa na implementação da política nacional de clusterização, quer através da abertura de Concursos com dotações específicas, quer pela atribuição de majorações de incentivo a projetos inseridos nos Polos de Competitividade e *Clusters* reconhecidos, quer ainda pelo acompanhamento e dinamização efetuado pelo Programa. No final de 2014, 30% do investimento elegível contratado correspondia a projetos alinhados com EEC-Clusters³⁸.

Já no que concerne ao **número de bens e serviços disponibilizados às empresas**, na sequência dos projetos SIAC já encerrados à data da elaboração do relatório (97 projetos), verifica-se que os resultados – 1.556 *outputs* – ficam ainda aquém da meta estabelecida (que foi objeto de revisão em alta em 2012). No entanto, tendo em conta o número de *outputs* previstos nos projetos aprovados (perto de 14.000 *outputs*), é esperado o cumprimento desde indicador até ao final do Programa.

Tabela 3.44: Indicadores de Realização do Eixo V, 2007-2014

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2014	Sim/Não
REFORÇO DO INVESTIMENTO EM ECONOMIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA (EEC) (Investimento apoiado em EEC / Investimento total apoiado*)	15%	25%	30%	Sim
N.º DE BENS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS ÀS EMPRESAS DECORRENTES DAS AÇÕES COLETIVAS APOIADAS (N.º estudos, manuais, portais de internet criados, etc.) (**)	n.d.	7.000	1.556	Não

(*) Considerando os concursos com possibilidade de enquadramento de projetos em EEC. (**) A contabilização deste indicador passou a ser efetuada apenas tendo em conta os projetos encerrados. Fonte: SI POFC.

No quadro seguinte apresentam-se os **indicadores comuns comunitários** para o Eixo V, sendo de destacar o número de projetos orientados para a Sociedade de Informação.

Tabela 3.45: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo V, 2007-2014

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	30
	23. N.º de projetos	Total do PO	6
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	12
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	7

Legenda: (*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

³⁸ Considerando apenas a partir da implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva (2º semestre de 2009) e nos instrumentos com possibilidade de majoração (SI I&DT, SI Inovação, SI PME e SIAC).

3.5.2. Análise qualitativa

SIAC – SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS

O SIAC somava, no final de 2013, **920 candidaturas**, com um investimento proposto superior a 720 milhões de euros. Destas, foram **aprovados 409 projetos**, envolvendo um investimento elegível de 309,5 milhões de euros e um incentivo de 230 milhões de euros, dos quais 48 projetos encontram-se **encerrados**.

| 219

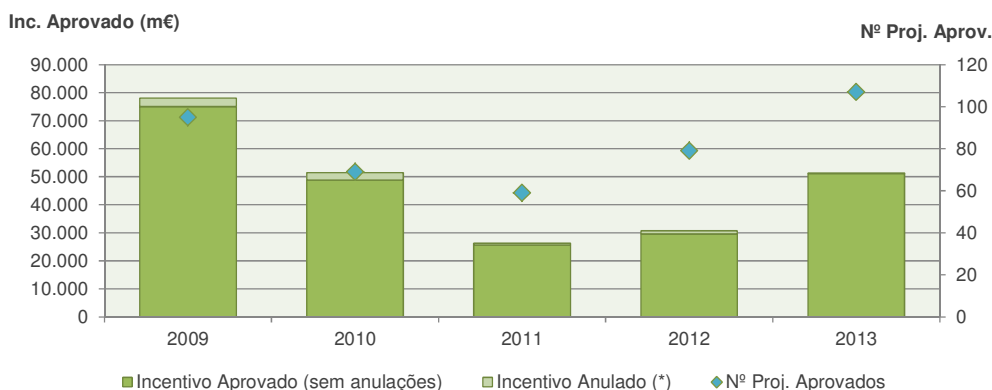
Tabela 3.46: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no Eixo V por Concurso, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Concurso / Convite	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso Geral de 2008	108	104.788	66	43.534	30.787	27	11.906	8.334
Concurso MERCA	2	1.069	0	0	0	0	0	0
Concurso Sector Automóvel	7	3.547	6	2.129	1.482	0	0	0
Concurso EEC (2009-2013)	18	22.560	18	14.725	11.043	3	1.288	966
Concurso Geral de 2009	110	115.817	67	58.930	44.064	8	5.747	4.023
Concurso Geral de 2010	109	84.779	46	25.120	18.486	7	2.362	1.653
Concurso Geral de 2011	163	104.548	69	41.432	29.181	0	0	0
Concurso Geral de 2012 (em 2 fases)	338	197.376	89	53.974	43.185	0	0	0
Concurso 7.º PQ I&DT	34	7.168	21	3.488	2.285	0	0	0
Concurso EEC (2013-2014)	19	4.684	17	3.690	2.952	0	0	0
Convites	12	76.144	10	62.453	46.779	3	21.577	17.110
TOTAL EIXO V	920	722.480	409	309.474	230.245	48	42.879	32.086

Face a esta procura, em 2013 registou-se o maior número de **projetos aprovados**. Ainda assim, 2009 permanece como o ano em que maior compromisso foi assumido, essencialmente devido aos convites aprovados nesse ano.

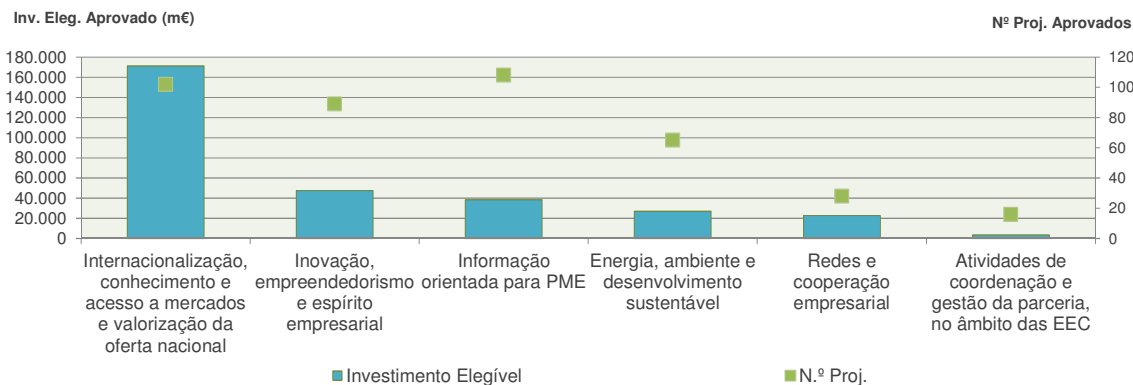
Gráfico 3.42: Projetos Aprovados no SIAC por Ano, 2007-2014



Nota: (*) Inclui o incentivo desativado em sede de encerramento. Fonte: SI POFC.

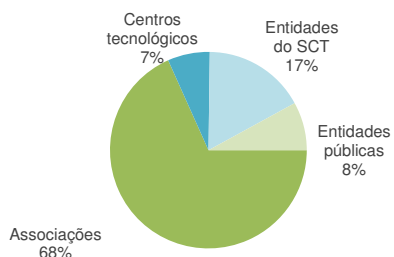
A repartição do investimento elegível dos 409 projetos aprovados por **áreas de intervenção** evidencia a importância conferida à internacionalização, que concentra cerca de 55% do investimento elegível total aprovado. Relativamente às restantes áreas, destacam-se os apoios atribuídos para Inovação, Empreendedorismo e espírito empresarial e para Informação orientada para PME.

Gráfico 3.43: Projetos Aprovados no SIAC, por Área Principal de Intervenção, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.44: Promotores e Copromotores no SIAC, 2007-2014



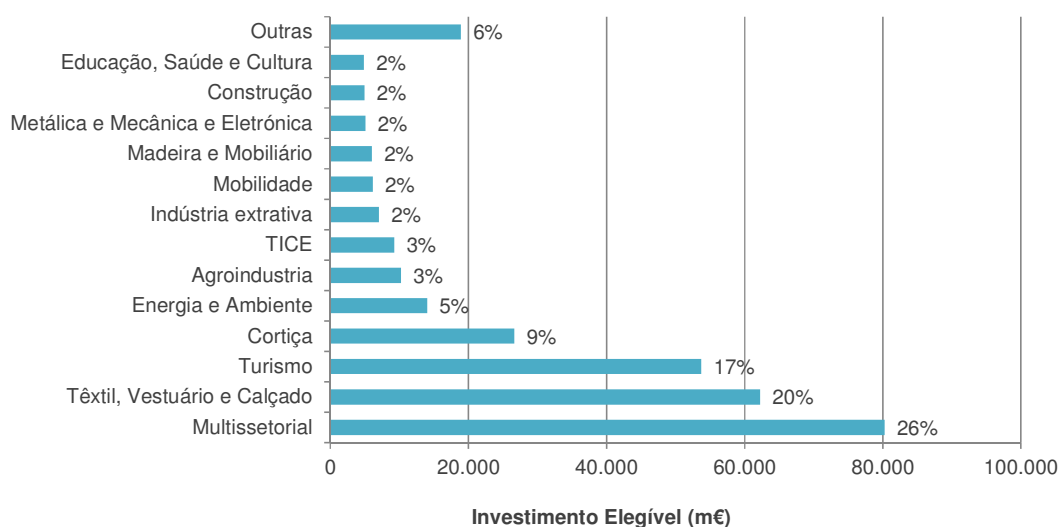
Fonte: SI POFC.

Estão envolvidas, nestes projetos, 202 entidades diferentes, entre promotores-líder (que apresentam o projeto) e copromotores.

Mais de 2/3 destas entidades são associações, sendo de destacar também a participação das entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Em termos setoriais, verifica-se uma concentração nos setores Têxtil, Vestuário e Calçado, Turismo, Cortiça e Energia e Ambiente, que reúnem cerca de metade do investimento elegível apoiado.

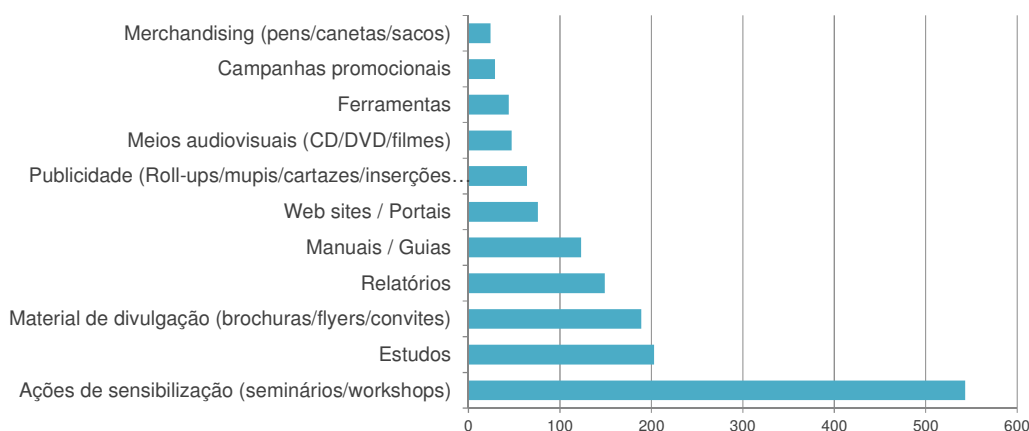
Gráfico 3.45: Investimento Elegível no SIAC por Sector de Atividade, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Relativamente ao concurso realizado referente à participação de entidades nacionais no [7.º Programa Quadro](#) (programa comunitário de apoio à I&D), na sequência dos projetos SIAC, foram apresentadas 191 candidaturas ao 7.º Programa Quadro, das quais 38 foram consideradas aprovadas com dotação orçamental e 78 aprovadas sem dotação disponível. No âmbito destes 38 projetos estão envolvidas 41 empresas e 14 entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Gráfico 3.46: Outputs previstos nos projetos encerrados, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

Analisando os *outputs* dos projetos encerrados à data da elaboração do Relatório, verifica-se que o principal *output*, em termos de volume, se prende com as sessões de sensibilização (seminários e workshops). Destaque ainda para os estudos realizados, bem como para o material de divulgação (brochuras/*flyers*/convites), relatórios e manuais / guias.

Apresenta-se, na Caixa seguinte, o projeto Portugal *Fashion* 2010-2012, que visou a promoção internacional da moda portuguesa, através da participação, em eventos de renome da moda internacional, de criadores consagrados e também de jovens criadores portugueses.

Caixa 16: Ações Coletivas: PORTUGAL FASHION 2010-2012 – Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Outros Fatores de Competitividade para as PME

N.º DE PROJETO: 8297

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Portugal Fashion 2010-2012

PROMOTOR: ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários

LOCALIZAÇÃO: Norte

DATAS DE REALIZAÇÃO: 01/06/2010 a 31/12/2012

INVESTIMENTO APROVADO: 8.339.212,51 euros **INCENTIVO APROVADO:** 5.837.448,76 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O projeto teve como objetivos:

- Introduzir novas valências para reforçar os resultados obtidos em anteriores projetos, consolidando os elementos inovadores;
- Apostar em fatores decisivos para a Indústria da Moda (reforço da clusterização, exploração de novos mercados, desenvolvimento de políticas de *marketing* das empresas, aposta na criação de novos produtos), no sentido de aumentar a capacidade competitiva e potenciar uma imagem que permita um melhor posicionamento estratégico do setor na economia nacional e nos mercados internacionais, traduzido num incremento de volume e principalmente de valor nas exportações portuguesas;
- Manter o empenho na promoção da Moda e da Indústria Portuguesa, contribuindo para o aprofundamento de uma cultura de Moda nacional, com novos agentes, metodologias e abordagens, na produção e na criação, e com uma consequente estratégia de crescimento nacional e internacional de todo o setor;
- Manter a aposta na projeção da imagem nacional e das marcas portuguesas no exterior, apresentando Portugal como um país dinâmico, moderno, europeu, com um tecido económico competitivo e inovador, nomeadamente, através da qualidade do têxtil e da moda nacionais, que aposta em fatores competitivos como o *design*, a criatividade e a qualidade;
- Reforçar e afirmar, quer no mercado nacional quer no mercado internacional, as marcas industriais portuguesas, contribuindo desta forma para a criação de produtos de maior valor acrescentado;



- Sustentar uma dinâmica estável e permanente entre Criadores e Indústrias no sentido de fomentar o aparecimento de novas marcas nacionais;
- Alargar a novos mercados, não comunitários, contribuindo para a extensão da promoção da imagem de Portugal e para o aumento das exportações do têxtil nacional.

O Portugal Fashion desenvolveu um conjunto integrado de ações, nomeadamente, desfiles individuais de criadores consagrados e jovens criadores, a participação nos principais calendários de moda internacional, a dinamização de espaços para apresentação do que de melhor e mais inovador se faz ao nível da Moda nacional, em Portugal e no estrangeiro, a organização de concursos de *design*, exposições e ações de promoção do uso do *design*, orientação e definição das estratégias integradas das ações de internacionalização, disponibilizando informação essencial para esse processo e pela ação permanente de promoção de Portugal como um produtor de excelência de produtos diferenciados, de maior valor acrescentado.

No âmbito do projeto realizaram-se, designadamente, as seguintes atividades: Desfiles Paris Prêt-à-Porter; Desfiles PF Nacional; Desfiles Programa Aliança / Jovens Criadores; São Paulo Fashion Week; Showroom Paris Prêt-à-Porter; Brand Up; Kuala Lumpur – Malásia - Edição Março 2012; Madrid Edição 2012 e Programa Aliança / Parcerias 2011/12.

RESULTADOS OBTIDOS:

O projeto decorreu entre junho de 2010 e dezembro de 2012 e contou, entre outras ações, com 4 edições do Portugal Fashion Nacional, 4 participações na semana de Prêt-à-Porter de Paris, a participação na São Paulo Fashion Week, a presença em Kuala Lumpur, Malásia e em Madrid.



A Semana de Prêt-à-Porter de Paris é um dos maiores e mais importantes eventos de moda do mundo, cujo *line up* inclui casas e criadores tão prestigiados como Louis Vuitton, Chanel, Stella McCartney, John Galliano, Hermès, Yves Saint Laurent, Christian Dior, Givenchy ou Jean Paul Gaultier. A aposta do Portugal Fashion neste certame proporcionou aos três estilistas presentes, Fátima Lopes, Felipe Oliveira Baptista e Luís Buchinho, uma excelente oportunidade de promoção à escala global, potenciadora de visibilidade junto da imprensa especializada, de agentes de compras e de muitas outras entidades dinamizadoras do setor do vestuário. A presença nestes eventos permitiu valorizar a imagem de Portugal.

A participação na São Paulo Fashion Week representou para a moda portuguesa mais uma oportunidade de projeção da imagem nacional por associação à qualidade do design e confeção, junto de um diversificado conjunto de públicos especializados, entre *media*, líderes de opinião, consultores e produtores de moda, investidores e agentes de compras.

No decorrer do projeto surgiu a oportunidade de integrar uma iniciativa que decorreu em Março de 2012 em Kuala Lumpur, Malásia, com a jovem criadora Susana Bettencourt. O mercado asiático sempre fez parte do plano de intenções do Portugal Fashion para formatação de uma ação promocional da Moda portuguesa. É um mercado que dispensa apresentações, pelas inúmeras oportunidades que encerra para qualquer marca que pretenda atingir uma escala de internacionalização realmente mundial. Este evento revestiu-se de um carácter extremamente mediático pela escolha dos locais mais improváveis para a realização de um desfile de moda (o evento realizou-se a 175 metros do chão, onde a ponte que une as Petronas Twin Towers - dois arranha-céus com 452 metros de altura - foi transformada numa passerelle) e pela presença dos mais influentes agentes da indústria da moda e beleza, para além da presença da imprensa internacional, como MTV, Fashion TV, Vogue, Cosmopolitan, Elle, Harper's Bazaar, InStyle e Numéro provenientes de mais de 25 países.

Foi também realizada uma ação de carácter promocional no mercado espanhol, mais concretamente, Madrid.

Espanha tem um percurso semelhante ao de Portugal na mudança do paradigma do modelo económico associado ao setor têxtil e na aposta nos fatores dinâmicos de competitividade, designadamente circuitos de distribuição, *design*,

marcas, etc. Nesse sentido, o Portugal Fashion aproveitou o elevado número de visitantes profissionais e jornalistas especializados que acorreram à capital espanhola para lhes mostrar que a Moda Portuguesa, originária de um país vizinho e com grandes afinidades culturais, tem grande qualidade e potencial.

As edições nacionais do Portugal Fashion têm tido cada vez mais impacto no país vizinho, facto que se refletiu na crescente notoriedade dos criadores portugueses em terras castelhanas. Tirando proveito deste reconhecimento, seis jovens criadores tiveram a oportunidade de mostrar o potencial de renovação da moda portuguesa perante jornalistas, produtores de moda, agentes de compras, profissionais da indústria têxtil, diretores criativos, entre outros públicos especializados.

Tratou-se, uma vez mais, de uma ação de consolidação da imagem que a moda portuguesa tem vindo a construir dentro e fora de portas, sendo que desta feita o Portugal Fashion procurou também materializar a sua estratégia de aproximação entre os jovens *designers* e a indústria. Indústria essa que, no caso ibérico, continua a revelar importantes relações de interdependência, sendo cada vez mais expressivas as relações empresariais estabelecidas entre os dois países.

O projeto Portugal Fashion reforçou a sua aposta nos jovens criadores proporcionando aos mesmos a visibilidade necessária para lançar novos nomes no mercado, tais como a dupla Hugo Veiga e Fernando Lopes, Andreia Oliveira, Luciana Teixeira, Estelita Mendonça, Daniela Barros, Alexandre Marrafeiro entre outros.

O conceito da 29.ª edição nacional - Start Up, confirmou intenção de apostar em jovens criadores na moda portuguesa. Nunca o Portugal Fashion levou tão longe a sua vontade de resgatar do anonimato jovens criadores, de forma a promover uma renovação estética e geracional no panorama da moda nacional.

Este projeto teve um grande impacto na projeção da imagem da moda nacional, permitindo um aumento do volume de vendas em cerca de 22% numa amostra das 10 maiores empresas/criadores com marca própria e um aumento de exportações de 29%. Para além disso, registaram-se os seguintes resultados:

- Nas ações do “Portugal Fashion Nacional”, foram produzidas 498 notícias na comunicação social nacional por cada desfile, estiveram presentes, em média, 129 órgãos de comunicação social em cada desfile e 123 empresas do setor;
- Nas ações do “Portugal Fashion Internacional”, foram produzidas 184 notícias na comunicação social estrangeira, com presença de 155 órgãos de comunicação e agentes estrangeiros em cada desfile em Paris e 173 em cada desfile em São Paulo;
- Nas ações de “Brand Up”, 51 empresas / marcas, por ação, foram selecionadas para exposição, com uma média de 2.700 visitas por ação;
- Nas ações do “Programa Aliança”, foram apresentadas 83 candidaturas ao “Concurso de Design”, selecionados 10 criadores e aprovados 4 novos criadores no âmbito do concurso, que após encerramento do projeto, se mantêm ligados às respetivas Empresas Têxteis.



Na fileira casa, o projeto “Associative Design – The Best of Portugal” levou o *design* nacional de produtos portugueses a mercados como Milão, Estados Unidos da América, Angola, Japão, China, Singapura e Brasil, contribuindo para melhorar a imagem do mobiliário e outros produtos de madeira, associando-os no mercado internacional, a valores como a inovação, qualidade e modernidade.

Caixa 17: Ações Coletivas - PROMWOOD: OUSAR NOVOS MERCADOS INOVANDO NA COMUNICAÇÃO – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP)

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Outros Fatores de Competitividade para as PME

N.º DE PROJETO: 8239

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: PROMWOOD: OUSAR NOVOS MERCADOS INOVANDO NA COMUNICAÇÃO – Associative Design

PROMOTOR: AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal

LOCALIZAÇÃO: Norte

DATAS DE REALIZAÇÃO: 31/01/2010 a 31/07/2012

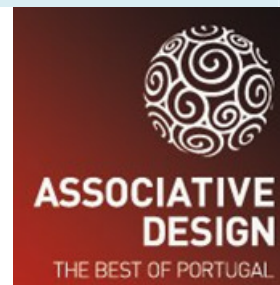
INVESTIMENTO APROVADO: 2.473.734,35 euros **INCENTIVO APROVADO:** 1.731.614,05 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Este projeto surge na sequência de outro projeto anteriormente aprovado no SIAC, e teve como objetivo a promoção da marca do *design* nacional de produtos para a fileira casa: “Associative Design – The Best of Portugal”.

O projeto pretendeu essencialmente dar resposta aos objetivos estratégicos:

- Desenvolver o *networking*
- Desenvolver a Internacionalização



Relativamente ao objetivo estratégico “Desenvolver o *Networking*”, foram cumpridos os objetivos. Com o projeto *Associative Design The Best of Portugal*, criaram-se sinergias valiosas, troca de contactos entre os parceiros, *cross selling*, dimensão. Constituiu-se assim uma rede entre as empresas da fileira casa, dando um novo posicionamento aos produtos portugueses, verdadeiro bem público que gera externalidades extremamente positivas.

No que respeita ao objetivo estratégico “Desenvolver a Internacionalização”, o projeto permitiu melhorar a imagem do mobiliário e outros produtos de madeira portugueses junto dos mercados de maior exigência de *design* e valor imaterial nos produtos. A *Associative Design* é a Marca que promove a inovação, a qualidade do *design* dos produtos portugueses ao mais alto nível, ampliando uma economia de escala e lançando a semente para uma maior cooperação entre as empresas da mesma fileira.

Em síntese, o *Associative Design - The Best of Portugal* foi um projeto setorial que surgiu da necessidade e vontade de um conjunto de empresas, que pretendiam expor, em associação, o melhor do *Design* nacional para decoração de interiores, de forma a despertar o interesse dos consumidores e *media* internacionais para a inovação, qualidade e modernidade do *Made in Portugal*. É, assim, uma marca expositiva, que pretendeu promover a inovação, a qualidade e o *design* dos produtos portugueses ao mais alto nível e com o seu ponto alto na organização de espaços e ambientes de alta decoração, por designers de interiores especializados, com aquilo que de melhor se faz em Portugal, expostos nos eventos de referência para os circuitos do *design* internacionais como Milão, Londres, Nova Iorque, Miami, São Paulo e em mercados estratégicos, como Angola, China, Japão, Singapura ou Casablanca.

Este projeto conseguiu colocar os produtos portugueses no centro das atenções dos circuitos da decoração de interiores e materiais de construção do mundo da decoração em alguns dos mais exigentes e prestigiados mercados internacionais.

O *Associative Design*, com um carácter estruturante e sustentado, desenvolveu-se em torno de ações orientadas para o interesse geral dos produtos de madeira para a Fileira Casa (construção e decoração) visando a competitividade

coletiva. O presente projeto assentou num conjunto de ações centrais em termos de promoção das exportações do setor:

- *Associative Design*: volta ao Mundo no Navio Escola Sagres / mostras no Extremo Oriente, onde foi efetuada uma viagem de Circum-Navegação por várias paragens, com mercados previamente selecionados para a mostra *Associative Design*: Japão, China e Singapura.
- *Associative Design*: Rua da Amizade em Angola
- *Associative Design*: mostras em mercados de referência promovendo a Marca *Associative Design* em mercados tais como, Milão, Estados Unidos da América, Angola, Japão, China, Singapura e Brasil.

1. Volta ao Mundo no Navio Escola Sagres

A *Associative Design* associou-se à viagem de circum-navegação do Navio Escola Sagres, aproveitando o facto de o percurso ser coincidente, em várias paragens, com mercados previamente selecionados para a promoção do Melhor de Portugal em termos de decoração, *design*, mobiliário: Japão, China e Singapura.



Mas a promoção da marca foi além destes mercados, já que os espaços decorados pela *Associative Design* a bordo do Navio estavam devidamente identificados com o logo e promoção da Marca, pelo que se constituiu como uma mostra itinerante com mais de 10.000 visitantes diários, em todos os locais de paragem no Navio, aportando um alcance superior ao esperado, embora difícil de medir, como acontece com todos os efeitos indiretos de campanhas de comunicação.

2. Rua da Amizade em Angola

Em Angola, foi possível a apresentação da Rua da Amizade, de longe o mais ambicioso projeto levado a cabo pela *Associative Design*, em que além de ambientes de alta decoração, se promoveram também quase todas as potencialidades dos materiais de construção, das casas pré-fabricadas e do mobiliário técnico (escolar, clínico, espaços multiusos) e urbano, bem como acessórios respetivos. Tudo o que o setor pode oferecer de melhor. Esta Rua esteve animada durante duas mostras: a FILDA - Feira Internacional de Luanda e a Constrói.

O espaço de 1.000 m² foi concebido a pensar no consumidor angolano, tanto o particular como (e principal) o consumidor de obras públicas (escolas, clínicas, refeitórios) e do setor de hotelaria e restauração, onde se verificam as maiores oportunidades de expansão dos produtos portugueses em Angola. Foi construído de acordo com as necessidades da família angolana atual e incluiu um ambiente residencial, um de hotel, uma escola (munida de computadores Magalhães e material escolar diverso português), um infantário (com brinquedos variados), um auditório (sistemas audiovisuais portugueses), um posto clínico (material clínico português), um restaurante e uma cafetaria (mobiliário hoteleiro e sistemas de conservação e refrigeração).

Num corredor central foi instalada uma área de lazer, ideal para usufruir de todo o ambiente criado, com esplanada, jardim e parque infantil, permitindo mostrar mobiliário de exterior.

Além dos materiais de construção utilizados (maioritariamente de madeira mas não só), o espaço promoveu o próprio projeto arquitetónico, os produtos da Fileira Casa utilizados nos interiores dos espaços, mas também equipamentos diversos, de elevado conteúdo tecnológico, associados aos espaços.

Foi levar o conceito da marca *Associative Design* ao seu expoente mais elevado, enquanto conceito expositivo de ambientes de alta decoração integrando uma variedade dos mais prestigiados produtos e empresas da Fileira Casa portuguesa, em ambientes criteriosamente selecionados de vários subsectores de atividade, promovendo a complementaridade da oferta portuguesa.

A Mostra foi visitada por muitos profissionais da construção civil e obras públicas, engenheiros civis, arquitetos, que se mostraram muito interessados nos produtos, tendo-se realizado dezenas de bons contactos, que se revestiram de grande importância, sobretudo para a consolidação da imagem dos materiais de construção, decoração e mobiliário não residencial.

O projeto da Rua da Amizade foi um sucesso, tendo em conta o número de contactos realizados e o reforço da presença e imagem da oferta portuguesa que se conseguiu deixar nos visitantes das exposições.

3. Mostras em mercados de referência

- *Associative Design* - Milão - Zona Tortona: o evento Associative Design realizou-se, pelo segundo ano consecutivo, em Itália, durante a Semana do Design de Milão, que decorre paralelamente ao *Salone Internazionale del Mobile*, uma vitrina do *design* considerada o principal evento de moda do móvel, perante dezenas de milhares de visitantes.
- *Associative Design* – Brasil: a Associative Design levou cabo a primeira mostra de mobiliário e *design* num percurso itinerante ao continente americano, na cidade brasileira de São Paulo. De 3 a 10 de setembro de 2011, os produtos portugueses da área de casa e decoração, estiveram em exposição num dos locais de grande prestígio e notoriedade de São Paulo, a Galeria Romero Britto, visitada por centenas de pessoas, desde arquitetos, *designers*, decoradores até ao consumidor final. No geral as pessoas presentes ficaram positivamente impressionadas com o produto português, que contribuiu para ultrapassar a imagem desatualizada que o mesmo detinha neste mercado. Pode-se afirmar que a mostra de mobiliário e *design* foi um *boom* no mercado do *design* e decoração.



- *Associative Design* – EUA: entre 26 e 29 de Julho de 2012, 12 marcas portuguesas estiveram em exibição no *Art Deco Welcome Center* em Miami. Nesta exposição esteve presente uma variada seleção de peças representativas ao mais alto nível da qualidade, da produção e da inovação do setor mobiliário português. Profissionais do setor, tais como arquitetos, decoradores, *designers* de interiores, distribuidores e importadores de mobiliário tiveram a oportunidade de conhecer uma seleção de marcas que representam o melhor do que se produz em Portugal.
- *Associative Design* – México: embora não sendo investimento elegível no âmbito do presente projeto, realizou-se em novembro 2012 a mostra *Associative Design* na Cidade do México. Entre 21 e 25 de Novembro estiveram presentes na Galeria Mexicana de *Design* cerca de 180 pessoas, entre profissionais locais do setor (arquitetos, decoradores, *designers*, distribuidores de mobiliário), comunidade local portuguesa, e representantes institucionais de instituições mexicanas e luso-mexicanas.

No total, foram realizadas 10 ações de promoção e divulgação da imagem internacional:

- Mostra Associative Design Mostra Itinerante no Navio Escola Sagres: 2010 (despesas não participadas no âmbito do projeto)
- Mostra Associative Design Milão Zona Tortona: 14 a 19 de abril de 2010
- Mostra Associative Design Angola Filda: 20 a 25 de julho de 2010
- Mostra Associative Design Japão Tóquio: 27 a 29 de julho de 2010
- Mostra Associative Design China Xangai: 16 a 18 de agosto de 2010
- Mostra Associative Design Singapura: 18 a 20 de outubro de 2010
- Mostra Associative Design Angola Constrói: 14 a 17 de outubro de 2010
- Mostra Associative Design Brasil São Paulo: 3 a 10 de setembro de 2011
- Mostra Associative Design EUA Miami: 26 a 29 de julho de 2012

- Mostra Associative Design México Cidade do México: 15 a 18 de novembro de 2012 (despesas não comparticipadas no âmbito do projeto)

RESULTADOS OBTIDOS:

A execução do projeto foi muito positiva dado que todas as atividades previstas foram executadas (ou substituídas por outras mais oportunas), com resultados que o promotor reputa como francamente positivos para a imagem do setor.

ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA

A política de *clusters* foi implementada, pela primeira vez em Portugal, em 2008. Impulsionada pelo COMPETE, no quadro dos seus objetivos estratégicos, visava dar resposta, numa lógica coletiva (estratégias de eficiência coletiva), aos desafios colocados às empresas, contribuindo para gerar ganhos de eficiência e níveis de competitividade e internacionalização acrescidos.

A leitura dos apoios concedidos no COMPETE, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva, deve ter presentes duas principais fases:

- Fase inicial de lançamento da iniciativa (associada ao 1.º ciclo de reconhecimento) que determinou o lançamento de concursos com dotações específicas e prioridades temáticas alinhadas com as opções de investigação e inovação dos Polos e *Clusters*;
- Fase de reflexão ao nível da política de clusterização, a partir de meados de 2012, que se traduziu na suspensão dos concursos específicos.

O primeiro ciclo de reconhecimento concluiu-se a 15 de julho de 2012 (três anos), tendo sido alargado o período de reconhecimento até à conclusão de um novo processo de reconhecimento, que deverá integrar toda a aprendizagem verificada ao longo dos três anos de implementação piloto do instrumento, bem como os resultados da avaliação estratégica e operacional realizada.

Ao longo do segundo semestre de 2012 foi efetuada, por entidades independentes externas, a avaliação da *Estratégia e do Processo de Implementação das EEC-Clusters*, a qual veio corroborar e aprofundar um conjunto de pontos fracos e de oportunidades identificado ao longo dos três anos de acompanhamento e monitorização. O Relatório Final e respetivos anexos foram disponibilizados publicamente, tendo ocorrido uma sessão pública de divulgação dos resultados a 19 de abril de 2013.

Em termos de **resultados deste primeiro ciclo de reconhecimento no COMPETE**, foram **aprovados**, desde o início do Programa, 637 projetos, aos quais se associam cerca de 1,1 mil milhões de euros de investimento elegível e de 683 milhões de euros de incentivo.

Por **instrumento**, realçam-se os projetos em co-promoção (coletivos ou conjuntos), centrais na política de clusterização e, em volume de incentivo aprovado, os projetos de inovação produtiva, dada a sua relevância na criação de valor e emprego associados a novos produtos e processos em áreas e domínios prioritários para a concretização das Estratégias e Programas de Ação dos Polos e Clusters reconhecidos.

Como referido em relatórios anteriores, no segundo semestre de 2012 **foi suspensa a possibilidade de atribuição da majoração “Tipo de Estratégia”** para os projetos inseridos em EEC (os Concursos publicados deixaram de incluir dotação orçamental específica e/ou acesso a majoração de incentivo). Manteve-se esta discriminação positiva apenas para os projetos conjuntos do SI Qualificação PME, por se considerar estratégica a dimensão internacionalização.

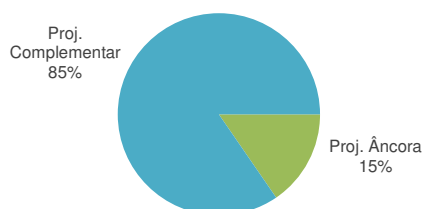
Desta forma, verificou-se uma forte quebra do ritmo ascendente de **adesão dos promotores** que se vinha a verificar até 2011, reflexo do trabalho de clusterização das entidades gestoras reconhecidas, no sentido de fomentar a realização de projetos de investigação e inovação alinhados com as suas prioridades, bem como dos esforços levados a cabo pelo Programa de conferir relevância à estratégia de clusterização, nomeadamente pela existência de dotações orçamentais ou concursos específicos para EEC ou pela majoração de projetos integrados nas mesmas.

Tabela 3.47: Projetos Aprovados de EEC por Instrumento, 2007-2014

NUTS II	Unid: Mil Euros		
	Projetos Aprovados		
	(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN/Projetos em Co-promoção	1	164	139
SI I&DT/Projetos Individuais	70	46.011	21.230
SI I&DT/Projetos em Co-promoção	85	77.203	49.654
SI I&DT/Projetos Mobilizadores	14	76.092	53.039
SI Inovação/Inovação Produtiva	140	498.837	300.164
SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	1	922	600
SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	66	19.581	9.016
SI Qualificação PME/Projetos Conjuntos	85	203.904	122.466
SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas	175	165.626	126.370
TOTAL Apoios EEC	637	1.088.340	682.678

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.47: Projetos Aprovados de EEC por tipologia, 2007-2014



Fonte: SI POFC.

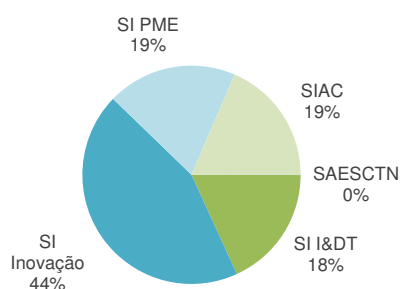
Do total de projetos aprovados, 15% são considerados **projetos-âncora**, ou seja, são projetos que possuem um elevado grau de relevância face à concretização das opções estratégicas da EEC (traduzido em prioridades técnicas/ tecnológicas e áreas de investimento com forte incorporação de inovação), promovidos pela entidade gestora ou por um grupo de atores em co-promoção em sua representação.

Na sua maioria (76%), os projetos âncora inserem-se no SIAC, onde se incluem, igualmente, os projetos de animação, coordenação e gestão do Polos de Competitividade e *Clusters*, alvo de concursos específicos em 2009 e 2013.

Os **projetos complementares** correspondem a 85% do total de projetos aprovados e envolvem 560 milhões de euros de incentivo. Estes projetos foram considerados inseridos nos objetivos e no perfil de investimento das respetivas EEC pelo COMPETE, com base em Referenciais técnicos e tecnológicos de I&I construídos a partir de contributos das entidades gestoras das EEC. Inserem-se, sobretudo nos Sistemas de Incentivos, sendo de relevar que 44% do incentivo foi atribuído ao abrigo do SI Inovação.

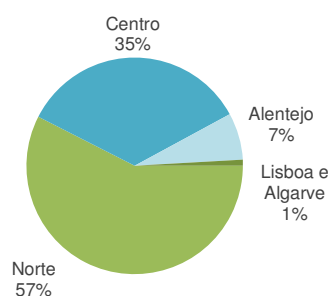
Em **termos regionais**, o Norte absorve mais de metade do total dos apoios. O Centro soma 35% do incentivo e o Alentejo, dada a menor expressão das entidades empresariais da região nas dinâmicas existentes das EEC reconhecidas, apenas 7%.

Gráfico 3.48: Incentivo Aprovado em EEC-Clusters, por Medida, 2008-2014



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.49: Incentivo Aprovado em EEC-Clusters, por Região, 2008-2014



Fonte: SI POFC.

Quanto aos dados de aprovação por EEC, destacam-se o Polo de Competitividade da Moda, que concentra 21% do incentivo total atribuído às EEC, seguindo-se o Polo de Competitividade do Turismo (13%) e o Polo de Competitividade das Indústrias da Mobilidade (10%).

A análise deverá ter presentes as diferentes naturezas setoriais e territoriais das EEC, face aos apoios FEDER atribuídos pelo COMPETE e pelos PO Regionais.

Tabela 3.48: Projetos Aprovados de EEC por Tipo de Estratégia, 2007-2014

Unid: Mil euros

EEC	Total de Projetos EEC						Proj. Âncora			Proj. Complementar		
	N.º Proj.	%	Invest. Elegível	%	Incentivo	%	N.º Proj.	Incentivo	%	N.º Proj.	Incentivo	%
PCT da Moda	101	16%	230.199	21%	144.786	21%	5	11.111	8%	96	133.675	92%
PCT do Turismo	28	4%	127.542	12%	87.220	13%	4	18.085	21%	24	69.135	79%
PCT das Indústrias da Mobilidade	54	8%	117.514	11%	68.218	10%	8	6.754	10%	46	61.464	90%
PCT Engineering & Tooling	62	10%	77.105	7%	48.233	7%	5	6.332	13%	57	41.902	87%
PCT Agroindustrial	34	5%	69.154	6%	39.975	6%	6	2.478	6%	28	37.497	94%
PCT das Indústrias de Base Florestal	36	6%	67.435	6%	45.699	7%	6	16.223	36%	30	29.476	64%
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica	65	10%	64.373	6%	39.999	6%	9	15.317	38%	56	24.681	62%
PCT das Tecnologias de Produção	42	7%	46.316	4%	29.755	4%	5	10.336	35%	37	19.420	65%
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	20	3%	44.843	4%	27.073	4%	1	508	2%	19	26.565	98%
Cluster Habitat Sustentável	50	8%	42.063	4%	25.875	4%	3	715	3%	47	25.159	97%
Cluster da Pedra Natural	27	4%	36.733	3%	24.158	4%	5	6.377	26%	22	17.782	74%
PCT da Saúde	29	5%	36.421	3%	23.230	3%	7	11.560	50%	22	11.670	50%
Cluster Agroindustrial do Centro	10	2%	26.328	2%	17.868	3%	6	4.054	23%	4	13.814	77%
PCT da Energia	25	4%	21.038	2%	12.069	2%	3	2.020	17%	22	10.049	83%
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	10	2%	14.135	1%	8.182	1%	3	734	9%	7	7.448	91%
Cluster Agroindustrial do Ribatejo	15	2%	13.094	1%	8.396	1%	5	1.543	18%	10	6.853	82%
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	9	1%	11.576	1%	6.646	1%	4	751	11%	5	5.895	89%
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	6	1%	9.741	1%	5.534	1%	4	931	17%	2	4.603	83%
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	5	1%	3.118	0%	1.918	0%	2	582	30%	3	1.336	70%
PROVERE	9	1%	29.612	3%	17.844	3%	4	5.488	31%	5	12.356	69%
Total Geral	637	100%	1.088.340	100%	682.678	100%	95	121.898	18%	542	560.780	82%

Nota: * - foram incluídos nos projetos-âncora os projetos das entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters reconhecidos para apoio às atividades de dinamização e clusterização. Legenda: PCT – Pólo de Competitividade e Tecnologia; Fonte: SI POFC.

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo V, apesar dos esforços no sentido de minorar os seus impactos, mantêm-se os constrangimentos à boa execução dos projetos SIAC identificados nos Relatórios de Execução dos anos anteriores, associados:

- Aos exigentes e morosos [procedimentos de contratação pública](#) a incorporar nos projetos, que condicionam o seu arranque nas datas previstas e atrasam significativamente a sua execução. Nalguns casos, determinam mesmo a inoperacionalidade de ações que não puderam ser contratadas em tempo;
- À frágil [capacidade de financiamento de alguns promotores](#) que não conseguem garantir os meios necessários para a boa execução dos projetos, determinando a prorrogação de algumas ações ou até mesmo a sua não execução.
- A [incapacidade de uma gestão flexível dos organismos públicos](#) (promotores) dos seus orçamentos, que condicionou também fortemente a boa execução dos projetos.

Refira-se ainda, a possibilidade de enquadramento dos projetos SIAC no [Empréstimo Quadro do BEI](#), para colmatar as dificuldades de financiamento da contrapartida nacional dos projetos (ver ponto 2.3.2).



GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

4.1 GRANDES PROJETOS

| 235

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no seu artigo 39.º, estabelece que os projetos cofinanciados pelo Programa, que constituam uma ação indivisível de natureza técnica ou económica precisa com objetivos claramente identificados e com um custo total superior a 50 milhões de euros são considerados como Grandes Projetos e, nesse sentido, necessitam de autorização por parte da Comissão Europeia (DG REGIO) para o cofinanciamento comunitário.

Durante o ano de 2014, foi aprovado pelo COMPETE o grande projeto da ATLANTIKFUROR (encontrando-se no final do ano em fase de notificação à Comissão Europeia).

Tabela 4.1: Grandes Projetos Aprovados, 2007-2014

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Investim. Elegível	Incentivo	Observações
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA (**)	56.562	11.371	Aprovado pela CE a 14-Dez-2009
001943	II	ARTLANT PTA, SA	355.356	38.822	Aprovado pela CE a 13-Jul-2012
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA (**)	314.082	51.645	Aprovado pela CE a 25-Mai-2009
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA (**)	121.672	24.916	Aprovado pela CE a 08-Out-2009
001948	II	IKEA INDUSTRY PORTUGAL, LDA (***)	101.341	29.000	Aprovado pela CE a 04-Nov-2008
003519	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS METÁLICAS, SA	89.547	47.733	Aprovado pela CE a 16-Dez-2010
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	81.649	31.875	Aprovado pela CE a 16-Set-2011
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA (*)	55.533	32.293	Aprovado pela CE a 04-Fev-2013
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	74.542	14.908	Aprovado pela CE a 30-Mai-2013
023305	II	PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA	64.800	17.333	Notificado em 2014, em análise pela CE
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	48.888	12.627	Aprovado pela CE a 26-Nov-2014
022791	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	61.260	15.438	Notificado em 2015, em análise pela CE
036549	II	ATLANTIKFUROR UNIPessoal, LDA	226.055	12.433	Em vias de notificação à CE

Notas: (*) Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento. (**) Projetos concluídos, pelo que os valores apresentados correspondem à execução efetiva.

(***) Foi adotada nesta tabela, a atual designação social do beneficiário do projeto, podendo o mesmo ser referenciado, em casos específicos, pela anterior designação: SWEDWOOD PORTUGAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E MOBILIÁRIO, LDA.

Fonte: SI POFC.

Assim sendo, excluindo os projetos anulados, encontravam-se **aprovados**, no final do ano, 13 Grandes Projetos, envolvendo um investimento elegível de 1,7 mil milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 340,1 milhões de euros (**Tabela 4.1**).

Em 2014 registaram-se os seguintes desenvolvimentos no âmbito dos **processos de notificação** destes projetos à DG REGIO:

- O Grande Projeto da CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA (proj. 000017), SA teve decisão favorável relativamente ao cofinanciamento comunitário;
- Foi iniciado o processo de notificação à CE do Grande Projeto da PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA, permanecendo no final do ano em análise pela Comissão.

Relativamente à lista indicativa de Grandes Projetos que consta do Anexo III do Texto do PO (na sua versão aprovada pela CE em dezembro de 2012), registam-se as seguintes alterações ocorridas em 2014:

Tabela 4.2: Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projetos, 2014

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Designação do Projeto	Beneficiário	Inv. Elegível	Observações
036549	II	Criação de uma empresa de <i>offshore shipping</i> para operação de navios em atividades de apoio às indústrias <i>offshore de oil & gas</i> e de energias renováveis.	ATLANTIKFUROR UNIPessoal, LDA	226.055	A incluir à lista indicativa

Fonte: SI POFC.

Até final do ano de 2014 encontravam-se financeiramente **concluídos** (encerramento do investimento) os seguintes grandes projetos, conforme se pode analisar em detalhe na respetiva ficha (ver Anexo XII).

Tabela 4.3: Grandes Projetos Concluídos, 2007-2014

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Designação do Projeto	Beneficiário	Custo Total Final do investimento	Data Conclusão	Observações
001944	II	PROJECTO 550 KTON	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA	359.269	26-Mai-2010	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012
001945	II	EXPANSÃO DA MATÉRIA-PRIMA DA FILEIRA DE POLIUTERANOS DE ESTARREJA	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA	129.911	31-Dez-2010	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012
001942	II	CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS E DE PROXIMIDADE COM CLIENTES	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA	57.922	31-Mar-2009	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012
001948	II	INSTALAÇÃO DE FÁBRICA DE PRODUÇÃO DE MOBILIÁRIO	IKEA INDUSTRY PORTUGAL, LDA	102.365	30-Dez-2011	Encerramento do Projeto em 23-Abr-2013
005771	II	DESENVOLVIMENTO MINEIRO FEITAIS	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	87.240	30-Abr-2014	Encerramento do Projeto em 29-Dez-2014

Fonte: SI POFC.

Quanto à lista de Grandes Projetos aprovados no COMPETE apresenta-se, no Anexo XII, uma breve descrição considerando os principais objetivos e respetiva situação em termos de realização física e financeira.

4.2 PROJETOS AMBIENTAIS

No âmbito do COMPETE não foi aprovado qualquer Grande Projeto Ambiental na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.



ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica, ou seja o financiamento das ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação, de forma eficaz e eficiente, do COMPETE, inscreve-se no Eixo VI do Programa (com uma dotação correspondente a 2,2% da dotação total do Programa).

Neste sentido, são apoiadas candidaturas apresentadas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos Intermédios.

O Eixo VI integra 5 indicadores de realização, dos quais apenas 4 são quantificáveis. Relativamente ao indicador “nível de *follow up* das recomendações de avaliação”, tendo em conta os seus *timings* de realização (com a sua conclusão muito perto do final do ano, ou seja, do encerramento da fase de receção e aprovação de projetos), optou-se por focalizar as recomendações para a preparação do próximo programa operacional no período 2014-2020. Assim, não se pode quantificar este indicador.

Consistindo num indicador essencial para a aferição das metas do Programa, o indicador comunitário n+3 ou n+2 corresponde ao nível mínimo de execução exigido pelas regras comunitárias. A sanção para o incumprimento desta meta passa pela respetiva diminuição da dotação total do Programa. Conforme se pode verificar, à semelhança dos anos anteriores, foi ultrapassada a execução mínima exigida para este ano.

Para além do referido indicador, destaque-se o cumprimento dos objetivos em matéria de desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento.

Relativamente ao *site* do Programa, já se registaram mais de 3,9 milhões de visitas, valor que ultrapassa já a meta para 2015 (meta esta que foi objeto de revisão em alta durante o ano de 2012).

Conclui-se assim que estão a ser cumpridos os objetivos do Eixo, ligados ao financiamento das atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação do Programa.

Tabela 5.1: Indicadores de Realização do Eixo VI, 2007-2014

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2014	Sim/Não
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO (em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)	-	100%	106%	Sim
N.º DE VISITAS AO SÍTIO INTERNET	543.155	3.700.000	3.972.656	Sim
NÍVEL DE FOLLOW UP DAS RECOMENDAÇÕES DE AVALIAÇÃO (recomendações consideradas / recomendações totais)	90%	90%	n.a.	n.a.
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS (certificação de despesa e pagamentos)	100%	100%	100%	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (documentos de programação, notificação de grandes projetos, relatórios de execução, convocatórias e circulação de informação de acompanhamento)	80%	100%	100%	Sim

Fonte: SI POFC.

No final do ano encontravam-se **aprovados** 46 projetos, com um investimento elegível associado de 66 milhões de euros e um incentivo de 55 milhões de euros, dos quais 33 projetos encontravam-se já **encerrados**.

Tabela 5.2: Candidaturas, Projetos Aprovados e Encerrados no Eixo VI por Beneficiário, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Beneficiário	Candidaturas		Projetos Aprovados			Projetos Encerrados		
	(2007-2014)		(2007-2014)			(2007-2014)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Autoridade de Gestão	7	46.200	7	35.906	30.467	5	16.902	14.314
Organismos Intermédios	49	68.345	39	30.055	24.604	28	17.585	14.005
ANI	7	10.386	7	7.600	5.802	5	4.387	3.071
AMA	7	4.083	6	1.747	1.485	5	1.207	1.026
AICEP	7	11.541	3	4.617	3.745	2	2.230	1.716
Ciência Viva	7	1.315	6	407	346	3	229	194
FCT	7	14.040	7	8.729	7.315	5	5.271	4.376
IAPMEI	7	26.519	3	6.526	5.547	2	3.943	3.352
Turismo de Portugal	7	461	7	426	362	6	319	271
TOTAL EIXO VI	56	114.546	46	65.961	55.071	33	34.487	28.318

Fonte: SI POFC.

Assim, tendo em conta o referido valor, verifica-se que o incentivo aprovado neste Eixo representa 1,7% da dotação FEDER programada, concluindo-se assim que se encontra abaixo do limite estabelecido nos Regulamentos Comunitários (4%).

Acresce referir que o fundo programado para a Assistência Técnica, no montante de 70,8 milhões de euros representa 2,2% da dotação total afeta ao Programa (de acordo com o orçamento do Programa apresentado no ponto 1).

Em termos de tipologias de intervenção, 75% dos montantes aprovados referem-se ao funcionamento das estruturas de apoio técnico e logístico das entidades beneficiárias (custos com pessoal e encargos gerais de funcionamento).

Na **repartição por tipo de despesa**, constata-se a importância das despesas com pessoal afeto à gestão e acompanhamento do Programa, rubrica que representa 62% do total do investimento elegível.

Releve-se ainda a importância relativa das despesas relacionadas com o Sistema de Informação, no caso da Autoridade de Gestão (representando mais de 15% do investimento elegível total) e das despesas de análise, verificação e acompanhamento da execução, no caso dos Organismos Intermédios (perto de 20% do respetivo investimento elegível).

Tabela 5.3: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa, 2007-2014

Unid: Mil Euros

Tipologia de Despesa	Autoridade de Gestão		Organismos Intermédios		Total	
	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)
Custos com Pessoal	19.516	54%	21.608	72%	41.124	62%
Encargos Gerais de Funcionamento	6.622	18%	1.954	7%	8.576	13%
Sistemas de Informação	5.687	16%	586	2%	6.273	10%
Análise, Verificação e Acompanhamento da Execução	0	0%	5.173	17%	5.173	8%
Informação, Divulgação e Publicitação	2.509	7%	228	1%	2.736	4%
Auditorias e Controlo Interno	805	2%	485	2%	1.290	2%
Estudos de Avaliação e Análise	727	2%	20	0%	747	1%
Outras Intervenções	42	0%	0	0%	42	0%
TOTAL EIXO VI	35.906	100%	30.055	100%	65.961	100%

Fonte: SI POFC.

5.1.1. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo da Assistência Técnica não foram identificados, ao longo do ano em análise, problemas significativos com impacte na boa execução do Eixo.



INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As políticas comunitárias de coesão têm, na informação e comunicação, eixos fundamentais dos seus objetivos de transparência, acessibilidade e notoriedade, tendo definido, no período de programação 2007/2013, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro de 2006, a obrigatoriedade de conceção, execução e avaliação de planos de comunicação que suportem a aplicação das intervenções operacionais.

A comunicação sobre os fundos estruturais constitui, por outro lado, um contributo fundamental para a perceção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e para a compreensão das suas políticas públicas. É neste quadro normativo e estratégico que se desenvolve a promoção, publicitação e divulgação do COMPETE, organizada no Plano de Comunicação, aprovado pela Comissão Europeia em maio de 2008.

As ações de comunicação implementadas ao longo de 2014 concretizam a missão e os objetivos estratégicos descritos no referido Plano, assentes na promoção do COMPETE junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e na satisfação das necessidades de acesso de procura, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia.

Os **objetivos estratégicos** definidos para a comunicação do COMPETE, de acordo com o seu Plano de Comunicação, são:

- Dar relevo ao papel da União Europeia, enfatizando o valor acrescentado dos Fundos Estruturais e associando o Programa aos desígnios de uma Europa mais competitiva e coesa;
- Criar uma imagem institucional credível junto da opinião pública e dos beneficiários efetivos e potenciais, aliando o Programa aos objetivos de desenvolvimento económico competitivo do País, no contexto da União Europeia;
- Incrementar a notoriedade do COMPETE, enquanto Programa Operacional integrado no QREN;
- Estimular, junto dos públicos-alvo, a associação imediata do Programa aos valores que lhe estão inerentes, designadamente, transparência, dinamismo, inovação, proximidade e eficácia;
- Criar um ambiente informativo estimulante à correta utilização dos apoios postos à disposição dos agentes económicos, em especial de uma procura qualificada, que vise o cumprimento dos objetivos do Programa.

Determinada em manter os objetivos do Plano de Comunicação num contexto de encerramento do programa, a AG COMPETE reforçou a estratégia de integração digital, o que envolveu mudanças nos processos editoriais e na linguagem, para aproveitar todas as possibilidades do hipertexto, do multimédia e da interatividade, com reflexo sobre a forma de comunicar e sua eficácia.

Esta abordagem de comunicação através de diferentes canais digitais dirigidos a públicos diversos, só foi possível pela interatividade existente com o Sistema de Informação, que permite que o beneficiário possa, no portal do COMPETE, ter acesso à atualização diária da lista de beneficiários, à consulta do ponto de situação do seu projeto, bem como aceder à Plataforma de Acesso Simplificado (PAS 2.0), com as inúmeras vantagens que a mesma acarreta em termos de simplificação de procedimentos (ver ponto **Sistema de Informação**).

A estratégia iniciada em 2014 culminou em opções muito próximas de *inbound marketing* com a diminuição de opções mais comuns numa estratégia de *outbound marketing*. A opção por estratégias diferenciadas considerou obviamente a dinâmica do período de programação. Não existindo, em 2014, concursos abertos, e dado o destaque mediático assumido pelo novo ciclo de programação 2014-2020, o desafio em termos de comunicação para o Programa COMPETE consistiu em manter a proximidade dos beneficiários e envolve-los na disseminação das boas práticas.

Esta estratégia concentrou-se na criação de conteúdos de qualidade, que sigam de encontro aos interesses do público, o que implicou um reforço do trabalho de parceria com os beneficiários dos projetos, que colaboram ativamente na edição semanal da *Newsletter* e que contribuem partilhando os resultados dos mesmos.

Neste contexto, o COMPETE considerou fundamental apresentar ao longo do ano os seus resultados, colocando ao escrutínio de todos aqueles que estão no espectro dos canais *web* de comunicação as intervenções do Programa.

Atendendo a esta estratégia e ao facto de o Programa estar em fase de encerramento não foi realizado o evento anual de apresentação de resultados, considerando-se que o objetivo de divulgação ampla de resultados foi atingido através de outros instrumentos de divulgação mais adequados a uma estratégia de envolvimento (*inbound marketing*). Efetivamente, assumindo-se o evento anual previsto no regulamento como obrigação mínima da AG COMPETE em matéria de prestação de contas sobre os resultados do Programa, esta AG assumiu, ao longo do ano, outros mecanismos de divulgação, que permitiram atingir números de audiência nunca possíveis no contexto de um evento anual. Acresce que está prevista a realização de um evento público de amplo espectro, aquando da aprovação do Relatório Final do COMPETE, onde serão evidenciados os principais contributos deste para a concretização dos objetivos,

designadamente, de promoção da competitividade nacional, envolvendo todos os atores relevantes do processo, numa fase em que já será possível aferir o impacto dos instrumentos.

6.1 COMUNICAÇÃO WEB 2.0

A estratégia de comunicação centrada nas ferramentas da *web 2.0*, empreendida no âmbito do COMPETE, constitui uma das dimensões mais assinaláveis da política de comunicação global do Programa, com resultados muito relevantes, do ponto de vista dos vários canais, em prol de uma partilha de informação mais interativa e de um maior grau de interoperabilidade.

Em 2014, foi reforçada a aposta na criação de conteúdos, publicados nos diversos canais *web*, relacionados com os projetos e beneficiários, disseminando boas práticas e com a preocupação serem úteis para os utilizadores. Desta forma garantiu-se o necessário envolvimento emocional com o Programa nesta fase de encerramento.

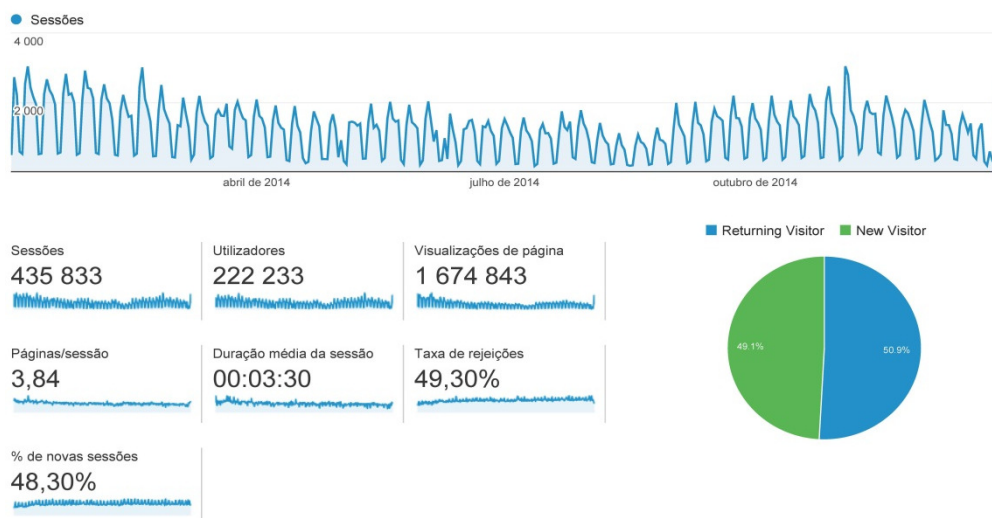
WEBSITE WWW.POFC.QREN.PT

O *site* COMPETE é a ferramenta privilegiada de comunicação e a abordagem comunicacional inerente pretende, sem perder a profundidade de informação, aproximar o público dos instrumentos disponíveis e maximizar o contributo do Programa para a competitividade nacional.

On-line desde agosto de 2011, o portal COMPETE tem como propósito prestar apoio aos diversos utilizadores, através de informação adequada às suas necessidades, tendo sido objeto de melhorias suplementares de *webdesign* e programação com vista à otimização da navegação e pesquisa de conteúdos.

Os conteúdos editoriais – notícias de projetos – com partilha de boas práticas ganharam um papel fundamental. Tal implicou reforçar a relação entre a qualidade da informação e a sua autoria, à qual não pode ser alheia a qualidade da sua usabilidade. Se a página não for fácil de usar, o utilizador pode não aceder à informação ou desistir dela; se a informação não lhe interessar, não procura contactar o autor; se o autor não for de confiança e não indica referências bibliográficas credíveis na temática abordada, não será utilizada a informação.

Gráfico 6.1: Visitantes do Site do COMPETE, 2014



Fonte: Google Analytics.

Analisado de janeiro a dezembro de 2014, com o *Google Analytics*, o *site* apresenta um total de 435.833 visitas, correspondendo a 222.233 pessoas que entraram no domínio www.pofc.qren.pt, num total de 1.674.843 visualizações.

Mais relevante do que o número de visitas, designadamente em matéria da navegabilidade e usabilidade, são os resultados obtidos ao nível da profundidade da visita (em média foram acedidas 3,84 páginas por visita) e da duração da mesma (de 3'30").

Se compararmos o tráfego do *site* em 2014 com o ano de 2013, verificamos que se registou uma diminuição de 31% no número total de visitas, mas que o número de visitantes não decresceu na mesma proporção, diminuindo apenas 19% face ao ano anterior.

Gráfico 6.2: Visitantes do Site do COMPETE, 2014

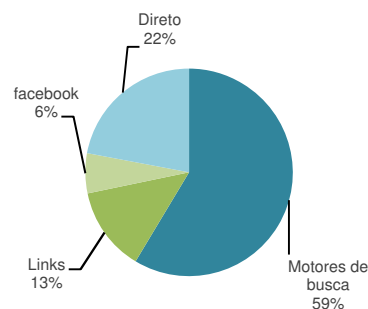
Tipo de utilizador	Aquisição			Comportamento	
	Sessões	% de novas sessões	Novos Utilizadores	Taxa de rejeições	Páginas/sessão
	435 833 % do total: 100,00% (435 833)	49,15% Média por visualização de propriedade: 48,30% (1,76%)	214 205 % do total: 101,76% (210 507)	49,30% Média por visualização de propriedade: 49,30% (0,00%)	3,84 Média por visualização de propriedade: 3,84 (0,00%)
1. Returning Visitor	221 628 (50,85%)	0,00%	0 (0,00%)	42,51%	4,09
2. New Visitor	214 205 (49,15%)	100,00%	214 205 (100,00%)	56,31%	3,59

Fonte: Google Analytics.

O quadro anterior mostra que o *site* COMPETE manteve a capacidade de atrair novos visitantes o que compensou o fluxo de saída, relacionado também com a própria fase do ciclo de vida do Programa.

A forma mais usual para aceder ao *site* do COMPETE, é através dos motores de busca, sendo que 59% dos visitantes entram desta forma.

Gráfico 6.3: Visitantes do Site do COMPETE, 2014



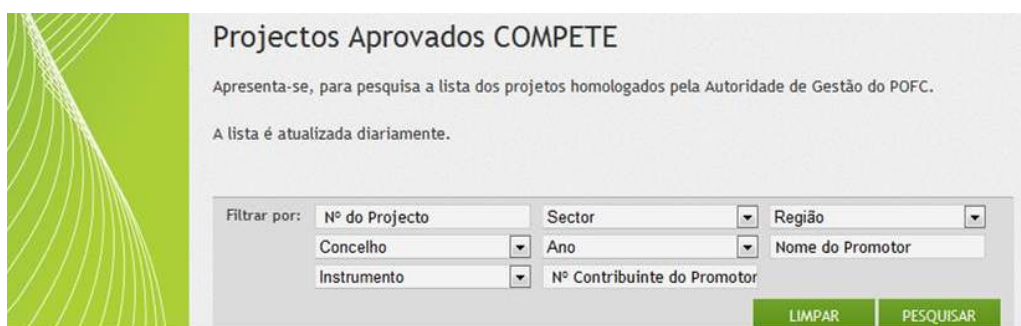
Fonte: Google Analytics.

LISTA DE PROJETOS APROVADOS

Garantindo a necessária transparência na aplicação dos Fundos, o *site* disponibiliza, no menu “Projetos”, a lista de projetos aprovados, que é importada automática e diariamente do Sistema de Informação.

Permite igualmente a pesquisa dos projetos, considerando várias opções de filtros que possibilitam a qualquer visitante ter acesso simples à informação disponível.

O visitante tem ainda a opção de exportar a totalidade dos dados para Excel, o que se afigura útil, não só para os beneficiários, mas também para a realização de estudos académicos, setoriais ou outros sobre o Programa e os apoios concedidos.



Projectos Aprovados COMPETE

Apresenta-se, para pesquisa a lista dos projetos homologados pela Autoridade de Gestão do POFC.

A lista é atualizada diariamente.

Filtrar por:

Nº do Projecto	Sector	Região
Concelho	Ano	Nome do Promotor
Instrumento	Nº Contribuinte do Promotor	

LIMPAR PESQUISAR

Imagem do site do COMPETE – Menu projetos aprovados

A lista de projetos aprovados está também disponível, nos mesmos moldes, para a totalidade dos Sistemas de Incentivos do QREN (incluindo PO Regionais).

NEWSLETTER

A aposta na *Newsletter* como canal de divulgação dos projetos reforçou-se em 2014, aproximando o trabalho editorial das redes sociais, designadamente do *Facebook*.

Sem deixar de ser um veículo de comunicação institucional, a *Newsletter* semanal assumiu-se como o espaço privilegiado para apresentação dos projetos apoiados pelo COMPETE e para dar voz aos beneficiários, que assim colaboram no trabalho editorial.

Esta aposta contribuiu para aproximar a imprensa tradicional do COMPETE, sobretudo a regional e a especializada, que encontra na *Newsletter* matéria relevante para publicação.

Numa ótica de reforço do trabalho editorial, a *Newsletter* passou a ser composta por duas partes:

- Destaques - Trata dos projetos apoiados e dos seus resultados.
- Saiba Mais – Inclui informação mais abrangente, podendo remeter para legislação ou informação de carácter geral e temas genéricos com destaque e impacto no Programa, bem como eventos de disseminação de resultados de projetos

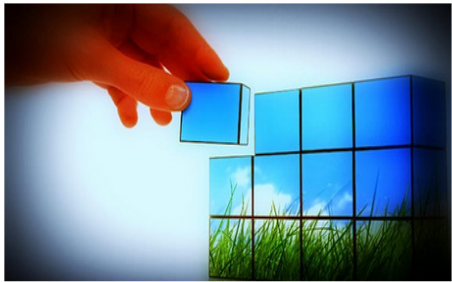
Em 2014, foram emitidas 51 *newsletters*, para um total de 7.642 subscritores ativos, dos quais 2.256 aderiram ao longo do ano, o que representou um aumento de 43% em relação a 2013. Foram publicadas 7 *newsletters* temáticas, dedicadas a apresentar resultados de projetos nas áreas de: Ciência e Conhecimento, Investigação e Desenvolvimento, Ações Coletivas, Projetos de Responsabilidade Social com impacto na economia e projetos de Turismo.

A produção editorial (notícias) representa 47% do total dos conteúdos das edições das *Newsletters* de 2014, mantendo um equilíbrio com as notícias diversas (em Saiba mais) relacionadas com o contexto do Programa e de cariz mais institucional.

Clique aqui se a página não aparecer correctamente.

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Newsletter n.º 154 | 24 junho 2014 | Responsabilidade Social 2/2



O COMPETE aposta na sensibilização para a Responsabilidade Social | Volume II.

DESTAQUES

Liderar com responsabilidade: projeto promove competitividade e sustentabilidade das empresas

No âmbito do projeto ACONTEZER, a ACEGE elegeu três eixos que respondem a preocupações concretas das PME e que remetem para três compromissos que os líderes empresariais devem assumir: pagar a horas aos fornecedores, ter em especial atenção o projeto de vida dos colaboradores e promover as condições necessárias ao equilíbrio entre vida profissional e familiar.

ECODEEP - Desenvolvimento de ferramentas de eco-eficiência para o sector agro-alimentar

Preparar um conjunto de ferramentas, com base na Avaliação do Ciclo de Vida que possam ser usadas pelas diferentes empresas do setor, permitindo-lhes ter uma maior compreensão dos seus processos produtivos, das suas ineficiências e das melhores opções para as ultrapassar.

Autoavaliação da eco eficácia empresarial

Projeto promovido pela ADEACE, com a finalidade de sensibilizar as empresas para as problemáticas relacionadas com a sustentabilidade e a auto eficácia, e com finalidade específica de desenvolver um conjunto de indicadores e respetivos objetivos de excelência de eco eficácia para as PME.

PETRA - Práticas Responsáveis nas Áreas da Energia, Ambiente e Responsabilidade Social no Sector das Pedras Naturais

Preparar as empresas do Sector da Pedra Natural para desempenhos eco eficientes e socialmente responsáveis, através da realização de um conjunto de ações que contribuam para o aumento da sua competitividade.

SAIBA MAIS

- Sabia que o COMPETE apoia projetos no âmbito do Empreendedorismo Social?
- Semana Europeia da Energia Sustentável | Deconne em Bruxelas e constitui-se em mais um reforço para o cumprimento das metas europeias climáticas e energéticas para 2020
- Workshop 03 julho | RNAE - Eficiência Energética e Sustentabilidade Ambiental nas Empresas | Leiria. Inscrições até dia 01 de julho
- Encontro "Energia + Eficiência", Porto | Participe e conheça o projeto COMPETE na área da Eficiência Energética. Inscrição até 01 de julho

Ficha Técnica
Coordenação Editorial: Núcleo de Imagem e Comunicação
Autoridade de Gestão do COMPETE
nico@compete-poft.org

Clique aqui caso queira cancelar a subscrição na newsletter.

Clique aqui se a página não aparecer correctamente.

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Newsletter n.º 130 | 07 janeiro 2014

DESTAQUES

Portugal Colômbia
Mercado de Oportunidades

Será a Colômbia um país de oportunidades de negócios para as PME portuguesas?

O projeto PRONTER - Promoção da Internacionalização Portugal Colômbia - dinamizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso Colômbiana (CCILCO) e apoiado pelo programa COMPETE vem dar resposta a esta questão.

Visiokids | Série televisiva em animação 3D

Atómico, Bit, Cósmico, Cassiopeia e Vita são as cinco personagens da série televisiva VISIOKIDS que vão ajudar os mais jovens a descomplicar a ciência e a tecnologia, no sentido de tornar estas temáticas acessíveis e apetecíveis.

TRANSUCATAS
GRUPO TRANSUCATAS, S.A.

Produção de Sucata Limpa

A TRANSUCATAS é a primeira empresa em Portugal a produzir sucata limpa a partir de sucata metálica ferrosa contaminada.

gestão de resíduos

AGENDA

De 23.03.2014 a 30.03.2014
AEP | Missão Empresarial à África do Sul

No âmbito do Projeto Business On The Way, a AEP encontra-se a promover a Missão Empresarial que passará por Joanesburgo e Cidade do Cabo.

Inscrições até ao dia 15 de fevereiro de 2014.

De 06.01.2014 a 17.01.2014
Projeto SAESCTN | Bolsa de Investigação | Universidade de Aveiro - TEMA

A bolsa terá por objecto a realização de trabalho numérico de apoio ao desenvolvimento das tarefas previstas no projeto, nomeadamente o desenvolvimento e implementação de metodologias de optimização para caracterização do comportamento constitutivo de metais a partir de ensaios por análise inversa.

SAIBA MAIS

- Decreto-Lei n.º 167-B/2013 | Promove o período previsto nos enquadramentos comunitários aplicáveis aos auxílios com finalidade regional, até 30 de junho de 2014
- Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas (COSME) 2014 - 2020
- Informe-se sobre o Programa Europa Criativa 2014-2020
- Regulamento (UE) n.º 1381/2013 | Cria o Programa "Direitos, Igualdade e Cidadania"
- Empresa Couro Azul finalista no concurso mundial de cutumes "Tannery of the Year"
- Portugal na rota gastronómica mundial | APTECE coloca o país no maior e mais importante evento de gastronomia mundial
- Moda é prioritária para a União Europeia

Ficha Técnica
Coordenação Editorial: Núcleo de Imagem e Comunicação
Autoridade de Gestão do COMPETE
nico@compete-poft.org

Clique aqui caso queira cancelar a subscrição na newsletter.

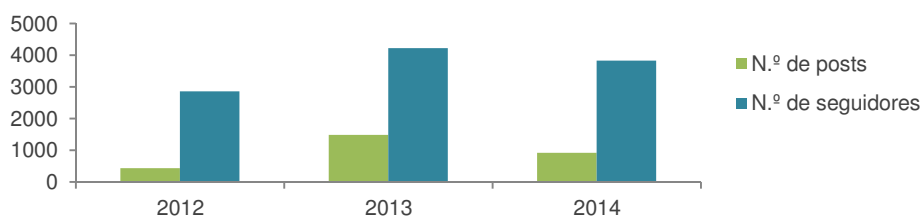
Exemplo de newsletters do COMPETE

PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS

FACEBOOK

Em 2014 a página do *Facebook* foi assumida como a principal plataforma de interação nas redes sociais, numa forte articulação com o trabalho editorial concretizado na *Newsletter* semanal e que realça a preocupação do Programa em comunicar os resultados dos projetos. A página do *Facebook* é também o canal para disseminar, de forma mais rápida, as comunicações institucionais (publicadas no *site*), bem como para consolidar os valores associados ao Programa

Gráfico 6.4: Posts e Seguidores no Facebook do COMPETE, 2012-2013



Fonte: Facebook.

Importa assinalar que a AG COMPETE não efetuou qualquer campanha no *Facebook*, pelo que a dinâmica do mesmo é orgânica, não envolvendo nenhum investimento financeiro.

No final de 2014, o número total de seguidores (gostos) da página do COMPETE era de 10.913, representando um aumento de 54% face a 2013. Sublinhe-se que a página registou um fluxo permanente de crescimento, com um número médio de 11 novos “gostos” diários, sendo também de salientar uma média de utilizadores ativos da página que rondou o meio milhar em 2014.

Esta dinâmica do COMPETE nas redes sociais, numa fase em que não existirem novos apoios (com exceção dos Instrumentos de Capital de risco), é reveladora do trabalho da AG, na aposta em conteúdos que vão ao encontro das necessidades do seu público, captando novos seguidores.

YOUTUBE

Em 2013 foi aberto o canal do *Youtube* para o COMPETE, o qual se assumiu como o repositório de todos os vídeos elaborados pelo Programa (institucionais, com testemunhos ou outros). Os vídeos ali colocados são utilizados nas demais plataformas: portal, *Facebook* e *LinkedIn*. Em 2014, foram carregados 6 vídeos com um total de 1.626 visualizações.

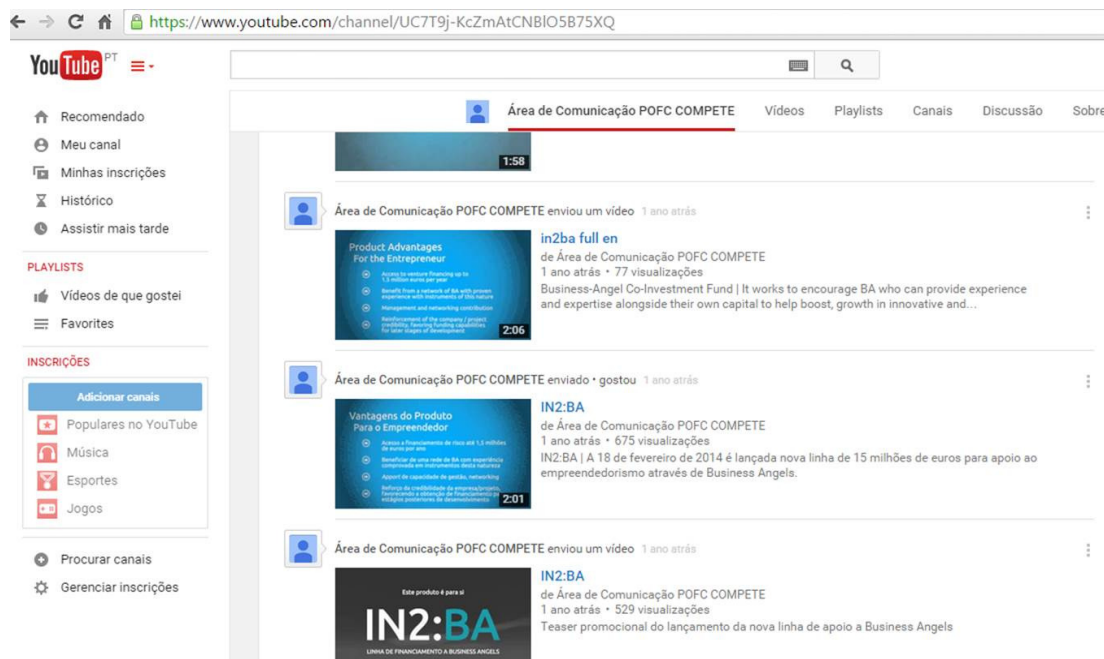


Imagem do canal de Youtube do COMPETE

LINKEDIN

No final do ano de 2013 foi criada uma página corporativa no LINKEDIN, orientada para públicos específicos do ecossistema do empreendedorismo, com um objetivo definido: divulgar as Linhas de Financiamento a *Business Angels* e as iniciativas de empreendedorismo associadas a *pré-seed* e *early stages*.

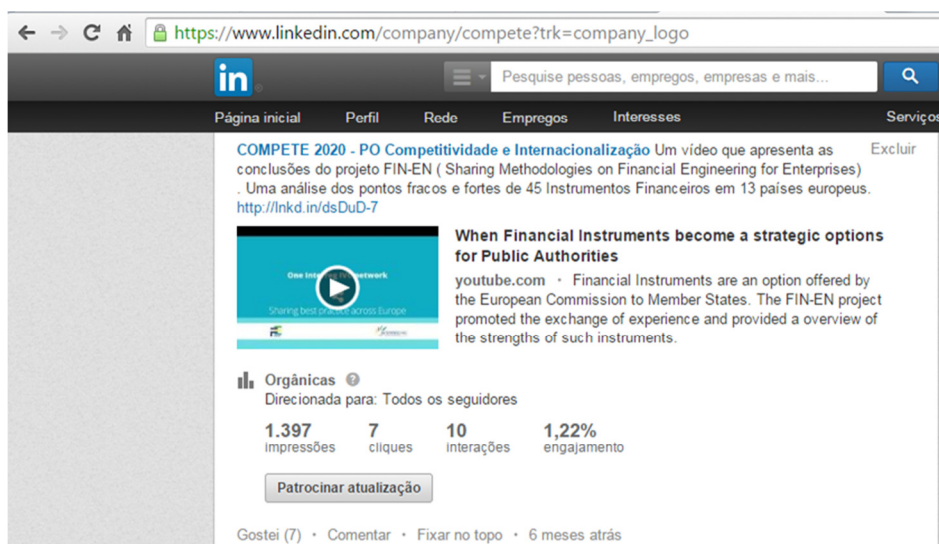


Imagem da Página Corporativa do COMPETE no LinkedIn

A estratégia delimitou o público-alvo e permitiu que este canal viesse a ser associado a uma campanha de promoção desta linha - IN2:BA - lançada em fevereiro de 2014.

No final de 2014, o canal tinha 814 seguidores e as publicações atingiram cerca de meio milhar de pessoas.

6.2 COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA

CLIPPING

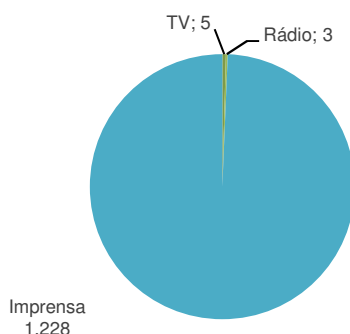
O serviço de clipping é prestado pela CISION, líder mundial na disponibilização de serviços para planeamento, contacto, monitorização e análise de media.

Diariamente são objeto de análise 1.600 meios de imprensa (nacional, regional e especializada), 14 canais de televisão, 4 estações de rádio de cobertura nacional e 300 meios *on-line*. De acordo com os indicadores, é na imprensa *on-line* que se registam as maiores taxas de crescimento, valores que refletem não só o esforço na divulgação do Programa mas também a natural evolução deste último segmento noticioso.

Em 2014 foram publicadas 1.236 notícias referentes aos apoios do COMPETE, seja através de notícias institucionais seja através de notícias sobre projetos financiados, representando uma diminuição de 4% face a 2013, nos diferentes meios, a saber, imprensa, *on-line*, televisão e rádio.

Considerando que 2014 correspondeu ao ano de lançamento do Portugal 2020, esta redução de apenas 4% revela a capacidade dos projetos do COMPETE ainda mobilizarem o interesse nos *media*, por estarem em fase de execução ou em fase de apresentação de resultados.

Gráfico 6.5: Meios que veicularam notícias sobre o COMPETE, 2014



Fonte: CISION.

6.3 EVENTOS & RELAÇÕES PÚBLICAS

Apesar da realização de eventos continuar a configurar uma vertente de comunicação relevante do Programa, a estratégia comunicacional de 2014, como referido, equacionou a atual fase do Programa e apostou noutros meios de envolvimento dos beneficiários e formas de participação, envolvendo trabalho e colaboração estreita com as entidades coorganizadoras, com vista a minimizar os custos.

| 253

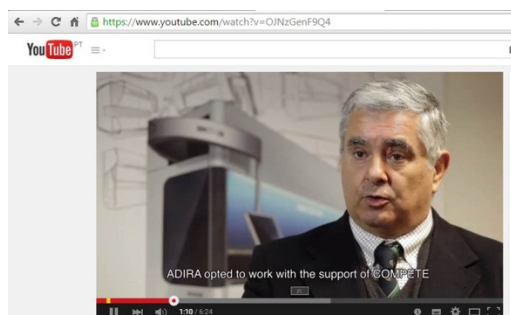
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Considerando as obrigações regulamentares determinadas pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, e do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 74/2008, de 22 de abril, a AG COMPETE organizou a 8.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa, no dia 2 de junho de 2014, na reitoria da Universidade Nova (ver Comissão de Acompanhamento no ponto 2.7.1).



Fotografias da 8.ª Comissão de Acompanhamento do COMPETE

Nesta Comissão de Acompanhamento foi visionado o [vídeo](#) *COMPETE Growth & Competitiveness 2020*, que incluiu um conjunto de depoimentos de 4 empresas com projetos aprovados, comprovando, pela voz dos beneficiários, a relevância do programa COMPETE para os objetivos da empresa e para os resultados alcançados.



Vídeo COMPETE Growth & Competitiveness 2020

CAMPANHA : LANÇAMENTO DA NOVA LINHA DE FINANCIAMENTO A BA | IN2BA

No âmbito da dinamização da mais recente Linha de Financiamento a *Business Angels* (BA), concertada entre o COMPETE e a PME Investimentos e aprovada pelo Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, foi considerado fundamental realizar uma campanha de lançamento da nova marca, envolvendo a apresentação técnica da nova Linha de Financiamento e associando-a a experiências da anterior linha.

Esta campanha tinha por objetivo principal aumentar em 50% o número de operações aprovadas no âmbito da linha de financiamento a BA, até ao final do 1.º semestre de 2014.

Para atingir este objetivo ambicioso foram definidos como objetivos operacionais:

- aumentar o conhecimento destes instrumentos junto de empreendedores, incubadoras, universidades, *start-up* e empresas;
- criar redes de distribuição e partilha de oportunidades de investimento entre as Entidades Veículo (*cross selling*);
- estimular a procura – promover momentos de *matching* entre investidores e empreendedores.

A campanha envolveu:

- Criação de marca associada ao Produto (linhas de financiamento a BA): IN 2 BA;
- Sessão de Lançamento da nova linha;
- Realização de sessões de *pitch* com BA em Braga, Porto, Aveiro e Évora – 4 sessões em 3 meses;
- Divulgação nas redes sociais dos vídeos realizados no âmbito do acordo entre a PME investimentos, a FNABA e a APBA;
- Realização de uma apresentação dinâmica para redes sociais e *sites* com a explicação do que são BA (Vídeo);
- Aposta forte no *linkedin* como canal privilegiado para transmitir informações relevantes para investidores e empreendedores.

Criada a marca, a apresentação pública foi realizada no dia 18 de fevereiro de 2014, no ISEG, com a presença dos atores fundamentais do contexto do financiamento de *early stage* e capital semente, beneficiários da linha (*Business Angels* e potenciais *Business Angels*)





Fotografias da Apresentação Pública da nova Linha de Financiamento a BA | IN2BA

O IN2:BA ganhou uma nova dimensão na sua associação ao projeto GAPI 3, apoiado no âmbito das Ações Coletivas do COMPETE e cujo principal objetivo é o de promover o espírito empresarial e a criação de empresas inovadoras e com forte pendor tecnológico junto de alunos e jovens investigadores pertencentes ao universo do SCTN.

Liderado pelo Instituto Pedro Nunes, o projeto envolve a TecMinho, a Universidade de Aveiro, a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Évora, a Universidade do Porto e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O projeto GAPI 3 culmina na seleção das melhores ideias de negócio, conducentes à criação de empresas de base tecnológica e científica em setores com maior valor acrescentado e de uso intensivo de conhecimento.

Os BA foram convidados a estar presentes nas sessões de lançamento do projeto GAPI 3, tendo previamente recebido os planos de negócio dos projetos apresentados.

O COMPETE e a PME Investimentos assumiram o compromisso de garantir o acompanhamento deste *matching*, estando presentes em cada sessão de apresentação de projetos.

A campanha envolveu ainda a realização de um *teaser* de apresentação do produto e um [vídeo](#) (infografia) explicativo do mesmo.



Vídeo Explicativo da nova Linha de Financiamento a BA | IN2BA

VISITA DA DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E ENERGIA DA BULGÁRIA

Nos dias 17 e 18 de junho decorreu uma visita técnica de uma equipa técnica do Ministério da Economia e Energia da Bulgária, onde o COMPETE apresentou todo o processo, atores, instrumentos e mecanismos envolvidos na oferta de soluções de financiamento e partilha de risco cofinanciados pelo FEDER.

Solicitada pelo Ministério da Economia e Energia da Bulgária, a AG COMPETE organizou esta visita técnica garantindo o envolvimento dos vários atores nos instrumentos, subdivididos em duas naturezas principais: instrumentos de reforço de capital próprio e instrumentos de reforço de capital alheio (dívida).

Foram parceiros ativos da visita a PME Investimentos, a Portugal Ventures, a FNABA /DNA Cascais, o FCR Capital Criativo e a APBA, garantindo a presença dos diferentes atores em fases distintas do processo.

PRESENÇA NOS OPEN DAYS

A AG COMPETE esteve, enquanto parceiro do projeto FIN-PT *Sharing Methodologies on Financial Engineering for Enterprises*, cofinanciado pelo INTERREG IVC e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, presente nos *Open Days*, num painel de debate composto por representantes de alto nível dos parceiros FIN-PT provenientes de vários países europeus.

O painel de debate em torno da temática 'Os desafios dos Instrumentos financeiros no contexto da Política dos Fundos Estruturais' teve por moderador o Secretário-geral da Associação Europeia de Bancos, Henning Schoppmann. Graças ao projeto FIN-PT, foi possível apresentar os instrumentos financeiros de sucesso a público dos *Open Days* - cerca de 6.000 pessoas provenientes de todas as partes da Europa.

COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO – PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No dia 25 de novembro realizou-se na Culturgest uma sessão de trabalho em torno da temática da utilização de instrumentos financeiros para maximizar a eficiência e a eficácia das políticas de desenvolvimento económico das regiões. Esta ação insere-se no contexto da apresentação dos resultados do projeto FIN-EN, no qual a Autoridade de Gestão do COMPETE foi parceira.

Nesta sessão, foram apresentados resultados do referido projeto, que se traduziram num conjunto de orientações concretas, para a criação, implementação e monitorização, dos instrumentos financeiros cofinanciados por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período 2014-2020. Pretendeu, também, refletir-se sobre como podem os instrumentos financeiros em Portugal, para aquele período, inserir-se numa estratégia global para a competitividade (Diretrizes de Aplicação dos Instrumentos Financeiros).

Estiveram presentes cerca de 100 pessoas envolvidas direta e indiretamente nas várias fases do processo de gestão dos Instrumentos Financeiros.



Fotografias Sessão de Trabalho sobre Instrumentos Financeiros

6.4 MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO

NOVA LINHA DE FINANCIAMENTO A BA | IN2BA

No âmbito da Campanha de dinamização dos instrumentos financeiros e partilha de risco, designadamente dos *Business Angels*, foram realizados:

- Um [teaser](#) promocional do lançamento do produto para canais *web*, uma solução muito mais eficaz face ao *target* e menos onerosa do que uma campanha de meios.
- Um [vídeo](#) de 2mn' com a apresentação do produto para canais *web*, com recurso a infografias.

WHEN FINANCIAL INSTRUMENTS BECOME A STRATEGIC OPTION FOR PUBLIC AUTHORITIES

A Autoridade de Gestão do COMPETE participa, desde finais de dezembro de 2011, no projeto europeu “FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises*”.

O Programa Interreg IV C tem como objetivo promover a cooperação inter-regional através do intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas no contexto da União Europeia. Para atingir este objetivo é fundamental a divulgação e disseminação dos resultados permitindo um efeito de escala do conhecimento.

Neste contexto foi produzida uma infografia do projeto com os seus principais resultados, em formato [vídeo](#) com o objetivo de apresentar de forma dinâmica um conjunto de linhas consideradas relevantes para o desenho e implementação dos Instrumentos Financeiros cofinanciados.

O vídeo foi apresentado na sessão de encerramento do projeto (5 de novembro 2014, Bruxelas, Comité das Regiões) e partilhado nos canais de divulgação de todos os parceiros.

6.5 CONTACTO COM O PÚBLICO

Disponibilizar informação relevante e serviços públicos *on-line* é a primeira ação de comunicação e a de maior visibilidade para empresas e cidadãos. A utilização de canais informativos e transacionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Assim, a AG COMPETE tem implementado e em pleno funcionamento um sistema de atendimento telefónico e de *e-mail* a beneficiários do Programa, para a prestação de esclarecimentos.

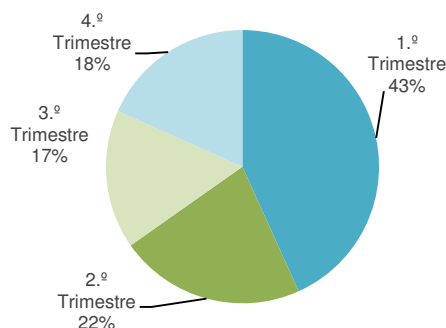
LINHA DE ATENDIMENTO TELEFÓNICO

A linha de atendimento telefónico insere-se no contexto de outros mecanismos de contacto dinâmico com os promotores, beneficiários e público em geral.

O atendimento telefónico do COMPETE contabilizou 1.545 chamadas em 2014, o que representa uma diminuição de 70% face ao número de chamadas do ano anterior. Sendo um canal de *frontoffice* de apoio técnico, a ausência de concursos abertos justifica este acentuado decréscimo.

O gráfico mostra como o fluxo de chamadas foi diminuindo ao longo do ano, para no último trimestre iniciar uma dinâmica de subida com questões relacionadas com o Portugal 2020.

Gráfico 6.6: Meios que veicularam notícias sobre o COMPETE, 2014



Fonte: CISION.

O público-alvo mantém o seu equilíbrio de género (51% mulheres e 49% de homens) face a 2013. A grande diferença em relação a anos anteriores prende-se com a caracterização 'Promotor-Consultor': 76% dos contactos foram realizados por promotores e apenas 24% por consultores, reforçando a ideia de que a ausência de concursos tem implicações na natureza da procura de informação.

E-MAIL

Em 2014 foram recebidos e enviados, respetivamente, 9.776 e 8.609 *e-mails*, valores livres de *spam*.

O *e-mail* de contacto funciona como *frontoffice* técnico em articulação direta com as áreas operacionais. Na sequência de alguns destes contactos, foi feita a análise a diversos casos de publicitação do cofinanciamento, onde a [publicitação](#) foi, por vezes, corrigida de acordo com as regras vigentes.

6.6 A REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO QREN

A Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN (RIC QREN) configura um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos Programas Operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de ações conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços

com fins de qualificação global da imagem pública e transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

O Plano de Comunicação do QREN, levado a cabo pela Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN³⁹, é definido e implementado no estrito cumprimento dos requisitos normativos comunitários⁴⁰ e nacionais aplicáveis⁴¹, garantida a articulação entre o Plano de Comunicação do QREN e os Planos de Comunicação dos Programas Operacionais, tendo em conta as determinações emanadas pelo QREN: “Entende-se que o sucesso da prossecução dos objetivos estabelecidos será também tributário do reconhecimento pelo público em geral e, especialmente, pelos potenciais beneficiários, da relevância dos apoios estruturais – nacionais e comunitários – para o desenvolvimento económico, social e territorial do País e das suas regiões, constituindo portanto a estratégia de comunicação e informação um instrumento fundamental da governação do QREN e dos Programas Operacionais.”

O ano de 2014, sendo o ano de arranque do Portugal 2020, exigiu, da parte da comunicação, uma especial e redobrada atenção, tendo o enfoque sido conferido, sobretudo, ao lançamento do novo quadro de apoios comunitários, em detrimento das atividades de comunicação dedicadas ao QREN. Contudo, a atividade da RIC QREN manteve-se, dando continuidade à comunicação e divulgação do QREN, dos PO e dos fundos.

Tabela 6.1: Ações de comunicação RIC QREN em 2014*

				Unid.: N.º
Eventos públicos	Publicações	Inserções publicitárias	Visitas aos <i>websites</i>	Destinatários de <i>newsletters</i>
76	19	119	4.747.654	18.895

Nota: *Não inclui as ações do Compete, POVT e Algarve 21. Fonte: Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN

Das ações da RIC QREN em 2014 destacam-se os seguintes números: realização de 76 eventos públicos, que abrangeram uma média de cerca de 2.500 participantes; publicação de cerca de 22 mil exemplares, decorrentes de 19 publicações; 119 inserções publicitárias, resultantes de 65 anúncios; cerca de 19 mil destinatários de *newsletters* e quase 5 milhões de visitas aos sítios de internet do universo QREN.

³⁹ O modelo de comunicação do QREN abrange três níveis de atuação: o QREN; os fundos (FEDER, Fundo de Coesão e FSE) e os Programas Operacionais. A articulação entre estes níveis é assegurada pela Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN, coordenada pelo presidente da Comissão Técnica de Coordenação do QREN e que integra os responsáveis pela comunicação na AD&C e nas Autoridades de Gestão dos PO.

⁴⁰ O artigo 69.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, atribui às Autoridades de Gestão dos PO a responsabilidade de assegurar a informação e publicidade das operações e dos programas cofinanciados. O Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, que aprova as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, estabelece, por sua vez, que as Autoridades de Gestão têm de conceber e pôr em prática um Plano de Comunicação, através do qual seja feita a previsão, o planeamento, o acompanhamento e a avaliação das medidas de informação e publicidade a levar cabo durante o período de programação 2007-2013.

⁴¹ Artigo 15.º do decreto-lei do modelo de Governação do QREN.

Nestes indicadores globais incluem-se os instrumentos de prestação de contas do QREN por excelência, como sendo a publicação trimestral do Boletim Informativo do QREN e o sítio de *internet* do QREN.

Foram realizadas nas instalações da AD&C três reuniões da RIC QREN, a 25 de junho, a 21 de julho e a 24 de setembro.

6.7 A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO | REDE INFORM

Ao nível externo, o COMPETE esteve presente nas reuniões da Rede INFORM, coordenada pela DG REGIO da Comissão Europeia. Esta rede integra responsáveis pela comunicação dos Fundos Europeus em cada Estado-Membro da União Europeia e reúne-se duas vezes por ano para debater temas relacionados com a comunicação do FEDER e do Fundo de Coesão e para definir linhas de ação comuns.

A primeira reunião decorreu em Praga, nos dias 22 e 23 de maio e a segunda reunião realizou-se em Bruxelas, nos dias 02 e 03 de dezembro.

6.8 COMUNICAÇÃO INTERNA

Atendendo à relevância do processo comunicacional interno na consolidação da identidade da AG COMPETE, reforçaram-se diferentes mecanismos facilitadores do fluxo de informação:

- O desenvolvimento do clipping diário, divulgando as notícias sobre o COMPETE, QREN, Portugal 2020 e outros temas transversais, perfazendo um total de 2.769 artigos, em 2014;
- A difusão diária da legislação nacional e comunitária, considerada relevante para a organização;
- A divulgação da lista de publicações disponíveis para consulta;
- A gestão do endereço geral do COMPETE (info@compete-pofc.org) e do Núcleo de Informação e Comunicação (nic@compete-pofc.org);
- O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;
- A gestão de conteúdos informativos e calendarização de eventos;
- A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações.
- A difusão de alertas via *e-mail* com novidades.

6.9 MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a um conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), constitui uma função determinante, permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objetivos definidos.

A tabela seguinte considera alguns dos indicadores – de meios e de resultados – definidos no Plano de Comunicação do COMPETE. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados, a análise terá ser dinâmica, o que permite verificar a adequabilidade de alguns dos indicadores/metast à realidade.

Tabela 6.2: Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2014

Indicadores	Unidades	Execução 2014	Execução 2007-2014	Metas COMPETE	Cumprimento
Publicidade					
Anúncios Imprensa	n.º	0	14	10	Sim
Inserções – Imprensa escrita	n.º	0	203	450	
Anúncios On-line	n.º	0	18	n.d.	
Visualizações	n.º	0	2.430.000	n.d.	
Spots de Rádio	n.º	0	8	100	
Inserções – Rádio	n.º	0	583	n.d.	
Assessoria de Imprensa					
Press Releases	n.º	0	27	10	Sim
Convites	n.º	350	50.829	20.000	Sim
Notícias Publicadas	n.º	1.236	5.117	100	Sim
Eventos					
Sessões	n.º	2	44	150	
Média/participantes	n.º	90	1.030	n.d.	
Publicações					
Publicações	n.º	0	11	10	Sim
Tiragem	n.º	0	52.000	100.000	
Site					
Visitas	n.º	435.833	3.972.656	1.500.000	Sim
Newsletter					
Emitidas	n.º	51	224	n.d.	
Subscritores***	n.º	2.256	8.605	10.000	
Facebook*					
N.º de publicações na página		924	2846	n.d.	
N.º de pessoas que gostam da página		3220	10913	n.d.	
YouTube					
N.º de filmes carregados		6	10	n.d.	
Centro de Atendimento Telefónico**					
Chamadas atendidas	n.º	1.545	30.276	125.000	
Correio Eletrónico					
Mensagens Recebidas	n.º	9.776	73.646	n.d.	
Mensagens Enviadas	n.º	8.609	75.660	8.000	Sim

Notas:* Página do COMPETE no Facebook a funcionar desde 31 de maio (2012). ** Centro de atendimento a funcionar desde 1 de abril 2011. ***O valor apresentado contempla todos os subscritores da newsletter do site, incluindo aqueles que solicitaram a anulação posterior da subscrição ou cujos endereços foram rejeitados e retirados da base de dados.

É conhecido o contexto nacional de crise e de restrição orçamental que tem vindo a afetar, com particular incidência, as atividades de comunicação previstas. Como tal, o ano de 2014 manteve níveis de *performance* comunicacionais bons ao nível dos canais *web* (aposta estratégica) e dos canais de comunicação direta com o público, mantendo níveis inferiores aos fixados no plano de comunicação, para meios de comunicação mais tradicionais (publicações em papel e eventos) e mais onerosos.

6.10 ORÇAMENTO

Considerando o período acumulado 2007-2014, foi executado 59% do orçamento afeto à Informação e Divulgação. Em 2014, a execução foi reduzida, o que se justifica pelo facto de não ter sido possível efetuar o lançamento do COMPETE 2020 (conforme pressupostos do orçamento), previsto inicialmente para aquele ano (a decisão final da CE sobre o Programa data de 16 de dezembro) e cujas despesas foram contempladas no orçamento de 2014 do COMPETE, de acordo com o previsto no Regulamento da Assistência Técnica.

Sendo esta a principal razão para a baixa execução em 2014, não deixa também de ser importante destacar os efeitos da opção pela estratégia de *marketing inbound*, que é sempre orçamentalmente menos onerosa do que a enquadrada no *marketing outbound*.

Tabela 6.3: Orçamento e Execução (Despesa Elegível) - Informação e Divulgação, 2007-2014

	2014			2007-2013		
	Orçamento	Realização	%	Orçamento	Realização	%
Assistência Técnica - Informação e Divulgação	304	28	9%	4.483	2.658	59%

Fonte: COMPETE.



CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2015-2016

7.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2014

| 265

Após duas importantes inflexões no ritmo de crescimento da atividade económica em Portugal nos últimos anos, provocadas pela crise económica internacional e reforçadas pelo processo de consolidação orçamental e de ajustamento estrutural ainda em curso, o ano de 2014 foi caracterizado por uma **conjuntura macroeconómica mais favorável**, tendo sido registado um ligeiro crescimento do PIB, em linha com o verificado na Área do Euro.

Esta conjuntura menos desfavorável, a par das medidas que foram sendo tomadas para dar resposta às dificuldades dos promotores, permitiram aliviar os constrangimentos à execução do Programa em 2014, apesar de persistirem dificuldades no acesso ao crédito, em especial por parte de algumas empresas, e de se manter o ajustamento na Administração Pública, fatores que condicionaram a execução dos projetos ao longo do ano.

Nesta fase final de execução do COMPETE e, já em tom de balanço, importa, uma vez mais, realçar a importância dos constrangimentos externos na operacionalização do Programa, que acabou por se fazer num contexto bem diferente das projeções que estiveram na base da programação. De acordo com a Avaliação Intercalar realizada em 2013, a situação económica e financeira do país e das regiões teve efetivamente implicações sobre os resultados deste instrumento de política económica:

Caixa 18: Conclusões das Avaliação Intercalar sobre o efeito do contexto socioeconómico sobre o COMPETE

“Com efeito, o potencial de transformação estrutural e de desempenho económico, que resulta não só da concretização dos objetivos do programa, como do facto de o COMPETE intervir sobre um segmento mais qualificado da estrutura produtiva portuguesa, está a ser claramente condicionado, na plena materialização dos seus efeitos, pela situação adversa da conjuntura económica, pelo que, provavelmente, só depois da recuperação económica e durante o próximo ciclo de expansão é que essa materialização ocorrerá.”

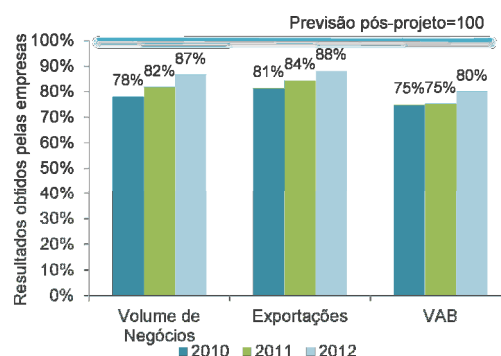
Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

Embora muitos destes efeitos possam ser melhor mensurados numa fase posterior de encerramento, quando os investimentos atingirem a velocidade de cruzeiro, de uma forma geral, pode apontar-se para:

- Impacte ao nível da execução dos projetos empresariais, pela **difículdade de obtenção da componente de financiamento privado**, que frequentemente implica o recurso ao crédito bancário, com reflexo ao nível das anulações (conforme referido atrás, a taxa de anulação do COMPETE (2007-2013) deverá ser superior à taxa de anulação registada no Programa similar do QCA III (POE/PRIME 2000-2006);
- **Alteração das expetativas dos promotores**, afetadas pela mudança do contexto económico e que se traduz na redução dos resultados económico-financeiros previstos para o pós-projeto.

Comparando previsões de uma amostra de empresas do SI Inovação (incluindo projetos dos PO Regionais) para o ano pós-projeto, com os resultados efetivamente obtidos nesses anos, verifica-se que as empresas ficaram aquém das suas previsões, quer em termos de volume de negócios, quer de exportações, quer de VAB. O facto deste desvio ser mais acentuado em 2010 (projetos elaborados antes da crise) e vir a esbater-se nos anos seguintes, evidencia um progressivo ajuste às expetativas mais pessimistas decorrentes do contexto económico desfavorável.

Gráfico 7.1: Realização, pelas empresas apoiadas pelos SI QREN, das previsões no pós-projeto, 2010-2012



Fonte: Cálculos COMPETE a partir do SI QREN e da Base de Dados Dun & Bradstreet. Nota: Os dados foram obtidos a partir de um universo de empresas ao qual foram retirados os outliers para cada uma das variáveis que fiquem abaixo do limite $q1-1,5*(q3-q1)$ ou acima do limite $q3+1,5*(q3-q1)$.

	Variável	Desvio-Padrão	Empresas
2012	Volume de Negócios	6.963.415	80
	Exportações	4.116.343	77
	VAB	2.028.093	78
2011	Volume de Negócios	3.123.233	126
	Exportações	1.915.037	116
	VAB	1.117.724	131
2010	Volume de Negócios	3.820.323	25
	Exportações	3.233.482	25
	VAB	1.450.100	27

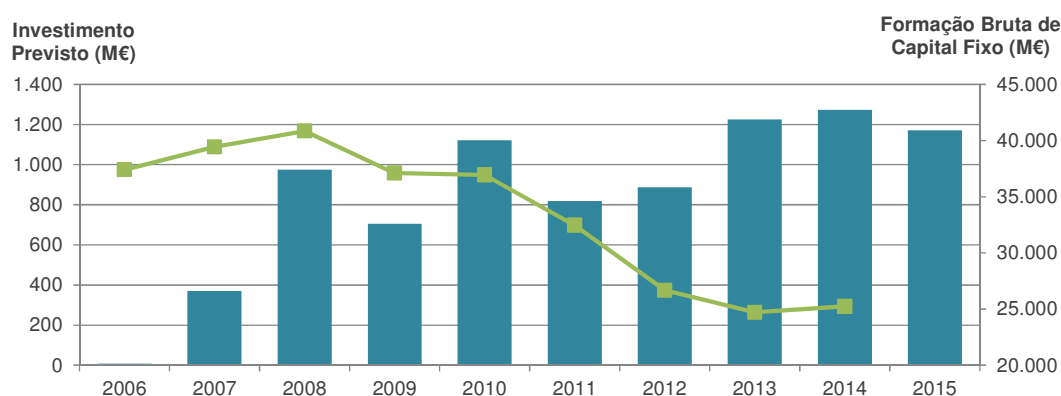
- **Aumento da procura por parte das empresas**, numa ótica de substituição do crédito bancário pelo financiamento público – o que é consistente com o elevado volume de candidaturas e de incentivo aprovado nas fases de 2012-2013 (conforme **ponto 2.4.5**);

- **Menor procura e mais lenta execução dos projetos públicos**, cujas entidades continuam a fazer face aos condicionalismos subjacentes ao processo de consolidação orçamental (menos recursos financeiros e controlo mais apertado da despesa), o que deu origem a reajustamentos nos projetos aprovados, desistência de intenções de investimento e anulações de projetos (afetando, de forma particular, o Eixo IV).

Perante um contexto desfavorável aos objetivos a alcançar, mais que a introdução de medidas que visaram dar resposta a um contexto desfavorável, promovendo soluções adequadas ao aumento da capacidade de execução por parte dos promotores e/ou colmatar as dificuldades de obtenção de financiamento no mercado, o Programa, seguindo as suas linhas de orientação estratégicas, procurou intervir em áreas fundamentais para a recuperação económica do País e para a necessária mudança estrutural da economia, com destaque para:

- O **apoio à produção de bens e serviços transacionáveis**, impulsionando as exportações e contribuindo para a substituição de importações, com reflexos positivos sobre a balança de bens e serviços – refira-se que mais de 80% do incentivo aprovado no COMPETE se insere em setores transacionáveis ou internacionalizáveis;
- O apoio à **realização de mais de 8,4 mil milhões de euros de investimento** pelas empresas, em contraciclo com a quebra da Formação Bruta de Capital Fixo registada no país, conforme se ilustra no gráfico seguinte;

Gráfico 7.2: Evolução do Investimento Empresarial Aprovado no COMPETE face à FBCF Nacional, 2006-2015



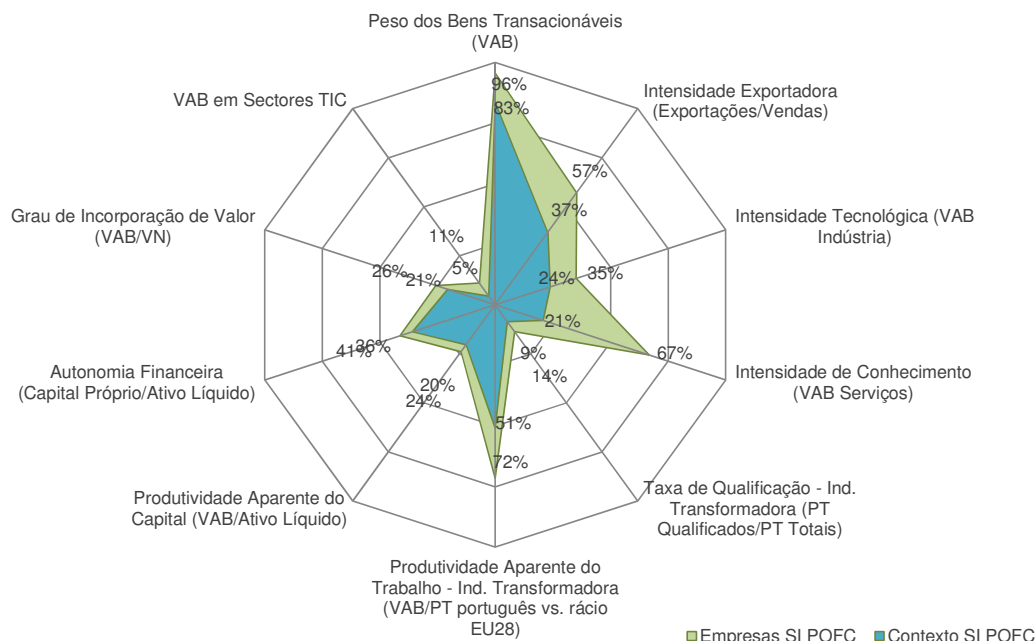
Fonte: COMPETE e GEE, Indicadores de Atividade Económica (abril 2015).

- A valorização de projetos envolvendo bens e serviços com maior intensidade tecnológica e de conhecimento, contribuindo para a mudança do perfil de especialização da economia, cuja estrutura produtiva ainda se caracteriza pelo peso significativo de bens e serviços pouco intensivos nestes domínios – perto de metade do incentivo aprovado insere-se em setores intensivos em tecnologia ou conhecimento;
- O investimento em I&D e Inovação, estimulando a criação de novos conhecimentos e a articulação entre empresas e centros de saber e acelerando a difusão, a transferência e a valorização de conhecimento - de acordo com a Avaliação Intercalar do Programa, os apoios do COMPETE “terão contribuído para o aumento acentuado do investimento das empresas neste importante fator dinâmico de competitividade, mas também da promoção da articulação entre as empresas e os centros de saber e da inovação de produto/processo”. Indicadores como 68% do investimento em I&D apoiado ser desenvolvido pelas empresas ou 48% corresponder a atividades de I&D em cooperação corroboram esta constatação. Nos projetos de Ciência, é de destacar o enfoque nos domínios de Engenharia e Tecnologia, nas Ciências Naturais e nas Ciências Médicas e da Saúde, áreas com maior potencial de valorização económica, bem como os vários outputs previstos, como publicações em revistas nacionais e internacionais, comunicações em eventos científicos, formação avançada, e também patentes;
- A forte orientação para o aumento da intensidade exportadora das empresas e o apoio ao seu processo de internacionalização, sobretudo para mercados extracomunitários, contribuindo para um reforço da presença dos produtos portugueses no exterior e estimulando a sua vocação exportadora. Ao longo do período de implementação, esta linha de ação foi reforçada, por exemplo, pela implementação de condições de acesso mínimas para a intensidade exportadora das empresas que se candidatam aos apoios. De acordo com as previsões dos promotores, bem como com os primeiros números já analisados (ver ponto 3.2.2) apontam-se bons resultados ao nível do aumento da intensidade exportadora das empresas após a realização dos seus projetos. De referir também a maior orientação dos projetos coletivos para mercados extra-comunitários (por exemplo, apenas 42% dos mercados-alvo dos projetos conjuntos são na Europa a 28 – conforme Gráfico 3.37) contrariando a excessiva concentração da economia nacional no mercado intra-comunitário, que é responsável por mais de 70% das exportações de mercadorias;

- O **apoio às empresas de menor dimensão**, uma vez que são as PME que enfrentam maiores dificuldades na atual conjuntura económica, designadamente por uma maior dependência face ao financiamento bancário, incentivando o investimento em fatores dinâmicos que permitam a subida na cadeia de valor e o aumento da sua capacidade competitiva – é de assinalar que as PME absorvem 70% do incentivo aprovado na Agenda da Competitividade do QREN (conforme **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).
- A disponibilização de **instrumentos financeiros** para o apoio às empresas, em especial do capital de risco, ainda pouco difundidos em Portugal, mas que podem ser boas alternativas ao financiamento bancário – através dos instrumentos financeiros apoiados pelo COMPETE foram aplicados, até ao final de 2014, mais de 163 milhões de euros em 246 PME (conforme **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**);
- Num quadro de elevado desemprego, a existência de medidas que promovem o **emprego**, designadamente apoiando encargos com bolseiros e pessoal técnico nos projetos de I&D, a contratação de técnicos em PME e a criação do próprio emprego, via empreendedorismo qualificado (sendo, principalmente a este nível, de assinalar a complementaridade com os PO Regionais) – é de assinalar, neste quadro a criação prevista de cerca de 20 mil postos de trabalho, mais de metade dos quais qualificados.
- O fortalecimento da **aposta nas regiões de convergência**, estimulando a sua estrutura produtiva e a utilização sustentável dos seus recursos, com vista a promover o seu desenvolvimento e, por consequente, a coesão com as restantes regiões do País e da Europa.

O gráfico seguinte ilustra o **perfil das empresas beneficiárias** e permite constatar que este é, em média, mais qualificado que o dos potenciais beneficiários (as médias e grandes empresas das regiões de convergência dos setores enquadráveis), nos diferentes indicadores apresentados, o que significa que o Programa está a selecionar as empresas com melhores desempenhos, mais intensivas em tecnologia ou conhecimento, mais produtivas, mais exportadoras, e com maior robustez financeira, o que constitui, à partida uma garantia de mais eficácia e eficiência deste instrumento de política pública. Refira-se que esta comparação está a ser efetuada com os potenciais beneficiários do PO, o que, à partida, exclui a maioria das atividades não transacionáveis ou internacionalizáveis, fazendo com que o nível de diferenciação face ao perfil da economia seja certamente superior.

Gráfico 7.3: Comparação do perfil das empresas com projetos aprovados no COMPETE face às potenciais beneficiárias do Programa



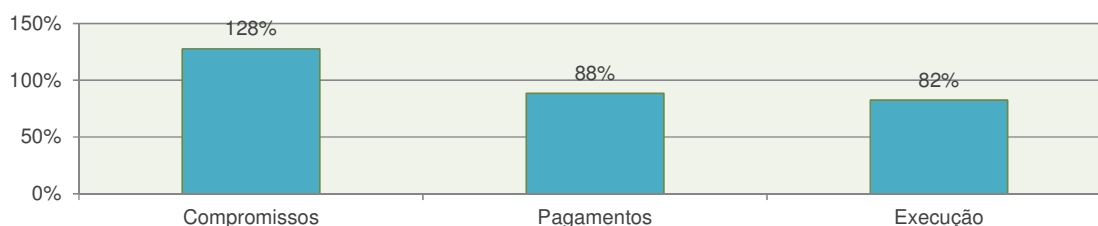
Notas: **Empresas SI POFC:** É o conjunto dos projetos apoiados apresentados individualmente por empresas, do qual foram excluídos os projetos de I&DT em Co-promoção, Mobilizadores, I&DT Coletiva, Conjuntos, Vales I&DT e Vales Inovação. No caso de empresas com mais do que um projeto aprovado, foi considerado apenas o mais recente. Como resultado, obteve-se um universo de 1.310 projetos/empresas apoiadas, distribuídas de acordo com o ano pré-projeto da candidatura, ao qual se referem os indicadores financeiros utilizados, da seguinte forma: 2005 a 2007 – 9%, 2008-11%, 2009 – 12%, 2010 – 20%; 2011 – 20%; 2012 – 28%. **Contexto SI POFC:** O “Contexto SI” é o valor apurado na economia portuguesa, a partir dos dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas para o ano de 2012, correspondente às Médias e Grandes Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos das NUTS II Norte, Centro e Alentejo, de acordo com o definido no Enquadramento dos Sistemas de Incentivos (Decreto-Lei n.º 65/2009) (não se consideraram as empresas inseridas na divisão 64 da CAE por falta de dados de contexto).

Os indicadores apresentados foram calculados, a partir de dados agregados, do seguinte modo: **Peso dos Bens Transacionáveis:** Empresas SI - VAB das empresas apoiadas em CAE de bens transacionáveis/VAB total das empresas apoiadas (pré-projeto); Contexto SI - VABpm de CAE de bens transacionáveis/Total do VABpm de empresas enquadráveis (INE, SCIE, 2012); **Intensidade Exportadora:** Empresas SI - Volume de negócios internacional/volume de negócios total das empresas apoiadas (pré-projeto); Contexto SI: Exportações de bens e serviços Nacionais/Volume de Negócios das empresas enquadráveis (INE, SCIE, 2012); **Intensidade Tecnológica:** Empresas SI - VAB das empresas apoiadas de sectores de média-alta e alta intensidades tecnológicas/VAB das empresas apoiadas na Indústria Transformadora (pré-projeto); Contexto SI - VABpm das indústrias de alta e média-alta tecnologia/VABpm das indústrias transformadoras (INE, SCIE, 2012); **Intensidade de Conhecimento:** Empresas SI - VAB das empresas apoiadas de serviços intensivos em conhecimento/VAB total das empresas apoiadas nos serviços (pré-projeto); Contexto SI - VAB dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia/ VAB dos serviços (INE, SCIE, 2012); **Nível de Qualificação na Ind. Transformadora:** Empresas SI - PT Qualificados/PT totais, sendo que se consideram como qualificados os PT com formação superior a nível IV para os projetos aprovados até 2009 e superior a nível VI a partir de 2010 (pré-projeto); Contexto SI - PT Qualificados/PT totais, sendo que se consideram como qualificados PT com formação de nível VI ou superior. Neste caso, os dados disponíveis não permitiram cruzar as dimensões necessárias para calcular o contexto SI, pelo que é utilizado o indicador global, calculado para o Continente (MSSS, GEP, Quadros de Pessoal, 2012); **Produtividade Aparente do Trabalho (Indústria Transformadora):** Empresas SI - VAB das empresas apoiadas na indústria transformadora/PT totais das referidas empresas (pré-projeto); Contexto SI - VABpm das indústrias transformadoras enquadráveis/PT totais das referidas empresas (INE, SCIE, 2010). Para efeitos de inclusão neste gráfico, os valores da produtividade obtidos estão ponderados face à produtividade da indústria transformadora na União Europeia a 27, no ano de 2010 (EuroSTAT, Structural business statistics). **Produtividade Aparente do Capital:** Empresas SI - VAB/Ativo Líquido das empresas apoiadas (pré-projeto); Contexto SI - VABpm/Ativo Líquido das empresas enquadráveis (INE, SCIE, 2012). **Autonomia Financeira:** Empresas SI - CP/Ativo Líquido das empresas apoiadas (pré-projeto); Contexto SI - CP/Ativo Líquido das empresas enquadráveis (INE, SCIE, 2012); **Grau de Incorporação de Valor:** Empresas SI - VAB/VN das empresas apoiadas (pré-projeto); Contexto SI - VABpm/VN das empresas enquadráveis (INE, SCIE, 2012). **VAB em Sectores TIC:** Empresas SI - VAB das empresas apoiadas de sectores TIC/total do VAB das empresas apoiadas (pré-projeto); Contexto SI - VAB em sectores TIC/total do VAB das empresas enquadráveis (INE, SCIE, 2012).

O cumprimento das [metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento](#) traduz, [em parte, alguns dos resultados anteriormente apresentados](#). Verifica-se, no final de 2014, uma elevada realização, ou seja, cerca de 76% dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível aferir o grau de realização) ultrapassaram a respetiva meta para 2015, sendo expectável que, para muitos dos indicadores com níveis de realização atualmente abaixo da meta estabelecida para 2015, que a mesma seja atingida até final do Programa.

Gráfico 7.4: Principais Indicadores financeiros do COMPETE, 2007-2014

Taxa face Orçamento



Fonte: SI POFC

Quanto aos [indicadores de realização financeira](#), estes apontavam para níveis de compromisso (128% da dotação FEDER), pagamentos (88%) e execução (82%) que podem ser considerados como adequados tendo em conta o estágio atual do Programa, perspetivando a absorção da totalidade da sua dotação até final de 2015.

Saliente-se que o ano de 2014 se constitui como o ano com maior volume de execução financeira realizada, bem como, dado o elevado nível de pagamentos realizados (cerca de 604 milhões de euros de FEDER), de maior volume de financiamento aos promotores desde o início do Programa.

Para garantir o bom encerramento, concorrem as medidas tomadas pela AG, designadamente no sentido de gerar um [overbooking adequado](#), que compense as normais anulações de projetos e descativação de incentivo. Neste sentido, a procura gerada nas últimas fases de candidatura foi essencial para a geração de um nível de compromisso compatível com estes objetivos.

Por outro lado, é de realçar o trabalho ao nível do [planeamento e monitorização do ritmo de encerramentos](#), que tem vindo a ser desempenhado pela AG, designadamente através da definição de metas e da realização de pontos de situação regulares e intervenções junto dos organismos intermédios, com vista ao seu cumprimento.

Relativamente às **metas para 2014**, fixadas no Relatório de Execução de 2013, verifica-se um total cumprimento dos objetivos estabelecidos em termos de aumento do nível de execução e, por outro lado, em termos de nível de encerramento dos projetos.

Tabela 7.1: Cumprimento dos objetivos fixados para 2014

Objetivos	Realização	Cumprimento
Apresentar níveis de execução adequados	Cumprimento da Regra N+2	Sim (nível de cumprimento de 106%)
	Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 520,8 milhões de euros	Sim (nível de cumprimento de 107%)
Aumentar o nível de projetos encerrados	Aumentar em 40% o incentivo associado a projetos encerrados no final do ano (passar de 630 milhões de euros para 880 milhões de euros)	Sim (nível de cumprimento de 111%)

Estes dados, a par dos exercícios de avaliação e monitorização efetuados, permitem concluir que, apesar dos constrangimentos externos induzidos pela crise económica, o COMPETE produziu efeitos positivos sobre as empresas, sobre o emprego (em particular o mais qualificado) e sobre o tecido económico, podendo a sua realização ser considerada como positiva.

7.2 PREVISÕES PARA 2015-2016

Os próximos dois anos serão marcados pelo encerramento dos projetos e do Programa e pela apresentação de resultados.

Apesar da fragilidade do crescimento e das dificuldades estruturais que ainda caracterizam o tecido económico nacional, a manterem-se as perspetivas positivas, favoráveis ao investimento, é possível **encarar o encerramento dos projetos e do Programa com algum otimismo**. De referir, no entanto, que a persistência de dificuldades de financiamento e de défices competitivos nas empresas e a prossecução do ajustamento na Administração Pública, que terá que cumprir em 2015 o limite do défice orçamental, são fatores que condicionam a execução dos projetos e que podem dar origem a descativações de incentivo, quer sob a forma de anulações (promotores que não executam arrancam com os seus investimentos) quer de quebras de encerramento (promotores que não executam na totalidade os respetivos projetos).

Esta realidade exige uma gestão rigorosa dos compromissos e um acompanhamento próximo dos promotores visando acelerar a execução e o encerramento dos projetos, de forma a absorver a totalidade da dotação disponível e cumprir as metas previstas para o Programa.

A este nível e face às diferenças de compromisso registadas nos seis Eixos do Programa, com os Eixos III e VI abaixo da dotação prevista e com os restantes Eixos em *overbooking* (em particular o Eixo II apresenta uma taxa de compromisso de 143%), a AG poderá vir a propor em 2015, uma proposta de revisão do Plano de Financiamento, com vista a garantir a utilização integral dos recursos colocados à disposição do COMPETE.

Estes são também os primeiros anos do novo ciclo de programação – Portugal 2020 e do novo Programa dedicado à competitividade e internacionalização da economia portuguesa – **COMPETE 2020**, cuja operacionalização estará no centro das atenções, quer do público e dos potenciais beneficiários, quer no âmbito da atividade da Autoridade de Gestão e das entidades envolvidas na gestão do Programa.

Considerando alguma continuidade entre os dois programas, poderão vir a realizar-se alguns **estudos e avaliações**, que incidam sobre a experiência do QREN e que, desta forma, e dada a fase de execução dos projetos, permitam perceber melhor os impactos do COMPETE e o grau de cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

No que respeita à **informação e divulgação** do Programa, a estratégia centrar-se-á na divulgação de resultados dos projetos apoiados, num quadro de colaboração ativa com os promotores, com enfoque na comunicação eletrónica. Está igualmente prevista a realização de uma **sessão pública de encerramento do COMPETE**, aquando da entrega do Relatório Final de Execução, que marcará o encerramento efetivo deste Programa Operacional e onde serão apresentados, numa fase em que os projetos estarão já concluídos e em que os investimentos estarão em fase cruzeiro, mais resultados sobre o impacto do Programa sobre a qualificação do tecido produtivo, a orientação para mercados internacionais, a promoção de uma economia de conhecimento e inovação e a redução de custos de contexto.

A **meta para 2015-2016**, como não poderia deixar de ser, passa pelo bom encerramento do Programa em todas as suas vertentes:

- Absorção da totalidade da dotação do Programa;
- Efetuar um adequado encerramento da totalidade dos projetos aprovados;
- Remeter à Comissão Europeia a totalidade da documentação solicitada, cumprindo os prazos definidos pela regulamentação comunitária e pelas orientações nacionais.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAC	Aviso para Apresentação de Candidaturas
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Agenda para a Competitividade
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AG	Autoridade de Gestão
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANI	Agência Nacional de Inovação
APF	Anexo ao Pedido Final
API	Agência Portuguesa para o Investimento
APPI	Análise de Pedido de Pagamento Intercalar
ARDU	Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos
BA	<i>Business Angels</i>
BDI	Bolsa de Descativação de Incentivo
BEI	Banco Europeu de Investimento
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CE	Comissão Europeia
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CDDPP	Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
CONFAGRI	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal
CPADA	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
CTP	Confederação do Turismo Português
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
DI&D	Despesas em Investigação e Desenvolvimento
DRE	Direção Regional da Economia
DSGC	Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
EEC	Estratégias de Eficiência Coletiva
EEE	Estratégia Europeia para o Emprego
EMAS	Sistema de Eco-Gestão e Auditoria
ESCO	Empresas de Serviços de Energia
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUA	Estados Unidos da América
FACI	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo

FACIE	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo em Encerramento
FAPPI	Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento Intermédio
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCGM	Fundo de Contragarantia Mútua
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FCR	Fundo de Capital de Risco
FEADER	Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FGA	Fundo de Gestão de Ativos
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FSE	Fundo Social Europeu
I&D&I	Investigação & Desenvolvimento & Inovação
I&DE	Investigação e Desenvolvimento Experimental
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I&I	Investigação e Inovação
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IC&DT	Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
ID&DT	Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IGF	Inspeção-geral de Finanças
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
INR	Incentivo Não Reembolsável
IR	Incentivo Reembolsável
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
N.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OC	Outros Clusters
OI	Organismo Intermédio
OG	Orientação de Gestão
OT	Orientação Técnica
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAS	Plataforma de Acesso Simplificado
p.p.	Pontos percentuais
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNE	Plano Nacional de Emprego
PO	Programa Operacional

POAT	Programa Operacional de Assistência Técnica
POFC	Programa Operacional Factores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POR	Programa Operacional Regional
POCI	Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
POSC	Programa Operacional Sociedade do Conhecimento
PP	Pedido de Pagamento
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPS	Produto, Processo e/ou Serviço
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PROMAR	Programa Operacional Pesca
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PTA	Pedido de Pagamento a Título de Adiantamento contra Garantia
PTAC	Pedido de Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura
PTRF	Pedido de Pagamento a Título de Reembolso Final
PTRI	Pedido de Pagamento a Título de Reembolso Intermédio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RNG	Redes de Nova Geração
ROC	Revisor Oficial de Contas
RTV	Relatório Técnico de Visita
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAESCTN	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SAFPRI	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação
SBA	Small Business Act
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SFC	System for Fund Management in the European Community
SGM	Sociedades de Garantia Mútua
SI	Sistema de Incentivos
SIAC	Sistema de Apoio a Ações Coletivas
SIAM	Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas do Interior
SCT	Sistema Científico e Tecnológico
SI I&DT	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação	Sistema de Incentivos à Inovação
SI Qualificação PME	Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME
SNI&I	Sistema Nacional de Investigação e Inovação
SPGM	Sociedade de Investimento (Garantia Mútua)
SPQ	Sistema Português da Qualidade
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
TIE	Tecnologias de Informação e Eletrónica
TOC	Técnico Oficial de Contas
TP	Turismo de Portugal
UE	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
VAB	Valor Acrescentado Bruto

BIBLIOGRAFIA

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – maio de 2015*, Banco de Portugal, 2015;

BANCO DE PORTUGAL, “Projeções para a Economia Portuguesa:2015-2017”, Banco de 2015;

COMISSÃO EUROPEIA, *Economic Databases and Indicators*, Comissão Europeia - Economic and Financial Affairs;

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast - Winter 2014*, Comissão Europeia, fevereiro 2015;

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast – Spring 2015*, Comissão Europeia, maio 2015;

COMISSÃO EUROPEIA, *Report on Equality between Women and Men 2014, Justice and Consumers*, Comissão Europeia, 2015;

GEE, Indicadores de Atividade Económica, GEE;

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 4, GEE e GPEARI, abril de 2015;

INE, Destaque “Inquérito de conjuntura ao investimento – Outubro de 2014”, INE, 30 de janeiro de 2015;

OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007;

WORLD ECONOMIC FORUM, *The Global Gender Gap Report 2007*, WEF, 2007;

WORLD ECONOMIC FORUM, *The Global Gender Gap Report 2013*, WEF, 2014.

ANEXOS

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Anexo VI – Operações implementadas de instrumentos de Engenharia Financeira integradas em Fundos de Participação

Anexo VI - Operações implementadas de instrumentos de Engenharia Financeira não integradas em Fundos de Participação Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX – Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo XI - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo XII - Ficha de Grande Projeto

Anexo XIII - Listas das aplicações em PME no âmbito do Eixo III

Anexo XIV - Lista de Projetos aprovados ao abrigo da regra *Spill-Over Effects*

Anexo XV - Listas das verificações no local e auditorias externas

